**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO**

**DESTINADA A INVESTIGAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NAS EXPEDIÇÕES**

**DE DIPLOMAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E NO REGULAR FUNCIONAMENTO DE**

**INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO ESTADO DE GOIÁS**

**Relator: Deputado TALLES BARRETO**

**Presidente: Deputado CORONEL ADAILTON**

**Vice – Presidente: Deputado CHARLES BENTO**

**Deputado LUCAS CALIL**

**Deputado HENRIQUE CESAR**

**SUPLENTES:**

**Deputada LÊDA BORGES**

**Deputado VINICIUS CIRQUEIRA**

**Deputada DELEGADA ADRIANA ACCORSI**

**Deputado AMILTON FILHO**

**SUMÁRIO**

1. INTRODUÇÃO............................................................................................4
2. DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA CELG........................33
3. 1.CRIAÇÃO, INSTALAÇÃO E COMPOSIÇÃO...............................................33
   1. DAS PRORROGAÇÕES............. .............................................................36
   2. DO OBJETO DA CPI...............................................................................37
4. DA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS......................................................37
5. FORMAS DE INVESTIGAÇÃO...................................................................38
6. DOS TRABALHOS REALIZADOS...............................................................38
   1. REUNIÕES............................................................................................39
   2. DOS DEPOIMENTOS.............................................................................55
7. DOCUMENTOS JUNTADOS E REQUISITADOS........................................466
8. CONCLUSÕES........................................................................................470
9. RECOMENDAÇÕES................................................................................558

|  |  |
| --- | --- |
| PROCESSO Nº | : 2015001877 |
| INTERESSADO | : Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito. |
| ASSUNTO | : Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar possíveis |

irregularidades nas expedições de diplomas

universitários e no regular funcionamento de Instituições de Ensino Superior no nosso Estado

**R E L A T Ó R I O**

**1. INTRODUÇÃO:**

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito foi criada para investigar possíveis irregularidades nas expedições de diplomas de educação superior (cursos sequenciais, de graduação e de pós-graduação) e no regular funcionamento de instituições de educação superior do Estado de Goiás.

Teve por motivação notícia de milhares de estudantes que foram prejudicados em Goiás, tendo em vista irregularidades no oferecimento de cursos superiores por instituições que não possuem autorização do Ministério da Educação e Cultura, ou que utilizam indevidamente instalações físicas da rede estadual e municipal, além da comercialização de diplomas e de instituições de ensino que ministram cursos de extensão como se fossem de graduação.

Além disso, tomou-se conhecimento da existência de instituições que possuem autorização do MEC, mas atuam fora da área para a qual a autorização é concedida.

Há de se mencionar, também, denúncias de instituições que terceirizam os serviços de ensino, contratando outras faculdades que funcionam como um tipo de franquia.

Essas condutas, além de caracterizarem crime, configuram propaganda enganosa. Emerge, do exposto, a necessidade de investigação, por parte do Poder Legislativo goiano, via Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sobreleva mencionar que, em 2018, mediante Ato da Presidência (Decreto Administrativo nº 2.824, de 15 de março de 2018), publicado no Diário da Assembleia Legislativa nº 12.816, da mesma data, foi criada uma comissão parlamentar de inquérito com o mesmo objeto, sendo composta pelos seguintes membros:

**TITULARES:**

DEPUTADO TALLES BARRETO - Presidente

DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA - Relator

DEPUTADO JEFERSON RODRIGUES DEPUTADO HUMBERTO AIDAR – Vice-Presidente

DEPUTADO LÍVIO LUCIANO **SUPLENTES:**

DEPUTADO JEAN CARLO

DEPUTADO LINCOLN TEJOTA

DEPUTADO LUIS CÉSAR BUENO

DEPUTADO WAGNER SIQUEIRA

DEPUTADO KARLOS CABRAL

Instalada em 21 de março de 2018, foram realizadas, no decorrer de seu funcionamento, 48 reuniões, sendo 26 ordinárias, 11 extraordinárias e 11 audiências públicas. Foram também coligidos documentos ao acervo da CPI, inclusive aqueles por ela própria requisitados.

Contudo, em 31 de janeiro de 2019 encerrou-se a 18ª legislatura, não tendo sido possível, até aquela data, apurar-se, conclusivamente, o fato determinado objeto de investigação. Ocorre que o art. 5º, da Lei nº 1.579/1952, que dispõe sobre as comissões parlamentares de inquérito, estabelece que a incumbência da CPI pode ser prorrogada dentro da legislatura em curso:

Art. 5º (...)

§ 2º A incumbência da Comissão Parlamentar de Inquérito termina com a sessão legislativa em que tiver sido outorgada, salvo deliberação da respectiva Câmara, prorrogando-a dentro da Legislatura em curso.

Nessa trilha, o Supremo Tribunal Federal decidiu que o final da legislatura em que a CPI foi constituída é o limite intransponível de duração:

A duração do inquérito parlamentar -- com o poder coercitivo sobre particulares, inerente à sua atividade instrutória e a exposição da honra e da imagem das pessoas a desconfianças e conjecturas injuriosas -- é um dos pontos de tensão dialética entre a CPI e os direitos individuais, cuja solução, pela limitação temporal do funcionamento do órgão, antes se deve entender matéria apropriada à lei do que aos regimentos: **donde a recepção do art. 5º, § 2º, da Lei 1.579/52, que situa, no termo final de legislatura em que constituída, o limite intransponível de duração, ao qual, com ou sem prorrogação do prazo inicialmente fixado, se há de restringir a atividade de qualquer comissão parlamentar de inquérito**. A disciplina da mesma matéria pelo regimento interno diz apenas com as conveniências de administração parlamentar, das quais cada câmara é o juiz exclusivo, e da qual, por isso -- desde que respeitado o limite máximo fixado em lei, o fim da legislatura em curso --, não decorrem direitos para terceiros, nem a legitimação para questionar em juízo sobre a interpretação que lhe dê a Casa do Congresso Nacional[[1]](#footnote-1). (destacou-se)

Nesses termos, diante da impossibilidade de prorrogação dos trabalhos dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, foi necessária a criação de outra, no início da atual legislatura, com o mesmo objeto.

Ressalte-se que todas as provas arregimentadas na CPI anterior, bem como os depoimentos tomados, passam a fazer parte do acervo da atual Comissão Parlamentar de Inquérito, que atuou no sentido de complementar as provas obtidas, de modo a não deixar dúvidas em suas conclusões.

1. **DA PRESENTE COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO:**

**2.1. Da criação, composição e instalação:**

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito começou a se viabilizar a partir do Requerimento nº 362, subscrito por diversos parlamentares, que trouxe o seu fato determinado.

Assim, em **22 de março de 2019**, mediante Ato da Presidência (Decreto Administrativo nº 2.968, de 22 de março de 2019), publicado no Diário da

Assembleia Legislativa nº 13.060, de 26 de março de 2019, foi criada a presente

Comissão Parlamentar de Inquérito, definindo-se que ela seria “composta por 05

(cinco) Deputados Titulares e 05 (cinco) Suplentes”, já designados no próprio Decreto Administrativo, com a seguinte composição:

**TITULARES:**

Deputado Coronel Adailton

Deputado Lucas Calil

Deputado Charles Bento

Deputado Tião Caroço

Deputado Henrique Cesar **SUPLENTES:**

Deputada Lêda Borges

Deputado Vinicius Cirqueira

Deputada Delegada Adriana Accorsi

Deputado Talles Barreto

Deputado Amilton Filho

Assim, em 15 de abril de 2019, na Sala das Comissões Deputado Sólon Amaral, às 14:30 horas, aconteceu a 1ª reunião da CPI, tendo por objetivo sua instalação, bem como a eleição do Presidente, Vice-Presidente e Relator. Após deliberação dos integrantes da Comissão, foram eleitos os Deputados Coronel Adailton, Charles Bento e Talles Barreto, respectivamente, como Presidente, Vice-Presidente e Relator. Vale registrar que, na ausência do Deputado titular, Tião Caroço, foi eleito o suplente para relatar os trabalhos da CPI.

Finda a eleição, o Deputado Coronel Adailton tomou posse como Presidente, sendo instalada a presente Comissão Parlamentar de Inquérito.

**2.2. Do objeto da CPI:**

O fato determinado que se pretende investigar refere-se à existência de possíveis irregularidades nas expedições de diplomas de educação superior e no funcionamento de instituições de educação do Estado de Goiás.

1. **DA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS:**

Desde a instalação da presente Comissão Parlamentar de Inquérito, foram realizadas 5 reuniões ordinárias, objetivando deliberar as solicitações dos Deputados membros da Comissão, bem como ouvir algumas pessoas de forma a instruir seus trabalhos.

1. **DAS FORMAS DE INVESTIGAÇÃO:**

Durante o desenvolvimento de seus trabalhos, a presente Comissão Parlamentar de Inquérito efetuou investigações por meio da oitiva de proprietários ou diretores de instituições de ensino ou de entidades que com elas estabeleceram parcerias. Arregimentou ainda provas documentais

Passam a fazer parte dela, outrossim, os documentos obtidos na Comissão Parlamentar de Inquérito anterior que, além de tomar depoimento de diretores e proprietário de instituições de ensino e entidades parceiras, ouviu pessoas que foram vítimas das irregularidades apuradas.

Assim, serão elencadas neste Relatório as pessoas ouvidas em ambas as CPIs. Para facilitar a consulta, foi elaborada uma síntese de cada pronunciamento, apresentada, também, em itens posteriores.

1. **DOS TRABALHOS REALIZADOS:**

São apresentados, a seguir, os trabalhos realizados por esta Comissão, incluindo a síntese de todos os pronunciamentos, feitos em reuniões, buscando trazer a essência do que foi dito e que serviu de subsídio à conclusão dos trabalhos desta Comissão.

* 1. **Das reuniões:**

A seguir, descrevem-se as atividades desenvolvidas pela Comissão, durante a realização de seus trabalhos.

**15/4/2019: 1ª Reunião da CPI**

* + - * 1. Instalação da Comissão
        2. Eleição do Presidente, Vice-Presidente e Relator
    1. **Das Reuniões Ordinárias:**

**22/4/2019: 2ª Reunião da CPI:**

1) Definição da data da primeira oitiva a ser realizada.

**15/5/2019: 3ª Reunião da CPI:**

1) Tomada de depoimento de:

* + - 1. Darwin de Souza Pacheco Júnior - Diretor da Dalmass Serviços

Educacionais;

* + - 1. Gabriel Vecci – Sócio-administrativo da Faculdade Cambury;

**22/5/2019: 4ª Reunião da CPI**

Tomada de depoimento deLindomar Resende – representante do

Sindicato dos Trabalhadores do Município de Goiânia – SindiGoiânia;

**5/6/2019: 5ª Reunião da CPI**

Tomada de depoimento do Dr Rafael Lara – Diretor da Escola Superior da Advocacia – OAB-G;

* 1. **Dos pontos importantes dos depoimentos tomados em reuniões ordinárias da CPI criada na legislatura anterior:** 
     1. **JORGE DE JESUS BERNARDO - Presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras do Estado de Goiás – reunião ordinária realizada em 11/4/2018:**

Em suas considerações iniciais, o **Presidente do SEMESG – Sindicato das Entidades Mantenedoras do Estado de Goiás**, **JORGE JESUS BERNARDO**, abordou a questão das irregularidades existentes no curso superior:

O SR. JORGE DE JESUS BERNARDO: - (...)

Então, é dentro deste foco que o SEMESG vem atuando, já fizemos várias denúncias junto ao Ministério Público Federal por sermos da Rede Federal e, também, ao Ministério da Educação. Temos uma série de instituições irregulares oferecendo serviços, "educação", sem autorização do Ministério, sem autorização, inclusive, do Conselho Estadual de Educação, e também apesar de não fazermos parte do Sistema Estadual, há várias instituições, participamos do Conselho Estadual, também reflete no Conselho Estadual esta questão de regularidade.

Outro dado importante, esta questão de várias instituições irregulares, principalmente no interior do Estado, temos constatado que existem várias instituições de outros Estados que emprestam seu nome oferecendo cursos de final de semana que causa um problema gravíssimo na sociedade local, porque normalmente quem utiliza desses cursos são pessoas de boa-fé, que vão buscar nesses cursos a condição de um diploma para que possam desenvolver principalmente junto ao serviço público dos municípios.

Um outro fato que gostaríamos também de registrar, Senhor Deputado, é que trouxemos também aqui uma série de informações oficiais do SEMESG, preparamos um relatório amplo, além dos que nós já entregamos a essa Comissão.

Nós temos outros casos bem específicos que gostaria de deixar destacado aqui, primeiro com relação aos cursos de pós-graduação. Tem instituições renomadas centenárias oferecendo cursos de pós-graduação de forma irregular, inclusive aqui na nossa capital. Esse é um aspecto. O segundo aspecto são os cursos de graduação nas instituições que oferecem cursos de graduação aqui no Estado e que não estão credenciadas pelo Ministério. Isso é uma questão gravíssima. Nós conseguimos fechar algumas através do MEC, mas nós não damos conta de fazer dessa forma.

Eu acho que outro grande objetivo nosso nessa CPI é alertar a população de Goiás para que realmente não participem desse processo, porque são totalmente ilegais.

Nós temos, aqui, inclusive nesse momento fizemos o relatório, mas acabamos de entregar semana passada duas denúncias de instituições que fazem propaganda no Jornal "O Popular", que não é um jornal qualquer, "O Popular", o nosso principal meio de comunicação por escrito, oferecendo o curso de graduação em três meses. Isso não existe. Quer dizer, curso de graduação em três meses não existe. E está aberto para qualquer pessoa. O telefone está lá, as pessoas ligam. Então, chegou a esse ponto. Quando passamos nas principais avenidas de Goiânia, tem faixas oferecendo, inclusive, cursos de medicina sem vestibular.

O depoente procedeu à **leitura das denúncias de irregularidades de que o SESMEG tem conhecimento**:

O SR. JORGE DE JESUS BERNARDO: - Bom, nós sistematizamos aqui

a apresentação. Há ofertas irregulares de cursos de graduação.

**1 - venda de diplomas: em Goiás, diversas reportagens já denunciaram o comércio irregular de diplomas e de fraude de concursos.**

**Recentemente, o jornal O Popular publicou uma ampla matéria investigativa, realizada pelo repórter Gautieri Rodrigues, no dia 24 de fevereiro de 2018 (24/02/2018), que veio demonstrar a atividade ampla desse comércio irregular de compra e venda de diplomas em Goiás. Segundo essa reportagem, esse crime envolve quadrilhas que atuam em conjunto com a IES, instaladas tanto em Goiás, como em outros Estados.**

**Nessa reportagem, a gestora do Departamento de Registro do CREA**  **Goiás, Cristiane Rodrigues, afirmou: "A maioria dos casos que chegaram aqui foi com diplomas de instituições de Goiás. Existem casos de fora, claro, mas cerca de 70% foram com diplomas de instituições do Estado."**

**No dia 26 de fevereiro de 2018 (26/02/2018), o jornal Correio**

**Braziliense noticiou a prisão de uma pessoa residente em Águas Lindas de Goiás, que praticava esse comércio e em uma rápida pesquisa pela Internet, encontram-se vários sites que realizam essa venda de diplomas. E aqui, neste documento, nós relacionamos os sites.**

**Oferta terceirizada e cursos de extensão como sendo de graduação. Essa irregularidade, ofertar os cursos de extensão como sendo uma graduação, isso se aproxima e, muitas vezes, são realizadas concomitantemente, acontecem, sobretudo, no interior do Estado e consistem em ofertas dos chamados cursos de extensão, que seriam aproveitados como cursos de extensão por IESs, credenciadas que fazem parcerias de diversas localidades, onde não têm autorização legal para atuar com a oferta desses cursos.** **Vejam alguns exemplos: anúncio de parceria da Uninacional no Município de Mara Rosa em Goiás, ofertando vários cursos de extensão de graduação. A gente colocou um exemplo aqui, mas tem vários outros endereços aqui que a gente colocou. Instituto Paulo Freire, é a mesma coisa oferta modalidade irregular e chama de extensão pedagógica.**

**Instituições que criam indevidamente filiais. Algumas instituições, principalmente de outros Estados, vem para o Estado de Goiás e criam novas unidades, aparentemente ilegais, credenciadas. Mas passaram a ofertar uma gama muito maior de cursos, inicialmente previstos para uma determinada localidade, aproveitando-se de toda a estrutura já existente da cidade de origem. O caso mais emblemático é o da UNA, que vem anunciando novas unidades como em Catalão e Jataí, em Goiás.**

**Irregularidades na oferta de cursos de pós-graduação. Os cursos de pós-graduação são regulamentados pela Resolução nº 1/2018, do Conselho Nacional de Educação, publicado no Diário Oficial de 9 de abril de 2018 (09/04/2018).**

**Só reafirmando aqui o Instituto Paulo Freire, o outro é o Instituto**

**Visão, uma outra instituição é a CGCESP, Instituto de Excelência em**

**Educação na Saúde - IEES.**

O Deputado Relator da CPI, Simeyzon Silveira, **perguntou ao depoente se o Sindicato já fez alguma denúncia a algum órgão:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Primeiro, quero parabenizar o Sindicato pela ação, pelo trabalho, pela denúncia de extrema relevância social, eu creio que o prejuízo que a sociedade tem com instituições de ensino irregulares é um prejuízo de sonhos de vida, de tempo de vida. Então, eu creio que o trabalho desta CPI tem uma responsabilidade muito grande. Eu gostaria de saber se já foi feito por parte do Sindicato alguma denúncia a algum órgão. Se já foi feita alguma ação, se houve algum resultado, algum retorno para que a gente possa buscar junto a essas instituições, e também fortalecer o nosso trabalho, já foi feito algum tipo de denúncia?

O SR. JORGE DE JESUS BERNARDO: - Já houve várias denúncias ao Ministério Público e ao MEC. Algumas instituições tiveram o processo de credenciamento, inclusive uma das últimas que nós fizemos foi suspenso para até que regularizasse toda a documentação da implantação da Instituição e depois foi liberada pelo Ministério. O Ministério Público através da Doutora Mariane, que é Procuradora da República aqui em

Goiás, responsável por essa parte da Educação, ela também já teve uma série de ações em função de nossas demandas, que chegaram até ela.

O Deputado Humberto Aidar perguntou ao depoente o **nome da instituição que está fazendo propaganda no Jornal “O Popular”:**

O SR. DEPUTADO HUMBERTO AIDAR:- (...)

Eu gostaria apenas que o Jorge nos falasse qual instituição, Senhor Presidente, que está fazendo propaganda no Jornal "O Popular" anunciando algo ilegal, querendo vender algo que não pode entregar. Qual o nome dessa instituição?

O SR. JORGE DE JESUS BERNARDO: - Essa primeira instituição que está relacionada é o Instituto Paulo Freire e há outra, o Instituto Visão, que também aparece no próprio jornal.

Nós temos, inclusive, esse material para entregar, Senhor Deputado, com os nomes, porque a gente trouxe um apanhado recente. Esses outros que eu lhe falei, nós denunciamos há quinze dias ao Ministério Público e ao MEC, e a gente faz isso quase que mensalmente, essa demanda não para. O tempo todo nós recebemos informações dos nossos associados no interior e na Capital de cursos irregulares.

O Presidente da CPI perguntou ao Deputado **o impacto das condutas irregulares no setor de ensino superior:**

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO: - Perfeitamente. Qual tem sido o impacto para o setor do ensino superior em face das condutas irregulares? O Deputado Simeyzon Silveira perguntou, por exemplo, com relação à quantidade, mas tem o impacto financeiro também, na realidade, entidades que estão dando prejuízos aos alunos que não recebem o que compram, e vocês têm esse levantamento desse impacto, o quantitativo desses alunos, se tem dez, quinze, qual é a média, qual o custo disso hoje?

O SR. JORGE:- Inicialmente, o quantitativo de alunos, como eu disse, nós não temos, mas o impacto é muito grande, porque temos no mercado, isso se torna uma concorrência predatória, isso nós conseguimos constatar. Em função da própria economia do país, o aluno deixa de frequentar uma instituição regular e vai para uma irregular quando o preço é diferenciado, abaixo do mercado e aparentemente uma série de facilidades, com aulas uma vez por semana ou a cada quinze dias, cursos na área de saúde, sem laboratórios, com frequências mensais. Então, isso dá uma impacto muito grande em questão mercadológica.

**5.2.2. MARCOS ELIAS – Presidente do Conselho Estadual de Educação – reunião ordinária realizada em 11/4/2018:**

Em suas considerações iniciais, o PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, MARCOS ELIAS, abordou a **expectativa de facilidade de acesso à educação, principalmente com relação aos diplomas oferecidos ao término dos cursos de educação superior**:

O SR. MARCOS ELIAS: - (...)

Mas, o que muitas das vezes assistimos é, utilizando da expectativa que tem a população brasileira de melhores condições de oferta ou de possibilidades de oferta da Educação e uma certa expectativa de uma facilidade com relação ao acesso, principalmente, aos diplomas que são oferecidos ao término desses cursos de Educação Superior, quer dizer, aparecem uma série de instituições que supostamente teriam autorização para oferecerem aqueles cursos e eu recupero aqui novamente, para que o diploma oferecido por aquela instituição tenha validade, para que o diploma oferecido seja de fato a explicitação de conhecimento adquirido, de domínio de conhecimento adquirido, esse diploma precisaria ser oferecido por uma instituição devidamente autorizada, devidamente credenciada pelo poder público e é assim que diz a legislação.  A Legislação diz que cabe, neste caso, e temos um País absolutamente complexo, temos um País enorme, com uma realidade muito diversa e, inclusive, talvez, por isso, com uma série de pessoas que atuam, que agem dentro dessa possibilidade ou desta dimensão oferecendo essa possibilidade de cursos sem a devida autorização legal.

(...)

O Presidente da CPI, DEPUTADO TALLES BARRETO, perguntou ao depoente **se ele concordava com as denúncias feitas pelo SEMESG:**

O SR. PRESIDENTE:- Perfeitamente. Vou passar a palavra aos Deputados agora, mas eu só queria algumas informações de Vossa Excelência. Nós tivemos depoimento anterior ao do Senhor Jorge Jesus Bernardes, Presidente da SEMESG, e foram apresentados aqui alguns nomes de entidades que estariam irregulares: faculdades credenciadas, aqui a Faculdade Itapuranga, a Faculdade Brasil Central, Faculdade Padrão, Una e Uninacional. É bom a gente ficar falando que as pessoas vão ficar sabendo. E os institutos conveniados: Colégio Pato; Realiza Cursos; Colégio Moura Filho; Arte Tempos; Instituto Master; Instituto Lato Sensu; Instituto Paulo Freire - por sinal, Paulo Freire, até propaganda em jornal foi feita denúncia aqui -, Centro de Ensino Superior; Instituto Visão Moderna Educacional; SIGESP; IESI; ESA, da própria OAB, entidade que a gente fica até assustado em ver essas denúncias.

O senhor concorda com essas denúncias feitas pela SEMESG?

O SR. MARCOS ELIAS:- Olha, eu não tenho conhecimento detalhado de todos os casos mas, no geral, são situações relativamente conhecidas. Só para dar um exemplo, ainda ontem, eu recebi uma consulta do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, dizendo que o Instituto Visão estava querendo atuar lá no Estado e que afirmava que iria atuar lá a partir de autorização daqui do Conselho Estadual de Educação de Goiás. Eu informei ao Conselho de Santa Catarina que não havia nenhuma autorização nossa para que essa instituição oferecesse qualquer curso aqui. Estou dizendo isso porque, no geral, há muito essa coisa de dizer: "Eu tenho autorização em tal lugar e estou agindo a partir dessa autorização", quando, se a gente for buscar a realidade dos fatos, no geral, não são verdadeiros ou não correspondem àquilo que está sendo afirmado. E, de fato, a maioria desses nomes citados já passaram denúncias lá pelo Conselho Estadual de Educação, em torno deles.

O Presidente da CPI perguntou ao depoente se **um curso de outro Estado, que tem a aprovação do Conselho Estadual de lá, pode funcionar em Goiás**:

O SR. PRESIDENTE:- Gostaria, se fosse possível, que o senhor fizesse uma avaliação desses nomes e, também, de alguns outros nomes caso a gente também pudesse estar tomando as providências devidas. Outra coisa, só para informação: se um curso é lá do Maranhão, ele tem a aprovação do MEC, tem a aprovação do Conselho Estadual do Maranhão; ele pode funcionar em Goiás?

O SR. MARCOS ELIAS:- **Não. Não é exatamente "não", mas ele só poderá atuar em Goiás se, além daquela autorização lá do Maranhão, ele tiver uma autorização específica de Goiás. Isso é naquilo que eu disse anteriormente, que a Constituição estabelece o regime de colaboração, então o que há é o seguinte: a instituição tem sede no Maranhão, foi credenciada no Maranhão; primeiro, ela solicita autorização do Conselho do Maranhão para atuar fora do Estado; o Conselho do Maranhão, ao autorizar, ela vai protocolar um processo aqui no Estado de Goiás dizendo "o Conselho de lá já me credenciou, portanto os cursos que eu tenho autorização lá são esses..."; aí, o Conselho daqui, nós não vamos olhar, por exemplo, o plano de curso; no entanto, nós vamos olhar se o local onde a instituição está dizendo que vai oferecer, se ela tem condições para operacionalizar aquele plano de curso que foi aprovado lá pelo Maranhão. Por que eu estou dizendo isso? Estou dizendo se ela tem professor qualificado para isso, se ela tem laboratório para isso, se ela tem sala de aula qualificada para isso. Então, com base naquela autorização do Maranhão e na observação das condições de oferta aqui, o Conselho daqui pode autorizá-la a fazer isso. Mas ela só poderia atuar aqui se tivesse essa nossa autorização, específica para isso.**

O Deputado Simeyzon Silveira perguntou ao depoente se, **ao tomar conhecimento das denúncias, foi tomada alguma providência por parte do Conselho Estadual de Educação:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- (...)

Quero fazer aqui uma pergunta. O senhor colocou que o Conselho já conhecia parte dessas denúncias. Foi tomada por parte do Conselho alguma ação? Existe alguma providência por parte do Conselho? Como que nós podemos trabalhar em conjunto?

E uma outra informação: se além dessas instituições que foram elencadas aqui, se o Conselho tem informação de outras, para que possa também ser repassada à CPI.

O SR. MARCOS ELIAS :- Bom, Deputado, nós temos aquelas limitações legais que eu já fiz referência. Então quando se  trata de uma instituição que pertence ao Sistema Federal de Educação e o Conselho recebe denúncias em relação a ela, nós tomamos no geral três providências, e em alguns casos, citados pelo SIMES, nós já recebemos denúncias e fizemos esse encaminhamento.

Qual é o encaminhamento? O primeiro é encaminhar a denúncia ao Ministério da Educação, porque sendo uma instituição de educação superior particular, seria de atribuição do sistema federal.

(...)

O SR. MARCOS ELIAS: (...)

E nós fazemos ainda dois outros encaminhamentos, Deputado. Um ao Ministério Público, para que ele possa estudar possíveis providências. Nesse caso, também é o Ministério Público Federal, porque nós estamos tratando de instituição do sistema federal. E nós tomamos uma outra providência ainda, e a gente também recebe isso, quando nós estamos tratando de instituições que oferecem cursos técnicos, porque aí são instituições que o sistema estadual, que nós temos atribuições sobre ela, nós informamos também à Polícia Civil para que tome providências. E aliás, acho que essa é uma questão que nós precisamos aprimorar mais, inclusive. Nós chegamos em um determinado momento a discutir com a Secretaria de Segurança Pública, para que criasse uma delegacia específica para apurar esse tipo de crime. Porque tem muitas ações, e uma vez constatada a ilegalidade, não cabe ao Conselho ação de porte legal, policial, porque não é atribuição nossa, mas nós sempre comunicamos à Polícia Civil para que abra o devido inquérito e tome as providências cabíveis.

**5.2.3. KRISTIANE RODRIGUES – Chefe do Departamento de Registro e Gestão do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás - CREA – reunião ordinária realizada em 11/4/2018:**

Em suas considerações iniciais, a **Chefe do Departamento de Registro e Gestão do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás - CREA, KRISTIANNE RODRIGUES DA SILVA, enfatizou a questão da venda de diplomas:**

A SRª CRISTINE RODRIGUES: - (...)

Nós temos, sim, detectado praticamente todas essas situações que os senhores têm apresentado e o enfoque que nós temos dados, eu vou dizer sendo bem incisiva nisso, é quanto à venda de diplomas.

**Nós temos detectado a venda de diplomas, procuramos coibir a ação, encaminhamos os processos para a Polícia Federal para que ela também tome as suas providências, evitando que isso alastre, vamos falar assim.**

**E o alastramento tem ocorrido nos três níveis que nós trabalhamos, que é o nível médio, de curso técnico, o nível superior, quanto aos cursos tecnólogos e o nível superior, quanto aos cursos de engenharia, vamos falar assim, com curso de 5 anos.**

**Nós temos detectado isso e tomado as providências. Temos tomado medidas que impedem essa proliferação. Muitas vezes conversando com as escolas, realmente, sobretudo com as escolas quando temos detectado, percebemos que a escola não tem sido conivente com isso.**

**Já tivemos um caso, em que a escola chegou ao ponto de nos agradecer, porque havia um funcionário da instituição que fazia a venda dos diplomas sem o conhecimento da Diretora.**

(...)

O Presidente da CPI, Deputado Talles Barreto, perguntou à depoente **se ela tinha informação de alguma prisão em virtude dessas irregularidades:**

O SR. PRESIDENTE: - (...)

Essas providências, a senhora tem a informação se alguém foi preso, alguma instituição foi fechada em relação às providências que foram tomadas por vocês?

A SRª CRISTINE RODRIGUES: - Não. Nenhum profissional, ou nenhuma pessoa...

O SR. PRESIDENTE: - Mesmo detectando que tinha um funcionário adulterando e vendendo diplomas desses cursos?

O Procurador do CREA **explicou o procedimento do Conselho, quando do recebimento de uma denúncia**:

O SR. DIVINO TERÊNCIO VEROS: - (...)

Tem um fato curioso que nós detectamos o diploma através da notícia da própria instituição de ensino. Então o CREA quando recebe a documentação, ele encaminha um ofício à instituição de ensino, solicitando dela a veracidade daquele diploma.

A instituição de ensino analisa e esse egresso nunca participou dos quadros da instituição, a assinatura não corresponde, etc. Daí é passado para mim e eu entro na justiça.

Um fato curioso e até bastante recente, é que depois da Polícia Federal fazer todas as investigações, nos ter convocado para prestarmos depoimentos tanto na Polícia quanto na Justiça, a sentença do Juiz foi a seguinte: que a falsificação era grosseira e que qualquer pessoa de mediana inteligência detectava que aquele diploma e aquele currículo escolar não eram verdadeiros.

Então, por essa razão, ele isentou o falsário de qualquer penalidade. Então é um absurdo nós vermos um juiz, depois da tramitação de um processo, dizer que a falsificação é grosseira. O processo custa caro para o poder público.

Então, nós, como instituição CREA, ou mesmo que seja a Assembleia Legislativa, não podemos olhar um documento e dizer: "esse documento é falso", porque quem vai dizer que o documento é falso, ele tem que toda certeza.

O Procurador do CREA explicou também o **procedimento quando não foram ministradas todas as disciplinas:**

O SR. DIVINO TERÊNCIO VEROS: - (...) Agora em relação às instituições de ensino, é o seguinte: nós temos inúmeras instituições de ensino no Estado de Goiás, que às vezes não ministra nem 50% das disciplinas necessárias para formação do profissional.

E mesmo assim, quando chega lá no CREA, a Lei 5.194 diz o seguinte, que compete às câmaras especializadas apreciar e julgar os processos de registro e conceder as atribuições.

Assim ao verificar a carência das disciplinas, sobretudo das disciplinas básicas, o CREA faz restrições, terá o título, mas ele terá restrição das disciplinas tais, tais, tais e tais", depois entra na justiça e a justiça, o Ministério da Educação é independente, o CREA não tem nada a ver com as Instituições de Ensino e manda retirar todas aquelas atribuições. Nós temos um curso de Agronomia recentemente agora, e eu até trouxe uma petição, que quero deixar com os Senhores uma cópia, mostrando que a metade das disciplinas não são ministradas e a outra metade é ministrada por professores incompetentes, por quê? Porque eles não têm conhecimento das disciplinas. Não tem estrutura nenhuma, certo. E não é só essa instituição, não. São inúmeras instituições. Nós temos um caso em que fomos condenados a pagar indenização por danos morais, é uma licenciada em física, que a atribuição dela é ministrar em nível de 2º Grau e ela ministra disciplina de nível superior: engenharia mecânica, engenharia civil, certo? Então, tem escolas que contratam, em alguns casos, técnicos em nível de 2º Grau, em razão de valores para ministrar disciplinas de nível superior, certo? E a gente não acha respaldo nenhum no Judiciário. Tem dias que eu até me revolto, ataco um pouco o Judiciário em razão disso. Eu acho que a Educação, o Ministério da Educação, se estiver alguém aqui, infelizmente não fiscalizam. E nós, o CREA, nós entendemos que nós podemos fiscalizar, sim, porque quem forma o egresso é a instituição de Ensino, mas quem dá as atribuições é o CREA e ele não tem a liberdade de restringir as atribuições. E se ele restringir a Justiça, ele manda retirar as restrições. E são processos analisados, fundamentados, inclusive a Comissão de Educação do Conselho é composta por professores, porque o Conselho de Engenharia é composto por profissionais de todas as áreas da Engenharia, porque tem um número para dar uma representação daquela modalidade e cada Instituição cadastrada tem direito a indicar um representante, então nós temos representantes das Instituições de Ensino e esses representantes compõem a Comissão de Educação, que analisa a ementa das disciplinas, os históricos, as habilitações dos professores, então são processos bem fundamentados, decisões bem fundamentadas e a gente não consegue. Então, é por isso que nós vemos aí todos os dias na imprensa do Brasil que existe um apagão na área da Educação e da mão de obra, sempre que nós pegamos uma pesquisa internacional, a Educação nossa está lá na lanterna, penúltimo, último lugar, então por quê? Porque hoje as Instituições de Ensino passaram a ser mercantilistas. Hoje são grupos internacionais e tudo, e o que eles preferem? Grandes lucros e pouco custo.

O Presidente da CPI perguntou ao depoente a **quantidade de diplomas irregulares que foi detectada e de quantas instituições:**

O SR. PRESIDENTE: - Por favor, quantos diplomas irregulares foram fornecidos que vocês detectaram?

A SRA. DRA. KRISTIANNE RODRIGUES: - **Até a data de ontem nós tivemos 71 Diplomas detectados.**

O SR. PRESIDENTE: - De quantas Instituições?

A SRA. DRA. KRISTIANNE RODRIGUES: - São variáveis, deveria ter em torno de 30 Instituições. Desses 71 diplomas, 44 são de Goiás, as Instituições são de Goiás, que negaram a veracidade. Não estou dizendo que elas deram o diploma, elas negaram a veracidade do diploma.

O SR. PRESIDENTE: - Então todas têm funcionários irregulares? A SRA. DRA. KRISTIANNE RODRIGUES: - Não pode ser um falsário que, de posse de um diploma, forja um com as mesmas características, de igual modelo e preenche os dados da pessoa que ele acha, para quem ele está vendendo, para o comprador. Entendeu?

**5.2.4. MÁRCIA ANTUNES – representante da Secretaria Estadual de Educação – Reunião ordinária realizada em 11/4/2018:**

Em suas considerações iniciais, a **Superintendente de Inclusão da Secretaria Estadual de Educação, Marcia Antunes,** informou que a Secretaria de Educação tem um cuidado muito grande com todos os documentos que recebe, verificando sempre o selo de certificação e o credenciamento das instituições:

A SRA. MÁRCIA ANTUNES: -  Primeiro, a Secretaria tem um cuidado muito grande com todos os documentos que ela recebe. Então, hoje o núcleo que mais tem recebido documentos de certificação é a Superintendência de Gestão de Pessoas, uma superintendência que lida comumente com isso. Ali, é feita toda uma triagem. A gente fica sempre de olho na questão do selo de certificação e credenciamento dessas instituições. Sempre que há dúvidas acerca da regularidade desses certificados, a Secretaria solicita então das Universidades, das Faculdades um parecer. Então, esse procedimento é comum na

Secretaria. Ele não é de agora, ele já vem de há algum tempo nessa linha. A gente tem também cursos que não são de graduação, mas cursos de extensão, que muitas vezes, até mesmo especialização, cujos certificados que chegam para a gente... Inclusive, na minha pasta que é de inclusão, é muito comum também, porque para lidar com determinados estudantes, ou para atuar na formação também, são necessárias algumas certificações. Então, a gente também tem muito esse cuidado de olhar, de verificar a instituição que está emitindo esse certificado, além do processo também de acompanhamento da atuação desses profissionais. Então, esse é um regulamento meio que padrão dentro da Secretaria, ao longo dos anos. A gente tem muito cuidado em relação a isso e, sempre que detectado, são tomadas as devidas providências.

O Presidente da CPI, Deputado Talles Barreto, perguntou à depoente se ela tem **conhecimento das irregularidades existentes, especialmente no ensino superior:**

O SR. PRESIDENTE: - (...)

Professora, mas a senhora tem conhecimento dessas irregularidades, especialmente do ensino superior? O que a senhora dentro da Secretaria já presenciou, já ouviu, já chegou. O que a senhora poderia fornecer para a gente. A senhora tem alguma informação especificamente sobre isso?

A SRA. MÁRCIA ANTUNES: -  Dentro da minha área especificamente, a gente nunca detectou qualquer documento irregular de Universidades. Não detectamos.

Na área de gestão de pessoas, é como eu estou dizendo, isso já foi detectado, sim. De servidores que apresentam certificados e que são irregulares, certificados falsos mesmo, e isso tudo tem sido encaminhando para averiguação. Inclusive para os órgãos competentes. Então, isso é feito. Agora eu não vou saber precisar nesse momento, quantos nesse ano, quantos no ano passado e quem são essas pessoas. Caso seja necessário, eu creio que essa CPI pode fazer uma solicitação e a gente vai encaminhar.

O Presidente da CPI perguntou à depoente **se um diretor de escola pode fornecer estrutura física do Estado para uma entidade, sem passar pela SEDUCE:**

O SR. PRESIDENTE: - O Diretor de escola, por exemplo, pode fornecer a estrutura física do Estado para uma entidade dessas sem passar pela

Seduce?

A SRA. MARCIA ANTUNES: - Não, o prédio da escola é um dos patrimônios do Poder Público e o Diretor é apenas um escolhido para representar aquela comunidade e gerenciar os processos educacionais. O Conselho Escolar que vai gerenciar recursos e, inclusive, cuidar desse prédio, mas não há poder nem por parte do Conselho nem do Diretor de Escola de destinar, alugar, emprestar ou fazer qualquer tipo de utilização fora da situação da escola sem uma autorização da Secretaria. Isso não pode acontecer.

**5.2.5. GALTIERY RODRIGUES - repórter do Jornal O Popular - Reunião Ordinária realizada em 11/4/2018:**

Em suas considerações iniciais, o jornalista do Jornal O Popular, GUTIERREZ RODRIGUES, **abordou a questão da venda de diplomas:**

Diante dessas situações, a gente, claro... Diante da deflagração da operação, veio à tona essa questão da fraude no concurso. Então, a gente ficou muito em cima dessa questão da fraude no concurso, e deixou essa questão do diploma de lado, até que a gente tivesse oportunidade de aprofundar nisso. E isso foi possível depois da deflagração da terceira fase da operação. Quando a coisa já foi ficando mais resolvida, falamos: "Agora a gente tem oportunidade de ver essa questão das compras de diplomas, se, de fato, isso é uma realidade ou não." Tanto é que a Polícia Civil, os delegados que investigaram a fraude no concurso, na época, dividiram essa investigação. Essa questão do diploma falso está sendo investigada separadamente. Já há um inquérito em andamento em relação a esses casos. E eles apuraram também que havia instituições de Goiás e do Distrito Federal. E, no que se refere às instituições do Distrito Federal, eles encaminharam para a Polícia Civil do Distrito Federal. Mas, há uma investigação também rolando aqui em relação... Ele me falou... Ele não me disse o nome da instituição, claro, mas ele falou especificamente uma instituição, que seria essa, que teria entrado nessa negociação para vender esse diploma de Direito. Diante disso, a gente parou para pensar como a gente pode aprofundar nisso, já que os delegados não podem dar tantos detalhes, já que a investigação ainda está no início. A gente falou: "Olha, a não ser que a gente tente ver como que funciona esse mercado e vá atrás disso para tentar mensurar como é essa venda." E aí a gente sabe que, na internet, hoje, a gente encontra de tudo. Essa foi até uma fala de um advogado, que me chamou muito a atenção, Doutor Valdemir, da DEIC, um dos advogados mais antigos de Goiás, Doutor Branco, falou: "Olha, Galtieri, hoje, na internet, você encontra de tudo. É até difícil de controlar o que você encontra." E, jogando numa pesquisa boba, no Google, você consegue ver anúncios e ofertas de diplomas de várias maneiras, assim. E aí a gente começou a dialogar com essas pessoas, esses vendedores, para ver como é que funciona o trâmite dessa venda.

O SR. PRESIDENTE: - De Goiás?

O SR. GALTIERI RODRIGUES: - Não só de Goiás. Até, durante a investigação, a gente teve esse cuidado. A gente jogava "venda de diplomas em Goiás; Goiânia; Goiás, Goiânia" e apareciam pessoas que se diziam vendedoras do Brasil inteiro. E aí o modelo de venda deles, pelo que eu entendi, pelas mensagens que a gente trocou, é basicamente o mesmo, assim. Eles contam com o auxílio de uma pessoa de dentro da Universidade. Pelo menos é o que eles dizem, que teria uma pessoa de dentro da universidade que auxiliaria nessa confecção do diploma, que eles atestam a veracidade disso, desse documento, e também na inserção dos dados dessa pessoa no sistema da faculdade, para que inviabilize aí questionamentos futuros, se a pessoa estudou de fato, se não estudou. Eles oferecem histórico escolar, oferecem trabalho de conclusão de curso, para confirmar que você de fato concluiu o curso. Então, assim, eles oferecem uma série de coisas, um pacote. E, aí, quando a gente faz esse tipo de reportagem, a gente tenta ter um tipo de cuidado jornalístico, que é o de comprovar. E aí a gente entrou meio que numa situação que nos fez pensar, que é a seguinte. O que a gente teria que fazer para comprovar isso? Comprar um diploma. Só que se eu comprasse um diploma, eu estaria cometendo um crime. Eu consultei vários delegados na época, conversei com o pessoal da DEIC, conversei com alguns advogados. Eles falaram: "Galtiere, é melhor você não fechar.  Não vá tão à frente, porque você poderá estar... Você estará cometendo um crime de falsificação de documento. E você poderá ser indiciado futuramente, se isso vier a ser noticiado no jornal, que você adquiriu esse diploma falso. Eles vão te questionar isso." Então, a gente preferiu não ir tão à diante. E aí veio o cuidado jornalístico de ver se isso de fato era uma realidade que chegava aos Conselhos de categorias, os Conselhos Regionais. Aí, durante as minhas conversas, eu vi que eles ofereciam diplomas de todos os cursos. Não tinha uma restrição. Tanto é que chamou a atenção que teve uma das anunciantes que falou: "Gente, não insistam com diplomas da área de saúde. Eu não forneço diplomas da área de saúde." Outros já forneciam diplomas de Enfermagem, por exemplo, de Engenharia. E aí eu fui atrás desses Conselhos Regionais. E foi quando veio o número do CREA, que me surpreendeu também, que de 2015 para cá, eles começaram a fazer um levantamento, acho que até o dia, a data da reportagem, eram 64 casos de tentativas de obtenção de registro profissional com uso de documentação falsa.

O depoente comentou que outros Conselhos também **enfrentam o problema de tentativa de registro de diplomas falsos:**

O SR. GALTIERI RODRIGUES: - Pois é, e no Conselho de Farmácia, por exemplo, só no ano passado foram sete tentativas de obtenção de registro, nos Conselhos de Enfermagem e Psicologia, também informaram que já aconteceram algumas tentativas neste sentido, só que não me informaram o número exato, mas que há processos administrativos tramitando nesses Conselhos em relação a isso.

Diante de todo este cenário vimos que não se tratava de uma coisa, fomos nos surpreendendo à medida que fomos apurando pois veio esta questão do contador e do açougueiro na Operação da Polícia Civil, depois vimos a facilidade com isso supostamente é vendido pela Internet, e eles mantém contatos. Houve uma das vendedoras, inclusive, que chegou a mandar exemplos de documentação, ele me mandou vários anexos de documentos que teriam sido fornecidos por ela e com ajuda de profissionais dessas respectivas universidades. Um outro, eu insisti bastante para ele me informar se ele tinha universidade, se ele trabalhava com universidades aqui do Estado, eles o tempo todo se esquivam dessa pergunta, eles tentam tranquilizar, fique tranquilo que forneceremos uma documentação que é segura, você não terá problema com ela, eles não respondem esta pergunta. A única pergunta que ele teria direcionado neste sentido, ele falou que ele tinha contato com universidades originalmente do Rio de Janeiro e São Paulo, que seriam grandes universidades que teriam unidades em outros Estados, uma do Rio de Janeiro e outra de São Paulo. Foi este, inclusive, que perguntei, disse que estava interessado num diploma de Engenharia, e ele disse que tinha para me fornecer.

O depoente abordou a questão de **investigação dos diplomas falsos:**

Questionamos o MEC para saber, porque os anúncios e mensagens trocadas esses vendedores falam sempre no MEC, que é um diploma reconhecido pelo MEC, que é uma instituição cadastrada no MEC, então fomos atrás do Ministério da Educação para saber qual era a posição deles em relação a isso. A postura é que eles não investigam isso, dizem que é uma questão de polícia, não é uma questão do MEC em si de monitorar isso, de averiguar esta questão, é um caso de polícia, não é da competência deles. Perguntei da questão do reconhecimento do diploma, eles disseram que o MEC não reconhece diploma, essa instituição que é credenciada no MEC é quem reconhece o diploma, não é o Ministério da Educação. Então, eles não tinham muito o que falar sobre este assunto da venda de diplomas falsos.

Abordou também a questão do **ensino à distância:**

Portanto, basicamente, foi este cenário que encontramos na apuração da reportagem e chamou bastante a atenção a questão da facilidade. O senhor falou da questão das faculdades de ensino à distância, um problema que é muito pontuado pelo Conselho de Psicologia da região, eles falam que estão tendo um problema sério com a oferta de cursos à distância de Psicologia e que tem gente que está cursando, eles são extremamente contra. Então, é uma série de questões que vieram à tona durante a apuração da reportagem que foram nos surpreendendo, não era uma coisa que dimensionávamos antes.

O **Presidente da CPI**, **Deputado Talles Barreto**, elencou algumas **instituições** e perguntou ao depoente **se teve informação delas durante a reportagem:**

O SR. PRESIDENTE: - Vou perguntar, bem claramente, porque precisamos de resultados. Primeiramente, foi feita a denúncia aqui de faculdades credenciadas, vamos ver se você já teve alguma informação delas, FAI - Faculdade de Itaporanga; Faculdade Brasil Central, Faculdade Padrão, UNA, UNINACIONAL, Institutos Conveniados, Colégio Impacto, Realiza Cursos, Colégio Moura Filho, Arctempos, Instituto Master, Instituto Lato-Senso, Instituto Paulo Freire, Centro de

Ensino Superior, Instituto Visão, Moderna Educacional, SEGEPS, IESE, ESA, alguma dessas instituições vocês tomaram conhecimento durante a reportagem?

O SR. GALTIERI RODRIGUES: - Não, nenhuma dessas, nem nas informações em off que obtivemos e que não poderíamos publicar, e que falou-se na época da deflagração da Operação da Polícia Civil e depois até, nenhuma dessas apareceu.

O depoente abordou a questão do **preço dos diplomas:**

O SR. GALTIERY RODRIGUES:- Os valores variam muito. Por exemplo, eu cheguei a fazer o orçamento. E, chegou para mim o valor de um diploma de curso à distância, por exemplo, que eu comprava por menos de R$1 mil reais. Mas, ao mesmo tempo, já chegou um pacote todo completo de R$40 mil reais. Então, varia de acordo com o pacote, com o curso, com a categoria do curso que você está comprando ali.

O SR. GALTIERY RODRIGUES:- O de Goiás, por exemplo, o Delegado Doutor Rômulo me disse que esses diplomas de Direito teriam sido negociados em torno de R$30 mil reais. A Polícia Federal do Distrito Federal pegou parte da instituição de lá e ele estava levando adiante essa investigação daqui do Estado. Ele só não sabia se iria desenrolar muito, porque estava bem naquele período de troca de Delegados na Polícia Civil e ele poderia ser encaminhado para outra unidade, para outra delegacia. Então, ele não sabia se iria continuar com o inquérito ou se iria passar para outro delegado.

O depoente informou também que se deparou com **certificados que comprovavam a conclusão de pós-graduação e de mestrado:**

O SR. GALTIERY RODRIGUES:- Eu lembro que a gente esbarrou em situações que não eram só de diplomas de conclusão do curso. Tinham certificados que comprovavam por exemplo a conclusão de pós graduação e de mestrado.

**5.2.6. DRA MARIANNE MELLO – Procuradora da República. Depoimento prestado no dia 18 de abril de 2018**

Em suas considerações iniciais, **a Procuradora da República, Dra Marianne Mello, abordou a atuação do Ministério Público Federal na investigação de irregularidades nas faculdades:**

A SRA. PROCURADORA DA REPÚBLICA MARIANE MELLO: -

De fato, temos uma parceria com a SEMESG, de longas datas, de trocas de informações. E, na medida do possível, o Ministério Público Federal tem atuado para combater essas irregularidades, envolvendo instituições de ensino superior.

É preciso esclarecer que, por uma questão de atribuição constitucional, em toda instituição de ensino superior, seja ela pública ou particular do sistema federal de ensino, a atribuição de fiscalizar é do MEC. E cabe, no caso de alguma irregularidade, ao Ministério Público Federal tomar as providências judiciais cabíveis. No entanto, tratando-se de uma instituição estadual de ensino ou de cursinhos que se fazem passar por instituições de ensino superior, a atribuição, nesses casos, para atuar, é do Ministério Público Estadual. O MEC não tem competência para fiscalizar instituições que não são reconhecidas por ele. Dentre suas inúmeras resoluções, há uma que obriga que haja um cadastro no sistema e-MEC de todas as instituições de ensino superior reconhecidas pelo MEC.

Essa iniciativa da Assembleia Legislativa de criar essa comissão é muito importante, pois dará uma maior visibilidade a esse trabalho de formiguinha que, às vezes, nós, do Ministério Público, fazemos. No caso de Goiás, por exemplo, são 246 municípios no Estado. Imaginem fiscalizar, em cada um desses municípios, irregularidades envolvendo esse tipo de fraude.

Essa visibilidade é muito importante, porque acho que só coibiremos esse tipo de fraude, de maneira definitiva, por meio de informação. Precisamos educar os pais para que, antes de matricular seus filhos, em algum curso, tenham alguns cuidados básicos, como o de verificar na Internet, no site do MEC, se a instituição é realmente reconhecida e credenciada por ele. Se é uma instituição séria, se aquele diploma vai ter validade.

O dinheiro que se gasta num curso irregular desse, pode até ser restituído em uma ação cível de restituição de débito, porque o Código de Defesa do Consumidor, garante até a restituição em dobro. Mas o tempo despendido por esse aluno não tem retorno. Às vezes, o aluno perde cinco anos, fazendo um curso de graduação, mais dois anos um curso de especialização, e vai descobrir que esse curso não tem validade, só quando for tentar registrar o seu diploma junto ao Conselho Regional da profissão que tiver escolhido. Isso é muito sério.

É importante que se faça uma campanha de esclarecimento, desconfiar do que é bom demais para ser verdade. Quer dizer, um curso, no interior, que diz que oferecerá um diploma em dezoito meses, e aula, uma vez por semana, é uma propaganda tão enganosa que o próprio consumidor deveria desconfiar. O MEC exige, de qualquer curso sério de graduação, no mínimo duas mil ou duas mil e quinhentas horas/aula para poder se formar num curso de graduação. No de especialização, a carga horária mínima é de 360 horas/aula. Não tem como fazer mágica. Não tem como formar com aulas semanais em um ano e meio. E a instituição, o MEC até reconhece e permite que uma instituição de ensino superior faça parceria com uma instituição de ensino que não seja uma IES para o oferecimento de cursos fora de sua sede. Mas, para que isso seja válido, toda a prestação de ensino pedagógico tem que ser fornecida pela instituição de ensino superior. Quer dizer, um instituto que faça uma parceria com uma instituição de ensino pode fornecer-lhe o espaço físico, o equipamento de multimídia, uma biblioteca, uma sala de estudo. Mas os professores que forem dar aulas têm de ser oriundos daquela instituição de ensino parceira. Na hora de registrar esse diploma, o MEC vai exigir essas informações.

Então, se o aluno se matricula num instituto qualquer, que não seja uma instituição de ensino superior e, na hora do vamos ver, não há sequer um professor da referida faculdade, ele tem que denunciá-la. A gente, infelizmente, não tem conhecimento de todas as irregularidades que acontecem. A gente precisa dessa parceria com a sociedade, com os pais e com os próprios alunos. Eles têm de ir, primeiramente, ao promotor de justiça da sua região. Tratando-se de instituição de ensino aqui da capital, procure o Ministério Público Federal, procure o próprio sindicato, o SEMESG, porque ele vai fazer uma orientação jurídica sobre como esse aluno deve proceder. É muito importante que a gente trabalhe com essas informações para diminuir as fraudes.

No caso do Ministério Público Federal, a gente vem recebendo muitas denúncias, principalmente da SEMESG, acerca de instituições com alguma irregularidade. Como eu dissera, primeiro a gente oficia o MEC e, quando se verifica haver mesmo uma instituição de ensino superior envolvida na suposta fraude, oficiamos essa instituição, cobramos dela todos os documentos exigidos por lei - e aí, se ela possui parcerias com cursinhos, ela tem que apresentar os referidos documentos, a relação de professores, presença dos alunos, propostas pedagógicas - e, estando tudo certo, arquivamos a denúncias; se não, levamos a denúncia ao conhecimento do MEC, pedindo até mesmo, se for o caso, o descredenciamento desta instituição. Quando se verifica que não há instituição de ensino superior envolvida, encaminhamos toda a documentação para o Ministério Público Estadual para que este, por sua vez, tome todas as providências cabíveis.

O Deputado Relator perguntou à depoente **se o Ministério Público Federal tem buscado respaldo no MEC, com relação às denúncias feitas, e se o MEC tem dado retorno à essas denúncias:**

O SR. RELATOR: - (...)

Como tem sido com essas denúncias que chegam ao Ministério Público Federal? Ele tem buscado, junto ao MEC, esse respaldo nas informações? Relativo a essas denúncias, o MEC tem dado respaldo ao Ministério Público Federal sobre essas denúncias? Como tem sido essa interação com o MEC nesses processos que têm chegado ao Ministério Público?

A SRA. PROCURADORA DA REPÚBLICA MARIANE MELLO: - Olha, esse é outro problema. O MEC tem boa vontade, mas pouca perna para investigar e fiscalizar a quantidade de instituição que existe no país afora. Muitas vezes, até por falta de fiscais em número suficiente para fazer uma fiscalização efetiva. A fiscalização fica sendo meramente formal. Vamos dizer, hipoteticamente, que um cursinho se alie a uma instituição de ensino superior não muito séria para fazer um curso de graduação numa cidade do interior. Na prática, o que a gente verifica é que essa instituição está emprestando o nome e o diploma. O cursinho é que fará a graduação "para inglês ver". E, na hora de fornecer o diploma, a instituição o valida como se o aluno tivesse estudado na instituição. Formalmente, é possível maquiar essa documentação, porque se faz o convênio nos termos da resolução. A instituição diz que seus professores foi quem deu as aulas e fornece a documentação.

E, ao MEC, resta olhá-la. Para descobrir se de fato está havendo fraude, tem de se fazer uma fiscalização in loco. O pior é que, muitas vezes, o aluno, ainda que entre de boa-fé, como tem interesse em legalizar o diploma, não denuncia a instituição, porque ficará prejudicado se o diploma dele for anulado. Há uma grande dificuldade para resolver a questão da fraude, pois para isso, deveria reunir provas de que aquele convênio, na prática, não está operando nos termos que o MEC preceitua.

O Deputado Relator perguntou à depoente **sobre o encaminhamento das denúncias do CREA, de expedição de diplomas falsos, no Ministério Público Federal:**

O SR. RELATOR: - (...) Temos conversado muito com o pessoal dos Conselhos em relação aos diplomas falsos, outro foco desta CPI. Foi nos repassado, na semana passada, pelo CREA, uma denúncia bem relevante, pela quantidade de diplomas falsos detectados. Há nomes e endereços das pessoas que apresentaram esses diplomas. Segundo o CREA, essa denúncia foi encaminhada ao Ministério Público Federal.

Como está o processo de averiguação dessa denúncia no Ministério Público Federal? Essa denúncia diz que setenta e poucas pessoas apresentaram diplomas falsos. Isso é um indício muito forte de fraudes, pois há nomes e endereços. Talvez essa seja uma grande possibilidade de encontrarmos quem fabrica esses diplomas.

Gostaria que a senhora nos relatasse como foi apresentada essa situação à CPI? Já que isso tinha sido encaminhado ao Ministério Público Federal? Como está o encaminhamento dessa denúncia feita pelo CREA?

A SRA. PROCURADORA DA REPÚBLICA MARIANE MELLO: - Pois é, no caso de falsificação de diploma, fica mais fácil, pois o documento sendo, ideologicamente falso, há um crime. Nesse caso, a denúncia, provavelmente, deve ter sido encaminhada a um dos meus colegas que atuam na área criminal. A minha atuação é cível, na área da educação. E, como se trata da prática de um crime, de falsificação de documento público, deve ter sido instaurado um inquérito policial. E, apurando-se a autoria e a materialidade, com certeza, deve ser oferecida a denúncia. Agora, eu não tenho elementos para falar desse caso concreto, porque como não foi dirigida a mim a representação, se eu tivesse ciência prévia disso, eu teria consultado o colega para o qual, supostamente, foi dirigida essa denúncia. Agora, com o CREA, caiu, para mim, sim, um caso no Cível. Que hoje, o Conselho Regional - desculpa, não foi o CREA, Conselho Regional de Educação Física. Nós temos um caso lá, Conselho Regional de Educação Física. Agora, o MEC

determinou uma complementação dos cursos de bacharelado e de..., - porque a pessoa, quando ela vai fazer educação física, ela pode escolher: Curso de Licenciatura ou de Bacharelado. A pessoa que opta pelo Curso de Licenciatura não pode dar aula em academia; que é hoje, profissionalmente, o que mais interessa para o aluno, porque, para ele trabalhar como personal, ele vai ganhar muito mais, muitas vezes, do que como professor em escola.

Teve uma instituição, que não é de ensino superior, que começou a dar um curso de complementação de educação física para alunos - que eram licenciados, para eles conseguirem o bacharelado. Chegou a formar uma turma. Quando esses alunos, de posse dessa complementação, foram ao Conselho Regional de Educação Física, e conseguiram o registro para atuar tanto na escola, quanto nas academias, descobriram que a instituição não estava regular. Quer dizer: perderam um ano e oito meses, dois anos de um curso de complementação. Aí, nesse caso, além da gente tomar as medidas Cíveis, nós também denunciamos à Delegacia do Consumidor, foi instaurado Inquérito Policial - e muito provavelmente já deve ter sido oferecida a denúncia. Mas, infelizmente, no aspecto criminal eu não acompanho, porque não faz parte das minhas atribuições.

O Presidente da CPI perguntou à depoente **o que ela entenderia melhor para que a CPI pudesse inibir essas condutas irregulares:**

O SR. PRESIDENTE:- (...)

Dentro do trabalho da Senhora, dentro deste período em que a Senhora tem de experiência, o que a Senhora avalia, pontualmente, que seria melhor para podermos desbravar e inibir essas estruturas?

A SRA. PROCURADORA DA REPÚBLICA MARIANE MELLO: - Acho que é uma parceria com os promotores de justiça desses municípios, com os PROCONS, com o próprio sindicato das entidades mantenedoras, porque quem se sindicaliza no sindicato é uma instituição séria, é aquela que é reconhecida e cadastrada no MEC senão o sindicato nem aceita.

Por exemplo, toda cidadezinha de interior, por mais pequenina que seja, tem um promotor de justiça. Então, se abre um curso lá o promotor fica sabendo. Quer dizer, está precisando de uma aproximação maior com o Ministério Público Estadual para que abrindo um curso imediatamente o promotor tome providências para verificar a sua legalidade. Acho que está faltando uma interlocução e, neste aspecto, a CPI pode promover isso, acredito que o...

A Procuradora da República, ora depoente, mencionou sua **preocupação com o ensino à distância:**

A SRA. PROCURADORA DA REPÚBLICA MARIANE MELLO: - Olha, outra preocupação que eu tenho também é com o ensino a distância.

O SR. PRESIDENTE:- Eu ia falar isso.

A SRA. PROCURADORA DA REPÚBLICA MARIANE MELLO: - O ensino a distância foi criado com uma boa intenção de levar, de dar capilaridade, a possibilidade daquele aluno do interior, do meio rural que, às vezes, não tem condição financeira de acesso a uma instituição da Capital, dele também ter uma possibilidade de se graduar no local onde vive e trabalha. A intenção é boa, mas ela deu margem a muita fraude. Por quê? É o mesmo problema da terceirização do ensino. A lei prevê o quê? Que uma Instituição de Ensino Superior credenciada para dar cursos de ensino a distância - ela tem que ser credenciada -, não só para o modelo presencial, mas também para o modelo de ensino a distância. Uma instituição de ensino, exclusivamente credenciada para dar curso presencial, ela não pode dar curso de EAD.

Então, aquela que é credenciada pelo MEC pode abrir polos, só que esses polos têm que ser uma extensão da instituição, ou seja, ela tem que fazer um convênio ou uma parceria local onde o parceiro vá fornecer as instalações físicas, o material audiovisual, porque essas aulas são dadas por sistemas de multimídia... Agora, os tutores, que têm que estar lá algumas horas por semana presencialmente para o aluno ir lá tirar dúvidas, como é que ele funciona no ensino a distância? O aluno estuda, principalmente, pela internet, mas ele tem que ter algumas horas por semana que ele tenha que ir no polo e tem que ter um tutor da universidade, com formação específica naquela matéria, para tirar dúvidas presencialmente desse aluno. As provas também são feitas de maneira presencial. O material pedagógico tem que ser todo fornecido pela instituição de ensino credenciada, as apostilas, os livros, o plano pedagógico. E essa é, infelizmente, uma outra maneira de as pessoas mal-intencionadas...

A depoente mencionou **o fato de ter apurado que o polo da instituição era somente uma sala comercial. Abordou também a dificuldade orçamentária para o MEC fiscalizar:**

A SRA. PROCURADORA DA REPÚBLICA MARIANE MELLO: - É, eu já tive casos de apurar que o polo, por exemplo, era uma sala comercial. Você chegava lá e era uma salinha comercial montada lá, não tinha biblioteca, não tinha sala de estudo... Porque o polo tem que fornecer para o aluno que queira estudar numa sala de estudo...

O SR. PRESIDENTE: - Como é que o MEC libera uma instituição dessa?

A SRA. PROCURADORA DA REPÚBLICA MARIANE MELLO: - O problema é que ele credencia uma instituição confiando nela, mas ele também não tem capilaridade para fiscalizar todos os polos. São inúmeros os polos. Essa é uma dificuldade que a gente tem e por isso é importante...

O SR. PRESIDENTE:- Mas ele começa a funcionar sem a visita do MEC?

A SRA. PROCURADORA DA REPÚBLICA MARIANE MELLO: - Essa visita tem que ser feita em algum momento. O problema é que o orçamento federal não dá, o MEC está funcionando sem dinheiro para pagar, até diária, como o resto do País todo está funcionando nessa situação. Nós estamos num momento de contenção de despesas. Essa fiscalização, infelizmente, fica aquém do que seria desejado e as pessoas mal-intencionadas se aproveitam dessa deficiência fiscalizatória para locupletar em cima do cidadão.

Por isso que eu acho que o maior fiscalizador é o próprio cidadão. Eu acho que os pais têm que querer o melhor ensino para os seus filhos. Os pais é que têm que ser, em última análise, conscientizados para denunciar: "Olha, meu filho está fazendo um curso lá, mas não tem sala, não tem tutor, o material pedagógico não é da instituição, não vem professor dar aula". Esse é o maior parceiro que nós temos que conquistar: é o próprio cidadão brasileiro.

Nós só vamos conseguir coibir esse tipo de fraude, o dia que o próprio cidadão aprender a denunciar. Como foi uma conquista do Código de Defesa ao Consumidor.

Hoje, todo cidadão brasileiro sabe quem é o PROCON, mesmo que ele não tenha muito estudo, que ela não tenha muito conhecimento jurídico. Mas ele sabe que tem o PROCON e que se ele comprar uma geladeira e der defeito, ele pode ir no PROCON que ele consegue trocar a geladeira. Isso foi uma conquista. Nós conquistamos. E nós precisamos também conquistar os pais, os próprios alunos de que eles estão pagando caro, pois esses cursos particulares são caríssimos e muitas vezes eles se endividam para poder formar, acreditando que esse diploma vai trazer algum sucesso profissional.

Então, ele tem que aprender a reclamar. Olha o meu curso não é bom, não estou aprendendo nada. Mesmo aquele que é regular, se ele for deficitário, porque lá no setor federal, às vezes a gente apura denúncias de cursos que são regulares, mas que são deficitários: falta professor, laboratório de pesquisa, falta estágio.

Porque também as fraudes não ocorrem só em instituições não credenciadas não. Infelizmente tem muita instituição credenciada, que não fornece educação de qualidade. E nos precisamos aprender a cobrar dessas instituições uma contra prestação a altura da mensalidade cara que a gente paga.

**5.2.7. ROBSON LÚCIO NORONHA – Diretor do Instituto Visão. Reunião ordinária realizada em 18/4/2018**

O Deputado Relator da CPI, SIMEYZON SILVEIRA, perguntou ao depoente qual **sua ligação com o Instituto Visão**:

SR. RELATOR:- (...)

Quando do início da CPI, uma das instituições citadas foi o Instituto Visão, hoje você faz parte do grupo do Instituto Visão, qual é a sua ligação com o Instituto Visão?

O SR. ROBSON LÚCIO NORONHA:- A denúncia foi feita através do SEMESGO, não é isso? Tomando parte da situação agora, realmente nós recebemos uma citação, apresentar uma defesa junto ao Ministério Público Federal com relação as atividades envolvidas pelo Grupo Visão. E, no momento propicio, foi apresentada toda documentação solicitada e os esclarecimentos necessários de acordo com a solicitação do SEMESGO, porque repassei as duas instituições de cursos superiores que eu represento que são o grupo FIG e o grupo FATEG, onde a RC de propaganda está responsável fazer divulgação dos cursos promovendo e levando as instituições não só dentro do estado, mas para outras unidades da federação.

Então, apresentei no momento toda a documentação requerida pela denúncia do SEMESG. Está lá o ato constituído da empresa, a minha função, como administrador do grupo, quais são as empresas que compõem o Grupo Visão - inclusive os contratos de cooperação técnica existentes com as faculdades, em que representamos inúmeras instituições, como os grupos FIG, FATEG, a Faculdade Alfredo Nasser, a faculdade FacMais e a Unicamps. Já desenvolvemos trabalhos com todas estas citadas, mas hoje trabalhamos com apenas duas instituições: os grupos FIG e FATEG.

O Deputado Relator perguntou ao depoente a **atuação do Instituto Visão**:

SR. RELATOR:- O Instituto Visão faz esse intercâmbio?

O SR. ROBSON LÚCIO NORONHA: Fazemos a divulgação e captação dos alunos, das pessoas interessadas nos cursos. Depois repassamos isso a eles.

SR. RELATOR:- Você consegue apontar que cursos são esses que vocês representam através do grupo Visão?

O SR. ROBSON LÚCIO NORONHA: Sim, com relação ao trabalho de divulgação que o Grupo Visão faz hoje, é de acordo com a nossa autorização que foi cedido a nós, através do portal do EMEC, que seriam os cursos de extensão. E dentro dos cursos de extensão há uma gama enorme de cursos, que são oferecidos à sociedade, mas todos voltados para alunos do ensino fundamental, médio e para os alunos universitários.

O Deputado Relator perguntou ao depoente **onde eram ministrados os cursos:**

SR. RELATOR:- Mas esses cursos são feitos na instituição, no Instituto Visão?

O SR. ROBSON LÚCIO NORONHA: Não, o Instituto Visão faz a captação e repassa as informações acerca das turmas a serem montadas, de acordo com a necessidade da região. A faculdade, por sua vez, providencia o corpo docente que se deslocará até a cidade para realizar os treinamentos, tanto dos cursos livres quanto dos cursos sequenciais.

O Deputado Relator perguntou ao depoente **quem emite os diplomas**:

SR. RELATOR:- Como são emitidos esses diplomas, dessas pessoas que concluem os cursos? Os seus diplomas são emitidos por essas instituições?

O SR. ROBSON LÚCIO NORONHA: Sim, são as próprias faculdades que os emitem, porque não trabalhamos com graduações, mas tão somente com cursos sequenciais.

O Deputado Relator pediu ao depoente que **explicasse melhor o funcionamento das parcerias:**

SR. RELATOR:- Você poderia explicar para nós um pouco melhor como funcionam essas parcerias, como são feitas?

O senhor disse que o Instituto Visão faz o trabalho de divulgação e coopta os alunos para esses cursos, certo? Sendo assim, a responsabilidade pelos alunos é do Instituto Visão ou dessas faculdades? De quem é essa responsabilidade final? Como funciona isso nessa parceria, da cooptação até a formação dos alunos? Explique isso para nós direitinho.

O SR. ROBSON LÚCIO NORONHA: As instituições de ensino contam com uma quantidade ´x´ de vagas liberadas para as inscrições de cada curso. Então, em cima dessa necessidade, esse produto é passado a nós, que fazemos o trabalho de divulgação deste. Então, a partir do momento em que você consegue levantar as informações da população interessada na região, esses dados são repassados para a faculdade, que monta uma equipe responsável pelo treinamento desses alunos interessados.

Então, a partir da montagem da turma, da elaboração do plano de ensino, da elaboração das aulas e da seleção de um corpo docente para ministrálas, a responsabilidade é das faculdades.

O Vice-Presidente da CPI, Deputado Humberto Aidar, perguntou ao depoente o **seu papel na instituição**:

SR. VICE-PRESIDENTE:- (...) Apenas para eu entender, você cuida apenas da divulgação desses cursos ou você faz parte da instituição? Está meio confuso. Estamos olhando aqui possíveis irregularidades de algumas instituições, gostaria de saber se o senhor as representa apenas divulgando, fazendo a captação de alunos ou o senhor faz parte da instituição?

O SR. ROBSON LÚCIO NORONHA:- Não. A empresa que eu represento faz apenas a captação. Não sou membro e nem sócio de uma instituição de ensino superior.

SR. VICE-PRESIDENTE:- Então, o senhor só faz a captação? Se houver alguma irregularidade, o senhor não tem responsabilidade alguma? A empresa do senhor está isenta de responsabilidade?

O SR. ROBSON LÚCIO NORONHA:- Primeiramente, quando as instituições procuram a minha empresa para fazer a divulgação dos produtos, tomo o cuidado de verificar se realmente elas possuem a autorização do Ministério da Educação e Cultura. Inclusive, já as anexei ao requerimento que me foi enviado.

SR. VICE-PRESIDENTE:- Robson, para entendermos melhor, pois isso é algo novo para nós, há outras empresas que fazem esse tipo de captação? O senhor disse que já representou a Faculdade de Aparecida. Não sei se entendi bem, a UNICAMP?

O SR. ROBSON LÚCIO NORONHA:- Sim. Os contratos realizados entre as partes estão juntados aos autos.

O vice-Presidente da CPI perguntou ao depoente qual o **intuito de uma faculdade ao procurar sua empresa:**

SR. VICE-PRESIDENTE:- Qual é o intuito de uma faculdade ao procurar a sua empresa? Onde sua empresa está localizada nesse contexto? Isso não está bem claro para nós.

O SR. ROBSON LÚCIO NORONHA:- Somos uma empresa de marketing e propaganda. Fazemos a divulgação dos cursos.

O SR. RELATOR:- Do Instituto Visão, no caso?

O SR. ROBSON LÚCIO NORONHA:- Sim. Na verdade, o Instituto Visão é nome fantasia da empresa de marketing e propaganda.

O SR. RELATOR:- O senhor é sócio proprietário do Instituto Visão?

O SR. ROBSON LÚCIO NORONHA:- Sim. Hoje eu sou o administrador.

SR. VICE-PRESIDENTE:- Quando se refere ao nome Instituto Visão a gente pensa que se trata de uma escola. Mas o senhor está dizendo que é uma agência de publicidade, não é isso?

O SR. ROBSON LÚCIO NORONHA:- Sim. Fazemos a divulgação dos produtos e entregamos, praticamente, os alunos prontos para o estudo em instituições de ensino superior.

O Presidente da CPI pediu que o depoente esclarecesse com **quais faculdades o Instituto Visão possui parceria:**

O SR. PRESIDENTE:- Só para concluir, estou vendo alguns trabalhos do Instituto Visão, matriz Avenida Goiás, com a logomarca do Instituto Visão e está aqui, curso de pós graduação em gestão pública. Está como se fosse vocês. Tem vários cursos aqui. Curso de Complementação de Gestão de Segurança Pública, Curso de Pós Graduação Pedagógica, há vários cursos e pelo que a gente vê na logomarca é o Instituto Visão que está fazendo.

Gostaria que o senhor me explicasse com quais instituições o senhor tem parceria?

O SR. ROBSON LÚCIO NORONHA:- Grupo Fateg e o Grupo FIG, conforme os contratos que estão em cima da mesa do senhor.

O SR. PRESIDENTE:- Somente essas duas?

O SR. ROBSON LÚCIO NORONHA:- Hoje só trabalho com essas duas instituições, porque além de fazer, Deputado Humberto, a captação, ganhamos comissões em cima dos alunos captados. Então, quando a gente promove a captação dos produtos e há um interesse, nós repassamos às instituições e recebemos comissões pertinentes às matrículas dos alunos.

O Vice-Presidente da CPI perguntou mais uma vez sobre o **funcionamento da parceria**:

SR. VICE-PRESIDENTE:- Mas lá na sede do Instituto, quando vocês fazem a captação, esses alunos esses alunos ficam lá, eles são da universidade, da faculdade, do Instituto Visão, porque realmente passa a impressão é que lá é que é que são oferecidos esses cursos. Quanto à parceria na montagem das turmas, o senhor monta as turmas e aí a faculdade ministra os cursos lá no Instituto Visão?

O SR. ROBSON LÚCIO NORONHA: - Não, aqui não. Aqui em Goiânia nós estamos trabalhando mais, sobretudo, devido à questão da complexidade e da discrepância com relação aos valores. Nós entendemos que aqui, o mercado goiano é um mercado - desculpem a expressão, já está saturado devido à quantidade de empresas que desenvolvem a questão desse trabalho. Então, hoje nós fazemos a divulgação através das redes sociais, assim se numa determinada região surgir o interesse de 30, 40 pessoas, nós colocamos o pessoal do telemarketing em contato com essas pessoas, e após as inscrições feitas, as instituições levam o corpo docente para ministrar o curso na própria região.

Sobre quem paga o corpo docente, o depoente assim respondeu:

SR. RELATOR:- Esse corpo docente é pago pelo Instituto Visão ou é pago pelas faculdades?

O SR. ROBSON LÚCIO NORONHA: - São pagos pela faculdade.

Sobre a existência de **credenciamento das instituições no MEC**,

assim respondeu:

SR. RELATOR:- E essas instituições têm o credenciamento no MEC, as licenças para atuar nesses municípios?

O SR. ROBSON NORONHA: - Sim. Tanto possuem as licenças, as autorizações, como eu mesmo, eles me cadastraram, pelo grupo FATEC, como coordenador do curso de extensão. Para que eu tenha a liberdade e possa montar essa questão das turmas para a própria instituição de ensino superior.

Foi questionado sobre os **municípios de atuação do Instituto Visão**:

SR. RELATOR:- É possível que você forneça quais são os municípios de atuação? Para que nós tenhamos essa informação?

O SR. ROBSON LÚCIO NORONHA: - Aqui no Estado de Goiás, nenhum. SR. RELATOR:- Aqui em Goiás, nenhum?

O SR. ROBSON LÚCIO NORONHA: - Não. Nós estamos focando mais nos outros Estados, onde o acesso à educação é muito difícil ainda nessa região.

(...)

O SR. ROBSON LÚCIO NORONHA: - Sim. Nós já tivemos atuação em

Goiânia.

O depoente esclareceu a questão de ter sido **publicado anúncio no Jornal O Popular de curso superior em 3 meses:**

SR. RELATOR:- Acho que seria importante, uma vez que estamos com o representante do Sindicato, porque se o Instituto Visão não tem atuação no Estado de Goiás creio que a gente perde um pouco o foco e na denúncia fala justamente que o Instituto Visão atuava ou atua no Estado de Goiás através de cursos. Vi um anúncio feito o Jornal "O Popular" de curso superior em três meses, não sei, aqui não mostra a data do jornal, talvez estejamos desatualizados em relação ao tempo.

Então, creio que devemos focar em instituições que atuam no Estado de Goiás, este anúncio aqui...

O SR. ROBSON LÚCIO NORONHA: - Inclusive, em relação à questão deste anúncio que foi feito errado no Jornal "O Popular", realmente, houve um anúncio errado, foi feita apuração interna, imediatamente. Antes mesmo de surgir o SEMESG, foi feita a questão da retificação do anúncio no jornal e responsabilizada as pessoas envolvidas no processo dessa divulgação, porque quando foram solicitar a questão do anúncio do curso sequencial para alunos de nível superior que é um curso de complementação de estudo, eles utilizaram uma arte já pronta dessas mesmas instituições que atuam no Estado de Goiás e me responsabilizaram por questão deste anúncio.

Eu, realmente, assumo o erro deste anúncio, foi feita a questão da retificação e demonstrado para a Promotora, esqueci-me do nome dela, é do Ministério Público Federal, não houve nenhum tipo de pessoas prejudicadas.

SR. RELATOR:- Este curso não existia?

O SR. ROBSON LÚCIO NORONHA: - Não, eles estavam na verdade tentando promover a abertura de uma turma aqui em Goiânia.

SR. RELATOR:- Essa turma não foi aberta?

O SR. ROBSON LÚCIO NORONHA: - Não foi aberta.

O Vice-Presidente da CPI perguntou ao depoente **se não atua, realmente, no Estado de Goiás:**

SR. VICE-PRESIDENTE:- Robson, como estamos aqui na CPI e em toda denúncia ouvimos as partes, tanto quem denuncia, quanto quem está sendo denunciado, cabe a quem acusa o ônus da prova. Agora, o senhor, então, garante a esta CPI que não está atuando no Estado de Goiás, não tem nada aqui no Estado de Goiás?

O SR. ROBSON LÚCIO NORONHA: - Hoje aqui no Estado de Goiás temos apenas as sedes administrativas que ficam aqui em Goiânia e todo o marketing é voltado para os outros Estados como Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte entre as outras unidades da Federação.

A questão dos **preços cobrados nos cursos** voltou a ser comentada:

SR. VICE-PRESIDENTE:- Robson, para eu tirar essa dúvida então.

Na verdade a empresa é mais do que apenas uma empresa de publicidade, não é apenas uma agência de publicidade. Por exemplo, o senhor acabou de dizer que surgiu a oportunidade, tem que contratar um profissional que cobre aí trezentos reais por aula, e o senhor não tem feito porque não dá lucro. Ninguém trabalha para tomar prejuízo. Mas aí, Robson, só para a gente entender aqui, a empresa na verdade não é apenas de divulgação. Se montar a turma, vocês estariam autorizados, desde que com um profissional habilitado para ministrar esses cursos. Não é isso?

O SR. ROBSON LÚCIO NORONHA: - Não, Deputado. Eu falo questão custo benefício. Como que a faculdade vai custear uma turma, vamos supor com dez alunos pagando mil reais, sendo que a despesa operacional dos professores deles fica em torno de seis, sete mil? Aí tem a questão dos meus honorários, as comissões dos representantes. O que a faculdade estaria lucrando em montar uma turma inviável para ela? É isso que eu quis deixar claro para o senhor.

O depoente afirmou que a questão da **certificação do curso concluído** **é de responsabilidade da faculdade**:

SR. RELATOR (...)

Se o senhor consegue montar uma turma com um custo que compense - estou falando do espaço físico - a empresa do senhor pode se reunir numa sala e um profissional inscrito nessa faculdade vir dar o curso aqui. É isso?

O SR. ROBSON LÚCIO NORONHA: - Não, eu faço a captação e a reunião dos alunos. Quem vai administrar a questão da realização dos cursos é a própria instituição de ensino superior. Eu apenas recebo pela publicidade e ganho comissão pelos alunos captados.

O SR. PRESIDENTE: - Robson, para ficar mais claro aqui dentro dessa linha, quais são os critérios que você utiliza em relação a essas instituições de que você é parceiro, ou uma outra que possa parecer, porque na realidade é um mercado que você tem que buscar alternativas. Qual o critério que você avalia para poder também colocar o nome do Instituto Visão nesse processo? Quais são os critérios, além da autorização do MEC, utilizados pela sua instituição para poder acreditar que amanhã você vai conseguir entregar um diploma, que você vai poder colocar um profissional no mercado de trabalho, que você sabe que vão ser ministradas essas aulas com a eficiência necessária? O que você utiliza como critério?

O SR. ROBSON LÚCIO NORONHA: - O primeiro critério que verifico é se realmente a faculdade está devidamente autorizada no Ministério de Educação. Segundo, os processos existentes nela junto ao MEC.

E com relação a essa questão da entrega dos certificados pela instituição de ensino superior é feita uma pesquisa junto ao PROCON da localidade, se existe alguma reclamação, algum processo pertinente junto a essa instituição de ensino superior. Então, uma vez que é feito esse levantamento, tendo o interesse de parceria, a minha empresa tem interesse de fazer parceria com todas as instituições de ensino superior, desde que eu desse conta de atender à demanda do mercado.

Agora, com relação a essa questão, a garantia de entrega de certificação aos alunos é de inteira e total responsabilidade da faculdade.

O depoente foi questionado sobre os **cursos anunciados no site do Instituto Visão:**

O SR. JORGE DE JESUS BERNARDO:- É o site institucional? Eu gostaria de saber o seguinte: qual autorização do Ministério da Educação o senhor tem para oferecer esses cursos que estão escritos aqui nesse site? Os novos cursos: pós-graduação em gestão pública, pós-graduação em gestão de segurança, segunda graduação em pedagogia?

O SR. ROBSON LÚCIO NORONHA:- Bom, esse é um projeto que nós estamos montando ainda, e as autorizações já se encontram aqui. De acordo com o contrato de cooperação técnica entre as Instituições de ensino superior que eu represento, que são o grupo FIG e o grupo FATEG, elas possuem autorizações de funcionamento.

O SR. JORGE DE JESUS BERNARDO:- Eu perguntei da autorização, se o senhor tem. O Grupo Visão tem autorização do Ministério?

O SR. ROBSON LÚCIO NORONHA:- Sim, inclusive tem aqui anexado aos autos o meu credenciamento junto ao EMEC como coordenador do curso de extensão.

O SR. JORGE DE JESUS BERNARDO:- Não, espera um pouquinho. Não é o senhor, o senhor não está entendendo. Eu quero saber se o Grupo Visão é autorizado, ou não, pelo Ministério?

O SR. ROBSON LÚCIO NORONHA:- O Grupo Visão não é uma empresa que ministra os treinamentos; é um grupo que faz captação de alunos e faz o direcionamento à instituição.

O SR. JORGE DE JESUS BERNARDO:- Senhor Robson, eu só queria entender a sua nomenclatura. Pós-graduação não é treinamento, é formação.

O SR. ROBSON LÚCIO NORONHA:- Exatamente, nós temos o contrato de cooperação técnica agora, para fazer a captação desses alunos para serem encaminhados à faculdade.

O depoente foi questionado sobre a **existência de autorização do Ministério da Educação para os grupos FIG e FATEG atuarem**:

O SR. JORGE DE JESUS BERNARDO:- Tá. Quais as faculdades que o senhor trabalha hoje, que o senhor falou?

O SR. ROBSON LÚCIO NORONHA:- O Grupo FIG e o Grupo FATEG.

O SR. JORGE DE JESUS BERNARDO:- Eles têm autorização do

Ministério?

O SR. ROBSON LÚCIO NORONHA:- Sim, encontram-se aqui na mesa as autorizações.

O SR. JORGE DE JESUS BERNARDO:- Autorização para atuarem onde? Eles atuam onde? Eles são de Goiás?

O SR. ROBSON LÚCIO NORONHA:- Eles atuam aqui no Estado de Goiás e nos demais Estados da federação.

O SR. JORGE DE JESUS BERNARDO:- Eles têm autorização para oferecer cursos fora da sede deles?

O SR. ROBSON LÚCIO NORONHA:- Acredito que sim, porque eu tenho contrato de cooperação técnica deles em mãos.

O SR. JORGE DE JESUS BERNARDO:- Eu não quero saber se o senhor acredita, eu quero saber o seguinte: o senhor tem essa autorização, ou a faculdade tem autorização para oferecer cursos fora da sede?

O SR. ROBSON LÚCIO NORONHA:- Bom, isso é uma pergunta que o senhor terá que fazer diretamente à instituição de ensino superior. Eu sou uma empresa prestadora de serviço. Eu faço a divulgação conforme o interesse das faculdades.

(...)

O SR. JORGE DE JESUS BERNARDO:- O senhor sabe se essas instituições para as quais o senhor trabalha têm autorização para oferecer curso sequencial?

O SR. ROBSON LÚCIO NORONHA: Sim. Tem.

O SR. JORGE DE JESUS BERNARDO:- O senhor sabia que a portaria de curso sequencial não existe mais?

O SR. ROBSON LÚCIO NORONHA: Sim. Inclusive, eu anexei aqui as portarias, as leis complementares que autorizam o funcionamento delas.

O SR. JORGE DE JESUS BERNARDO:- O que eu gostaria de saber é se o senhor sabia que não existe mais curso sequencial de acordo com o Ministério da Educação?

O SR. ROBSON LÚCIO NORONHA: O curso de complementação realmente não existe.

O SR. JORGE DE JESUS BERNARDO:- Eu estou perguntando sobre o curso sequencial. Curso sequencial é uma coisa, complementação é outra coisa. E eu só gostaria de saber isso. O senhor sabe que não existe mais curso sequencial?

O SR. ROBSON LÚCIO NORONHA:- Bom, até o meu conhecimento, até eu chegar a esta CPI, acredito que não.

O SR. JORGE DE JESUS BERNARDO:- Tá bom. Satisfeito.

**5.2.8. MILTON JUSTUS – Diretor da Faculdade de Piracanjuba – reunião ordinária realizada em 25/4/2018:**

Em suas considerações iniciais, o **Diretor da Faculdade de Piracanjuba, MILTON JUSTUS**, fez uma **breve contextualização da instituição**, que dirige há 9 anos:

O SR. DIRETOR DA FACULDADE PIRACANJUBA (FAP), MILTON

JUSTUS:- (...)

É necessário que façamos uma breve contextualização acerca da nossa instituição, uma vez que estou à frente da faculdade há nove anos. Temos, nessa trajetória, uma história bonita, que precisa ser repassada até mesmo para que os senhores possam formar algum juízo de valor sobre as ações que praticamos. Quando compramos a Faculdade de Piracanjuba, ela tinha o índice I, do IGC, Índice Geral de Cursos. Ela foi enquadrada como uma das piores faculdades do país. Eu digo isso, sem nenhuma preocupação, porque neste momento, tivemos a oportunidade de mudar o nome da faculdade, encerrar aquela atividade e iniciar outra. Optamos pelo caminho mais difícil que foi o de restaurar o seu conceito, perante o órgão regulador máximo, que é o Ministério de Educação. Não estamos subordinados a nenhum outro órgão, a não ser ao Ministério de Educação e Cultura. Iniciamos um empreendimento audacioso, na cidade de Piracanjuba, no sentido de colocar as três dimensões para funcionar: a estrutura física, o investimento no corpo docente e, evidentemente, o mais importante, desenhar um projeto pedagógico, num projeto de desenvolvimento funcional que fosse factível com a nossa realidade e que demonstrasse ao Ministério de Educação que estávamos ali para ofertar um ensino de qualidade, que inclusive é a missão da nossa faculdade, ofertar ensino superior de qualidade.

Para não me delongar, gostaria de dizer que recebemos uma visita de recredenciamento e tivemos, até esse momento, todos nossos processos de autorização sobrestados, evidentemente, por consequência, da nota que ora tínhamos. Para nossa surpresa, fomos recredenciados com a nota 3,34. Isso representa que faltaram apenas 16 décimos para que a nossa faculdade fosse considerada a nota máxima do MEC, nota 5. A partir desse momento, nós pudemos ingressar com os projetos e com os processos autorizativos. **E assim o fizemos, e também, de forma resumida, hoje nós temos onze cursos de ensino superior autorizados na nossa instituição. Dentre eles, o curso de Educação Física - bacharelado, que é o que eu quero me ater mais nessa situação hoje. De modo que nós temos todos os atos regulatórios no decorrer desse período até a presente data, nós temos portaria de recredenciamento válida até o ano de 2020, e temos o conceito institucional válido até o ano de 2020, nota 4.** E, na sua quase totalidade, todos os cursos, com duas exceções, autorizados com notas 4. Então, senhor Presidente, fiz questão de dizer isso para que o senhor tenha conhecimento de que a nossa instituição tem, nas suas avaliações, conceitos excelentes - o que demonstra o nosso empenho e o nosso trabalho em prol de uma educação de qualidade.

(...)

O **Deputado Relator da CPI, Simeyzon Silveira**, perguntou ao depoente **o tempo de atuação da Faculdade de Piracanjuba, o número de cursos oferecidos e se estão devidamente regularizados:**

O SR. RELATOR:- (...) Primeiro, com relação ao tempo de atuação da FAP, quantos anos a faculdade tem de atuação no Estado de Goiás? O SR. DIRETOR DA FACULDADE PIRACANJUBA (FAP), MILTON

JUSTUS:- Desde o ano de 1997.

O SR. RELATOR:- O senhor falou que a faculdade, hoje, trabalha com onze cursos?

O SR. DIRETOR DA FACULDADE PIRACANJUBA (FAP), MILTON

JUSTUS:- Sim.

**O SR. RELATOR:- Todos eles, devidamente regularizados... O SR. DIRETOR DA FACULDADE PIRACANJUBA (FAP), MILTON JUSTUS:- Todos.**

O Deputado Relator pediu ao depoente que falasse um pouco sobre a **denúncia de que a Faculdade de Piracanjuba estaria ofertando alguns cursos superiores fora de sua sede**:

O SR. RELATOR:- (...) Senhor Milton, chegou até a CPI que a Faculdade de Piracanjuba oferta alguns cursos superiores fora da sua sede, principalmente o curso de Educação Física. O senhor pode falar um pouquinho sobre essa denúncia? Se ela procede ou não.

O SR. DIRETOR DA FACULDADE PIRACANJUBA (FAP), MILTON

JUSTUS:- (...)

Com relação ao curso de Educação Física Bacharelado, tivemos o curso aprovado, autorizado no ano de 2016, obtivemos a nota 0,4, conforme já informamos anteriormente, e este é o caso.

Logo de início fizemos diversas reuniões com nossos Conselhos que deliberam sobre os assuntos, que é o Núcleo Docente Estruturante e o Conselho Superior que rege todas as ações internas da Faculdade. Com isso deliberamos, na época, após, trouxe os documentos também, se o Deputado quiser, para fazer parte, considerando o relatório da Coordenação Geral que trata das diretrizes para implantação dos cursos de complementação de estudos, considerando a proposta do Núcleo Docente Estruturante, considerando a proposta apresentada pelo Conselho do Curso de Educação Física e considerando o currículo como um processo na construção, visando propiciar experiências, e uma série de outras questões técnicas jurídicas, deliberamos por aproveitar créditos oriundos de diversas faculdades onde os egressos já eram habilitados, formados, tinham seu registro junto ao CREFI, no Curso de Licenciatura em Educação Física.

**Então, vejamos, este projeto de Educação Física, Bacharelado, que ofertamos neste momento, era específico para aqueles alunos que já eram profissionais na Educação Física. Então, neste sentido, deliberamos por aproveitar até 75% do currículo pleno que ele apresentava. Faço a minha matrícula, apresento o meu diploma, sou formado em Educação Física, aquele histórico que normalmente compreende, no mínimo, três mil horas até três mil e setecentas horas de acordo, mas medimos pelo mínimo que a lei permite que são três mil horas. Então, aproveitamos até 75% dessa carga horária.**

**Com relação aos aproveitamentos de estudo que eram para efeito de registro, quero dizer que está previsto no Artigo 47, da LDB, Nº**

**9.394/96, e toda uma questão jurisprudencial do Conselho Nacional de Educação, resoluções estas que quando visitamos a Legislação buscamos essa possibilidade já desde o ano de 1.979, na Resolução..., que trago para fazer parte, anexar a tudo que estou dizendo.**

Mas, trouxe, também, por questões de jurisprudência, Parecer homologado, onde o Conselho Nacional trata a respeito específico, porque fala, podemos pensar, mas a Faculdade tem esta autonomia de dizer quanto vai aproveitar ou não? O voto do Relator diz: a pergunta é ao Conselho Nacional, quais as normas a serem seguidas para aplicação do caso em tela aqui que é o aproveitamento de estudos? O Relator diz, no seu voto proferido em 08 de agosto de 2000, e homologado pelo Ministério da Educação, quanto às normas a serem seguidas para aplicação de Banca Examinadora Especial no caso de aproveitamento de crédito previsto no artigo 47, da LDB, julgamos ser de exclusiva competência da Universidade ou da Faculdade formulá-la. Trouxe isso para corroborar com o primeiro documento que é onde estipulamos os 75% dos aproveitamentos.

**Precisamos também informar a esta Comissão, Presidente, que todas as faculdades, todas as universidades, independentemente de terem credenciamento no ensino à distância, credenciadas estão, no limite do que a legislação prevê. Diz a Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016, que também trouxe para que faça prova neste processo, para resumir que todas as faculdades, isso também já é antigo, desde 2004, todas as faculdades que tenham um curso reconhecido, no caso da FAP temos vários, ela pode ofertar 20% de toda a matriz curricular, de toda carga horária do curso, à distância. E aqui também a Portaria vai mais além, ela não fala só do EAD, ela diz que o EAD pode como sugestão ser usada tecnologia da informação, como plataformas virtuais, etc., e também cita encontros semipresenciais, atividades de tutoria, etc.**

E também a Portaria nº 4.059, que trago para fazer parte dessa minha explicação. Com isso, de forma objetiva, Deputado, vou responder agora ao senhor de forma clara, serena e sem nenhuma dúvida dos atos praticados.

**Nós, de fato, exercemos atividades fora da nossa sede nos seguintes termos: o curso foi de complementação pedagógica para expedição de uma segunda graduação, o que é factível em todas as universidades brasileiras.**

Então, no entanto, trago três quadros aqui especialmente para os senhores. Vejamos o quadro número um diz: as atividades complementares de quem é a atribuição? A quem pertence as atividades complementares de todos os cursos de graduação do País? Pertence ao aluno. Ele tem que cumprir cem horas, cinquenta horas, duzentas horas, não interessa, no nosso caso 270 horas. O aluno tem que apresentar as atividades complementares, isso independente de onde ele faça.

O estágio supervisionado é do aluno. As trezentas horas previstas na nossa matriz, o aluno terá que fazer esses estágios por uma entidade legitimamente credenciada por nós, conveniada, melhor a palavra, por nós, fazendo um termo de cooperação, fazendo o seu estágio, ter alguém que assine. Carimbou, entregou. Isso é do aluno.

A optativa, como o próprio nome diz, mais trinta e seis horas, é uma opção. Então, nós por força da legislação, temos que dar essa possibilidade que o aluno faça na instituição. Mas ele pode fazer em qualquer outra e apresentar o documento.

E, finalmente, o trabalho de conclusão de curso, que é o TCC, 72 horas, isso também é de atribuição do aluno. Ele não faz de forma presencial. Ele vai entregar, vai apresentar ao final do curso.

Então, vejamos, nós temos 678 horas, o que corresponde a 19,9% de toda a matriz curricular da faculdade de atribuição do aluno.

Nós acabamos de ler que 20% da carga horária total do curso pode ser em EAD. Isso corresponde a mais 690 horas que, se eu fizesse a matrícula do aluno portador de um diploma de licenciatura e ele me apresentasse as 678 horas que é de atribuição dele e colocasse ele matriculado numa plataforma qualquer dessas por aí, dessas faculdades que se vangloriam que tem EAD, que fazem um trabalho onde prestam um desserviço para a comunidade, estaria tudo legal. Mas, nós não fizemos assim.

No quadro 3, portanto eu digo, até 75% foi feito de equivalência, o que corresponde a mais 2.325 horas, que somados aos dois outros quadros que detalhei, e isso tudo será entregue por escrito à comissão, nós temos um aluno na FAP que poderia ter um diploma expedido com 2.693 horas.

Agora, se a atividade que ele fez, neste caso específico, foi na sede, ou foi em qualquer outro sítio, não diz respeito a nenhum tipo de questionamento, porque nós estamos usando aquilo que a lei faculta.

**Então, a pergunta, Deputado Simeyzon Silveira, o senhor realizou atividade fora da sede? Realizei. De que forma? No estrito cumprimento da legislação e na carga horária que me permite a legislação.**

O Deputado Relator perguntou ao depoente **se os cursos realizados fora da sede são apenas uma complementação:**

O SR. RELATOR:- Só para que eu entenda. Esses cursos fora da sede já é uma complementação, não é o curso no seu todo, é uma complementação que é feita fora da sede? Seria isso?

O SR. DIRETOR DA FACULDADE PIRACANJUBA (FAP), MILTON JUSTUS:- Deputado, como nós falamos, com relação aos aproveitamentos extraordinários de créditos previstos na LDB... Então, nós integralizamos nessa matriz curricular - a nossa matriz curricular do bacharelado são 3.450 horas. Então, o que possibilita a expedição de um novo diploma de grau em bacharel? A integralização das horas que ele já fez, no limite de 75%; aquela carga horária que é de atribuição do aluno; e mais 18 encontros semi-presenciais que nós demos aos alunos, que isto ficou dentro do limite dos 20% do EAD. E, aí, nós expedimos um novo histórico, contando toda essa trajetória, e um novo diploma, conferindo ao aluno o grau de bacharel ou bacharela.

O SR. RELATOR:- Esse diploma é conferido pela Faculdade FAP?

O SR. DIRETOR DA FACULDADE PIRACANJUBA (FAP), MILTON JUSTUS:- Isso, pela Faculdade FAP.

O Presidente da CPI perguntou ao depoente **se os cursos oferecidos pela Faculdade de Piracanjuba possuem autorização do MEC:**

O SR. PRESIDENTE: - Eu tenho algumas perguntas para começar aqui. A gente vê que o Diretor Milton é preparado e, de certa forma, vem reestruturando uma faculdade que não tinha, talvez, o reconhecimento devido e, com a atuação do senhor, o senhor fez esse reconhecimento, uma atuação de grande estrutura. Mas, deixa eu entender um pouco para a gente começar a sintonizar.

Os cursos de bacharelado da Faculdade Piracanjuba já estão reconhecidos pelo MEC? O senhor falou em 11, e a gente vê que você tem que ter, não só o reconhecimento, mas a autorização. **Dos 11 cursos, hoje, que vocês estão oferecendo no mercado, eles são reconhecidos e autorizados? Ou somente reconhecidos e alguns autorizados e outros não?**

O SR. DIRETOR DA FACULDADE PIRACANJUBA (FAP), MILTON JUSTUS:- Conforme eu disse para o senhor na nossa breve contextualização, a partir de 2014 é que nós recebemos a grande maioria das autorizações dos cursos. **Então, dos cursos antigos, que são Administração, Contábeis e Letras, esses nós já temos, inclusive, renovados os reconhecimentos; foi autorizado, reconhecido e renovado os reconhecimentos. Desses cursos de 2014 para cá, nós temos que pedir o reconhecimento quando o curso completa 50% da sua aplicação. No caso em tela, Deputado, o curso de Educação Física foi tempestivamente dado a entrada no sistema do MEC com o pedido de reconhecimento. Já está em andamento. Eu trouxe, também, as telas do e-MEC para o senhor, mostrando que nós entramos com o processo e que ele já venceu a fase de avaliação nas séries e já está para visita in loco.**

O SR. PRESIDENTE: - Ele está autorizado e vai ser reconhecido?

O SR. DIRETOR DA FACULDADE PIRACANJUBA (FAP), MILTON JUSTUS:- **Exatamente. Então, quando nós damos entrada - eu sei que a próxima pergunta vai ser nesse sentido, então estou aqui para ajudar, contribuir e elucidar -, pergunta-se assim, o CREF afirma aos nossos alunos da seguinte forma, quando vencem essa etapa, eles falam: "Não, não vamos promover o registro profissional porque a faculdade não poderia emitir o diploma sem ter a primeira turma formada". Esta é a grande questão. Poderia ou não? Neste caso, poderia, sim, porque nós demonstramos como foi feito até aqui, se a atividade foi na sede ou fora da sede, já está vencido isto. Quando nós damos entrada, esse é o procedimento - o Deputado chamou atenção muito bem -, nós somos autorizados a trabalhar. Quando atingimos 50% de aplicação do curso, nós devemos promover o pedido de reconhecimento para que o MEC venha e olhe se tudo aquilo que prometemos está de acordo: estágio supervisionado, trabalho de conclusão de curso, estrutura, etc**.

Entretanto, existe uma portaria normativa, a Portaria Normativa nº 40, que diz o seguinte: quando você dá entrada no processo de reconhecimento, a faculdade fica, automaticamente, reconhecida para efeitos exclusivos da emissão dos diplomas. E assim nós procedemos. Todo esse entendimento, quando chegou ao cabo do curso, nós emitimos os diplomas - e o senhor sabe que nós não temos competência para registrar os nossos próprios diplomas. Então, nós fundamentamos tudo isso que nós dissemos, mandamos para a universidade pública juntamente com os diplomas, para que eles analisassem a nossa tese, a qual foi aprovada e todos os diplomas foram registrados pela Universidade Estadual de Alagoas.

Então, os nossos atos foram de uma certa forma, por assim dizer, absolutamente chancelados no nosso entendimento.

O Presidente da CPI perguntou ao depoente **se a atuação em parceria da Faculdade de Piracanjuba seria somente para chancelar o curso realizado pelas instituições:**

O SR. PRESIDENTE: - (...).

Dentro do que estamos vivendo nessa CPI, a gente viu algumas entidades, até mesmo personalidade jurídicas, na área de divulgação, fazendo a divulgação de cursos de graduação e em especial de pós graduação, de parcerias com algumas entidades, onde, na realidade, ela faz uma captação desses alunos, mas aí, nessa captação, eles exercem onde acontecem as aulas. Na realidade eles só buscam uma chancela de uma instituição, que se julga regular e que na realidade não está.

Então toda a estrutura de quadro de professores, a estrutura física, ele é feita através desses captadores. Essa é uma realidade que nós observamos.

E aí eles transferem essa responsabilidade para as instituições. Eles falam que não. Mas, na verdade, eles pagam uma comissão para chancelar. É impressionante. **E na verdade, os senhores da Faculdade de Piracanjuba, tem algum tipo de parceiro desse estilo?**

O SR. DIRETOR DA FACULDADE PIRACANJUBA (FAP), MILTON JUSTUS:- **Não. O curso em questão, de Educação Física, é tratado diretamente...**

(...)

O SR. DIRETOR DA FACULDADE PIRACANJUBA (FAP), MILTON

JUSTUS:- (...)

**As parcerias, vale ressaltar também Deputado, que foi normatizado pelo Ministério da Educação em ato próprio recente, pelo novo decreto, que hoje é factível que as instituições façam as suas cooperações técnico científico de forma oficial.**

Mas veja que neste caso, tem que ser instituição credenciada para instituição credenciada. E não instituição credenciada com Institutos que tem apenas um CNPJ e coloca Instituto de Educação Fulano de tal. Não. Isso não é um Instituto de Educação.

Então o senhor está corretíssimo.

O SR. PRESIDENTE: - **Por exemplo a Faculdade de Piracanjuba tem a sua sede no Município de Piracanjuba.**

**Vocês estavam ministrando aulas no Colégio Ávila. Quer dizer, Piracanjuba tem uma distância até aproveitando.**

O senhor colocou, pelo que nós estamos entendendo, que teria

possibilidade de até 20% das aulas praticadas fossem fora da instituição.

E esses cursos, na realidade, de bacharelado, ele vem em especial, porque nós já vamos ter alguns depoimentos, um hoje e, na próxima quarta, um outro, onde afirmam Deputado Humberto, que aqueles que tem um curso de licenciatura, que estavam nas academias dando aula, em especial de personal, não poderiam, Eles tinha até mesmo para poder dar, até mesmo pelo CREF, Conselho Regional de Educação Física pudesse autorizar a atuação deles nas academias, tinha que ter curso de bacharelado também.

Então e um complemento e virou uma febre. E dentro dessa febre, esses dois anos, ou uma carga horária suficiente para poder completar, para poder eles terem o seu CREF regularizado, e eles dando as sus atividades.

E nós tivemos algumas instituições aqui em Goiânia e também do entorno, que fraudaram. Estudaram, pagaram em especial esses dois anos e, quando foram ver, até uma outra instituição que está sendo convocada para cá, a IMEC, teve essa dificuldade.

**Então a gente vê, por exemplo, que vocês estão dando esses cursos dentro do Ávila. E é isso que é a história.**

**O senhor reafirma que, na realidade, essa distância, nessas aulas que estão sedo dadas aqui, elas estariam, pelo que o senhor está colocando, essa documentação aqui, dentro somente da carga horária de 20%, eles também estão tendo aulas na Instituição Piracanjuba, na cidade de Piracanjuba, estaria dentro dessa recomendação e é isso que o senhor está afirmando**.

(...)

**(...) então o senhor está nos concluindo isso, que está aí dentro dos 20% que a Lei permite, que é a parte a distância, independente que seja apenas dois anos, a complementação do curso de licenciatura, e que eles ainda têm aula dentro de Piracanjuba, ou seja, os 80% restantes, ou talvez nem isso, porque depois tem as partes finais do curso. Seria mais ou menos isso?**

O Deputado Relator perguntou ao depoente **se o vínculo empregatício do corpo docente é mantido com a Faculdade ou com outra instituição:**

O SR. RELATOR:- Dentro dessa pergunta ainda, só emendando aqui porque está dentro da temática. **Dentro desses cursos que são oferecidos fora da sede, o quadro docente, ele tem vínculo empregatício com a Faculdade ou com alguma outra Instituição?**

O SR. DIRETOR DA FACULDADE PIRACANJUBA (FAP), MILTON JUSTUS:- Bom, respondendo a primeira parte da pergunta, **os atos praticados fora da sede foram realizados pela Faculdade de Piracanjuba, por seus Coordenadores e por pessoal qualificado do curso de Educação Física.** Alguns, Deputados Simeyson, são do quadro de efetivos, registrados e etc e alguns são contratados especificamente para aquele módulo. Então, nós não temos todos os especialistas na área, primamos por mestres e doutores, então vem uma pessoa, nós temos um Professor da Universidade Federal e nós vamos buscar esse profissional e, muitas vezes, ele não pode nem ter vínculo conosco, e neste caso é um contrato. Mas, a grande maioria foi por profissionais vinculados ao curso, participantes do Núcleo Docente Estruturante, participante do Órgão Colegiado de Curso. Quer dizer, são pessoas que estão envolvidas diretamente com a responsabilidade do curso. **Os 20%, Deputado é o que a Lei nos faculta. Neste caso, nós temos que tratar de forma muito específica porque não é uma prática para todos os cursos. A título de enriquecimento para a formação do juízo, a Portaria no. 01 de 2015, que tratou dos aproveitamentos de créditos e das complementações pedagógicas para cursos de licenciatura, que isso é uma prática a mais de 20 anos no Estado, há mais 20 anos as Faculdades oferecem curso de Complementação na área de Licenciatura.** E foi normatizado no ano de 2015, dizendo que se nós vamos dar um curso de complementação de uma licenciatura para uma outra licenciatura bastam 300 horas. Só. 300 horas. Por analogia, nós estamos fazendo aqui a mesma coisa. Nós estamos aproveitando créditos de Educação Física para Educação Física, que até pouco tempo eram três anos e depois de 2015 passou para quatro anos. Licenciatura eram três anos, Bacharelado eram quatro anos e agora é igual. Quatro anos. O que nós caminhamos para uma discussão no Conselho Nacional é que daqui alguns dias nós voltemos ao passado no sentido de dar Educação Física plena que habilite nas duas áreas.

O SR. PRESIDENTE**:- Mas, a minha pergunta é bem prática. O senhor afirma que os 20% que seria o autorizado, somente esses 20% que eles estão cumprindo em Goiânia, que eles têm atividade presencial em Piracanjuba?**

O SR. DIRETOR DA FACULDADE PIRACANJUBA (FAP), MILTON JUSTUS:- Não, não foi isso. Talvez o senhor não tenha entendido o quadro que eu demonstrei, 1.325 horas ficou a título de aproveitamento de estudos e isso foi por força de toda aquela situação que eu coloquei**. Nós apenas aplicamos a Complementação que foram os 20% e as demais cargas horárias que são de competência do aluno. Ele fez TCC, ele fez Estágio Supervisionado, ele apresentou Optativa, ele fez Atividade Complementar, somado ao que ele já tinha e mais os 20% nós expedimos o Diploma. Assim.**

O SR. PRESIDENTE:- É, nós estamos tentando entender. Que na realidade, por exemplo, se ele, nos primeiros dois anos na Licenciatura dele, já cumpriu a distância, então, talvez não poderia compensar os dois primeiros anos como fosse presencial. Poderia ter acontecido isso também, o senhor concorda comigo.

O SR. DIRETOR DA FACULDADE PIRACANJUBA (FAP), MILTON JUSTUS:- **Não. Mesmo que ele fizesse a Distância, ainda assim, seria factível os 20%. Independe. O Diploma não tem diferença, inclusive, nós não temos nem a informação quando o aluno nos entrega o Diploma, se foi a Distância ou não.**

O depoente foi questionado se a **primeira turma de bacharelado em Educação Física já concluiu o curso:**

O SR. PRESIDENTE:- Certo. O Senhor já formou a 1ª. Turma de Educação Física, essa de Bacharelado?

O SR. DIRETOR DA FACULDADE PIRACANJUBA (FAP), MILTON

JUSTUS:- A turma de Graduação Regular da sede, não. Ainda não.

O Presidente da CPI pediu ao depoente que **explicasse melhor a parceria com a Universidade Estadual de Alagoas:**

O SR. PRESIDENTE: - O Senhor falou em uma chancela, pelo que eu entendi, de Alagoas, porque as denúncias que nós estamos recebendo aqui, é até engraçado, vai vir o próximo depoente aqui, ele é da cidade de Mara Rosa e uma faculdade do Paraná estava lá em Mara Rosa, são oito faculdades funcionando dentro do município de Mara Rosa, que tem doze, quinze mil habitantes. E são faculdades que têm o reconhecimento, a autorização de funcionamento em outros Estados e acabam vindo para Goiás sem essa autorização. A gente ficou meio preocupado.

**Como é que o Senhor coloca a Universidade Estadual de Alagoas, que o Senhor acabou de falar, para poder reconhecer esse curso? Dá só uma explanada melhor para a gente poder ter mais confiabilidade até desse reconhecimento.**

O SR. DIRETOR DA FACULDADE PIRACANJUBA (FAP), MILTON JUSTUS:- (...) É o art. 48 da LDB, que fala sobre os registros de diplomas e a Resolução nº 12, de 13 de dezembro de 2007:

"Os diplomas de curso de graduação e sequenciais de formação específica expedidos por instituições não-universitárias (que é o caso, faculdades) serão registrados por universidades credenciadas, independentemente de autorização prévia deste Conselho".

**Todas as faculdades no Brasil não detêm a competência de registrar os seus diplomas, por uma questão de segurança. Amanhã ou depois, a faculdade vai à falência, fecha ou pega fogo, esses documentos têm que estar registrados numa universidade ou num centro universitário. É por isso que temos, a gente expede o diploma e manda para uma universidade. Qual? UFG, PUC...**

O SR. PRESIDENTE: - É isso que eu ia perguntar agora: **por que não a UEG, que é um dos grandes orgulhos que nós temos em Goiânia, ou a própria UFG, que tem uma história muito grande, não chancelaria esse diploma de vocês?**

O SR. DIRETOR DA FACULDADE PIRACANJUBA (FAP), MILTON

JUSTUS:- **Eu respondo com o maior prazer. É dada à morosidade. Um diploma da Universidade Federal de Goiás demora quatro meses para de lá sair.**

O SR. PRESIDENTE: - E a UEG?

O SR. DIRETOR DA FACULDADE PIRACANJUBA (FAP), MILTON JUSTUS:- **A UEG não tem interesse em fazer convênios. Nós também procuramos. Então, hoje, existe uma oferta, após essa possibilidade, as faculdades, as universidades estaduais, as universidades privadas, já têm um departamento específico de registro de diplomas e nos procuram para fazer convênios. Uma cobra R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), a outra cobra R$ 100,00 (cem reais), a outra cobra R$ 70,00 (setenta reais). Virou um grande comércio.**

O SR. PRESIDENTE: - Esse de Alagoas já tem um convênio, que é Piracanjuba.

O SR. DIRETOR DA FACULDADE PIRACANJUBA (FAP), MILTON JUSTUS:- Tem um convênio com a nossa faculdade devidamente formalizado.

(...)

O Vice-Presidente da CPI, **Deputado Humberto Aidar**, perguntou ao depoente sobre os **critérios para se obter a chancela do diploma**:

SR. VICE-PRESIDENTE:- (...) Milton, quando você afirma que a chancela de diplomas, na verdade, virou uma opção de comércio, para o leigo que está nos acompanhando, quando a gente fala “virou uma opção de comércio”, passa aquela impressão, olha, eu pego lá os diplomas da Faculdade de Piracanjuba, de Inhumas, enfim, e sem critério algum vou chancelando. O que é exigido para chancela do diploma? Por exemplo, para o aluno ter a convicção daquela chancela do seu diploma houve um critério?

O SR. DIRETOR DA FACULDADE PIRACANJUBA (FAP), MILTON

JUSTUS:- (...) Quando nós formalizamos os nossos contratos, os nossos convênios com as universidades, seja federal ou qualquer outra, a UNB também, porque eu trabalho com a UNB, gera o que eles chamam de VCC, é um termo, para gerar esse VCC que seria o start, o Ok, para que pudéssemos enviar o documento tem toda uma análise preliminar. Então, começa mandando os documentos, todos os atos regulatórios e também os regulatórios jurídicos, que é contrato social mantenedora, documentos pessoais do representante, autorização, credenciamento, todas as portarias do curso e as portarias de reconhecimento. No caso quando nós solicitamos que seja registrado pela Portaria 40, que é esse caso que eu contei aqui, não temos ainda a portaria do MEC, mas considera-se que está reconhecido, que é o caso em educação física, eles fazem todo uma análise preliminar. Eles mandam ofício, nós temos toda essa documentação que também se o senhor quiser com maior prazer encaminho para dizer como é que foi feito o convênio com a Universidade de Alagoas, assim está aqui, podemos encaminhar para o senhor. Só depois de uma análise criteriosa da Secretaria Geral ou do Reitor, eles liberam. Quando liberam, nós emitimos, até o que vamos escrever no diploma é analisado, volta, corrige, não quero essa palavra, coloca assim. Depois de vencidas essas etapas, então, formamos um dossiê do aluno, um pastinha própria de protocolo, onde vem toda a história do aluno, desde a ficha de matricula, identidade, título de eleitor, comprovante de votação, o documento de origem dele nesse caso, histórico e diploma da outra universidade que ele estudou. O nosso histórico e o diploma, devidamente assinado por mim e pela Secretaria Geral, e vai para a universidade, e lá, eles analisam e assim promovem o registro, não é chancela, o registro daquele diploma. Então, quando devolvem, entregamos para o aluno, nós estamos dizendo para o aluno: Olha, você está com o documento de uma faculdade devidamente autorizada e que também foi registrada por uma universidade por força da lei. Esse documento não pode em hipótese nenhuma ser questionado como arbitrariamente o CREF tem feito aos nossos egressos.

O SR. PRESIDENTE: - Dentro dessa linha, já teve turma em que o senhor já terminou o curso de bacharelado dentro da faculdade?

O SR. DIRETOR DA FACULDADE PIRACANJUBA (FAP), MILTON

JUSTUS:- Sim.

O SR. PRESIDENTE: - Mas, não tem autorização ainda?

O SR. DIRETOR DA FACULDADE PIRACANJUBA (FAP), MILTON

JUSTUS:- Tem autorização.

O SR. PRESIDENTE: - Mas, não tem o reconhecimento?

O SR. DIRETOR DA FACULDADE PIRACANJUBA (FAP), MILTON

JUSTUS:- Portaria nº 40, tem a autorização.

O SR. PRESIDENTE: - Você tem o reconhecimento?

O SR. DIRETOR DA FACULDADE PIRACANJUBA (FAP), MILTON

JUSTUS:- Sim, senhor. E isso está claríssimo no verso do diploma: "Curso de Educação Física, Bacharelado, autorizado pela Portaria nº 'tal'", e, ao lado, "Curso reconhecido por força da Portaria nº 40", com as devidas assinaturas do reitor e da secretaria da universidade".

O Vice-Presidente da CPI perguntou ao depoente o **motivo de a CPI ter recebido a denúncia do curso de Educação Física:**

SR. VICE-PRESIDENTE:- (...)

Dessa forma, gostaria que o senhor me dissesse o seguinte: porque é que recebemos essa denúncia, no caso específico do curso de Educação Física? Seria por desconhecimento, por perseguição? O que a faculdade pensa a respeito dessa denúncia?

O SR. DIRETOR DA FACULDADE PIRACANJUBA (FAP), MILTON

JUSTUS:- (...)

O que acontece hoje com o CREF-14 - e, aliás, chegou até mim a informação de que este está sendo investigado pelo Tribunal de Contas, pelo Ministério Público Federal - é uma politicagem sorrateira, da mais sórdida possível. Vou citar apenas um dado para o senhor: temos sete casos de CREFs no Brasil - a saber: Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Alagoas, que receberam solicitação de egressos, oriundos da nossa faculdade, que tiveram, de pronto, deferido o seu registro profissional. Entregaram a solicitação de manhã e saíram com o documento à tarde. De todos esses CREFs, qual é o entendimento que difere do entendimento do CREF-14? E por quê?

Eu esclareci, Deputado, três vezes, por ofício, desenhei - porque talvez eles não tenham a capacidade intelectual para entender isso - toda a carga horária, expliquei, marquei uma audiência, fui pessoalmente até eles, não levei advogado nem nada, sentei e expliquei a eles: "**Gente, esse documento no qual o aluno está dando entrada tem validade pública, tem fé pública e, portanto, tem de ser considerado. O senhor não pode recusá-lo. Dê-lhes o registro profissional."**. Porque tem gente perdendo o emprego, Deputado, tem gente chorando, tem gente pensando em fazer bobagens, até ameaças, por irresponsabilidade do CREF. O presidente do CREF disse a ele: "Defira, ainda que em caráter provisório, até que o senhor faça as consultas". Mande uma denúncia formal para o MEC, faça uma consulta pública para o Conselho Nacional de Educação, que é o foro correto, e agora ainda podemos contar com esta CPI, que segue uma linha de investigação e que pode funcionar também como um foro para nós. Então, façam o que quiser, mas não indefiram o registro, porque eles não têm esse direito. E eles não indeferem, Deputado, o que é mais grave. Temos relatos, eu mesmo tenho provas do que estou dizendo e vou encaminhá-las ao senhor. Tratam-se de gravações de alunos, e-mails, revelando o descaso dessa gente mal preparada. O nosso egresso chega lá e diz: "Eu vim promover o registro profissional", e eles perguntam para o aluno "Onde você se formou?" Formei na FAP. Joga o diploma, e diz: isso não tem validade alguma. Onde nós estamos? Que século nós estamos? Quem esse povo do CREF pensa que é? É um verdadeiro absurdo. Os nossos egressos estão passando por uma situação muito difícil.

A **assessora jurídica do Conselho Regional de Educação Física** afirmou que **a Faculdade de Piracanjuba tem autorização, mas ainda não é reconhecida pelo MEC:**

A SRA. CRISTINA, ASSESSORA JURÍDICA DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA: - Meu nome é Cristina. Sou assessora jurídica do Conselho Regional de Educação Física.

Gostaria de fazer algumas considerações sobre o que o Professor Milton falou em relação ao Conselho. O Conselho é um órgão que fiscaliza e orienta. Temos, também, um dever com a sociedade. Então, diante de tantos casos que temos visto, de pessoas no exercício ilegal da profissão - o Professor Milton falou que não estamos tendo coragem, nem de indeferir os registros dos pretensos inscritos - estamos nos resguardando. Tomamos todas as providências cabíveis ao nosso órgão. Oficiamos o

MEC, o Ministério Público Federal, a Delegacia do Consumidor, o SEMESG, o Conselho de Educação do Estado de Goiás, e estamos aguardando a manifestação do MEC, único órgão competente e capaz de nos orientar como proceder em relação a isso. **Na verdade, a condição necessária para se diplomar alunos é que a faculdade seja reconhecida. A Faculdade de Piracanjuba apesar de ser autorizada, de estar dentro do prazo legal para reconhecimento, ainda não é reconhecida.**

O SR. PRESIDENTE: - Há um confronto, agora, de informações.

A SRA. CRISTINA, ASSESSORA JURÍDICA DO CONSELHO

REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA: **- Ela não é reconhecida e isso está no Decreto nº 5.773, do MEC, que é quem tem competência para normatizar isso. Então, diante dessa dúvida - não estou dizendo que não iremos registrar os alunos da FAP - estamos aguardando uma manifestação do órgão competente, e diante dessa manifestação iremos proceder o registro, ou não.**

Como o Deputado Simeyzon disse, seria bom que o Professor Milton encaminhasse as denúncias à CPI. Acho pertinente. Há alunos do professor que já entraram com mandado de segurança, pedindo a inscrição no Conselho. Estamos ansiosos por essa decisão judicial que irá nos resguardar e resguardar o Professor. É o que eu tenho a dizer, que o MEC está à disposição dos alunos da FAP. Eu mesma atendi vários alunos e estou à disposição. Quem quiser nos procurar para esclarecer qualquer dúvida que não tenha sido esclarecida pelo Professor Milton, nós estamos à disposição. E é isso o que eu tenho a dizer. Estamos aguardando, além da manifestação do MEC, uma Decisão Judicial.

O Diretor da Faculdade de Piracanjuba afirmou que **o Decreto nº 5.773 já se encontra revogado:**

O SR. DIRETOR DA FACULDADE PIRACANJUBA (FAP), MILTON

JUSTUS:- O Decreto 5.773 já está revogado pela nova legislação, por isso nós vemos a completa desinformação prestada pelo CREF. O que nós queremos, e já entreguei nas mãos do Relator uma denúncia formalizada - eu não sei, Senhor Presidente, se eu teria oportunidade...

(...)

O SR. DIRETOR DA FACULDADE PIRACANJUBA (FAP), MILTON JUSTUS:- Então é isso. Nós só apelamos à sensibilidade desta Comissão, em dar andamento/procedimento nessa denúncia, para que os nossos alunos não sofram mais. (...)

**5.2.9. CLEMINGO CORREA – Vereador de Mara Rosa – reunião ordinária realizada em 25/4/2018:**

Em suas considerações iniciais, **o Vereador do Município de Mara Rosa, CLEMINGOS CORREIA, relatou um fato em que foi vítima de irregularidades cometidas em instituições de ensino superior:**

Presidente, vou falar para vocês, porque fui vítima e não gostaria que outros passassem pelo que passei, pelo que estou passando, inclusive.

Em julho de 2013, chegou em minha cidade, Mara Rosa, uma senhora, por nome Cida, vendendo para nós sonhos. Sonhos? Por que sonhos? É o sonho de muita gente ter o nível superior. Lá nós tínhamos fazendo curso agente de saúde, nós tínhamos trabalhador rural, plantador de açafrão, nós tínhamos um instrutor de educação física que sonhava em ter um diploma para poder trabalhar legalmente na própria cidade, nós tínhamos, enfim, diversas pessoas. Nós começamos um curso com 25 pessoas e todos com o sonho de ter nível superior.

Essa Cida, dona da Gamaliel, da cidade de Niquelândia, chegou, fez a propaganda e, ali, todo mundo ficou encantado: "Gente, faculdade na nossa cidade! Vamos! Vamos! Vamos!". E eu e mais outros 24 alunos "gareamos" pensando que estávamos fazendo o correto. Até então, tudo bem, começou o primeiro encontro. Faculdade semipresencial. Uma vez por mês, passavam também material para que você ficasse o resto do mês pela internet. O primeiro mês, segundo mês, eles chegaram com uma declaração da faculdade AD 1. Essa declaração para todos os alunos de que estávamos cursando licenciatura plena em Educação Física. A Cida também falou: "Vocês cursam licenciatura, depois nós vamos reajustar o preço e aí também vamos vender o bacharel para vocês, lógico o bacharelado".

E todos encantados: "Não, vamos fazer logo o contrato, assinar o contrato para que possamos já fechar". "Não, não, a gente faz um, depois o outro". Assim foi combinado e nós entramos nessa.

Quando ela chegou com a declaração da Faculdade AD 1, com sede em Taguatinga, Distrito Federal - por sinal morei em Brasília por um bom tempo - aí dois meses depois que eu estava lá com essa declaração, falei: Vou lá na sede da faculdade, que vai me certificar. Pensando eu.

Quando eu cheguei ao endereço dela na Praça do Relógio, em Taguatinga, não tinha mais essa faculdade lá há muito tempo. Ninguém soube dar essas informações. Conferi realmente se era o endereço, mas não existia mais essa faculdade. Aí voltei para Mara Rosa. Chegando lá, reuni com meus colegas no encontro seguinte e falei: Gente, tem alguma coisa errada, porque essa declaração que foi nos entregue aqui, essa Faculdade AD 1 não existe mais, não tem sede em Brasília e nem existe mais.

Nós chamamos a coordenadora do Curso da Gamaiel, Luzia, não sei o sobrenome. Aí a Luzia, que também não tem nada a ver, porque ela trabalhava lá, se ela sabia eu não sei, depois estive com ela, chorou muito pra mim depois falando que não sabia de nada. A Luzia falou assim: "Gente, me desculpe, mas essa Faculdade realmente não existe mais, inclusive vou passar para vocês uma nova declaração, porque a Gamaliel encerrou seu o ciclo, o convenio que ela tinha com a AD 1, e nós fechamos agora com a Faisa - Faculdade Santo Agostinho, do Paraná.

Aí vieram-se novas declarações para os estudantes. Como essa Faisa é muito longe, não teve como eu ir atrás, mas a partir daí sempre ficava com o pé atrás.

Passou-se um ano, dois anos, quando foi julho de 2016, fizemos todo o procedimento, fizemos colação de grau, festinha de beca e tudo bonitinho. Eu não trouxe o material para vocês porque levei para um advogado que está tomando conta do caso, porque entrei junto com os meninos. Fizemos todo o procedimento. E aí fizeram as entregas simbólicas. Vamos fazer o contrato para poder fazer o bacharelado. Todo mundo empolgado, terminamos de concluir Licenciatura Plena em Educação Física, e aí na hora de fazer o Bacharelado tem que ter o certificado da Licenciatura Plena.

E aí eles disseram: "Não, vamos fazer o seguinte, vocês podem fazer, vamos marcar já a primeira aula do encontro e aí a gente fica devendo".

Eu falei: gente, eu não vou entrar nessa. Alterou-se o valor, aumentou. Eu não vou entrar nessa, porque sem o diploma na mão, e aí eu disse para os meninos que nem tenho o interesse de fazer Bacharelado, porque já tenho curso superior, esse aqui já é o segundo, e é melhor a gente ficar esperto. Por que não deu o nosso diploma? Aí, juntou-se uma comissão, peguei o meu carro e fui bater em Niquelândia. Quando eu cheguei lá, a Polícia Federal tinha ido na Gamaliel, tinha pegado, apreendido computadores, tinha apreendido meio mundo de coisas. E lá estávamos nós, sem o curso que nós pensávamos que já tínhamos concluído, pensando que estaríamos entrando em outro para concluir mais um bacharel. E, aí, pronto, ninguém para nos atender. Fomos ao Ministério Público, lá o promotor mostra meio mundo de denúncias.

Aí, voltamos para nossa cidade desolados. Para vocês terem uma ideia, não é só financeiro. Você abre mão de finais de semana com a sua família, você abre mão de estar com alguém que você gosta, de viajar, de compromissos para ganhar dinheiro - imagina o cara que estava plantando açafrão, ele saía na sexta-feira, passava o sábado todinho sentado numa cadeira, para nada. Depois de muito custo, entregamos para o advogado e ele foi atrás. Ele me passou ontem que a Cida se encontra em prisão domiciliar - é parecido o nome dela, mas como eu só a vi uma vez, como eu a conheci como Cida, então chamo de Cida - com tornozeleira eletrônica; e a FAISA, onde nós levamos as declarações para ele e ele foi atrás para ver, também não existe mais, ela foi vendida para a FAINTER. Ele já tentou várias vezes ligar para a FAINTER e não está tendo sucesso. Essa foi a resposta que ele me deu ontem. O meu material está com ele, ele não estava na minha cidade, estava em Santa Terezinha. Aí, eu acabei vindo - até poderia fazer um dossiê e entregar para vocês, do meu material, dessa história que estou contando como verídica, até mesmo para a gente saber se essa FAISA recebeu, realmente, o nosso material; se essa FAINTER tem esse material, para nos certificar. Porque nós temos lá... Ah, um detalhe que eu tinha esquecido: nós tivemos que fazer mais de 300 horas de estágio supervisionado. Fomos para as quadras, demos aulas para as crianças de 1ª a 4ª série, demos aulas para os adolescentes de 5ª a 8ª... Enfim, foram horas e horas que nós dedicamos, e para nada.

Então, eu parabenizo vocês e espero que esse meu depoimento possa enriquecer e fortalecer vocês para que vocês não desistam para poder acabar com essas faculdades, porque tem outras, eu tenho conhecimento de outras. Essa Gamaliel, da qual eu fui vítima, eu tive conhecimento: São Miguel do Araguaia, Itapaci e região, Uruaçu, Mara Rosa e região - porque nós tínhamos alunos de Campinorte e de Amaralina, e tinha também de Santa Tereza. Enfim, para vocês terem uma noção, são muitas cidades e muitos alunos que levaram um prejuízo enorme, como eu disse, não só financeiro. Fica aqui meu desabafo, meu depoimento, espero que contribua para que vocês continuem nesse caminho e que não aconteça com os outros. Porque, hoje, nós estamos gastando dinheiro com advogado - inicialmente ele já cobrou R$ 500 de cada um, dividiu-se para que nós pudéssemos pagar parcelado isso, porque ele sabe do tamanho do nosso prejuízo. Então, quer dizer, além de tudo, nós ainda tivemos que gastar mais dinheiro para ver se não jogamos tudo fora. Porque, se não, foi só o tempo, o dinheiro, as fotografias, ficaram para nada. Eu fico com dó porque, se não me engano, eram só dois - eu e mais outro - que já têm curso superior. O resto lá era o sonho de ter o primeiro curso superior deles. Então, você vê, quando a gente reúne, dá dó, porque é muito triste você saber que foram três anos de tempo, dinheiro, estágio, tudo jogado fora. É isso, se vocês quiserem perguntar mais alguma coisa.

O Deputado Relator perguntou ao depoente **se ele havia recebido algum diploma:**

O SR. RELATOR:- (...)

Primeiro, o senhor não recebeu nenhum diploma. Nem falso, nenhum papel com nome de diploma. O senhor recebeu uma declaração. Foi isso?

O SR. VEREADOR CLEMINGOS CORREIA DA SILVA: - Uma declaração onde dizia que eu estava cursando Licenciatura Plena em Educação Física. Essa declaração Relator, eu recebi ela, se não me engano, final de 2013, porque a primeira declaração da AD1, quando eu descobri que era falsa, eles trocaram todas as declarações e usaram o seguinte argumento: que eles tinham quebrado o convênio com a AD1 e que tinham feito um novo convênio com a FAISA.

O SR. RELATOR:- A AD1...

O SR. VEREADOR CLEMINGOS CORREIA DA SILVA: - Com sede em

Brasília.

O SR. RELATOR:- Era a Faculdade que supostamente ofereceria o diploma.

O SR. VEREADOR CLEMINGOS CORREIA DA SILVA: - Isso.

Perguntou, também, **se ele teria informação da existência da faculdade:**

O SR. RELATOR:- Você tem informação se essa Faculdade existe em algum lugar? Pelo que me consta o senhor procurou e não achou.

O SR. VEREADOR CLEMINGOS CORREIA DA SILVA: -O endereço na declaração, ficava no centro de Taguatinga, na Praça do Relógio, 1º Andar, e não me lembro o detalhezinho. mas não existe essa Faculdade lá mais. Não existe.

O SR. RELATOR:- Você não achou nenhum vestígio dela.

O SR. VEREADOR CLEMINGOS CORREIA DA SILVA: - Nenhum vestígio, tanto é que quando eu procurei a Coordenadora do Curso, pela Faculdade, que eu não tinha encontrado, ela já veio com esse argumento, que tinha quebrado o contrato com AD1, a Gamaliel tinha encerrado contrato e que tinha firmado contrato com a FAISA - Faculdade Santo Agostinho. Ela existiu na época essa Faculdade. Nós entramos, quando eu cheguei lá, eu questionei e depois entrei na Internet e ela realmente existia.

O SR. RELATOR:- Hoje o senhor não tem conhecimento da existência dessa Faculdade.

O SR. VEREADOR CLEMINGOS CORREIA DA SILVA: - Essa FAISA pela informação que eu tive do meu advogado, é que ela foi vendida para a FAINTER. A última informação que eu tive.

O depoente contou também o **tempo investido na realização do curso:**

O SR. RELATOR:- Quanto tempo que o senhor investiu nesse curso?

O SR. VEREADOR CLEMINGOS CORREIA DA SILVA: - Três anos.

O SR. RELATOR:- Três anos essa instituição operou lá em Mara Rosa. O SR. VEREADOR CLEMINGOS CORREIA DA SILVA: - Por três anos, operou lá em Mara Rosa, dando curso de licenciatura plena. O SR. RELATOR:- Repete o nome da instituição que o senhor fez. O SR. VEREADOR CLEMINGOS CORREIA DA SILVA: -Gamaliel, com sede em Niquelândia.

O SR. RELATOR:- A responsável pela Gamaliel era a Cida.

O SR. VEREADOR CLEMINGOS CORREIA DA SILVA: - Cida.

O Deputado Relator perguntou ao depoente **se ele teria notícia da Gamaliel, se ainda atua no Estado de Goiás:**

O SR. RELATOR:- (...)

O senhor tem alguma informação sobre o paradeiro dessa Cida? Ela ainda tua em algum lugar? Você tem informações se a Gamaliel ainda atua no Estado de Goiás em algum Município?

O SR. VEREADOR CLEMINGOS CORREIA DA SILVA: - Relator, igual eu te falei, eu fui lá pessoalmente com mais três colegas que cursaram comigo, a sede estava fechada. Ela tem uma sede própria lá. A sede estava fechada e a informação que nós tivemos é que ela estava foragida na época.

Aí nós fomos ao Ministério Público e eles nos apontaram o tanto de processos contra eles. E aí, na hora, a gente foi embora pra ver o que faríamos e foi onde com o tempo, nós procuramos um advogado que já está dando entrada para a gente ver o que conseguimos recuperar de tudo isso que já perdemos.

O SR. RELATOR:- Então o senhor não tem informação de onde se encontra a Cida.

O SR. VEREADOR CLEMINGOS CORREIA DA SILVA: - Que ela está presa em prisão domiciliar. Isso aí quem me passou foi o advogado ontem. Que ela está presa em prisão domiciliar, com tornozeleira eletrônica. Eu estou te vendendo aqui hoje o que ele me vendeu ontem por telefone.

O Deputado Relator perguntou o **número de pessoas lesadas em Mara Rosa:**

SR. RELATOR:- Só uma informação, quantas pessoas foram lesadas? Só em Mara Rosa nessa turma de vocês? Você tem um número aproximadamente?

O SR. VEREADOR CLEMINGOS CORREIA DA SILVA: - Eu não me lembro se foram dezoito ou foram vinte que concluíram junto comigo. Porque teve as desistências, aproximadamente vinte pessoas. Só em Mara Rosa.

O Presidente da CPI perguntou **o valor da mensalidade que era pago à época:**

O SR. PRESIDENTE: - Perfeitamente. Clemingos, quanto que você pagava de mensalidade na época?

O SR. VEREADOR CLEMINGOS CORREIA DA SILVA: - R$ 240,00

(Duzentos e Quarenta Reais) na época. Esse valor foi até o final do curso, foi o único dia em que eu vi a Cida, onde nós negociamos e ela, no primeiro dia de aula, no primeiro encontro, falou que não teria nenhuma alteração desse valor até concluirmos a licenciatura.

O Presidente da CPI perguntou ao depoente sobre a **estrutura física da faculdade e sobre o material pedagógico.** O depoente também comentou sobre a **competência dos professores**:

O SR. PRESIDENTE: - O que te atraiu, porque a gente sabe que o Clemingos é um cara esclarecido, o senhor tem formação de graduação. O que te fez, por exemplo, você vê lá R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), vinte pessoas, R$ 5.000,00 (cinco mil reais), você tem uma estrutura física que você tem que pagar, professor que você tem que pagar, você vê que a conta não fecha muito, não é? Mas o que te atraiu para poder entrar nessa barca furada?

O SR. VEREADOR CLEMINGOS CORREIA DA SILVA: - A estrutura física foi um convênio com o Prefeito na época...

O SR. PRESIDENTE: - Usou uma estrutura pública?

O SR. VEREADOR CLEMINGOS CORREIA DA SILVA: - Prefeito Elvino, ele tinha, ele fez com que...

O SR. PRESIDENTE: - A estrutura municipal?

O SR. VEREADOR CLEMINGOS CORREIA DA SILVA: -Municipal. Uma escola do município era onde funcionava. Eu fui para dar força e como eu também, eu sou, por mais que eu tenha quarenta e três anos, eu sou atleta, eu jogo bola até hoje, eu gosto e como eu já trabalhei em escola, fui coordenador pedagógico, eu pensei: Pô, eu vou fazer um curso, estou em Mara Rosa, vai me ocupar pouco tempo, até mesmo para dar uma força. E já pensou? Educador físico? Ótimo, não é? Para mim é melhor.

Eu sabia que o valor era pequeno, o material nós pagávamos, o espaço físico era uma escola municipal...

O SR. PRESIDENTE: - O material era à parte dos R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais)?

O SR. VEREADOR CLEMINGOS CORREIA DA SILVA: - Não, eles chegavam com a apostila, eles mandavam por e-mail, nós que pagávamos a xerox. Tinha um exemplar, o professor já chegava e falava: "Olha, vocês já receberam o material pelo e-mail de vocês, então, vamos para a página tal". Gente, as aulas, os professores eram bons, entendeu? Todos os professores que passaram por lá, o Jovair, por exemplo, o senhor conhece o Jovair.

O Presidente da CPI perguntou ao depoente **se os professores tinham ciência das irregularidades:**

O SR. PRESIDENTE: - Deixa eu te fazer uma pergunta: você acha que os professores tinham noção de que essas instituições não eram regulares, não tinham autorização de funcionamento? Porque um professor, para dar uma aula dessas... Na sua visão, eles tinham qual informação? Porque participaram do golpe.

O SR. VEREADOR CLEMINGOS CORREIA DA SILVA: - Eles chegavam, eu acho que a faculdade pagava o hotel para eles, porque eram dois dias no mês que nós ficávamos reunidos, e aí eles ministravam a aula deles com dinheiro no bolso. Segundo informações que eu tinha, eles já vinham dar aula, por exemplo, eles pegavam um conteúdo lá, hoje nós iríamos ver basquetebol. Ele vinha para poder dar aula de basquetebol aquele final de semana e aí ele pegava o conteúdo dele, ministrava, eu acho que nem em Niquelândia eles iam. Por exemplo, o Jovair, a disciplina que ele deu. Ele não foi a Niquelândia. Contratava ele, provavelmente depositavam o dinheiro na conta dele e ele ia lá e dava aula para a faculdade, entendeu?

Eu imagino que ele não sabia que a faculdade fosse, eu não sei o valor que ele recebia, mas vamos supor, agora você fez uma conta rápida aí, dava R$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês.

O SR. PRESIDENTE: - R$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês.

O SR. VEREADOR CLEMINGOS CORREIA DA SILVA: - Eu imagino, sei lá, um professor num final de semana ganhar R$ 800,00 (oitocentos reais) para dar dois dias de aula? Eu não sei o valor de quanto ganha um professor. Um exemplo: R$ 800,00 (oitocentos reais), sobrava ainda R$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais) no mês. A estrutura era pública, água, energia, ar condicionado, tudo do município, escola estadual.

O depoente comentou sobre o **prazo do contrato**:

O SR. VEREADOR CLEMINGOS CORREIA DA SILVA: - Foi até bom você falar em contrato, Deputado Simeyzon Silveira. Outra coisa da qual eu sempre desconfiava é que, ao assinarmos um contrato, ela veio com um contrato de três anos. Eu não concordei com esse tipo de contrato, falei para ela que não assinaria um contrato de três anos, e outros colegas meus já haviam assinado. Não assinei esse contrato de três anos e eles tiveram que fazer para mim um contrato de seis meses. O engraçado é que eles o levaram para reconhecimento de firma e não me devolveram. Ela teve que fazer esse contrato de seis meses para mim porque eu disse que preferia que refizéssemos esse contrato de seis em seis meses. Se eu fizesse um contrato com ela de três anos, eu ficaria amarrado a ela e com o compromisso de ficar três anos pagando por aquele curso. "Não, mas não teremos alterações no valor, isso já está combinado com a dona, com a Cida", a Luzia falava. E eu insistia "Mas não vou assinar, porque não acho isso correto. Nunca ouvi falar em faculdade ou escola alguma que faça contratos de três anos". E, por mais incrível que pareça, eles nunca me devolveram esse contrato.

O SR. PRESIDENTE: - Você poderia assinar de seis em seis meses, mas não recebia a cópia de volta.

O SR. CLEMINGOS CORREIA: Não tinha. E eu era meio "cri cri", sabe, na sala de aula, mas os meus colegas que assinaram esse contrato de três anos tiveram que levar um advogado lá na época. Se não me engano, o nome desse advogado é Jucélio. E isso tem muito tempo, foi em 2013. Mas esse advogado foi até lá, e nós discutimos em sala de aula, dentre outras coisas, que o contrato deveria ser de seis em seis meses, porque renovávamos a matrícula nesse mesmo período. Tanto é que tinha o valor da matrícula, que, inclusive, Deputado, correspondia a outra mensalidade.

O SR. PRESIDENTE: - Mais uma?

O SR. VEREADOR CLEMINGOS CORREIA DA SILVA: - Mais uma, de seis em seis meses. Questionei com ele, por que, se nós não temos o valor da matrícula, por que iremos assinar um contrato de três anos? Então, tem de ser de seis em seis meses. Fui vendo muitas coisas, mas fui ficando, por causa dos meus colegas, inclusive, para dar força para eles, pois fui achando que poderíamos ter algum sucesso. Teve uma época em que eu quis desistir. Mas, eles, no grupo de WhatsApp, pediam para não desistirmos. O que esquecemos foi de ver se éramos alunos da FAISA, à distância. Sabemos que há faculdades regulares, à distância. Tenho certeza de que passará por aqui faculdades sérias, que têm autorização. Conheci essa não foi, como você mesmo disse, porque era de picaretas, que davam golpes. Não foi porque essa era irregular que eu tive conhecimento das outras, como a de Mara Rosa. Eu não fui atrás. Só falei o seguinte: gente, vocês viram se ela está regularizada no MEC. As pessoas falavam: já vimos. Ela é regularizada.

SR. RELATOR:- Então, você assinou o contrato, porém não recebeu uma cópia?

O SR. VEREADOR CLEMINGOS CORREIA DA SILVA: - Eu fiz a minha parte. Reconhecia firma, e eles ficavam de reconhecer outra. Como eles vinham cumprindo a parte deles, os professores vinham todos os meses. Volto a falar para vocês que os professores são excelentes, inclusive tenho os telefones do Jovair, da Ana Paula. Se não me engano, tive uns quatro encontros com ela. Quando chegava um professor novo, a gente perguntava: como está a faculdade? Eles respondiam: até onde sei está legal. Essa era a resposta que nos davam. Até, onde tinham conhecimento, a faculdade estava legal. A gente continuava seguindo. Eu não conheci ninguém ainda, mas se não me engano, ela já certificou alunos. Depois que ela entrou num caminho errado, ao vender curso de pós-graduação para a cidade de Niquelândia. Alguém do Ministério Público desconfiou. Os funcionários dos municípios quando chegavam com certificado de pós-graduação tinham um aumento em seus salários. Essa faculdade foi fechada não por nós, mas por um erro cometido por ela ao vender diplomas de pós-graduação. Se vocês chegarem lá e perguntarem pela Gamaliel, vão ver que ela é conhecidíssima em Niquelândia. Qualquer pessoa a conhece.

**5.2.10. ADRIANO FRANCO VALOTTO – Diretor da Faculdade Padrão – reunião ordinária realizada em 25/4/2018:**

Em suas considerações iniciais, o **Diretor da Faculdade Padrão, ADRIANO FRANCO VALOTTO**, mencionou que **a Faculdade se encontra regulamentada no MEC.**

O SR. DIRETOR DA FACULDADE PADRÃO, ADRIANO FRANCO

VALOTTO: - (...)

**A Instituição, Faculdade Padrão, é credenciada, toda regulamentada no Ministério da Educação, foi credenciada em 1.999, então, desde esta data atua com seu primeiro curso de Administração Hoteleira, depois veio em sua evolução.** É uma instituição que já formou milhares de pessoas na Cidade de Goiânia e também pessoas que vem do interior. Portanto, alunos do Brasil inteiro já se formaram na Faculdade Padrão. Todos os diplomas, todo o trabalho é feito na própria instituição, são feitos pela Universidade Federal de Goiás, que emite, que chancela os diplomas da Faculdade Padrão, todos eles.

Estamos a frente da Faculdade desde julho de 2017, assumimos a gestão, hoje a gestão da Faculdade Padrão está sob minha responsabilidade e estou à disposição para as perguntas dos senhores para que possamos esclarecer o que for preciso já que são mais de 20 anos trabalhando corretamente, sempre próximos ao Ministério da Educação, conhecendo e entendendo as legislações para fazer tudo correto.

**Portanto, estamos à disposição para apontar e ajudar os senhores neste trabalho de importante valor porque nós como instituição, ao abrir o curso, para abrir um curso e fazê-lo funcionar, é um investimento altíssimo, com sede, com estrutura, com professores, com biblioteca, tudo tem que estar perfeito para conseguirmos nota 3,0, precisamos estar acima da nota 3,0 senão sofremos as punições do Ministério da Educação. Então, isso é caro, é altíssimo. Estamos aqui para contribuir, é de grande importância, porque tem muita coisa errada acontecendo em nosso Estado.**

O Deputado Relator perguntou ao depoente **se a Faculdade Padrão faz parcerias com instituições, visando ao oferecimento de cursos sequenciais:**

SR. RELATOR:- (...)

Chegou-nos algumas informações, quero fazer uma pergunta, a Faculdade Padrão faz parcerias com alguma instituição, seja institutos, colégios, para oferecer cursos sequenciais, superior?

O SR. DIRETOR DA FACULDADE PADRÃO, ADRIANO FRANCO

VALOTTO: - **A Faculdade Padrão tem seus próprios cursos**

**sequenciais que são liberados para ela. Nossos cursos são reconhecidos para fazer o curso sequencial e complementação de estudo. Então, temos nossos cursos próprios de sequenciais.**

A partir do momento em que assumimos, em julho de 2017 para cá, fizemos uma adequação nesses cursos, já que a Legislação mudou, no final de 2017 a legislação mudou para os cursos sequenciais, eliminou uma modalidade, o específico, e regulamentou melhor a questão do curso sequencial, o curso de complementação de estudos.

Então, os cursos anteriores foram feitos dentro da legislação anterior, que são próprios da instituição e os cursos que hoje não estão nem funcionando - os cursos de complementação de estudo - estão sendo readequados dentro da nova legislação. Então, os diplomas emitidos da Faculdade Padrão, desde que assumi, são de cursos da Padrão e os que vamos emitir serão de cursos da própria instituição.

SR. RELATOR:- Esses cursos são feitos, em parceria, com algumas outras instituições?

O SR. DIRETOR DA FACULDADE PADRÃO, ADRIANO FRANCO VALOTTO: - **Do momento que assumi para cá, os cursos são feitos dentro da instituição. Em relação ao passado, todos os diplomas e certificações são de competência da Faculdade Padrão. Foram feitos por ela.**

SR. RELATOR:- **O senhor afirma que não tem parceria com nenhuma instituição de ensino que não seja a Faculdade Padrão?**

O SR. DIRETOR DA FACULDADE PADRÃO, ADRIANO FRANCO VALOTTO: - **Não temos.**

SR. RELATOR:- Se há alguma instituição oferecendo cursos, neste sentido, inclusive com materiais, como as logomarcas dessas instituições e da Padrão, são irregulares?

O SR. DIRETOR DA FACULDADE PADRÃO, ADRIANO FRANCO

VALOTTO: - Esses cursos são irregulares. Não tem nossa autorização.

O Deputado Relator perguntou **se existe algum vínculo da Faculdade Padrão com o Centro Educacional Moura Filho, se essa instituição divulga os cursos com a logomarca da Faculdade Padrão, e se ele tinha conhecimento de que essa instituição atua de forma irregular**:

SR. RELATOR:- O Centro Educacional Moura Filho tem algum vínculo com a Faculdade Padrão?

O SR. DIRETOR DA FACULDADE PADRÃO, ADRIANO FRANCO

VALOTTO: - Desconheço.

(...)

SR. RELATOR:- Essa instituição divulga os cursos sempre com a logomarca da Faculdade Padrão. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. ADRIANO VALOTTO:- Não tenho conhecimento.

SR. RELATOR:- O senhor pode afirmar que o Centro Educacional Moura Filho atua de forma irregular?

O SR. DIRETOR DA FACULDADE PADRÃO, ADRIANO FRANCO

VALOTTO: - Atua de forma irregular.

O depoente afirmou que **os diplomas recebidos em sua gestão são emitidos pela própria instituição, que a Faculdade Padrão não autoriza e nem autorizará qualquer parceria com outra instituição:**

O SR. DIRETOR DA FACULDADE PADRÃO, ADRIANO FRANCO VALOTTO: - **Os diplomas recebidos em minha gestão são totalmente emitidos pela própria instituição. A Padrão não autoriza e não autorizará qualquer parceria com outra instituição.** E ao saber dessas aí, nós já vamos buscar judicialmente essa questão para buscar esses nomes das instituições e resolver.

O depoente respondeu **quantos cursos a Faculdade Padrão oferece e afirma serem todos autorizados e reconhecidos pelo MEC:**

O SR. PRESIDENTE: - Adriano, desbravador, não é, para poder pegar uma missão difícil... Quantos cursos a Padrão está oferecendo hoje?

O SR. DIRETOR DA FACULDADE PADRÃO, ADRIANO FRANCO

VALOTTO: - A Padrão tem oito cursos.

O SR. PRESIDENTE: - Todos autorizados e reconhecidos?

O SR. DIRETOR DA FACULDADE PADRÃO, ADRIANO FRANCO VALOTTO: - Todos autorizados e reconhecidos. Estou aqui com as documentações e as portarias.

**5.2.11. DRA DARLENE COSTA AZEVEDO – Superintendente do PROCON - GO – Reunião Ordinária realizada em 2/5/2018:**

Em suas considerações iniciais, a **Superintendente do PROCON estadual, DARLENE COSTA AZEVEDO ARAÚJO**, abordou a **atuação do PROCON:**

A SENHORA DARLENE COSTA AZEVEDO ARAÚJO,

SUPERINTENDENTE DO PROCON ESTADUAL:- (...)

Temos, nesse Sindec, reclamações de instituições de ensino em geral. Eu não tenho um filtro exatamente para a confecção de diplomas, para os cursos lato sensu e para os de pós. Mas para se ter uma ideia já começamos a fazer um levantamento e, somente neste ano de 2018, nós já tivemos registros de diplomas. A reclamação de diplomas que nós temos, Deputado, é de demora na entrega, cobrança excessiva... Eu vi até uma reclamação de um consumidor que chegou a cobrar a instituição cinco mil reais para emissão do diploma, que a gente sabe que é gratuito na forma simples. Então, nós temos aqui várias denúncias de consumidores. Mas, o que acontece? O PROCON é um órgão de natureza conciliadora. A natureza essencial dele é a conciliação. O consumidor chega e quer ter seu problema solucionado. E nós temos uma norma interna que, se resolver o problema do consumidor por conciliação, é arquivado o processo. Então, tanto é que nós, hoje, resolvemos... 85% das demandas são arquivadas e o restante vai para julgamento e depois transformam-se em multa. E o consumidor que reclama do diploma não reclama da instituição. Então, a gente não sabe a formação da instituição. E quando o PROCON liga para eles, eles entregam o diploma. Resolve. E é arquivado. E aí, quando, agora, eu "tomando pé" aqui da situação, que a gente foi lendo demais documentos, eu fui estudar a nota técnica, tudo isso de manhã, nós fizemos um levantamento... Tivemos uma denúncia da SENACON - foi no ano passado, se não me engano - de uma faculdade no Entorno do DF. Eles colocaram que ela estava funcionando sem credenciamento. A SENACON pediu para instaurar o procedimento. Nós fizemos a notificação, verificamos por duas vezes, depois fomos ao local, ela já estava fechada. Aí o que a gente fez? Comunicou à DECON. Porque tudo que se diz, que eu vejo aqui que é uma infração administrativa, ela também infringe outras instâncias, então a gente também comunica à Delegacia de Polícia. E eu vejo aqui, de tantas instituições que estão instaladas dessa forma, o meio que o PROCON teria é de fazer um processo coletivo. Da forma que chegou aqui para a Assembleia, para a ALEGO, para esta Comissão, a denúncia dessas entidades, dessas instituições, poderia informar ao PROCON a própria ALEGO. Isso é normal. Tanto o Ministério Público e os demais órgãos fazem a denúncia e a gente instaura um processo coletivo, porque, hoje, o que há no PROCON é processo individual. Eu não recebi... Eu tenho dois, aliás, em andamento, de processo coletivo. Mas, no geral, dado o problema que está sendo relatado aqui, que eu vi, não se tem essa denúncia nem pelo Ministério Público, nem pela Assembleia Legislativa, para que se instaure e se verifique. Na parte do PROCON, seria a prática abusiva e o descumprimento da oferta. É por onde a gente vai fazer a investigação administrativa. Então, acho que, preliminarmente, o que eu tenho a esclarecer é isso. No adiantado a gente vai trocando uma ideia. Agora, eu gosto muito de trabalhar... Porque muitas vezes a gente trabalha, Deputados, numa frente muito isolada e só. Quando se tem os parceiros, a gente tem um resultado melhor. Não sei se vocês têm observado como o PROCON tem trabalhado, hoje, com outras instituições, com a Polícia Civil, com a Polícia Militar, com a Vigilância Sanitária, com o Ministério da Justiça. Então, a gente tem um resultado muito melhor. Pena que só agora, na sexta reunião, que a gente foi chamada a participar. Mas o nosso interesse é colaborar muito. E o que for toda documentação extraída, que essas instituições que denunciaram lá, a gente pode formar um processo administrativo único, para a gente trabalhar. Porque, para o PROCON, individualmente, você olhar assim: "A faculdade lá em Itapuranga. O que está acontecendo? A documentação que ela precisa." Às vezes há uma complexidade para você já falar que ela não cumpre, ela não está credenciada. Então, assim, eu vejo que, às vezes, por falta da fiscalização e desse trabalho conjunto, nós temos aí um crescimento muito grande desse tipo de instituição de ensino, que funciona sem o credenciamento, e assim o consumidor reclama quando não é atendido da forma que ele gostaria, como no caso dos diplomas, dois, três, quatro meses depois eles vão até o PROCON e só querem o diploma, encerra as aulas, ele quer o diploma. Para vocês terem uma ideia, olha a quantidade, este ano, parece-me, já houve mais de 50 atendimentos, em que eles buscaram o diploma e conseguem dentro do órgão.

O Deputado Relator da CPI perguntou à depoente se ela tem conhecimento se **as denúncias que chegam ao PROCON tem relação com instituições registradas ou são instituições que fazem essa intermediação:**

O SR. RELATOR:- (...)

Temos, hoje, detectado no Estado de Goiás um problema sério, não só com relação à comercialização de diplomas falsos, mas, também, cursos irregulares. O que temos detectado nesses últimos dias nas pesquisas que temos feito dentro da CPI, através de conversas que temos tido e depoimentos escutados

Existe hoje uma série de entidades que têm feito uma intermediação entre a sociedade e as faculdades e as universidades. Essas utilizam de parcerias e espaços fora da universidade para darem esses cursos, muitas dessas entidades não têm a autorização para funcionar, também não têm, reconhecidamente, pelo menos de forma oficial, o reconhecimento da faculdade que dizem ser a faculdade que irá chancelar os diplomas. Na última reunião que tivemos, houve uma faculdade que declarou que todas as entidades que estão fazendo esses cursos utilizando o nome dela, estão irregulares e eles não darão os diplomas, eles não reconhecem esta parceria.

Então, temos uma série de instituições que estão fazendo uma intermediação, captam os alunos, fazem os cursos e buscam parcerias com as universidades para chancelarem esses diplomas. Muitas vezes os alunos que estão ali não sabem a quem recorrer, se recorrem à instituição que os cooptarem ou à faculdade que irá chancelar futuramente o diploma. Fica ao final do curso uma dúvida, eles não sabem muito bem a quem recorrer.

Em relação a este tipo de relação tem chegado alguma denúncia ao PROCON, a Senhora tem reconhecimento deste tipo de relação, dessas empresas intermediadoras? Normalmente, quando chegam as denúncias, chegam diretamente ligadas à faculdade ou universidade ou, às vezes, está vinculado a uma intermediadora dessas, a uma instituição fora da faculdade com quem tem uma dita parceria? A Senhora tem conhecimento dessa relação, dessas denúncias que chegam até a Senhora tem alguma relação com instituições registradas ou são instituições que fazem essa intermediação?

A SENHORA DARLENE COSTA AZEVEDO ARAÚJO,

SUPERINTENDENTE DO PROCON ESTADUAL:- Interesso-me tanto pelo assunto que trouxe a Gerente de Atendimento, Senhora Rosânea, ela está nos acompanhando para entender qual o teor da CPI, também, o Doutor Edmar, Gerente do Contencioso Administrativo e o Gerente Marcos, da Fiscalização do PROCON/GOIÁS. Eles vieram aqui também a título de colaboração para avançarmos na matéria.

Com relação à pergunta do Deputado Simeyzon Silveira, o que vejo é que, não sei se vocês estão com a intenção de envolver a DECON na CPI. Há casos que será a DECON e há casos que será a Polícia Federal. Vocês devem ter percebido.

Muitas dessas condutas aí são delituosas, são práticas de delito. Tem que ser investigadas fraudes, estelionato. Então tem que ser envolvido e apurado, e até mesmo com prisão.

Então, a nossa ponta, a parte do PROCON é administrativa, como eu disse. Tem aqui casos que nós ligamos, fizemos a intermediação na faculdade e eles afirmam aqui. Eu vou passar essa documentação toda para vocês. Até fiz um documento, mas vou ampliar um pouco e entregar aqui na CPI, que quando a gente faz o contato preliminar, que chega o consumidor diante do atendente e ele quer o diploma, e a gente liga na faculdade, e está tudo registrado aqui a resposta, que depois eles vão buscar, é que quem vai fornecer o diploma e chancelar é uma outra instituição, e essa instituição demorou entregar esse certificado, mas que diante da reclamação ele chega. Eu sei que aí acontece alguma coisa e ele chega rapidinho.

Então, tem casos que tem essa, que quem atendeu a Secretária da instituição afirma dessa forma, que é um terceiro que vai entregar o diploma, e tem casos que eles mesmo de forma nenhuma nega, a maioria fala que faltou documento do consumidor. Que o consumidor, por falta de documentação a demora foi dado causa pelo consumidor, e que entregando o documento resolve.

Agora, detalhe desse atendimento, que a maioria é processo preliminar, aí fica marcada a data daquele consumidor buscar o seu diploma e o consumidor não volta mais para falar se conseguiu ou não. A gente liga e fala que entregou e pronto. Não tem nem esse retorno do consumidor. Então, ficamos nessa parte bem na ponta de  olhar, se não entregou o diploma é instaurado o processo e autuado.

Agora, a parte de crime, mesmo se instaurasse o procedimento a gente poderia, com prazo da defesa das empresas, a gente já teria ali os indícios e já informaria a DECON.

Mas hoje de manhã mesmo eu conversando com o delegado, ele disse que tem dois inquéritos que foram instaurados para poder apurar isso aí. E denúncia mesmo eu não tenho nem da SENACON e nem do Ministério Público,  e nem da ALEGO com todas essas empresas que estão descumprindo a oferta.

O SR. RELATOR:- (...)

A pergunta foi justamente no sentido se a maioria dessas reclamações são ligadas a instituições intermediadoras, então, e não são justamente essas instituições que fazem o intercâmbio.

A SENHORA DARLENE COSTA AZEVEDO ARAÚJO,

SUPERINTENDENTE DO PROCON ESTADUAL:- A maioria fala só, o consumidor não detalha, ele fala que está na instituição, que ele quer o diploma. Algumas vezes é a própria Secretária que fala: "Nós não entregamos porque tem uma intermediadora". Mas acho que eles são orientados a não falar.

**5.2.12. AURICÉLIO ALVES E BRUNO MATOS – Diretores do Insaúde Capacitação Profissional – Reunião Ordinária Realizada em 2/5/2018:**

Em suas considerações iniciais, o depoente **abordou o trabalho realizado pela Escola Insaúde:**

O SR. AURICÉLIO ALVES DE SOUSA:- (...) O Insaúde oferece cursos de extensão. Esses cursos de extensão, em parceria com faculdades, oferecemos então em vários espaços com faculdades parceiras. Os congressos, as semanas científicas, que são o nosso trabalho. A gente tem o projeto. Alguém nos procura e fala: "Olha, preciso da execução dessa formação, desses cursos, dessas palestras." E nós vamos atrás de professores, vamos atrás de parcerias, como a gente sempre fez, dentro da Universo, com feiras, com membros de todo o País, e vários participantes, tanto da comunidade acadêmica ali, quanto convidados de todo Estado. (...)

O Deputado Relator da CPI, Simeyzon Silveira, perguntou ao depoente **sobre os cursos ministrados, quantidade de turmas e de alunos no Insaúde:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- (...)

Primeira pergunta que eu quero fazer hoje é: quantas turmas estão em funcionamento na entidade de vocês? Quantas turmas, quais são os cursos, quantos alunos vocês têm hoje dentro do Insaúde?

(...)

O SR. AURICÉLIO ALVES DE SOUSA:- Certo. O Insaúde tem cursos de capacitação, como falei. Esses cursos são variados. Por exemplo, no mês de abril, tivemos dois cursos. No mês de maio, um curso ou dois cursos. **Nós temos durante todo o ano. Nós temos também alunos de pósgraduação. Essas turmas de pós-graduação, hoje, nós temos quatro turmas em execução.**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Quatro turmas?

O SR. AURICÉLIO ALVES DE SOUSA:- Isso.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Esses cursos,

o Insaúde tem autorização para ministrar os cursos de graduação e pósgraduação?

O SR. AURICÉLIO ALVES DE SOUSA:- **O Insaude não tem autorização para cursos de graduação, tanto é que não temos cursos de graduação. Temos autorização frente a nossa parceria com instituição regulamentada para os cursos de pós-graduação e com base na Resolução nº 1, de 08 de junho de 2007.**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Esses cursos são ministrados na sede do Insaude. Quanto às aulas que são ministradas, os professores são contratados pelo Insaude ou são contratados pela instituição parceira?

O SR. AURICÉLIO ALVES DE SOUSA:- **A instituição parceira tem os professores e temos também professores convidados, mas todos esses professores estão dentro das normativas, de quantos professores são convidados e assim por diante.**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - **Mas eles têm um vínculo com o Insaude? No caso, qual é a instituição com quem o Insaude tem parceria?**

O SR. AURICÉLIO ALVES DE SOUSA:- **Faculdade Araguaia, FARA.**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - **Faculdade**

**União Goyases, também tem parceria?**

O SR. AURICÉLIO ALVES DE SOUSA:- **Temos outro tipo de parceria, com a FUG.**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Qual seria?

O SR. AURICÉLIO ALVES DE SOUSA:- **Fazemos a captação para o Curso de Bacharelado para a instituição, isso devidamente regulamentado e tudo certo.**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - **Vocês fazem uma captação, esses alunos têm aula na sede do Insaude?**

O SR. AURICÉLIO ALVES DE SOUSA:- **Não, na FUG. Inclusive, vou fazer até um breve comentário, existem rumores, citações por aí, inclusive, recebemos dos alunos, onde se fala, o Auricélio oferece isso, aquilo. Eu tenho mais de um trabalho. Hoje, o Insaude em si tem um contrato de parceria com a Faculdade Araguaia para pósgraduação, ponto, o Insaude tem contrato de parceria para captação de alunos para Bacharelado em Educação Física com a FUG e o Auricélio também tem um trabalho de atendente dentro da Faculdade União de Goyases, que é o que exerço.**

O Deputado Relator perguntou ao depoente sobre a **parceria com a Faculdade União de Goyazes:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - **E a Faculdade União de Goyases tem autorização para curso à distância, vocês têm esta informação?**

O SR. AURICÉLIO ALVES DE SOUSA:- **A Faculdade União de Goyases está em processo nesta questão, porém, o curso oferecido, onde estou ligado, é um curso presencial.**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - É um curso presencial, os alunos vão uma vez por mês a instituição? Então, ele é um presencial, é misto, não é?

O SR. AURICÉLIO ALVES DE SOUSA:- Não, na verdade, existem algumas categorias de aulas. Existem as aulas regulares que acontecem nos dias letivos, existem as aulas que são modulares e existem as aulas em cursos de verão. Hoje, o que aplicamos são as aulas modulares.  O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Os diplomas são emitidos pela instituição, são emitidos pela Faculdade Goyases?

O SR. AURICÉLIO ALVES DE SOUSA:- **FUG, até porque o Insaúde não tem ligação como falei, neste sentido, fazemos a captação. Todos os documentos, qualquer tipo de documento ali presente recebe o carimbo e a assinatura da Faculdade União de Goyases, até mesmo os documentos que eu assino, Faculdade União de Goyases, recibo, todos feitos na instituição. Acredito e pelo que vem sendo feito, há uma confusão dentro dos nossos trabalhos oferecidos. Temos vários tipos de serviço.** Se eu for falar muito, eu tenho uma hamburgueria.

Mas, levando ao pé da letra, se forem falar, olha o Auricélio faz tudo isso? Mas, é tudo com um CNPJ? Não, cada um, cada uma ligação tem o seu propósito.

O Deputado Relator perguntou ao depoente **se é o Insaúde que certifica os cursos de pós-graduação:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Os cursos de pósgraduação do Insaúde são diplomados ou são certificados pelo Insaúde? O SR. AURICÉLIO ALVES DE SOUSA:- **O Insaúde nesse caso faz um processo de gerenciamento do trabalho. Esse gerenciamento nós só fazemos os trabalhos ali com as aulas, mas todas as documentações são expedidas pela Faculdade Araguaia, diplomas e tudo pela Faculdade Araguaia**. Matrícula, todos os processos. O SR. RELATOR: - Todos pela Faculdade Araguaia. O SR. AURICÉLIO ALVES DE SOUSA:- Isso.

O Deputado Relator perguntou ao depoente se tem havido alguma **dificuldade para a chancela dos diplomas, ao que foi respondido que a dificuldade tem sido no CREF:**

O SR. RELATOR: - Tem contrato?

Os diplomas têm tido alguma dificuldade para que ele tenha a devida chancela? Tem tido alguma dificuldade nesse sentido ou não? O SR.

AURICÉLIO ALVES DE SOUSA:- Quanto à questão das parcerias firmadas sem nenhum tipo de obscuridade, nós temos os registros documentados, inclusive estão aqui alguns, que encaminharei para os senhores.

**E questão de reconhecimento, eu não tenho dúvidas, não tenho medo disso.**

**E agora, com questão de chancelas, cada instituição faz a sua própria chancela. A FUG me dá os documentos, apresenta os documentos aos alunos enquanto FUG, passando por todos os trâmites, inclusive em depoimentos anteriores foi explicado como funciona. Faculdades enviam para as Universidades, e a pósgraduação é a mesma coisa, a mesma situação.**

O SR. RELATOR: - Tem tido alguma dificuldade  nessa relação na entrega dos diplomas, no reconhecimento desses diplomas? O SR. AURICÉLIO ALVES DE SOUSA:- Não, porque na verdade é assim, citando a FUG, o que acontece? A FUG, digo nós enquanto FUG, não respondendo pela instituição, respondo com o meu papel lá dentro, que é essa de captação e  o trabalho no atendimento. **Os alunos de lá, até onde eu sei, que me procuram por eu ser a referência para eles, eles falam que o único problema que eles têm é frente ao CREF, que é o Conselho Regional de Educação Física, que diz ser uma empresa que está irregular e assim por diante.**

Tive hoje a presença no meu escritório de uma aluna que alegou isso, só porque quando eles fazem uma alegação eles não colocam em documento. Fazem o protocolo normal, porque até aonde eu tenho conhecimento, o CREF, o Conselho, tem essa portaria lá dentro, onde eles podem até 90 dias fazer a  verificação desses documentos da legalidade e depois podem colocar como deferido ou indeferido o registro  frente ao Conselho.

E a pós-graduação não precisa de registro posterior, porque  a chancela já é uma chancela normal, diploma, tudo, certificação normal.

O proprietário, Bruno Matos, esclareceu que **o**

**Professor Auricélio realiza somente a captação de alunos para a FUG, a quem compete a parte de diplomação e aulas:**

O SR. BRUNO MATOS: - É importante deixar claro que o Professor Auricélio realiza somente a captação de alunos para a FUG. Toda a parte de diplomação, aulas, é responsabilidade da FUG, e a FUG que executa.

Então, a parte cabe ao Auricélio é a parte de captar, entregar o aluno à FUG.

O SR. RELATOR: - E os alunos sabem disso, que eles são alunos da FUG?

O SR. BRUNO MATOS: - Sim.

O SR. RELATOR: - A FUG  reconhece isso?

O SR. BRUNO MATOS: - Sim, inclusive está no sistema da FUG,  está no censo da FUG e tudo o mais. A única função que o Auricélio tem é de captar o aluno e direcioná-lo até a FUG.

O Presidente da CPI perguntou ao depoente sobre a **parceria com as Faculdades Araguaia e União de Goyazes:**

O SR. PRESIDENTE: - Você me falou da Araguaia e da Faculdade União.

Qual que é a parceria clara da Araguaia com vocês?

O SR. BRUNO MATTOS:- Nós gerenciamos o trabalho de pósgraduação.

O SR. PRESIDENTE: - Qual curso?

O SR. BRUNO MATTOS:- Musculação, biomecânica e fisiologia do exercício, atividades aquáticas, treinamento desportivo e fisiologia do exercício, e treinamento desportivo.

O SR. PRESIDENTE: - E com a Faculdade União Goyazes?

O SR. BRUNO MATTOS:- Nós fazemos a captação para o bacharelado deles. Lembrando que essa captação é para direcionar os alunos para a formação dentro da faculdade.

O SR. PRESIDENTE: - Essas aulas que são feitas, do bacharelado, elas são executadas literalmente onde?

O SR. BRUNO MATTOS:- Elas são executadas dentro da FUG -

Faculdade União de Goyazes - situada em Trindade.

O Presidente da CPI perguntou ao depoente **se o Insaúde remunera algum professor:**

O SR. PRESIDENTE: - Tem algum professor dessa instituição que é remunerado pela instituição de vocês?

O SR. BRUNO MATTOS:- Não, com que tipo de ligação?

O SR. PRESIDENTE: - Remunerado. Vocês estão lá, vocês são parceiros, vocês captaram e vocês remuneram algum professor do curso de bacharel? O SR. BRUNO MATTOS:- **Nós, enquanto InSaúde, não, porque não tem nenhum vínculo com o InSaúde, como já foi esclarecido ao Deputado. Todo vínculo é com a FUG, então quem é responsável por essa remuneração dos docentes é a própria FUG.**

O Deputado Relator questionou o depoente o fato de, em pesquisa feita no portal do MEC, **ter-se verificado que a FUG tem autorização para ministrar cursos regulares, mas não foi encontrada autorização para os cursos de 15 encontros presenciais:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Mais uma informação Senhor Presidente, porque na pesquisa que nós fizemos, quando nós olhamos as autorizações relacionadas dentro do portal do MEC, nós vimos que a FUG tem autorização para ministrar os cursos regulares. Porém nós não encontramos essas autorizações para esses cursos de 15 encontros presenciais.

Vocês tem convicção que a FUG tem autorização para ministrar esse tipo de curso? Porque nós não  conseguimos encontrar.

O SR. BRUNO MATTOS:- A complementação pedagógica, na verdade é uma segunda graduação.

Como eu falei pra vocês, existem as categorias, as modulares, as aulas regulares, as aulas à distância e as aulas de verão.

A complementação pedagógica ela é praticada não só pela FUG, mas por várias outras instituições. E na verdade isso é um tipo de formação. Essa formação de complementação pedagógica, só funciona, só serve para quem já tem uma primeira graduação e ele precisa acrescer, digamos assim, conhecimento em determinadas horas, assim como foi explicado no encontro passado aqui de vocês, onde tem a determinação. São no mínimo 800 horas de formação.

Essa formação faz o aproveitamento das disciplinas da primeira formação e posteriormente faz-se outras disciplinas como complementação pedagógica. Mas na verdade é uma segunda graduação.

O Deputado Humberto Aidar perguntou se **existe sala de aula no Insaúde e que aulas são oferecidas lá:**

O SR. PRESIDENTE: - Auricélio e o público, estou aqui pensando: vocês não têm autorização e não têm o reconhecimento do MEC para poder fazer Bacharelado e pós-graduações. Onde fica a Instituição de vocês hoje?

O SR. AURICÉLIO ALVES:- Na Avenida T-3.

O SR. PRESIDENTE: - Vocês têm sala de aula neste endereço?

O SR. AURICÉLIO ALVES:- Sim.

O SR. PRESIDENTE: - As salas funcionam lá?

O SR. AURICÉLIO ALVES:- Como o senhor falou, nós não temos o reconhecimento para o Bacharelado. Nós não oferecemos Curso de Bacharelado, que fique bem claro, como o Bruno já repetiu, e eu faço questão de repetir. Nós fazemos a captação e direcionamos para a FUG. A FUG oferece as aulas. Certo?

O SR. PRESIDENTE: - Tudo bem, mas que aulas vocês oferecem lá?

O SR. AURICÉLIO ALVES:- De pós-graduação.

O SR. PRESIDENTE: - Essa aula de pós-graduação vocês tem autorização para fazê- las?

O SR. AURICÉLIO ALVES:- Sim, frente a parceria que fizemos com a Faculdade Araguaia, sim. E as Resoluções que a gente tem, inclusive em mãos.

O SR. PRESIDENTE: - Mas, se a Faculdade Araguaia ou a PUC, se elas têm autorização para funcionar à distância, por que você não está fazendo dentro da Instituição. Você está fazendo em outro lugar. Em outras atividades.

O SR. AURICÉLIO ALVES:- São aulas modulares, essas aulas que acontecem dentro da nossa Instituição. Nossas aulas de pós-graduação, não são aulas à distância.

O Presidente da CPI perguntou ao depoente se as **Faculdades Araguaia e União Goyazes possuem autorização para realizar curso à distância:**

O SR. PRESIDENTE: - Que seja de pós-graduação. É sobre isso que quero fazer a pergunta ao senhor. Se vocês não têm autorização do MEC para funcionamento de graduação e pós-graduação, vocês são parceiros, você citou duas entidades, essas entidades, seja a Araguaia ou a Faculdade União, têm autorização para curso à distância? Porque acaba se fazendo um curso à distância já que não está fazendo na instituição. Você concorda comigo?

O SR. AURICÉLIO ALVES:- **Discordo em um ponto. Como eu falei, muito bem claramente, o bacharelado é feito dentro de Faculdade União de Goyazes. Na Faculdade Araguaia que nós organizamos as pós-graduações, fazendo o gerenciamento dessas aulas dentro da nossa instituição, regulamentadas pelas resoluções que a gente tem. E as nossas parcerias são frente a contratos. Não são aulas à distância, aulas à distância têm outro sentido.**

O SR. PRESIDENTE:- Eu queria entender, Deputado Humberto Aidar, se ele não tem autorização de graduação e pós-graduação, eu gosto de citar as duas situações, e ele está tendo e dando aula, mesmo em nome de terceiros, mas a instituição lá é dele. Eu não sei se o Senhor está entendendo a minha pergunta.

Se ele não tem autorização para pós-graduação, vou até tirar graduação, como que o Senhor funciona dentro de uma instituição do Senhor que não tem autorização? Então, o curso Araguaia tinha que ter sido autorizado à distância porque não está dentro da Faculdade Araguaia para funcionar. Você não concorda não? Me explique melhor para eu até poder dar uma sequência na minha linha de raciocínio.

O SR. AURICÉLIO ALVES:- Sim, sem problema. O termo de ensino à distância tem outro sentido, certo? É preciso que a gente procure toda a resolução que determina como que funciona esse ensino à distância para o Senhor entender bem, porque quando a gente fala que é fora da instituição não significa que é a distância, tem essa questão. Então, eu não tenho a regulamentação agora...

O Presidente da CPI perguntou ao depoente **quem contrata os professores:**

O SR. PRESIDENTE:- Quem contrata os professores que estão ministrando lá?

O SR. AURICÉLIO ALVES:- A Faculdade Araguaia tem todas as ligações com os professores.

O SR. PRESIDENTE:- Não. Quem paga os professores que estão dando aula na instituição Insaude? Quem são eles?

O SR. AURICÉLIO ALVES:- Curso de extensão ou...

O SR. PRESIDENTE:- Curso de extensão, de pós-graduação.

O SR. AURICÉLIO ALVES:- Curso de extensão, o próprio Insaude; se for os cursos de pós-graduação, a faculdade Araguaia; os cursos de bacharel, a FUG. Então, cada um é responsável pelo seu. O SR.

PRESIDENTE:- Bruno, vamos tentar deixar mais claro ainda. O SR. AURICÉLIO ALVES:- Perfeito.

O SR. PRESIDENTE:- Os cursos de pós-graduação, vamos focar.

O SR. AURICÉLIO ALVES:- Sim.

O SR. PRESIDENTE:- Vocês fizeram uma parceria com a instituição Araguaia, perfeitamente?

O SR. AURICÉLIO ALVES:- Correto.

O SR. PRESIDENTE:- Dentro desses cursos que vocês estão dando, você não tem autorização para poder ministrar esses cursos hoje dentro da sua instituição.

O SR. AURICÉLIO ALVES:- Sim.

O SR. PRESIDENTE:- Mas as aulas acontecem lá dentro da sua instituição.

O SR. AURICÉLIO ALVES:- Sim.

O SR. PRESIDENTE:- Isso já soa mal, você concorda comigo? Espera aí, se eu não tenho autorização, como é que eu estou dando aula? "Ah, eu tenho um parceiro, meu parceiro é a Araguaia." A Faculdade Araguaia tem autorização de botar esses professores dentro da sua instituição? O SR. AURICÉLIO ALVES:- Senhor Presidente, a própria Araguaia tem o curso autorizado, isso é fato e notório. Se você entrar no site do e-MEC, vai se deparar com essa situação. Enfim, agora...

O SR. PRESIDENTE:- Então, por que ela não dá esses cursos na instituição, por exemplo?

O SR. AURICÉLIO ALVES:- Porque quem gerencia hoje é o Insaude, essa parte da pós-graduação da Faculdade Araguaia.

O SR. PRESIDENTE:- Toda ela?

O SR. AURICÉLIO ALVES:- A parte de execução e gerenciamento, sim.

Agora, a parte financeira é algo à parte.

O SR. PRESIDENTE:- Você assinou um convênio com a Araguaia?

O SR. BRUNO MATOS:- Sim, como foi falado pelo Professor Auricelio e solicitada a cópia do convênio pelo nobre Deputado aqui.

O Presidente do CREF abordou **preocupação ao registrar diplomas emitidos pela FUG, em razão de que os 15 encontros que formam alunos são divulgados pelo Insaúde, e não pela Faculdade Araguaia:**

O SR. JOVINO OLIVEIRA:- (...)

Qual é a preocupação do conselho, por exemplo, quando chega, em especial, documentos da FUG? Os cursos de bacharelado realizados com quinze encontros que formam alunos, são ofertados, são divulgados, pelo Insaude e não pela FUG. Houve uma certa preocupação, por parte do Conselho, averiguar melhor essa situação.

(...)

O SR. JOVINO OLIVEIRA: - Então, as divulgações são feitas pelo Insaude. Temos um documento do curso de bacharelado Insaude que, inclusive, foi encaminhado a vocês. Está junto aos processos, um comprovante de matrícula, de um curso de bacharelado do Insaude. Foi anexado aos documentos e lhes foi enviado.

Qual é a preocupação? Quando se observa a propaganda, ela feita pelo Insaude. Mas em consulta ao próprio site da Faculdade União de Goyazes não se encontra referência alguma a curso de quinze encontros. O que se tem na página eletrônica da FUG é o curso convencional de oito semestres.

 O Presidente do CREF abordou **irregularidades na divulgação dos cursos:**

O SR. JOVINO OLIVEIRA: - Só para contribuir aqui com essa linha de raciocínio que está sendo desenhada, uma das publicações que o Conselho pesquisou, no sentido de entender o contexto, é intitulada aqui do Petrick Facul Insaúde. Então, quer dizer, o próprio nome da induz a faculdade. Então, Petrick Facul Insaúde. Aí, a postagem diz o seguinte: "Se você tem interesse em uma de nossas escolas, pós-graduações e bacharel em educação física, fale com nosso consultor." E vem o link. A pessoa que pega e olha entende que é um curso de bacharel da Insaúde. Então, aqui eu tenho que concordar que precisa realmente haver uma corresponsabilidade, da Insaúde, em esclarecer e orientar corretamente aquele que está comprando o serviço e o produto. Certo? Outra situação foi colocada pelo próprio Auricélio, quando ele fala em cursos de 800 horas, por exemplo. 15 encontros. Digamos assim, se for uma carga horária puxada, esses 15 encontros vão somar ali o quê? 150 horas presenciais ali. As demais horas com estágio, horas complementares. Estágio a gente sabe que precisa ser reconhecido. Tem que ter o termo de estágio. Onde estão acontecendo esses estágios? Porque uma carga de 150 presencial, para completar, que seja a mínima de 800, é uma diferença muito grande para se complementar sem ser presencial. Ou seja, aí o curso ainda vai ser considerado presencial? Ou semipresencial? Então, por isso que há toda essa dúvida e que o conselho fez a consulta ao MEC e à própria FUG, para esclarecer a respeito dessa situação, desse curso de final de semana. E, repito, é de responsabilidade também, sim, da Insaúde dar esclarecimento sobre isso.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO AIDAR: - Professor, vocês entraram em contato com a FUG há quanto tempo?

O SR. JOVINO OLIVEIRA: - Foi no final do mês de janeiro, via ofício.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO AIDAR: - E não obteve resposta? O SR. JOVINO OLIVEIRA: - E não fomos respondidos até a presente data.

**5.2.13. VERONILDO OLIVEIRA MOURA – Diretor do Centro Educacional Moura Filho – Reunião Ordinária realizada em 2/5/2018:**

Em suas considerações iniciais, o **DIRETOR DO CENTRO**

**EDUCACIONAL MOURA FILHO, VERONILDO OLIVEIRA MOURA**, abordou as **dificuldades enfrentadas pelo sistema educacional, atualmente**:

O SR. VERONILDO OLIVEIRA MOURA: (...)

Meu nome é Veronildo Moura, sou nascido e criado em Goiânia. Sou Professor. Passei por quase todas as instituições de ensino superior aqui do Estado de Goiás e de Goiânia. Eu tenho duas especializações de

Mestrado pela Pontifícia Universidade Católica e sou docente há mais de 35 anos.

Essa instituição foi criada em 2012, no intuito de ser gestor educacional pela  experiência em outras instituições.

O mercado é muito custoso, difícil de imaginar as pessoas que são honestas e as pessoas que não são. Mas esse é o mercado que vivemos hoje. A minha instituição tem hoje seis funcionários os quais eu represento. Sou o proprietário único da instituição. Tenho um prédio que pretendo transformar em faculdade. Hoje, nem sei mais o que acontece nesse cenário em que estamos vivendo, e lutando.

(...)

O SR. VERONILDO OLIVEIRA MOURA:- E lutando justamente para ter uma educação melhor e que chegue a mais pessoas. Eu já fiz consultoria em várias instituições de ensino superior, no qual você está citando algumas delas, eu fui consultor, porque eu tenho uma experiência muito grande em aprimoramento e inclusão daquelas pessoas que não têm acesso a uma faculdade. Eu vislumbrei alguma coisa, numa instituição da qual fui diretor, em que milhares de alunos não têm acesso ao curso de graduação, seja pelo tempo, seja pela parte financeira. Então, vislumbrei um projeto social. Hoje, na educação - tirando poucos - aqueles (INAUDÍVEL) de satélites, que são as EADs, não ganham mais dinheiro com a educação. Até porque a gente luta para sobreviver dentre essas pessoas que, realmente - me desculpem a expressão do senso comum - prostituem o mercado.

Eu tenho feito um trabalho social nessa área, o de incluir esses alunos no mercado de trabalho através dessas faculdades de ensino superior. Eu tenho buscado, nessas instituições, nas quais eu sou parceiro e tenho conhecimento por ter trabalhado nelas, descontos e bolsas para esses alunos que não têm condições de pagar. E tenho visto que as faculdades, hoje, passam por um momento difícil em termos de inadimplência tremenda, muito grande, e as instituições de ensino se queixam demais de que o aluno pode estudar, sair, levar seus documentos, se formar, buscar seu diploma e deixar as dívidas para trás, seus débitos para trás. Eu acho que é a única área de conhecimento em que isso acontece.  Então, as instituições, hoje, estão passando por uma grave crise financeira e social. E, dentro desse cenário que eu estou contando e descrevendo, eu penso que muitos alunos que, realmente, buscam um conforto melhor, uma qualidade de vida melhor, querendo crescer, querendo sobressair no mercado, ele vai atrás de conhecimento. Então, um ponto primordial nas minhas discussões como docente é como chegar a esse conhecimento, essa é a minha preocupação.

O Deputado relator, SIMEYZON SILVEIRA, perguntou a **responsabilidade do depoente frente ao Centro Educacional Moura Filho**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- (...) Só para que conste, qual é a função do senhor, qual a responsabilidade do senhor frente ao Centro Educacional Moura Filho?

O SR. VERONILDO OLIVEIRA MOURA:- Eu sou o proprietário.

O Deputado Relator perguntou também **se procedia a denúncia de que o Instituto Moura Filho oferece cursos superiores sequenciais de Gestão em Segurança Pública:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Ok. Chegou a esta CPI que a instituição do senhor oferece cursos superiores sequenciais em gestão em segurança pública. É verdade? Isso procede? O colégio possui o credenciamento para oferecer esses cursos? O SR. VERONILDO OLIVEIRA MOURA:- (...)

Eu não tenho esses cursos na minha unidade. Estou localizado no Setor Santa Genoveva e você pode mandar alguém lá a qualquer hora para fazer uma verificação in loco, que eu não tenho alunos na instituição.

O Deputado Relator perguntou também quais os **cursos oferecidos pela instituição:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Quais são os cursos que a instituição do senhor oferece hoje?

O SR. VERONILDO OLIVEIRA MOURA:- Não, eu não ofereço. Eu tenho é um consultoria junto a essas instituições, com as quais eu tenho parceria. São três cursos: Gestão em Segurança Pública, Gestão da Saúde.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Eles estão acontecendo hoje?  O SR. VERONILDO OLIVEIRA MOURA:- Não. Não tem mais alunos. O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:-  O senhor já teve, já ofereceram esses cursos?

O SR. VERONILDO OLIVEIRA MOURA:- Sim. Nas instituições nas quais eu sou parceiro.

Foi perguntado quais as instituições parceiras do depoente:

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Quais eram as instituições parceiras do senhor? Quem que emitia no final o diploma?

O SR. VERONILDO OLIVEIRA MOURA:- Na verdade ele não emitia. Ele tinha todo acesso e o controle da parte pedagógica e parte acadêmica. Nós tínhamos uma participação em relação a consultoria financeira, a publicidade e marketing e treinamento de professores e do pessoal técnico administrativo.

E isso a gente fazia uma tratativa nesse sentido e buscava os alunos para essas instituições.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Quais são elas? O senhor pode precisar quais são?

O SR. VERONILDO OLIVEIRA MOURA:- Posso. **A única que eu trabalhei foi a Faculdade Sudamérica.**

O Deputado Relator perguntou ao depoente **se a**

**Faculdade Sudamérica possui alguma parceria com a Faculdade Padrão:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- A

Faculdade Sudamérica tinha alguma parceria com a  Padrão?

O SR. VERONILDO OLIVEIRA MOURA:- Não. Nunca. Tentei fazer uma tratativa com eles, inclusive eu tenho até no meu site a logomarca deles, mas eu tenho que atualizar porque não atualizo desde 2017. Não tem nada com a Padrão em termos de certificação ou alguma coisa parecida. O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Existe um material de divulgação da instituição que tinha um vínculo com a  Padrão. Se não me engano está no site.

O SR. VERONILDO OLIVEIRA MOURA:- Sim, é a logomarca da Padrão. Mas nunca trabalhei com a Padrão. Foi uma tratativa que nós fizemos, mas não tivemos sequencia nisso aí.

 O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:-    Mas havia um anúncio de uma provável parceria.

O SR. VERONILDO OLIVEIRA MOURA:- Isso sim. Provável sim. O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Nos preocupou muito porque a

Padrão não reconhece essa parceria. Eles estiveram aqui conosco na

oitiva passada, na quarta-feira passada e não reconhece nenhuma parceria. A instituição de vocês não chegou então a promover nenhum curso em parceria coma  Padrão apear dessa divulgação?

O Deputado Relator perguntou ao depoente **se existe alguma turma em andamento:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- (...)

Atualmente existe alguma turma em andamento?

O SR. VERONILDO OLIVEIRA MOURA:- Não tenho mais.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Existe alguma projeção de alguma turma que irá ser formada para o próximo semestre ou para os próximos meses?

O SR. VERONILDO OLIVEIRA MOURA:- Deputado, na verdade eu estou desistindo disso, pelos motivos que eu expus aqui para o senhor. O meu grande sonho é montar uma Instituição de Ensino Superior, mas que eu vejo hoje no mercado não há possibilidades de que eu faça isso. Eu estou me refazendo, me reorganizando para saber se eu ainda darei continuidade à da Educação.

O Deputado Relator perguntou ao depoente **onde eram ministradas às turmas que passaram pela instituição:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- (...) Só uma última pergunta: **as turmas que passaram pela Instituição, as aulas eram na Instituição do senhor ou na Faculdade?**

O SR. VERONILDO OLIVEIRA MOURA:- **Eram na Instituição promotora da tratativa da Faculdade. Na verdade, não são**

**Faculdades, são prestadoras de serviços.**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- O senhor fazia a captação desses alunos?

O SR. VERONILDO OLIVEIRA MOURA:- Fazia a intermediação, a gestão.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:-  Em momento algum havia aula na Instituição do senhor?

O SR. VERONILDO OLIVEIRA MOURA:- Não. Nem pode.  A minha

Instituição eu preparei e criei com a intenção de fazer uma Faculdade lá, tanto é que os pré-requisitos básicos foram construídos para isso. Até então, depende de dinheiro, de demanda, os projetos eu sei fazer.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Mas, nenhum curso foi ministrado lá? Todos foram ministrados na Faculdade?

O SR. VERONILDO OLIVEIRA MOURA:- Não. O senhor pode ir até lá e fazer uma visita a qualquer momento.

**5.2.14. EDUARDO COELHO - licenciado em Educação Física - Reunião Ordinária realizada em 16/5/2018:**

Em suas considerações iniciais, o depoente fez uma **abordagem sobre o problema que ele e outros colegas vinham enfrentando, em razão de curso realizado no IMEC**:

O SR. EDUARDO COELHO DE ARAÚJO: - Boa tarde, o que aconteceu comigo, como com vários outros profissionais de Educação Física, na época, é que todos os licenciados tinham atuação plena, isso era.............de uma liminar, depois que essa liminar caiu, o CREFI veio com a seguinte proposta: que nós tínhamos de abandonar nossos empregos e voltar a ser estagiários sem poder mais atuar.

Neste período, como era de se esperar, eu sou pai, sou casado, voltar a ser estagiário para sustentar uma família, pagando aluguel, era praticamente inviável, e eu já estava atuando desde 2011.

Então, há assim um desespero sobre o que aconteceu na época. E a partir disso foram aparecendo vários cursos que eram muito importantes para nós, porque era uma complementação, que era à distância, e era um curso que a gente fazia nos finais de semana, que ajudava, porque normalmente a média de diária de trabalho de um profissional de educação física é em torno de dez até doze horas que a gente trabalha. Então, era praticamente inviável. Ou tinha que largar o emprego, ou tinha que largar outra coisa, se eu fosse voltar a fazer uma faculdade, mesmo se fosse regular.

Então, com base nesse desespero, apareceu esse Instituto chamado Instituto IMEC, que ofereceu esse curso de complementação em bacharel. Eu, como vários outros profissionais, entramos nesse curso, acreditando que conseguiríamos o diploma de bacharel. Então, a partir disso, começamos a fazer, e tinha uma turma que entrou antes da gente. Se não me engano, sou da segunda turma.

Estava indo, até então, tudo bem, até que no presente momento, a turma que formou antes de nós começou a ter problema com os diplomas. Aí o CREF, um deles, o Professor Levi Filho, foi intimado para depor na Polícia Federal. E aí a partir da turma que era nossa, que a gente ainda estava fazendo o curso, começou a entrar naquele desespero. E aí? Vai ter o curso, não vai? É só o deles que deu problema, o nosso não vai dar? E foi indo, foi indo, foi indo, foi indo, que acabou o curso. Tanto é que a turma que foi antes da nossa conseguiu pelo menos pegar o diploma. A gente nem diploma conseguiu pegar. E eles ficavam enrolando a gente, falavam: "Não, o diploma virá de outra faculdade, não virá dessa". Depois vinha de outra faculdade e não vinha dessa. E a partir disso foi só entrando em desespero, porque todo aquele um ano e meio que ficamos estudando, vimos que aquilo não ia dar em nada. Acabou que a gente entrou na Justiça, eu e vários outros professores entramos, ganhamos, mas até então nem recebemos deles o que ganhamos na Justiça.

O depoente explicou **o momento em que teve a negativa do diploma:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Quando você soube que não teria o diploma? Houve alguma declaração, algum contrato?

O SR. EDUARDO COELHO DE ARAÚJO: - Boa tarde, o que aconteceu comigo como com vários outros Sim, tem declaração, matrícula. Eu cheguei a fazer monografia.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Quando você concluiu e o que lhe foi entregue?

O SR. EDUARDO COELHO DE ARAÚJO: - Boa tarde, o que aconteceu comigo como com vários outros. Entregue nada. Era de um ano e meio o curso. Durante doze meses a gente tinha aula, depois esses últimos eram estágios supervisionados e o TCC que a gente teria que entregar.

Então, o único contato que eu tinha era com um Professor e grupo e whatsApp entre os alunos.

O Deputado Relator perguntou **sobre o número de alunos da turma:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Você tem ideia de quantos alunos tinha numa turma?

O SR. EDUARDO COELHO DE ARAÚJO: - Boa tarde, o que aconteceu comigo como com vários outros **Só a minha turma era em torno de uns 120 alunos. Ela era dividida em duas salas.**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Só a sua turma. Existiam outras turmas?

O SR. EDUARDO COELHO DE ARAÚJO: - Boa tarde, o que aconteceu comigo como com vários outros Sim, teve algumas que entraram antes e outras que entraram depois da minha.

O Deputado Relator perguntou sobre **a justificativa apresentada pelo IMEC e como eles garantiam que os alunos obteriam o diploma:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Qual era o argumento que o IMEC utilizava quando vocês estavam cursando, qual era a garantia que eles davam e como eles garantiam para vocês que vocês teriam diploma?

O SR. EDUARDO COELHO DE ARAÚJO: - Boa tarde, o que aconteceu comigo como com vários outros **O IMEC declarou para a gente que eles faziam serviço terceirizado e quem iria emitir o diploma seria a Faculdade de Barra Bonita.**

O Deputado Relator perguntou ao depoente **se eles tiveram o cuidado de olhar se essa faculdade existia:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Quanto à essa faculdade, vocês tiveram o cuidado de olhar se ela existe, se ela tem atuação?

O SR. EDUARDO COELHO DE ARAÚJO: - **Inicialmente, não. Depois que começaram a ter os murmúrios de que não teria o vínculo - tanto é que a primeira turma chegou a pegar diploma dessa faculdade -, isto é, que iriam acabar com o vínculo, nós começamos a ligar para eles. Conseguimos o telefone e começamos a correr atrás e ligar. Aí eles chegaram a negar.**

O depoente relatou que **turma anterior a ele recebeu o diploma da faculdade e foi reconhecido pelo CREF, em razão de mandado de segurança impetrado:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Houve uma turma que chegou a receber o diploma dessa faculdade?

O SR. EDUARDO COELHO DE ARAÚJO: - Sim, a primeira turma antes da minha chegou a pegar os diplomas.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - **E esse diploma, vocês têm informação se ele é reconhecido, se o CREF reconhece?**

O SR. EDUARDO COELHO DE ARAÚJO: - **Sim, tanto é que um dos profissionais entrou com um mandado de segurança, o CREF não queria aceitar, mas ele entrou com um mandado de segurança e conseguiu, em 1ª estância. Agora vai para a 2ª estância.**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Então essa primeira turma teve seu diploma reconhecido?

O SR. EDUARDO COELHO DE ARAÚJO: - Não todos, alguns que entraram com mandado de segurança.

O Deputado Relator perguntou ao depoente **se os alunos chegaram a assinar algum contrato:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Em algum momento vocês assinaram algum contrato do curso que você fez? Tem algum contrato? Eles te entregaram algum contrato sobre a prestação de serviços?

O SR. EDUARDO COELHO DE ARAÚJO: - **Não, só a matrícula. Nós tínhamos os boletos de pagamento e os recibos de pagamento das mensalidades**.

Perguntou, ainda, sobre o **valor do curso, a carga horária e a monografia:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Certo, não foi feito nenhum contrato. Uma pergunta: você falou que um dos atrativos era o tempo, que vocês faziam o curso no final de semana, mas o valor era também atrativo, chamativo?

O SR. EDUARDO COELHO DE ARAÚJO: - Era. Era uma mensalidade de R$380 e, se você pagasse até o 5º dia útil, você tinha um desconto e pagaria R$320.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - E para você obter o bacharelado, qual era a carga horária? Era apenas aos finais de semana, vocês tinham quantos meses para fazer o curso?

O SR. EDUARDO COELHO DE ARAÚJO: - Doze meses de curso aos finais de semana, depois mais seis meses, que eram para nós fazermos o estágio supervisionado e mais a monografia.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - **Sua monografia foi entregue? Foi julgada pela banca normalmente? Só o diploma que não foi entregue?**

O SR. EDUARDO COELHO DE ARAÚJO: - **Foi entregue e foi julgada por uma banca. Só o diploma que não foi entregue. Tinha um orientador...**

**5.2.15. ROBSON ISAC FONSECA – Diretor da Faculdade de Itapuranga – Reunião Ordinária realizada em 16/5/2018:**

Em suas considerações iniciais, **o Diretor da Faculdade de Itapuranga, ROBSON ISAC FONSECA, fez um relato sobre a Faculdade:**

O SR. ROBSON ISAC FONSECA:- (...)

Bom, antes de tudo, é preciso contar uma história para todos vocês. Uma história que começou em 2009. Se os Deputados não ouviram isso antes, vão ouvir de mim agora. Em 2009, o Governo Federal financiava, por meio de um Programa chamado Financiamento Estudantil - FIES, apenas 50% dos valores destinados à graduação. Em 2010, com o ingresso da Presidente Dilma Rousseff, os alunos passaram a poder financiar 100%.

E o restante que a instituição não precisava quitar dividendos, como o INSS, o ISS e outros tributos federais, faziam o que é denominado como recompra. Ou seja, a instituição pegava o valor devido para os seus cofres e pagava suas dívidas à uma série de instituições. Naquela época, algumas instituições já estavam passando por problemas financeiros.

A Faculdade de Itapuranga surgiu nessa época, em 2012, no chamado boom do FIES. Cerca de 70% dos nossos alunos financiavam o curso pelo FIES. E só fomos para Itapuranga, assim como outras instituições só sobreviveram, em função desse programa que a Presidente Dilma Rousseff ampliou, dando esse ar de isso nunca ter sido feito no País.

Não foi feito um estudo claro. As instituições não pensaram que isso poderia entrar em colapso em algum tempo da vida. Cerca de 19 bilhões de reais eram destinados somente a esse Programa. Nenhuma outra instituição pública ou privada deste País tinha tanto repasse federal quanto o FIES. E, nenhuma outra instituição tinha tanto repasse do FIES quanto uma instituição chamada Kroton. A Kroton, se vocês não sabem, é dona da Unopar, da Pitágoras e de uma série de outras instituições. A Kroton, inclusive, é uma instituição de sociedade aberta e grande parte desse recurso vai para seus acionistas que não moram neste País. Ou seja, grande parte desses recursos vão para acionistas Europeus, Americanos, e por aí vai. Em 2014, com a crise financeira, o primeiro programa a ser cortado pelo Governo Federal, foi o FIES. Da mesma forma que as instituições não foram ouvidas para criar ou para ampliar esse programa, as instituições também não foram ouvidas para cortar esse programa. 70% da receita da faculdade Itapuranga foi de uma hora para outra, cortada, sem qualquer aviso prévio, sem qualquer... Sequer ligaram para mim e falaram: "Olha, Robson, vou cortar os repasses do FIES, vocês vão passar por sérios problemas financeiros. E eu estou nem aí para vocês." Nem isso sequer fizeram. Muitas instituições, a partir de 2014, quebraram, vieram à falência mesmo. A gente conseguiu superar como podemos. Recorremos a uma série de programas, cursos técnicos, pós-graduação, e principalmente os cursos sequenciais, que eu imagino serem aqui o objeto da denúncia. É preciso que se diga que, se não fossem esses cursos sequenciais, os nossos cursos técnicos, a gente já teria quebrado. Uma instituição que está lá no Município de Itapuranga, contribuindo de forma decisiva com o fomento cultural, com o fomento econômico do município, assim como outras instituições estão em seus respectivos municípios, dando empregos diretos, contribuindo com empregos indiretos. E, de uma hora para outra o FIES chega e fala: "Olha, eu não vou mais passar esse dinheiro para vocês." Em momento algum, nenhum deputado chegou a mim e falou: "Vou ajudar vocês." Em momento algum o Sindicato, Deputado, foi lá na instituição, ou reuniu todas as instituições - porque todas as instituições foram prejudicadas com isso -, e falou: "Vamos ajudar, vamos entrar na Justiça." Na verdade, ele simplesmente virou as costas para todas as instituições. E agora a gente tem se virado como pode. Eu, particularmente, nem estou muito mais em Itapuranga. Estou tentando abrir outros polos de apoio presencial da Universidade Cruzeiro do Sul, que é uma Universidade localizada em São Paulo. Hoje a gente pode alugar uma sala, com dois banheiros, cinco computadores, e eu posso fazer funcionarem vinte e cinco cursos de graduação. Está funcionando desse jeito hoje. E é legal isso que estou fazendo. A Universidade pode abrir quatrocentos polos por ano. E nós, que estamos contribuindo de forma decisiva nos respectivos municípios, estamos agora participando de uma CPI. Mas, tudo bem.

Vou falar um pouquinho dos cursos de graduação e dos cursos sequenciais. Existem duas modalidades. Não é invenção minha. É uma criação do próprio Ministério da Educação. Está na Lei 9394, que fala respectivamente dos cursos de graduação e dos cursos sequenciais. Os cursos de graduação são, por lei, somente lá em Itapuranga. Tem os cursos de Administração, Pedagogia e Contábeis. Somente nas dependências da Faculdade Itapuranga é que eu posso ofertar meus cursos de graduação. Eu mesmo, na Itapuranga, já sofri muito prejuízo com os cursos que eu denomino "Cursos Tabajara". Cursos de Psicologia, de Pedagogia, de Educação Física, que funcionam lá mesmo, em uma Escola Pública. Curso de Psicologia funcionando em uma Escola Pública. E são encontros quinzenais, às vezes, mensais. Vou falar alguma coisa? Não. Não vou falar nada. Às vezes, já denunciei, não acontece nada. Agora, os cursos sequenciais que eu posso ofertar em uma semana... São dois tipos de cursos sequenciais, denominados pelo próprio Ministério da Educação como também cursos de nível superior. Há duas modalidades, de formação específica ou de formação complementar. De formação específica eu posso oferecer para qualquer cidadão que concluiu o Ensino Médio. De formação complementar, eu posso oferecer somente para aquele que concluiu um curso superior. Ou seja, volto a dizer, essa é uma invenção, uma criação do Ministério da Educação tentando deixar a educação superior do Brasil muito parecida com o que acontece nos Estados Unidos - o que acontece há bastante tempo, até porque essa lei é de 1998 -, e o que acontece também na Europa, tentar flexibilizar mais a educação superior. E foi por isso que foram criados esses cursos sequenciais. Então, a gente começou a ofertar esses cursos sequenciais em Itapuranga. Acontece que falávamos que era somente curso de nível superior. Um aluno se confundiu e achou que estávamos ofertando graduação. E nós sempre fomos enfáticos: há duas modalidades de cursos superiores no País, cursos sequenciais e cursos de graduação. Cursos de graduação se subdividem em três, bacharelados, licenciaturas e tecnólogos, os sequenciais não, os sequenciais são de nível superior mas não é uma graduação. O aluno pode até aproveitar o que ele estudou no curso sequencial de formação específica em uma graduação, mas ele não tem direito a fazer uma pósgraduação. Ele, inclusive, pode fazer algum concurso público cujo edital fale nível superior em qualquer área e muitas instituições oferecem esses cursos sequenciais e o sequencial que mais é oferecido em todo País, não só no Estado de Goiás, é o Curso de Gestão em Segurança Pública, e muitos dos nossos alunos que fizeram o curso lá em Itaporanga, inclusive, já passaram em concurso porque o edital falava, a exigência de escolaridade, nível superior em qualquer área e a gente pode então ofertar esse curso em Itaporanga.

Um aluno se confundiu, procurou o Ministério Público, na verdade, ele primeiro procurou o PROCON, o Ministério Público nos procurou, obviamente tinha uma confusão em um dos nossos cartazes, corrigimos este material gráfico, este material de Marketing, devolvemos o dinheiro para o aluno e voltamos com força total agora com toda responsabilidade, fazendo o correto e sempre informando aos nossos alunos que eles não estão fazendo uma graduação, que eles estão fazendo um curso de nível superior, um curso sequencial. Temos o cuidado, inclusive, de mostrar as resoluções que o MEC criou ainda em 1998, cujo teor posso demonstrar aqui facilmente para vocês. É isso que tenho para falar.

O Deputado Relator da CPI, SIMEYZON SILVEIRA, perguntou ao depoente **sua função e responsabilidade na Faculdade de Itapuranga:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - (...) Só identificando, qual é a sua função e a sua responsabilidade junto a Faculdade de Itapuranga?

O SR. ROBSON ISAC FONSECA:- Sou Diretor e Sócio-Proprietário da Instituição, Faculdade Itaporanga.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Com o senhor existem outros proprietários, então?

O SR. ROBSON ISAC FONSECA:- Não, Faculdade Itaporanga, somente eu.

O Deputado Relator perguntou ao depoente **quantos cursos são ministrados na Faculdade de Itapuranga:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - (...)

Quantos cursos hoje a FAI opera nas suas dependências?

O SR. ROBSON ISAC FONSECA:- Olha, a gente tem autorizado e reconhecido - são dois processos diferentes - o curso de Administração, Pedagogia e Ciências Contábeis, mas podemos ofertar também cursos sequenciais e pós-graduações também. Lembrando que pósgraduações, o MEC houve uma liberação, claro, em função de uma exigência das instituições que estavam se vendo apequenadas em relação à educação a distância, e hoje o MEC já permite que após a graduação seja ofertada, fora da circunscrição do município. Então, posso ofertar desde que seja eu que faça a validação do certificado da pós-graduação. Uma pósgraduação aqui em Goiânia, e desde que seja também na área afim dos cursos que eu tenho tenha autorização para funcionar lá, embora eu não oferte pós graduação aqui em Goiânia, o MEC permite que eu possa ofertar.

Perguntou também sobre a **realização de convênios e abertura de polos em outros municípios para oferta de cursos:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Robson, a faculdade de Itapuranga realiza convênios, abre polos em outros municípios para oferta de seus cursos?

O SR. ROBSON ISAC FONSECA:- Como eu falei, há alguns municípios vizinhos à Itapuranga que a gente oferta pós-graduação.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Você pode citar quais são os municípios?

O SR. ROBSON ISAC FONSECA:- Uruana, Uruaçu e Itaberaí, salvo engano, acho que são os municípios que a gente já ofertou pósgraduação.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Nesses municípios em que a FAI abre essas unidades, são polos da Faculdade?

O SR. ROBSON ISAC FONSECA:- Não, a gente faz convênio na verdade com alguma instituição que lá funciona, a gente aluga a sala para ofertar essa pós-graduação, são encontros quinzenais, e aí a gente pode ofertar nesses locais, as instituições privadas - é bom que se diga isso, a gente não funciona em escola pública, - e aí a gente faz os nossos encontros de pós-graduação lato sensu nesses locais.

O Deputado Relator perguntou ao depoente sobre **o vínculo que a Faculdade de Itapuranga possui com o Instituto Genoma:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Qual o vínculo, Dr. Robson, que a FAE possui com o Instituto Genoma?

O SR. ROBSON ISAC FONSECA:- O Instituto Genoma, na verdade, é uma instituição de que eu também sou sócio-proprietário. A gente está com ele funcionando com cursos técnicos e também é um polo de apoio presencial. Estamos protocolando, na verdade, os cursos técnicos, mas a gente começou com preparatórios para concursos e preparatórios para o ENEM, e em cada unidade que estamos criando - porque vimos nisso uma oportunidade até para sanar um pouquinho das dificuldades da Faculdade Itapuranga - ele será um apoio presencial de instituições que ofertem graduações à distância. E nos três polos que a gente tem hoje, a nossa parceria é com a Universidade Cruzeiro do Sul.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- A Universidade Cruzeiro do Sul é quem chancela...

O SR. ROBSON ISAC FONSECA:- É quem chancela as graduações à distância. O aluno vai lá, uma única vez a cada seis meses, só para fazer a prova.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Onde funciona a

Universidade Cruzeiro do Sul?

O SR. ROBSON ISAC FONSECA:- Os polos estão hoje em Itaberaí, Rubiataba e Uruaçu.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Não, a Universidade Cruzeiro do Sul?

O SR. ROBSON ISAC FONSECA:- A Universidade Cruzeiro do Sul, na verdade, tem mais de 400 polos no Brasil todo.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Vocês têm uma parceria...

O SR. ROBSON ISAC FONSECA:- Uma parceria, exatamente.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Eles fazem a chancela dos diplomas, dos cursos que vocês oferecem, também vinculados ao Instituto Genoma?

O SR. ROBSON ISAC FONSECA:- Não, os cursos não são vinculados ao Instituto Genoma.

Foi perguntado, também, **os cursos oferecidos pela FAI, juntamente com o Instituto Genoma:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Quais são os cursos que vocês oferecem junto com o Instituto Genoma?

O SR. ROBSON ISAC FONSECA:- A gente não tem curso nenhum no Instituto Genoma, a gente só tem preparatórios. Preparatórios para a Polícia Civil, para a Polícia Militar e preparatórios para o ENEM. E iniciamos, inclusive, alguns cursos livres, chamados cursos de extensão, que qualquer cidadão pode abrir uma empresa e ofertar - atendente de farmácia, cursos profissionalizantes mesmo.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Os únicos cursos oferecidos com o Instituto Genoma são os preparatórios?

O SR. ROBSON ISAC FONSECA:- Os preparatórios e os cursos profissionalizantes.

O Deputado Lívio Luciano perguntou ao depoente **se a FAI trabalha cem por cento legalizada:**

O SR. DEPUTADO LÍVIO LUCIANO: - (...) Robson, você disse agora há pouco aqui que hoje está muito fácil abrir, até de forma legal, uma instituição de ensino. O senhor falou que, em uma sala com banheiro e um computador, você pode abrir uma faculdade. Minha pergunta é a seguinte: o senhor trabalha... A FAI é uma faculdade que trabalha 100% legalizada?

O SR. ROBSON ISAC FONSECA:- Olha, a Faculdade Itapuranga trabalha 100% legalizada lá em Itapuranga. É bom que se diga que os cursos já estão autorizados e reconhecidos, são dois processos diferentes. Uma vez o MEC vai lá e autoriza o curso. Ele volta três ou quatro anos depois com o processo de reconhecimento. É um processo, inclusive, mais árduo para a instituição. Aquilo que estava faltando no processo de credenciamento não pode faltar mais no processo de reconhecimento. Então, a gente pena bastante, inclusive, eu tive que vender meu carro no último reconhecimento. Se for olhar questões financeiras, é bom que se diga isso, o pessoal acha que dono de faculdade ganha dinheiro. Eu não tenho uma única propriedade no meu nome, nem o carro eu tenho no meu nome. Tive que vender para o último reconhecimento, que foi o nosso curso de Ciências Contábeis, ou a gente não teria dinheiro suficiente para comprar os livros para o processo de vistoria. São dois avaliadores que aparecem lá. Mas, só para finalizar, respondendo à sua pergunta, a gente funciona 100% na legalidade.

O SR. DEPUTADO LÍVIO LUCIANO: - Está bem. Quando eu acabei de perguntar agora se a FAI trabalha de forma regular, o senhor afirmou que em Itapuranga ela trabalha de forma regular, de forma legalizada. E nos outros municípios? Nos polos?

O SR. ROBSON ISAC FONSECA:- A gente não tem polo da Faculdade Itapuranga dos cursos de graduação. O MEC me proíbe veementemente de ofertar cursos de graduação em outros municípios. Isso eu não faço e não farei jamais, porque, primeiro, eu não sou, desculpe o termo, idiota, de ofertar sendo que, no MEC, uma das coisas que descredenciam uma instituição é a oferta de cursos de graduação em qualquer outro município. Na verdade, até fora do polo, posso ofertar lá em Itapuranga em um outro prédio. Se eu fizer isso, também estou agindo de forma ilegal. É só naquele prédio que o MEC fez a vistoria.

O que a gente oferta em outros municípios, o que a gente oferta em outros municípios é somente pós-graduação.

O Deputado Relator pediu **novos esclarecimentos sobre o Instituto Genoma:**

O SR. DEPUTADO SIMEYSON SILVEIRA - Pedi a palavra, Senhor Presidente, para concluir e dar sequência às perguntas que estavam fazendo ao Robson, eu quero novamente insistir em uma afirmação que o Senhor fez. A Faculdade de Itapuranga, na sua parceria com o Instituto Genoma, oferece cursos preparatórios?

O SR. ROBSON ISAC FONSECA:- Preparatórios e profissionalizantes. Não existe parceria entre o Instituto Genoma e a Faculdade Itapuranga. São CNPJ´s diferentes. O que há de similitude entre as duas instituições, sou eu. Eu sou sócio da Faculdade Itapuranga e sócio do Instituto Genoma. O Instituto Genoma tem outros parceiros. Nós criamos o Instituto Genoma, pensando justamente em criar uma educação diferente para esse país. Uma educação com alunos estudando de forma independente, inclusive, desenvolvemos um aplicativo próprio para isso, onde o nome do Aplicativo é Genoma Ativo e começamos aqui em 2015, no município de Goiânia, a ofertar o curso, não o curso, o preparatório para o ENEM.

Um preparatório diferente, em que haveria discussões em grupo, aulas interativas e nós não conseguimos na época o número de alunos para permanecermos. Então, mantivemos ali alguns outros cursos profissionalizantes, como atendente de farmácia, quando vimos que o aluguel estava maior do que a receita, nós fechamos e resolvemos abrir com o CNPJ do Instituto Genoma, cursos técnicos, inclusive já protocolamos no Conselho esses Cursos Técnicos, juntamente com os cursos profissionalizantes. Hoje, também ofertamos cursos preparatórios para a Polícia Militar, e nesses polos que eu mencionei de Rubiataba, Uruaçu e Itaberaí funciona também um polo de Apoio Presencial da Universidade Cruzeiro do Sul. Nenhum desses programas, até porque nenhum desses polos, hoje, a gente não conseguiu alunos, pois se tivéssemos conseguido alunos, a gente teria aberto, funciona nenhum programa da Faculdade Itapuranga.

E qual o programa que poderia funcionar? Somente pós-graduação. Eu não posso ofertar graduação, eu não posso ofertar nenhuma outra modalidade, somente pós-graduação, mas, mesmo assim, a gente não oferta.

O Deputado Relator pediu **esclarecimentos sobre publicidade dos institutos:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Por que eu insisti na pergunta? Como o senhor também é sócio do Instituto Genoma e da Faculdade Itapuranga, o senhor afirma que só tem cursos preparatórios. Porém, num material de divulgação do Instituto Genoma, consta outro tipo de informação, por exemplo, curso superior de curta duração, cursos sequenciais na área de segurança pública, e tudo com o Instituto Genoma e também com a logomarca da FAI em conjunto. O senhor reconhece essas divulgações? O senhor tem informação de que essas divulgações estão sendo feitas?

O SR. ROBSON ISAC FONSECA:- Eu reconheço. Na verdade, eu volto a dizer, esses cursos de graduação, a faculdade não pode ofertar fora do seu município, mas outros programas, como cursos sequenciais e pósgraduação, a gente pode ofertar. Só que os cursos sequenciais, a gente começou a divulgar, mas hoje a gente só oferta no Município de Itapuranga.

Há ali em Uruaçu, houve, na verdade, em Uruaçu, um encontro. Os alunos de Itapuranga fizeram um encontro em função de um professor para um trabalho de estágio, mas não foi, em momento algum... Os nossos cursos de graduação, volto a dizer que a gente não pode ofertar fora da circunscrição do Município de Itapuranga.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Eu queria só que o senhor respondesse à pergunta porque o senhor afirma que não são feitos, porém, a divulgação que se tem é de que são feitos.

O SR. ROBSON ISAC FONSECA:- A pós-graduação eu falo, a gente começou a divulgar, mas em função...

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Só concluindo, é porque há uma divergência entre o que o senhor afirma com o que se propaga. Esse que é o nosso questionamento. O que nós precisamos é entender, de fato, se o que o senhor nos diz aqui na CPI é o que é o correto ou se o que é divulgado nas informações do site é que é o correto. É isso que nós precisamos entender bem.

O SR. ROBSON ISAC FONSECA:- Gente, vamos voltar.

(...)

O SR. ROBSON ISAC FONSECA:- Perfeito. Bom, eu volto a dizer que a Faculdade Itapuranga pode ofertar três tipos, três modalidades de educação. Faculdade Itapuranga graduação, pós-graduação e cursos sequenciais. Nos cursos de pós-graduação e sequenciais, o MEC é mais flexível. Eu posso ofertar também fora da circunscrição do Município de Itapuranga, inclusive, eu faço essa interpretação, não tem lá dizendo de forma efetiva, de forma concisa.

Os cursos de graduação, sim, jamais eu posso ofertar. A gente não oferta em outros municípios o curso sequencial. Se tiver outra propaganda é porque tivemos a intenção de ofertar, mas nós mesmos, diferente de alguma outra instituição que faz parceria com outras instituições para validar diploma ou certificado, no caso aí é certificado, é a própria faculdade que faria essa certificação. Então, a gente criou a propaganda, mas a gente não oferta por falta, realmente, da demanda.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Então, esse material de divulgação aqui, esses cursos divulgados não foram executados?

O SR. ROBSON ISAC FONSECA:- Não foram executados.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Em nenhum desses municípios?

O SR. ROBSON ISAC FONSECA:- Inclusive, a gente está retirando esse material de circulação.

O Presidente da CPI perguntou ao depoente o **prazo do curso de segurança e quem são os professores:**

O SR. PRESIDENTE: - Vou fazer três perguntas basicamente dentro da sua resposta. Como você monta essas turmas? Qual o prazo especifico dentro da legalidade que é estabelecida e quem são os professores especificamente está usando nesses cursos de segurança?

O SR. ROBSON ISAC FONSECA:- Existem dois tipos de cursos sequenciais, volto a dizer, não é invenção minha, isso tudo está, por meio de portaria, legalizado, consulta pública qualquer um pode ver. Curso sequencial de formação especifica que posso oferecer em uma semana, duas semanas, três semanas ou um mês.

O SR. PRESIDENTE: - Esse não dá autonomia?

O SR. ROBSON ISAC FONSECA:- É de nível superior, com uma semana, algumas semanas, dois meses, é o que está escrito lá, a gente oferta em seis meses. Na verdade, o nosso aluno pode, posteriormente, aproveitar esse conteúdo para fazer a graduação ou a própria instituição, por exemplo, quero fazer um curso sequencial de nível superior em qualquer área, em área de informática, gerenciamento de informática, por exemplo, vi que houve uma grande demanda, esse aluno eu faço em seis meses, entrego o certificado de nível superior para ele, não é invenção nossa, só faço o que a gente pode fazer, que Deus seja louvado quem criou isso, porque é o que tem dado ainda sustentação para a instituição, e nós estamos funcionando de forma legal. Para finalizar, a gente oferta esse de seis meses, como estava tendo esse boom de gestão de segurança pública não oferta outra que não seja o de Gestão de Segurança Pública, em função dessa necessidade, que Deus seja louvado que tem esse curso de Gestão de Segurança Pública.

O SR. PRESIDENTE: - Pelos dois mil e quinhentos homens da Polícia Civil, pelos quinhentos da Polícia Militar, esses concursos refletem na segurança pública em virtude disso?

O SR. ROBSON ISAC FONSECA:- Em função do edital, alguns Estados, inclusive, falam graduação em qualquer área. O curso de Gestão em Segurança Pública, curso sequencial de nível superior não funciona. Edital que não fala a graduação, fala nível superior, aí funciona o curso sequencial de gestão de segurança pública, mas funcionaria outro curso sequencial também.

O SR. PRESIDENTE: - Quem são os professores desses cursos?

O SR. ROBSON ISAC FONSECA:- Geralmente são os professores da Faculdade Itapuranga, porque pegamos parte do conteúdo do curso de Administração.

O SR. PRESIDENTE: - Não são da área de Segurança?

O SR. ROBSON ISAC FONSECA:- Geralmente um único professor é da área de segurança.

A faculdade só pode ofertar o curso sequencial se tiver um curso reconhecido. Então, o MEC foi até lá e credenciou a instituição para ofertar o curso de administração e pedagogia, inicialmente. Voltou, e, no período em que estávamos somente credenciados, eu não poderia ofertar o curso sequencial de gestão em segurança pública. Depois que o MEC o reconheceu é que pude ofertá-lo de forma sequencial.

Então, hoje eu posso ofertar esse curso, ele é parte integrante do curso de administração, mas, como acabei de dizer aqui, também posso ofertálo em qualquer outra área do saber: na área da aeronáutica, por exemplo, embora eu não tenha curso algum ligado a isso; na área da segurança, na área do Direito. É o que o MEC legalmente permite.

O SR. PRESIDENTE:- Eu fico até mesmo um pouco assustado, porque, como você disse, há curso de seis meses que pode ser ofertado em uma semana.

O SR. ROBSON ISAC FONSECA:- A gente não oferta.

O SR. PRESIDENTE:- Tudo bem.

O SR. ROBSON ISAC FONSECA:- O que estou dizendo é que os cursos de nível superior, conforme está descrito lá, podem ser ofertados em algumas semanas. É isso que acabei de dizer. Não estou dizendo que algumas instituições...

O SR. PRESIDENTE:- Não, o do senhor é de seis meses. Que isso fique muito claro.

O SR. ROBSON ISAC FONSECA:- O nosso é de seis meses.

O SR. PRESIDENTE:- Eu fico assustado até mesmo pela qualidade com que esse curso está sendo oferecido.

O SR. ROBSON ISAC FONSECA: É o que volto a dizer - e isso não está nem na letra da lei, o MEC já tem uma outra resolução, que saiu agora em 2017. Porque o curso de gestão em segurança pública já é uma febre no Brasil todo.

O SR. PRESIDENTE:- É no Brasil inteiro? Não é especificamente no Estado de Goiás?

O SR. ROBSON ISAC FONSECA:- Não é só aqui no Estado de Goiás. Temos, inclusive, instituições que já aproveitam alunos de outras instituições. Então, por exemplo, o aluno faz a gestão em segurança pública em uma outra instituição, lá de São Paulo, por exemplo, e, quando chega em Itapuranga, diz: "Olha, tenho aqui um curso de gestão em segurança pública e um outro curso sequencial." E eles dizem: "Olha, podemos aproveitar esse conteúdo para o nosso curso de administração."

O Presidente da CPI perguntou ao depoente **se a FAI chancela cursos em outros lugares que não o Estado de Goiás, ou no Brasil:**

O SR. PRESIDENTE:- (...) E o que a gente sente aqui, Robson, é que várias entidades de pessoa jurídica, de publicidade, os captadores, acabam buscando alunos.

Em Goiânia, há vários deles. E eles fazem parcerias com algumas entidades, chamadas chancelas. E essas chancelas funcionam apenas como uma chancela mesmo, porque quem contrata os professores são essas entidades que não têm autorização do MEC; os cursos são ministrados em lugares que eles mesmos que alugam; os professores são deles. Então, na realidade, eles dão o curso e, depois, pegam a chancela da faculdade e pronto. Seja A, B, C ou D. E nós já vimos aqui, em depoimento, Deputado Lívio Luciano, várias, agindo como se fossem aquela entidade, prestando determinado serviço, como fossem a entidade a prestar o serviço, quando, na verdade, trata-se de meros captadores, que dão e que fazem todo o curso.

Robson, a FAI - muitas vezes, pode ser procurada por outros Estados - chancela cursos em outros lugares que não no Estado de Goiás ou no Brasil?

O SR. ROBSON ISAC FONSECA:- (...)

O SR. ROBSON ISAC FONSECA:- Agora, respondendo a pergunta, Deputado Talles Barreto: Em nenhum momento, seja em qualquer outro programa meu - de pós-graduação ou sequencial - embora eu possa, na pós-graduação, ofertar em outros locais, pois o MEC é bastante flexível, não faço parceria com ninguém, por não saber como será ofertado e para a Faculdade não cair em descrédito.

Agora, é bom que se diga também que, a partir deste ano, está saindo um novo marco regulatório para educação presencial. Então, aquilo que as instituições fazem - eu não faço - que é abrir, como a própria CPI categorizou, Campus Avançado, elas vão poder fazer. Provavelmente, no segundo semestre de 2018 ou no primeiro de 2019, a Faculdade de Itapuranga, dependendo da nota, poderá abrir um Campus Avançado. É bem provável que isso irá acontecer. Por quê? Porque o MEC já verificou que a educação à distância está engolindo as instituições presenciais. Ora, se eu tenho competência para funcionar o Curso de Administração, de Ciências Contábeis, de Pedagogia em Itapuranga, teria competência também de ofertá-los, em outras cidades, desde que tenham qualidade. Então, o que está acontecendo hoje, de forma ilegal, é bem provável que, até 2019, seja legalizado. Mas, respondendo, categoricamente, a pergunta do nobre Deputado, não fazemos parceria com ninguém.

Contudo, já na fase final de finalização dos trabalhos desta CPI, foram apresentadas novas denúncias a esta Comissão com indícios de que a FAI continua a ofertar e realizar o Curso Superior de Gestão em Segurança Pública, ainda neste ano de 2019, mesmo já proibido expressamente pelo MEC, em cidades consideradas “pólos” da FAI, como no município de Uruaçu/GO.

**5.2.16. HEULTER ROBSON NOGUEIRA – Diretor do Instituto Lato Sensu – Reunião Ordinária realizada em 16/5/2018:**

Em suas considerações iniciais, **o DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO**

**LATO SENSU, HEULTER ROBSON NOGUEIRA, falou sobre essa instituição:**

O SR. HEULTER ROBSON NOGUEIRA: - (...) Somos uma Instituição familiar, focada em realizar projetos de capacitação profissional, aperfeiçoamento profissional...

(...)

O SR. HEULTER ROBSON NOGUEIRA: - Então, somos uma Instituição familiar focada em realizar projetos de capacitação profissional, aperfeiçoamento profissional, formação continuada, preparatórios para concurso, participamos de diversas licitações, em diversas áreas no campo do saber e desenvolvemos projetos educacionais em várias áreas.

Para falar desses projetos profissionais, vou convidar o Professor Leonildo, ele tem mais propriedade para falar especificamente sobre isso.

O SR. LEONILDO MARQUES:- (...)

Como o Professor Robson disse, somos uma família, costumo dizer que antes de sermos empresários, empreendedores em Educação, somos professores e, como professores, tentamos lidar neste negócio com o mais alto zelo possível, de acordo com que a educação realmente merece.

E como o Professor Robson disse, nós atuamos em vários segmentos da educação. Por exemplo, com relação a projetos na área de educação especificamente, nós somos apoiadores permanentes da UNCME, que é a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, que, de forma consultiva, nós sempre estamos participando de projetos com eles na educação básica. Então, nós participamos de cursos de formação de professores, formação continuada. Na área de negócios, por exemplo, nós ministramos cursos na área de vendas e marketing, liderança. Temos parcerias com diversas entidades de classe, na área comercial e empresarial, inclusive já fizemos seminários com a ACIEG, onde o Deputado Simeyzon Silveira esteve presente, compondo a Mesa junto conosco. Na área de segurança pública, notadamente em 2014, nós fomos a primeira instituição privada a ganhar um processo licitatório para formação de guardas municipais, segundo a Lei nº 13.022. E esse processo especificamente de guardas municipais, onde nós formamos mais de cinquenta guardas em Senador Canedo e também em Lorena, São Paulo, fez com que nessa área, especificamente de segurança pública, a gente pudesse ter uma visibilidade bastante interessante.

Então, nós também participamos de vários projetos junto com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás e de outros Estados também, permanentemente com o projeto Nova Canaã, projeto Venha caminhar com a Polícia Militar. Fazemos parte do Observatório de Segurança Pública, também do Estado de Goiás. Recentemente, fomos também vencedores de um processo licitatório para ministrar cursos na AMAN, Academia Militar das Agulhas Negras. Recebemos, por conta disso, em 2017 ou 2016, a visita do Secretário de Segurança Pública Ricardo Balestreri, que nos prestigiou para conhecer melhor os nossos projetos, na área de segurança pública.

Como o Professor também disse, em preparatórios para concursos públicos diversos, notadamente também na área de segurança pública, nós temos uma expertise em preparar candidatos para esses concursos nas áreas policiais.

Nós também desenvolvemos vários projetos sociais permanentes, que visam arrecadar donativos, engajar a sociedade, para que possamos ajudar outras entidades que necessitam. Notadamente em Aparecida de Goiânia, fizemos vários projetos, com apoio do então Deputado Marlúcio Pereira também, onde nós fizemos distribuição de cestasbásicas. E isso a gente tem um projeto permanente.

E, atualmente, como projeto cultural, nós temos um fórum, que chama Fórum Consenso, que é um fórum que nós trazemos para o debate assuntos para a atualidade, pesquisadores, professores, políticos. O Seminário de Segurança Pública, que acontece anualmente, e nós promovemos junto com outras instituições de ensino, atualmente somos patrocinador do Festival Goiânia Art Decor, que é o primeiro festival na

América Latina a promover o acervo cultural Art Decor que Goiânia tem.

**E somos parceiros operacionais, temos uma parceria técnicooperacional com o Grupo Laureate, que é talvez o maior grupo educacional do Brasil, perdão, do mundo, que hoje conta com seis universidades, onde nós somos polo credenciado.** As Universidades são as UNP, que é a Universidade Potiguar; a UAM, que é a Universidade Anhembi Morumbi; a UNIFACS, Universidade de Salvador; e a FMU, Universidade Metropolitana Unidas de São Paulo.

Isso é uma das atividades onde costumo dizer que nós não tratamos educação realmente como algo que não mereça um cuidado especial. Nós, como instituição de ensino e como professores por ofício, promovemos educação na nossa cidade e no Estado de Goiás, principalmente por meio dessas ações, e nos associando a entidades que têm muita credibilidade. Por exemplo, esse festival "Art Decó", estamos fazendo em parceria com a Universidade Federal de Goiás, com o Instituto Federal, com a SEDUCE - Secretaria de Educação e Cultura -, com o SESC, e várias outras entidades de Goiás que, por si só, pela tradição aqui da nossa Capital, já falam sobre a seriedade com que eles tratam a educação.

O Deputado Relator, SIMEYZON SILVEIRA, perguntou ao depoente **sua função no Instituto Lato Sensu:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- (...)

(...) Primeiro, Heulter, qual é a sua função dentro do instituto - só para que a gente situe - e quem são os sócios-proprietários do Instituto Lato Sensu?

O SR. HEULTER ROBSON NOGUEIRA:- Minha função é de Diretor-

Geral. Os sócios-proprietários no Instituto são o Professor Leonildo e a minha irmã, Professora Niela.

O Deputado Relator perguntou ao depoente **se o Instituto Lato Sensu possui credenciamento e autorização do MEC para oferecer cursos superiores, sequenciais e de pós-graduação:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Ok. O que chegou à CPI, para que vocês tenham conhecimento, é que o Instituto Lato Sensu oferece vários cursos superiores, sequenciais e de pós-graduação. O Instituto Lato Sensu possui o credenciamento e a autorização do MEC para oferecer esses cursos superiores, sequenciais e de pós-graduação?

O SR. HEULTER ROBSON NOGUEIRA:- **Nós não oferecemos cursos superiores no instituto.**

(...)

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Vocês têm o conhecimento do porquê esse tipo de denúncia chegou até à CPI?

O SR. HEULTER ROBSON NOGUEIRA:- Desconheço.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Já tinha havido alguma menção nesse sentido, com relação ao Instituto Lato Sensu?

O SR. HEULTER ROBSON NOGUEIRA:- Não, foi uma surpresa.

Perguntou, depois, **qual tipo de curso é oferecido pelo Instituto Lato Sensu:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Especificamente, o Instituto Lato Sensu, ele oferece qual tipo de curso?

O SR. HEULTER ROBSON NOGUEIRA:- Eu vou deixar... A parte pedagógica do Instituto é com o Professor Leonildo, eu vou deixar que ele responda por nós.

O SR. LEONILDO MARQUES:- Então, Deputado, nós oferecemos cursos de capacitação, qualificação profissional, formação continuada, e, como eu disse, nós também somos polo credenciado pelo MEC do grupo Laureate, que possui essas universidades que eu citei para o senhor, e nós fazemos então o apoio técnico operacional como polo a distância. Ou seja, nós temos que ter uma infraestrutura para recepcionar os alunos, atendê-los, fazer atividades acadêmicas estratégicas para captar esses alunos, sob a orientação dessas instituições.

Participamos de licitações para formação continuada em órgãos públicos. Como eu já falei, na área de segurança pública, nós já temos bastante expertise nesse tipo de curso e preparatório para concurso. Nós oferecemos sempre um curso básico para concurso, que tem uma demanda contínua e quando tem editais eminentes, como por exemplo, agora saiu ou está para sair concursos na área policial, a gente sempre tem essas demandas também pontuais.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Então o senhor afirma que nunca teve nenhuma atuação com relação a cursos superiores, pósgraduação, sequencial?

O SR. LEONILDO MARQUES:- Nós não ministramos esse tipo de curso.

(...)

O SR. PRESIDENTE: - A pergunta é: Nem como captador desses alunos?

O SR. LEONILDO MARQUES:- As parcerias que nós temos são técnicorelacionais. A captação faz parte desse rol de serviços que a gente oferece.

O Presidente da CPI perguntou ao depoente **como funciona a parceria:**

O SR. PRESIDENTE: - Mas a contratação dos professores, local de aulas, como é que essa parceria funciona?

O SR. LEONILDO MARQUES:- Então, a parceria técnico-operacional, ela tem a ver com infraestrutura, com atendimento, mas não com a execução de nenhum projeto acadêmico de cursos anteriores.

O SR. PRESIDENTE: - Os professores dessa parceria, são contratados pela Lato Senso ou pela chancela dos cursos que vocês fazem parceria.

O SR. LEONILDO MARQUES:-Nós não contratamos professores. Somente para os cursos de capacitação que nós ministramos.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Esses cursos não são oferecidos nas dependências da Lato Senso? O SR. LEONILDO MARQUES:- Quais cursos?

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Esses cursos com essas parceria.

O SR. PRESIDENTE: - Os cursos superiores de graduação e pósgraduação.

O SR. LEONILDO MARQUES:- Espera aí, eu ainda não entendi a pergunta. Quais os cursos?

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Vocês tem parcerias com

Universidade.

O SR. LEONILDO MARQUES:- Sim.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Com faculdades.

O SR. LEONILDO MARQUES:- Sim.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Em alguma dessas parcerias os alunos vão pra dentro da instituição Lato Senso?

Dentro da instituição existe...

O SR. LEONILDO MARQUES:- **Sim. Existem salas de aula, com equipamento multi mídia. Ela tem toda infra- estrutura para receber os alunos para ministrar aulas. Tem biblioteca montada, tem todo esse ambiente acadêmico.**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- **Porém esses alunos não são da Lato Senso?**

O SR. LEONILDO MARQUES:- **Não. Não são nossos.**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- A Faculdade ela aluga o local, é isso?

O SR. LEONILDO MARQUES:- Não é um aluguel. Nós chamamos de parceria técnico operacional, porque envolve essa situação de ofertar uma infra-estrutura, um ambiente, onde esses alunos vão ter o ambiente acadêmico necessário para que eles possam executar esses projetos de ensino.

Eventualmente, algumas questões pontuais, como eu disse, as promoções, quando a gente faz a captação, eu gosto de usar o termo promoção, e nós usamos em eventos como seminários, palestras, workshops e assim a gente apresenta aos alunos essas instituições e os cursos que elas promovem.

O SR. PRESIDENTE: - Quem é responsável por controlar a entrada, a saída, a presença desses alunos que frequentam a Lato Sensu, que estão entrando em um curso dentro da Lato Sensu, que estão no curso dentro da Lato Sensu, mas não é a Lato Sensu que está responsável. Quem controla os alunos?

O SR. LEONILDO MARQUES:- Então, Deputado, essa infraestrutura física não é nossa.

O SR. PRESIDENTE: - A estrutura física não é, mas quem faz o controle desses alunos? Vocês têm um curso.

O SR. LEONILDO MARQUES:- **O senhor está falando da parte acadêmica? A gestão? A gestão não é nossa. O controle de chegada dos alunos, a recepção, o atendimento somos nós que fizemos. Nós temos a equipe para isso.**

O SR. PRESIDENTE: - Nós estamos tentando buscar, se a Lato Sensu está lá, a estrutura física é dela, ela faz o controle dos alunos que o senhor está afirmando aqui, toda estrutura física é dela. Praticamente, qual é a diferença dela não ser, na realidade, a chancela e a promoção são de vocês da Lato Sensu, não é isso? O SR. LEONILDO MARQUES:-A chancela não. A captação.

O SR. PRESIDENTE: - **Perdão, a captação. Qual a atuação específica da instituição que dá a chancela a vocês? Qual é essa atuação de parceria?**

O SR. LEONILDO MARQUES:- A parte acadêmica é feita por essa instituição. Toda a parte acadêmica, tudo que envolve a parte acadêmica é feita por eles, muito embora somos professores, e é por isso mesmo que essas instituições buscam institutos com um pouco mais de estrutura como o nosso para poder fazer isso. **O polo credenciado pelo MEC tem uma infraestrutura de uma faculdade. Ele precisa ter biblioteca, ter laboratório de informática, precisa ter salas de aula, e nós temos essa infraestrutura.**

O Deputado Relator perguntou ao depoente **quais são as faculdades que possuem parceria com o Instituto Lato Sensu:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Quais são as faculdades ou universidades que têm parceria com o Instituto Lato Sensu?

O SR. LEONILDO MARQUES:- UNIFACS, que é a Universidade de Salvador; a UAM - Universidade de Anhembi Morumbi; FMU - Faculdade Metropolitana de São Paulo,e a UNP, que é a Universidade Potiguar. A nossa parceria é com o Grupo Laureat, que hoje possui mais de dez universidades aqui no Brasil, mais de um milhão de alunos de pós graduações, graduações, cursos tecnológicos.

O Deputado Relator perguntou ao depoente **se existe um contrato formalizado entre o Instituto Lato Sensu e as referidas faculdades:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Já aconteceu algum fato curioso aqui na CPI, que uma instituição que fazia captação citou o nome de uma faculdade que eles teriam parceria aqui, em Goiás, e quando nós chamamos essa faculdade, ela não reconheceu essa parceria. Ou seja, afirmou categoricamente aqui que não faria o reconhecimento desses diplomas, porque ela não reconhecia aquela parceria.

O SR. PRESIDENTE: - Estava no site, estava na divulgação.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Exatamente, essa parceria que vocês têm o grupo Laureat, essas faculdades, universidades citadas, existe um contrato, existe uma documentação que possa ser repassada à CPI?

O SR. LEONILDO MARQUES:- Existe, sim, e inclusive como eu informei ao senhor, nós somos um pólo autorizado pelo Mec. Então, existe contrato, existe toda essa documentação para comprovar isso.

Perguntou também **se o Instituto possui liberação do MEC para essa parceria:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Vocês têm do MEC essa liberação para fazer essa parceria?

O SR. LEONILDO MARQUES:- Essa liberação é dada a nós, é dada à IES. Ela não é nossa, essa autorização. Agora, nós temos o contrato. Vou passar para o Robson, porque essa parte contratual é com ele.

O SR. HEULTER ROBSON NOGUEIRA:- (...) Esse contrato que existe dentro do site do grupo Laureat, inclusive, se vocês entrarem lá, vocês verão o Pólo Goiânia - Centro, que é o nosso pólo credenciado junto ao grupo Laureat.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Isso está dentro desse site?

O SR. HEULTER ROBSON NOGUEIRA:- No site do Grupo Laureat. Sim. É adlaureat.com.br. Nosso pólo se chama Goiânia-Centro. É o nosso Pólo credenciado. E temos o contato.

O Deputado Relator perguntou ao depoente **se todos os diplomas daqueles que formaram nessa parceria foram devidamente entregues e reconhecidos:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Todos os diplomas daqueles que formaram dentro dessa parceria foram devidamente entregues e reconhecidos?

O SR. HEULTER ROBSON NOGUEIRA:- Sim, sem problema.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Vocês não tiveram nenhum problema de reconhecimento com nenhum?

O SR. HEULTER ROBSON NOGUEIRA:- Que eu saiba, nenhum. Até hoje nenhum.

**5.2.17. PEDRO LEANDRO JORDÃO – Diretor do ATAME – Reunião**

**Ordinária realizada em 16/5/2018**

Em suas considerações iniciais, o Diretor do ATAME, PEDRO LEANDRO JORDÃO, atendendo à solicitação do Presidente da CPI, **disse o que vislumbrava acerca da instituição ATAME em relação à denúncia de irregularidades:**

O SR. PEDRO LEANDRO JORDÃO:- (...) Recebemos a convocação e, pelo texto, entendemos que as denúncias se referiam somente aos diplomas universitários. Lendo mais, entendemos que atingiria toda a área da graduação e de pós-graduação.

(...)

O SR. PEDRO LEANDRO JORDÃO:- A Atame iniciou suas atividades no Estado de Goiás no ano de 2004. Estamos no mesmo endereço até hoje, na República do Líbano, em frente ao Castros Hotel, no Edifício Vanda Pinheiro.

Ela atua, simplesmente, na área de pós-graduação Lato Sensu e, em alguns cursos de extensão, na área jurídica. A Atame tem um nome reconhecido no mercado. Fomos, várias vezes, considerados uma das melhores instituições do Estado. Nosso trabalho é muito simples. Minha irmã é minha sócia. Fiz questão de ela vir comigo. Nosso trabalho é muito vasto no curso de pós-graduação. Os cursos oferecidos são de excelência. Costumo falar - não sei se posso falar o nome de outra empresa aqui.

O SR. PRESIDENTE:- Pode.

O SR. PEDRO LEANDRO JORDÃO:- Quando cheguei, em 2004, fiquei encantado com o atendimento do Biscoito Pereira. Era personalizado. Saíamos de outra parte da cidade para comer os biscoitos e os pães de queijo do Biscoito Pereira. Comparo o trabalho deles com o nosso, um trabalho artesanal. Temos muita tranquilidade em falar que os cursos que a Atame oferece não se enquadram neste contexto. Nosso trabalho é muito sério, nesse sentido.

(...)

O Relator da CPI perguntou ao depoente **se a ATAME possui credenciamento e autorização do MEC para ofertar cursos no Estado**:

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Conforme nos foi apresentado, à CPI, consta que a ATAME oferta vários cursos de pósgraduação em Goiás. A ATAME possui credenciamento, a autorização do MEC para ofertar esses cursos no Estado?

O SR. PEDRO LEANDRO JORDÃO:- Sim.

Inclusive, trouxemos a portaria onde a ATAME passou a ser mantenedora. Antes desta portaria as certificações eram feitas pela Universidade Cândido Mendes em convênio com a ATAME. A Portaria é a 1.336, de 21 de novembro de 2016. Antes desta data todas as nossas pós são certificadas pela Universidade Cândido Mendes do Rio de Janeiro onde temos os convênios.

O Deputado Relator perguntou ao depoente **se, dentro do período em que mantiveram parceria com a Universidade Cândido Mendes, houve algum problema na diplomação dos alunos, ou se todos foram diplomados:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Dentro deste período em que você tiveram esta parceria houve algum problema na diplomação dos alunos ou todos foram diplomados?

O SR. PEDRO LEANDRO JORDÃO:- Todos foram diplomados. Nunca houve nenhum tipo de problema. E não é diploma, são certificados, todos foram certificados, registrados.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Hoje, então, é a ATAME, já tem todas as autorizações?

O SR. PEDRO LEANDRO JORDÃO:- Sim, a ATAME é a

Mantenedora, tem todas as autorizações, inclusive, no MEC, se olhar o registro, se colocar ATAME já se vê os cursos que temos, todos registrados dentro do MEC.

**5.2.18. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES – Secretário Geral do**  **SindiGoiânia – Reunião Ordinária realizada em 23/5/2018:**

Em suas considerações iniciais, o Secretário Geral do SINDIGOIÂNIA, LINDOMAR REZENDE, afirmou, em síntese, que **o SindiGoiânia tem uma parceria apenas de cooperação com o Instituto ISCB que, por sua vez, oferece o curso de mestrado, em parceria com a universidade**:

O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES: - (...) Eu, na condição de Secretário Geral do Sindi-Goiânia, devo dizer o seguinte: ele não tem fins educativos. Primeiro ponto, Sindicato não tem fins lucrativos. Como um Sindicato busca a melhoria da condição de vida dos seus sindicalizados, ocasionalmente, faz parcerias com algumas Instituições para que elas ofertem esses cursos basicamente de capacitação. São cursos livres de capacitação, com duração mínima e que não tem o rigor da lei. Nós não trabalhamos com graduação em área nenhuma. Não trabalhamos com graduação. Recentemente, fizemos uma parceria, dada à demanda muito grande de pessoas que nos procuravam, visando fazer o Mestrado, e grande parte dos professores e dos servidores de outras Secretarias da Prefeitura de Goiânia não tem mestrado, e os mestrados que são ofertados em Goiânia não cabem no bolso dos nossos servidores, dos nossos sindicalizados. **Fizemos uma parceria com o Instituto ISCB, fizemos um convênio com o ISCB. Um convênio de cooperação, onde a responsabilidade de ofertar o mestrado cabe ao Instituto que, por sua vez, tem lá a parceria com a Universidade. Porque, na verdade, quem certifica tem que ser uma Universidade. Mas, o SindiGoiânia tem uma parceria apenas de cooperação com o Instituto ISCB.** Então, nós estamos tranquilos com relação a essa denúncia, mas estamos aqui, Senhores Deputados, para fazer os devidos esclarecimentos. Nós temos interesse em esclarecer tudo, nós não queremos esconder nada. Temos o compromisso com a verdade e estamos aqui para fazer os devidos esclarecimentos.

O Relator da CPI, Deputado Simeyzon Silveira, perguntou ao depoente **há quanto tempo o Sindigoiânia oferece cursos, incluindo o mestrado:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - (...) Primeiro, há quanto tempo o Sindigoiânia vem oferecendo esses cursos, principalmente a pós-graduação e o mestrado? Há quanto tempo essa prática existe dentro do Sindigoiânia?

O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES: - Na verdade, Deputado, nós começamos a ofertar o curso de capacitação, que é o nosso forte, curso de pequena duração, curso de capacitação, que dá direito ao servidor de ter um adicional no seu contracheque.

Trabalhamos desde 2008. Eu não estava lá ainda, mas o sindicato já trabalhava com esses cursos de capacitação. Fizemos parceria com instituições para ofertar pós-graduação, isso hoje também já não ofertamos mais, mas ofertamos. Durante uns quatro anos, o Sindigoiânia fez parceria e esses parceiros ofertavam cursos de capacitação.

Evidentemente, nós temos a sede, nós temos a sala de aula e essas aulas são ofertadas lá dentro da sede do Sindigoiânia. Apesar do Sindigoiânia não ser uma instituição de ensino, nós somos um sindicato, mas, para facilitar, para baratear inclusive o custo para o servidor, nós cedemos as nossas salas para que sejam ofertados no sindicato.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Especificamente em pósgraduação e mestrado, quais eram os parceiros do Sindigoiânia? O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES: - Infelizmente, pós- graduação eu não estava no Sindigoiânia quando eram ofertadas. Então, infelizmente, eu não posso, eu não sei dizer quais eram as instituições. **Em relação ao mestrado, nós fizemos uma parceria, inicialmente, com o ISCB. O ISCB foi o nosso parceiro numa turma que começou em 2017.**

O Deputado relator perguntou também **se o ISCB possui autorização do MEC para oferecer cursos de pós-graduação:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Ela tem as autorizações do MEC para oferecer os cursos de pós-graduação e mestrado? O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES: - Esse é um cuidado que a gente tem, Deputado, de fazer uma verificação nas suas autorizações para que a gente faça uma parceria com alguém que, realmente, está autorizado a fazer esse tipo de atividade.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - O Sindigoiânia tem autorização para atuar na área de ensino?

O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES: - Não, Deputado.

O Sindigoiânia é um sindicato e, portanto, ele não tem fins educacionais. O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Hoje, existem turmas de pós-graduação e mestrado em andamento dentro dessas parcerias?

O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES: - Só em mestrado. Nós temos duas turmas em andamento.

O Deputado Relator perguntou outrossim **qual a instituição com a qual o sindicato tem parceria para homologar os cursos:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Nessas turmas de mestrado, qual é a instituição que o sindicato tem parceria para

.**O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES: - Na verdade é assim: quem decide são os alunos. Nós tínhamos, inicialmente, uma**  **parceria com o ISCB, mas como os alunos estavam insatisfeitos** **com a atuação dele, nós passamos a ter uma parceria, deixe eu me** **lembrar, porque é recente que nós fizemos, com o Instituto** **Hans kelsen, de Brasília. Nós temos aqui a documentação toda,** **depois a gente deixa com vocês da Comissão.**

O Deputado Relator perguntou **se o depoente reconhecia alguma parceria com faculdade no Paraguai:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Ok. O senhor reconhece alguma parceria com uma faculdade no Paraguai?

O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES: - Na verdade, o instituto é um intermediário, hoje, no Brasil os institutos têm esse papel intermediário entre o aluno e uma universidade. Esse instituto tinha parceria, inicialmente, com a universidade central do Paraguai e depois passou a parceria com a UNIGRAN.

Foi perguntado também sobre **eventual existência de inquérito em desfavor do Sindicato, com relação aos cursos ofertados:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Existe algum inquérito em andamento, algum processo que o Sindicato responde com relação a esses cursos ofertados, o senhor tem conhecimento desses processos? O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES: - Em julho, inclusive nós acompanhamos os nossos alunos em Assunção, e na volta alguns alunos formalizaram uma denúncia na DECON, nós fizemos todos os esclarecimentos, levamos toda documentação que aquela Delegacia  exigiu e o inquérito para o Ministério Público e a informação que temos até o momento, é que ele vai ser arquivado, porque o delegado ficou satisfeito com todas as provas, com todos os documentos solicitados que nós apresentamos.

Perguntou também **quem responde pelo aluno, se o Sindgoiânia ou a instituição parceira:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Mas, quem responde pelo

aluno, o contrato é feito com o Sindgoiânia ou com a instituição parceira? O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES: - Com a instituição parceria, o Sindigoiânia tem um convênio de cooperação com o instituto, que por sua vez assina contratos, é claro que o Sindigoiânia  é parceiro, ele coloca o seu jurídico para acompanhar isso, mas o contrato é feito aluno instituto.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Os contratos não são feitos pelo Sindigoiânia?

O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES: - Não são feitos pelo

Sindigoiânia.

O Deputado relator perguntou também **o motivo do rompimento da parceria com o ISCB:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Por que foi rompido essa parceria com o ISCB?

O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES: - Na verdade, nós sempre falamos que estamos com os alunos. Durante dois encontros que houve  em Assunção, o instituto deixou a desejar em relação ao contrato que tinha com os alunos, e os alunos nos procuraram insatisfeitos, e nós  dissemos a eles: tome outro caminho que o Sindigoiânia vai colocar todo o seu jurídico, toda nossa estrutura para apoiá-los, e foi o que eles fizeram, migraram para outro instituto, isso sem nenhum prejuízo, nem de ordem econômica e nem pedagógica.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Os alunos é que definiram essa mudança?

O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES: - Os alunos é que definiram, eles é que fizeram resilição, eles tomaram a decisão e nós acompanhamos e apoiamos a decisão deles.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- O Sindigoiânia fez a captação dos alunos, as aulas são na dependência do Sindigoiânia, porém, o Sindigoiânia não reconhece a responsabilidade com relação a esse aluno, a responsabilidade é da instituição que tem parceria, o Sindigoiânia não responde por esse aluno?

O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES: - O Sindigoiânia é um parceiro como tal nós acompanhamos e tomamos as dores dos alunos, mas o convênio, a cobrança é do  aluno com o instituto.

O Deputado Simeyzon questionou a **participação do Sindigoiânia**

**na parceria para realização do curso de mestrado:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Quero colocar uma situação, porque também sou da área da educação, quando eu fiquei sabendo que o Sindicato estava dando curso de mestrado, eu me interessei, inclusive participei de uma aula dentro do Sindigoiânia, da primeira aula de um grupo de mestrado, na qual fui pra ver como era o seu funcionamento e se esta realmente atendia ao que eu ansiava, com relação a minha capacitação. **E, quando cheguei no Sindigoiânia, vi duas situações: a primeira, que se tratava de uma parceria com uma faculdade do Paraguai; a segunda, tratava-se de uma promessa do Sindigoiânia de que aquele curso, de que aqueles diplomas teriam validade dentro do município para progressões, para promoções de carreira.**

**Isso era prometido para a turma que estava ali.**

**Então, quero lhe fazer uma pergunta dentro dessa questão. Você reconhece que essa é uma das atuações do Sindigoiânia para captar os alunos? A promessa de que eles terão progressões dentro do município, de que esses diplomas serão reconhecidos. E quando eu ouvi isso - porque estou falando do que eu ouvi - minha primeira atitude foi a de buscar as informações junto a essa faculdade do Paraguai, para ver se aquela informação procedia, mas, de fato, constatamos não haver reconhecimento dessa faculdade do Paraguai. Então, eu nem dei sequência ao curso, fui somente na primeira aula e não sei o que aconteceu posteriormente. Mas esses dois pontos chamaram a minha atenção. Esses alunos que fizeram esse mestrado tiveram os seus diplomas reconhecidos? Eles tiveram progressões dentro da sua prefeitura? A prefeitura efetivamente reconheceu esse curso? Esse diploma foi chancelado pela instituição, ele tem validade? A prefeitura está reconhecendo esse diploma como verdadeiro?**

O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES: - **Na verdade, não houve qualquer diplomação ainda. A primeira turma, que começou no início de 2017, vai colar grau, vai defender a sua dissertação agora no final deste ano. Então, ainda não temos qualquer aluno diplomado que possa dar entrada para obter o benefício.**

**Nós, do Sindigoiânia, temos acompanhado isso, essa questão da legalidade, e o que há, hoje, é uma lei do Mercosul, o parecer nº 3 do Ministério da Educação, do Conselho Nacional de Educação, que garante a validação, que garante o reconhecimento desses certificados, desses diplomas no Brasil. Evidentemente, há uma burocracia muito grande, há - não vou dizer que seja uma má vontade, mas uma pressão - uma pressão para que esses diplomas de instituições de fora do Brasil tenham certa dificuldade em ser aceitos. E há uma lei na Prefeitura de Goiânia de que esse aceite seja automático, mas nós não trabalhamos com isso nem prometemos isso aos alunos. O que fizemos, Deputado Simeyzon Silveira, na verdade, é que, sendo procurados pelos alunos - e não diria que somos captadores, mas fomos procurados por esses alunos - e, havendo uma demanda reprimida hoje no município de Goiânia, nós demos a eles essa oportunidade, para que eles pudessem fazer isso com mais facilidade.**

O depoente informou que **os diplomas dos alunos são**

**chancelados por uma universidade brasileira:**

O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES: - (...)

Essa nova instituição, inclusive, hoje, não tem parceria mais. Então, esses diplomas dos nossos alunos - e digo "nossos", porque são sindicalizados ao Sindigoiânia - são, hoje, chancelados por uma universidade brasileira. Então, acabou essa questão do reconhecimento, de toda essa burocracia que existia. Essa nova parceria não é com uma instituição de fora do

Brasil.

Perguntado pelo Deputado Relator **qual a instituição que chancela os diplomas, o depoente respondeu que o instituto é quem informa, no momento da defesa da dissertação**:

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Qual é a instituição que vai chancelar esses diplomas?

O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES: - Na verdade, Deputado Simeyzon Silveira, os institutos têm parcerias. Eu não sei se vocês acompanham isso, mas os institutos são intermediários entre os alunos e as universidades, de tal forma que eles conseguem negociar vagas com as universidades a um custo menor. E aí o poder de negociação é do instituto. Eu não sei exatamente como é. O fato é que eles têm um poder de negociação maior, conseguem um custo menor tanto para o instituto - evidentemente que estão ganhando com isso - quanto para os alunos. O instituto hoje tem parceria com várias instituições. No momento de defender a dissertação, o instituto dirá qual é a universidade. Esse instituto, o Hans kelsen, tem parceria com mais de sete universidades brasileiras, inclusive, com a PUC de São Paulo e com a PUC do Ceará.

O Deputado Relator perguntou ao depoente **se existe alguma relação comercial entre o Sindigoiânia e o Instituto Hans Kelsen**:

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Ok. Existe alguma relação,

Lindomar, comercial, entre o Sindigoiânia e o Instituto Hans kelsen? O

Sindicato apenas oferece as suas dependências ou existe alguma relação financeira? O Sindicato ganha alguma coisa com essa parceria?  O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES: - O nosso ganho é político. Nós queremos fazer política sindical. O Sindigoiânia faz todo esse esforço, toda essa parceria, cede o seu espaço para facilitar e para viabilizar o mestrado para nossos sindicalizados. O Sindigoiânia financeiramente não tem nenhum benefício. Os pagamentos são feitos diretamente em boletos, na conta dos institutos. Inicialmente era o ISCB e, agora, o Hans kelsen.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Os pagamentos são feitos aos sindicatos?

O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES: - São pagos por intermédio de boletos, em nome do instituto. E o instituto, por sua vez, repassa às universidades parceiras dele.

O Deputado Relator perguntou ao depoente **se ele tem conhecimento de uma documentação que mostra alguns depósitos em contas que não eram do Instituto:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Chegou para nós uma documentação que mostra, inclusive, alguns depósitos em contas que não eram do Instituto. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES: - Essas exceções, porventura, podem acontecer, com autorização, em relação a boletos vencidos. Eventualmente, alguns pagamentos eram feitos, no sindicato, com autorização do instituto, para facilitar a vida do aluno.

O Deputado Lívio Luciano perguntou ao depoente **a razão da intermediação dos institutos:**

O SR. DEPUTADO LÍVIO LUCIANO: - O Deputado Simeyzon Silveira, Relator desta CPI, perguntou ao Senhor se os créditos eram feitos diretamente ao sindicato ou aos institutos. O Senhor respondeu que são feitos diretamente aos institutos. Por boletos bancários, etc. Por que a intermediação de institutos? Não se poderia fazer sindicato diretamente com as faculdades?

O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES: - Na verdade, o instituto é um intermediário. Desculpem-me se alguém estiver presente, mas eu diria assim, Deputado: o instituto, hoje, é um mal necessário. Ele consegue negociar com as universidades um valor menor, em função de que eles negociam no atacado. Vão negociar vagas de mestrado, negociam lá cem, duzentas, não sei quantas. Mas, eles negociam no atacado. Consequentemente, conseguem ter um preço menor do que o sindicato ir lá negociar vinte, trinta vagas com uma instituição superior que a oferta do mestrado.

O SR. DEPUTADO LÍVIO LUCIANO: - Então, esses institutos não atuam exclusivamente atendendo à demanda do sindicato, não?

O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES: - Não. Eles têm uma atuação livre. Eles ofertam diretamente. Na verdade, eles aproximam das instituições que congregam um grupo maior. O sindicato é um espaço, é uma instituição que tem lá dez mil sindicalizados. E esse universo é interessante para os institutos.

O Deputado Lívio Luciano perguntou ao depoente **o ganho do instituto nessa parceria:**

O SR. DEPUTADO LÍVIO LUCIANO: - Qual é o ganho do instituto essa sistemática toda?

O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES: - Financeiro?

O SR. DEPUTADO LÍVIO LUCIANO: -  O ganho financeiro.

O SR. LINDOMAR: - Hoje, por exemplo, o que eles pagam para universidade, do mestrado, por exemplo, eu não tenho conhecimento. O aluno paga uma mensalidade de R$ 500,00 (quinhentos reais) para o Instituto, são 24 parcelas, matrícula mais 24 parcelas, de R$ 500,00

(quinhentos reais), que eles pagam para ter o certificado ou diploma de Mestre. Nisso está incluído todo custo, menos a orientação que eles acertam separadamente com os orientadores do Instituto.

O Deputado Relator perguntou ao depoente **se a Prefeitura tem pago os adicionais advindos da conclusão desses cursos:**

O SR. DEPUTADO LÍVIO LUCIANO:- Em relação a essa vantagem individual que o servidor tem na sua remuneração junto a prefeitura, em função de fazer esses cursos, a Prefeitura tem pago esses adicionais?

O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES: - Hoje, temos, inclusive é uma das pautas de reivindicação que o Sindicato está levando, a questão do pagamento dessas progressões horizontais, verticais, temos um volume grande de processos parados, evidentemente, não é da gestão do Prefeito Iris, mas é uma demanda reprimida. Estamos trabalhando para que esses servidores tenham este benefício pago imediatamente.  De qualquer maneira, ele tem este benefício, Deputado, na medida que quando ele protocola lá a solicitação já passa a ter direito, quando for pago ele já recebe todo este retroativo, administrativamente ou na justiça.

O Presidente da CPI, Deputado Talles Barreto, perguntou ao depoente **quem paga os professores:**

O SR. PRESIDENTE:- A responsabilidade de um sindicato, sabemos, é diversa, e hoje esta denúncia vem em virtude do fato de o Sindicato ter assumido uma responsabilidade com os servidores municipais. Mas, para ficar bem claro, quem paga os professores que dão aulas para esses alunos?

O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES: - Mestrado?

O SR. PRESIDENTE:- Sim, Mestrado. Estes que estão em atividade.

O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES: - Toda responsabilidade pedagógica, administrativa, é do instituto parceiro, quem paga, quem contrata, quem dispensa, enfim, toda responsabilidade...

O SR. PRESIDENTE:- Quem regula a presença dos alunos?

O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES: - Existe uma... O SR. PRESIDENTE: - Não é ninguém do sindicato?

O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES: - Não. O sindicato, nós somos parceiros, estamos presentes em todas as aulas, em todos os momentos, em todas as atividades, sejam pedagógicas, sejam administrativas.

O Presidente da CPI perguntou, outrossim, **onde são ministradas as aulas:**

O SR. PRESIDENTE: - Mas, essas aulas são dadas aonde? O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES: - **Na própria sede do sindicato. Nós temos salas de aulas lá, que foram feitas também para isso. São salas para reuniões...**

O SR. PRESIDENTE: - Mas, o sindicato cobra da Hans Kelsen o aluguel dessas salas?

O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES: - Eu falei inicialmente, Deputado, que o nosso objetivo, o nosso ganho é político. Nós fazemos política sindical. Então, o sindicalizado, primeiro, é beneficiado, porque ele tem isso no contracheque, ele vai manter-se filiado ao SINDIGOIÂNIA. E para ele fazer esse curso nessas condições, ele precisa se filiar ao SINDIGOIÂNIA. Essa é uma das condições, e é uma das formas que o SINDIGOIÂNIA acaba ganhando, porque ganha o sindicalizado.

O Presidente da CPI **questionou o fato de o Sindigoiânia não saber qual a universidade que chancelará o diploma:**

O SR. PRESIDENTE: - É porque a gente acha, por exemplo, por tudo que você vai fazer em um mestrado, a partir do momento em que você entra num curso de mestrado, você precisa saber qual sua chancela. Até agora nós não identificamos nenhum tipo de chancela que vai ser feita, porque antigamente era com ISCB, depois com esse novo instituto buscou-se novas parcerias, hoje o senhor não sabe quem vai chancelar essa pósgraduação, esse...

(...)

O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES: -  Não, não sei, porque nós temos o compromisso no convênio que nós temos com o instituto, isso garante que o diploma dele vai ser chancelado por uma universidade. Então, essa é a garantia que o SINDIGOIÂNIA tem nessa parceria, nesse convênio de parceria que nós temos com o instituto. Ele vai ser chancelado por uma universidade brasileira, e que seja reconhecida, toda legal.

O SR. PRESIDENTE: - **Porque normalmente quando a gente fala em chancela, a própria faculdade que está chancelando, dando essa chancela, ela acompanha os cursos que vai  chancelar. E hoje não tem ninguém que está acompanhando como estão sendo as aulas, como está sendo a vistoria,  como está sendo a qualificação dos professores, como está sendo a presença, porque, de repente, se não tem a faculdade que faz a chancela, não acompanha, não tem nenhum tipo de acompanhamento do que  está sendo feito pelo Instituto Hans Kelsen. Não é verdade?**

O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES: - Sim. O Instituto é a universidade lá dentro do SINDIGOIÂNIA. Ele representa. O Instituto tem uma parceria também, um contrato com a universidade que os professores que são ligados ao Instituto, eles são reconhecidos e são autorizados pela universidade. Ou seja, a universidade está representada através do Instituto.

O Presidente da CPI **expôs a preocupação de não se ter uma garantia de que a chancela realmente ocorrerá:**

O SR. PRESIDENTE: - (...)

**Hoje, se o senhor pensar bem, Senhor Lindomar, corre o risco de acontecer isso, também. O senhor não tem uma garantia aqui específica que amanhã essa chancela vai poder dar até autorização do objetivo do SINDIGOIÂNIA. Até agora nós não vimos nada concreto de como são essas faculdades, ou qual faculdade irá chancelar esses cursos que estão sendo dados, ainda mais dentro da própria sede do SINDIGOIÂNIA.**

O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES: - Na verdade os institutos são hoje os intermediários, como falei no início, eles são os intermediários entre a universidade e o aluno.

Então, essa relação da universidade com o  instituto é uma relação contratual, uma relação que garante que o aluno vai ser certificado. Isso é tranquilo, o aluno vai ser certificado, vai ser diplomado e vai ter isso por uma universidade. O que o instituto alega é que, como isso é uma negociação que é feita - e, claro, o instituto visa lucro financeiro -, então ele vai negociar. Ele vai chegar na PUC, comprar, para ter lá 200 vagas na PUC de São Paulo, na PUC do Paraná, na FAPEC, enfim, são várias universidades.

Naquele momento, ele vai negociar aquilo que estiver mais em conta, quem fizer a melhor condição para que o instituto feche. O que nós temos garantido aos alunos é que ele vai ser certificado por uma universidade regularmente inscrita no Brasil - antes em Assunção, hoje no Brasil - que dá muito mais tranquilidade, porque ele não tem que reconhecer, não tem que fazer todo aquele processo burocrático que normalmente se fazia, como o diploma vinha do exterior.

Então, a garantia, Deputado, é do contrato que nós temos com o instituto. Esse contrato é registrado em cartório, tudo feito pelo jurídico, de tal maneira que o aluno tenha garantia que ele vai ser certificado por uma universidade reconhecida. Agora, qual vai ser, infelizmente, o instituto, e essa é uma das razões que a gente consegue baixar o custo. Porque nós poderíamos chegar lá na PUC e fazer uma parceria com o Sindigoiânia. Mas qual o valor de um mestrado hoje na PUC? Entendeu? Não cabe no bolso do nosso sindicalizado. Agora, isso não traz, posso garantir para vocês, nenhum risco para os alunos que estão concluindo, que estão fazendo mestrado através do Sindigoiânia nessa parceria com o instituto que poderia ser, ficaria mais claro, se fosse feito com uma universidade, mas infelizmente o que se cobra, diretamente, o aluno ou o Sindigoiânia com a universidade, esse custo aumentaria.

Então, fica essa, de certa forma, dúvida na cabeça de muita gente, mas a garantia nós temos, contratual. Nós temos um contrato com o instituto que, por sua vez, tem um contrato com essas universidades e elas têm a parceria, de tal maneira que essas universidades também fiscalizam a atuação desses institutos.

O Deputado Relator perguntou ao depoente **a quem o aluno que está, hoje, nas dependências do Sindigoiânia, recorre, se houver algum problema:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- (...)

O aluno que está, hoje, nas dependências do Sindigoiânia, a quem ele recorre se houver algum problema? Ao Sindigoiânia, à instituição parceira ou a qual instituição ele pode recorrer? Por que eu faço essa pergunta? Porque já existem processos onde os alunos julgam - e o processo está em andamento - que foram lesados e não encontravam a quem recorrer. Porque há uma situação bem semelhante a outras instituições que nós ouvimos, onde os alunos não estão tendo aula em uma instituição, mas a instituição não responde por aqueles alunos. E quando eles vão procurar a instituição onde fala que é a instituição é responsável por eles, eles não conseguem falar, não conseguem achar essas instituição, às vezes essas instituições nem têm endereço fixo.

Então, eu gostaria de saber, nesse caso específico, dos alunos que estão dentro do Sindigoiânia, quem responde por eles quando eles precisam de uma situação, como já aconteceu no convênio com a Faculdade do Paraguai, onde a faculdade não reconheceu e houve um inquérito nesse sentido. A quem esses alunos que estão lá, hoje, recorrem, quem é o responsável por eles?

O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES: - O SINDIGOIÂNIA é parceiro solidário dos alunos. Os alunos recorrem ao SINDIGOIÂNIA porque é uma instituição  sólida, que existe há mais de 30 anos. **Então os alunos que estão fazendo através do SINDGOIÂNIA não foi porque foi convencido de que instituto A ou B. Quem seleciona é o**

**SINDGOIÂNIA. Agora, o aluno tem a segurança do SINDGOIÂNIA,  porque ele está fazendo em confiança ao SINDGOIÂNIA.** Então, o SINDGOIÂNIA é parceiro solidário, o SINDGOIÂNIA vai estar todos os momentos  com o aluno, até que ele tenha esse diploma em mãos totalmente legalizado.

O Deputado Relator perguntou ao depoente **se o funcionário do Sindicato, Gleivson Nunes dos Santos está autorizado a receber transferências de pagamentos dos alunos**:

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Só mais uma pergunta. Gleivson Nunes do Santos, é membro do Sindicato?

O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES: - Ele é funcionário do

Sindicato.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Ele está autorizado a receber  transferências de pagamentos dos alunos?

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES: - | | | |  |  | | --- | --- | | **É,** | **algumas** | |
| |  | | --- | | **transferências ele não está autorizado. Algumas transferências** | | | | |
| **foram feitas com a autorização do Instituto em função de boletos** | | | |
| **atrasados e o aluno recorreu, pediu ao Instituto e o Instituto por sua** | | | |
| **vez autorizou que fosses feitas essas transferências para a conta** | | | |
| **desse funcionário, que ele é Coordenador Pedagógico do Mestrado** | | | |
| **no SIDGOIÂNIA.** |  | | |
| **Mas isso tudo com a conivência do Instituto, que na verdade deveria** | | | |
| **receber, em função  do boleto estar atrasado e normalmente** | | | |
| **ninguém gosta de pagar multa. E aí o Instituto acabava autorizando** | | | |
| **e colocou esse funcionário numa situação complicada, porque ele** | | | |
|  | | | |
| **fez de boa fé, no sentido de ajudar t o aluno para não pagar com multa.** | | **anto o Instituto a receber, quanto** | |
|  | |

**5.2.19. DRA LIANA ANTUNES VIEIRA TORMIM – Coordenadora do CAO da Educação do Ministério Público do Estado de Goiás – Reunião ordinária realizada em 23/5/2018:**

Em suas considerações iniciais, **a Dra Liana Antunes Vieira Tormim, Coordenadora do CAO Educação, falou sobre sua atuação no Ministério Público:**

A SRA. LIANA ANTUNES VIEIRA TORMIM: - (...)

Quero esclarecer inicialmente qual e a minha atribuição hoje, dentro do Ministério Público. Eu sou Promotora de Justiça, Titular da 2ª Promotoria de Anápolis, com atribuição na área de reclusão, mas hoje estou à disposição da Procuradoria Geral de Justiça, coordenando a atuação das Promotorias de Justiça da Educação do Estado de Goiás.

No cargo que eu ocupo hoje, Deputados e senhores, não exerço atribuições de execução, então, dentro da minha unidade não há ajuizações e não deflagra procedimentos investigatórios. Quando chegam notícias de fato, como ocorreu há cerca de um mês, quando nós recebemos um dossiê encaminhado pelo sindicato, a minha atribuição se restringe nesse caso a encaminhar a notícia de fato às Promotorias de Justiça com atribuição, e foi isso que eu fiz naquele momento. Então, encaminhei, distribuí a notícia às Promotorias de Justiça da área do consumidor, da educação e criminal.

Bom, feito isso, ficará a cargo dos promotores de Justiça de cada área analisarem ou não a pertinência à propriedade da sua atuação nesse caso. Mas eu já adianto a todos os presentes, de acordo com o art. nº 109, da Constituição Federal, cabe à Justiça Federal processar e julgar as causas em que a União ou qualquer de suas entidades, autarquias sejam interessadas. E, também, cabe à Justiça Federal apurar e processar os crimes cometidos contra bens e interesses da União e de suas autarquias e entidades.

Então, em razão dessa previsão legal e também em razão do disposto no art. nº 211, da nossa Constituição que fala: "a oferta do ensino superior é uma atribuição também da União". Em razão desses dispositivos, o Ministério Público do Estado de Goiás em regra não tem atuação no que diz respeito ao ensino superior. Certo? Mas não impede que a gente forneça nosso auxílio ao Ministério Público Federal quando estiver atuando na investigação, na fiscalização dos crimes, quando tem a necessidade de praticar alguma diligência dentro do município para fim de instruir um procedimento, ajuizar alguma ação.

Então, apesar desses dispositivos constitucionais, eu encaminhei as denúncias para as promotorias de Justiça para que os promotores analisem a pertinência ou não da sua atuação, porque temos dentro do Ministério Público o que chamamos de independência funcional. Então, cada promotor de Justiça vai fazer o próprio juízo de valor acerca daquela matéria, mas em linhas gerais essa é a regra. Então, por se tratar de ensino superior, por se tratar de ofensa a interesse da União, do MEC, essa atuação em principio fica a cargo do Ministério Público Federal, podendo o nosso apoio ser solicitado e ser disponibilizado sempre que necessário, porque o Ministério Público do Estado de Goiás tem o maior interesse em colaborar com tudo que contribua para a boa prestação do serviço público, sobretudo, na área da educação, que é a minha área atualmente.

A Promotora de Justiça comentou também **sobre uma solução que encontrou, juntamente com a Dra Mariane, Procuradora da República, para apuração das denúncias envolvendo faculdades:**

A SRA. LIANA ANTUNES VIEIRA TORMIM: - Deputado Talles Barreto, ontem mesmo, em conversa com a Dra. Mariane, Procuradora da República, pensamos na seguinte solução: como se trata de uma atribuição do Ministério Público Federal sobre a qual, por lei, não temos autorização legal para ir adiante, o Ministério Público Federal poderia instaurar o processo de investigação e contatar o Promotor de Justiça da Comarca para o apoio necessário. Então, se ele precisa ouvir uma testemunha, encaminha uma carta precatória ao Promotor de Justiça daquela Comarca e este, automaticamente, por delegação do Ministério Público Federal, poderá realizar essa diligência. Se for uma inspeção in loco, o Promotor vai lá e faz a diligência em parceria com o Ministério Público Federal. Mas tudo com o objetivo de instruir a Ação de quem tem autorização legal para fazê-lo.

Então, o Ministério Público de Goiás está aberto para receber as notícias de fato? Totalmente. É nosso dever receber todo cidadão, receber toda e qualquer notícia. Mas, em razão do Artigo 109 da Constituição, a tendência - e eu não posso dizer que todos os Promotores de Justiça entenderão assim - é que, ao receber a notícia de uma irregularidade no ensino superior, ele decline de sua atuação em favor do Ministério Público Federal, porque é assim que prevê a Constituição Federal. Mas ele continua à disposição para o trabalho em parceria, que deve ser dirigido por quem tem a atribuição legal para tanto. Então, vislumbra a possibilidade da parceria nesse sentido: com o Ministério Público Federal conduzindo a investigação, o trabalho, instruindo a ação; mas, sempre que necessário, solicitando o apoio do Promotor de Justiça do município, que sempre estará à inteira disposição, sem dúvida alguma.

**5.2.20. MARCELO FERREIRA – Secretário Municipal de Educação de Goiânia – Reunião Ordinária realizada em 23/5/2018:**

O Deputado Relator perguntou ao depoente **como é feito o reconhecimento dos diplomas, dentro da Prefeitura:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - (...)

**E eu gostaria aqui de fazer uma pergunta ao senhor: como hoje é feito dentro da prefeitura esse reconhecimento desses diplomas para fins de progressão, de alguma promoção? Como a prefeitura faz esse reconhecimento? Qual é o critério para ver um diploma, avaliá-lo, ver a veracidade dele? Como que a prefeitura atua nesse sentido para reconhecer esse diploma. A prefeitura tem algum critério interno para avaliar a veracidade desses diplomas? Como é o procedimento da prefeitura antes de reconhecer, de dar uma progressão, de dar uma promoção para o funcionalismo?**

O SR. MARCELO FERREIRA DA COSTA: - (...)

**Geralmente, o que se faz é estruturar equipes que fazem comissões, equipes que fazem a verificação desses diplomas, desses certificados, do que acontece. O Estado faz isso, de modo geral as prefeituras fazem isso, o município de Goiânia também, no âmbito da Secretaria Municipal tem uma comissão específica que analisa os documentos referentes às progressões e verificam nessa ordem que a gente comentou**.

Primeiro, a validade documental porque pode haver fraude na confecção do documento e, se há algum indício de dúvida nesse sentido, alguns sistemas têm uma inspeção que faz isso, outros têm comissões específicas. No nosso caso, é uma comissão específica, entra em contato com a universidade, com a faculdade e requer daquela instituição a validação daquele documento.

Se há alguma dúvida referente à assinatura que vem no documento, nesse sentido, nós pedimos que haja validação. Geralmente, o departamento jurídico daquela instituição envia para a secretaria algum tipo de confirmação oficial daquele documento.

Por outro lado, se existe alguma dúvida acerca da chancela que está naquele documento, que pode acontecer de haver uma instituição que faz pós-graduação, por exemplo, um instituto de pós-graduação que tem a chancela fornecida por outra universidade, porque vocês têm dois mecanismos. Você tem diretamente com o MEC a possibilidade de fazer os cursos, as universidades têm uma certa autonomia para criar cursos, criar pós-graduação, isso é feito diretamente com o reconhecimento dos cursos, que é feito diretamente junto ao MEC. Escolas superiores isoladamente também podem ter essa prerrogativa, e existem alguns institutos que se beneficiam de convênios com essas instituições e a instituição, então, chancela esse documento.

**Assim, o que nós temos que fazer nesses casos é rastrear a origem da chancela. O instituto apresenta, nós procuramos se o instituto está ligado ao MEC, se ele tem os cursos reconhecidos e a autorização para a emissão daquele documento. Se houver uma chancela, nós vamos até a quem chancela e vemos se existe o convênio entre as instituições de forma legal e se essa instituição tem o seu reconhecimento junto ao MEC, de forma que, quando há algum tipo de indício de fraude, nós podemos inclusive cancelar benefícios que ora tenham sido já colocados em folha daquele servidor.** Então, essas investigações, e elas sempre acontecem, qualquer tipo, seja na hora da entrega do documento para validação, seja oriundo de denúncias que possam chegar à secretaria, qualquer uma dessas provocações faz com que essa Comissão atue para verificar a veracidade e a validade daquele documento.

O Deputado Relator perguntou ao depoente **se é comum a comissão encontrar documentos não válidos, ou diplomas falsos:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Bem, Secretário, essa comissão, pelo que o senhor explana para nós, e é importante entender esse processo, tem uma atuação rígida quanto a buscar a validação, de buscar a veracidade dos documentos apresentados. Nessa comissão é comum encontrar documentos não válidos, ou que não tenham uma veracidade, ou até diplomas falsos? Já aconteceu dessa comissão apurar isso? Ter a confirmação disso?

O SR. MARCELO FERREIRA DA COSTA: - Eu tenho 29 anos de sala de aula, tenho 15 anos de gestão. Na sala de aula, a gente não vê muito isso, mas nos 15 anos de gestão, em todos os organismos em que eu já trabalhei, essas comissões trabalham muito. Quando eu era do Estado, por exemplo, todas as semanas mandávamos cartas e envios para a universidade, solicitando a veracidade de diplomas, no município não é diferente. Nós temos sempre essas verificações, de vez em quando sim, existe detecção de algum tipo de fraude e aí então, esse documento é recusado e dependendo do tipo já é uma denúncia de algo que está em folha, é aberta sindicância para apuracão.

O Deputado Relator perguntou ao depoente **se, caso encontrada alguma irregularidade, é encaminhada ao Ministério Público:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Quando há alguma comprovação é encaminhado alguma coisa ao Ministério Público ou é arquivado ali, tem alguma sequência nesse processo ou não?

O SR. MARCELO FERREIRA DA COSTA: - Na minha gestão todas as irregularidades que são encontradas, inclusive, nesse âmbito, existe a abertura de uma sindicância para apuração. No final, a sindicância vai ter alguns tipos de ações que são determinadas, seja o arquivamento, seja a punição administrativa no âmbito da Secretaria, seja o encaminhamento para a PAD - Processo Administrativo, e aí é encaminhado para Secretaria de Administração que procede a partir dali. Se a denúncia extrapola os limites e as competências da Secretaria de Educação e da prefeitura como um todo, isso é oferecido para autoridades competentes.

O Deputado Relator perguntou **se existe algum compromisso de aceitar os diplomas pelo fato de virem do Sindigoiânia:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Então, não existe um compromisso de se aceitar esse documento pelo fato de vir do Sindgoiânia?

O SR. MARCELO FERREIRA DA COSTA: - Não na minha gestão.

**5.2.20. IARA CRISTINA FERREIRA – Diretora do Instituto Hans Kelsen – Reunião Ordinária realizada em 6/6/2018:**

Em suas considerações iniciais, a depoente argumentou a **existência de um equívoco com relação às denúncias de irregularidades no Instituto Hans Kelsen, que conta apenas com 7 meses de existência no mercado de trabalho**. Mostrou, também, o certificado da FATEC, credenciada no MEC, e indicou outras faculdades com as quais o instituto é credenciado. Além disso, alegou que **o instituto não emite certificado e só oferece cursos livres**. Ademais, afirmou que, **dentro da instituição, funciona o curso de Pedagogia, nos moldes do art. 48, da Lei de Diretrizes e Bases**. Disse, ainda, **ter o cuidado de, quando faz uma parceria, verificar se possui autorização do**

**MEC:**

A SRA. IARA CRISTINA FERREIRA: - (...)

Venho informar à nobre CPI que eu acho que está tendo um pequeno equívoco em questão de denúncias, porque a Instituição Hans Kelsen, hoje, só está com sete meses no mercado de trabalho. Nós, em momento algum, tivemos tempo de formar nenhum aluno, apenas pósgraduação. Hoje nós somos uma instituição, um instituto não universitário, que depende de faculdades credenciadas pelo MEC para poder diplomar nossos alunos. Diplomar e certificar.

Hoje, eu venho trazer aqui à CPI uma de nossas faculdades. Eu venho mostrar um dos diplomas que, no caso, é o certificado da Faculdade Fatec, que se encontra hoje em São Paulo e Votuporanga, na qual está totalmente registrada e credenciada no MEC. Trago em mãos um dos diplomas, um certificado, para mostrar a vocês que essa denúncia de que nossos alunos frequentam o curso de pós-graduação e, ao término, não é certificado, é inviável, porque todos os alunos aos quais ofertamos o curso, ao término do curso, num prazo máximo de trinta dias, nós estamos certificando com êxito esses alunos.

Trabalhamos em parceria não só com a Fatec, com a Fetac também, que é outra faculdade, que se encontra hoje em Mato Grosso do Sul. Também a Unisa, que é uma Universidade que está cadastrada. Todas têm portaria EAD para, no caso, diplomarem para a gente.

Hoje, o Instituo Hans Kelsen, em momento algum, emitiu nenhum certificado, pois sabemos disso. Somos uma instituição na qual só podemos ofertar cursos livres, que são o quê? Cursos de capacitação profissional, que são cursos rápidos, nos quais habilitam o aluno de curso superior a entregar como horas complementares.

Hoje, dentro da nossa instituição, funciona o curso de Pedagogia, no qual trabalhamos dentro do art. 48, da Lei de Diretrizes e Bases, que informa que: "Os diplomas de cursos superiores reconhecidos, quando registrados, terão validade nacional como prova de formação recebida por seu titular; e os diplomas expedidos pelas universidades serão por elas próprias registrados, e não por nós, e aqueles conferidos por instituições não universitárias serão registrados em universidades indicadas pelo Conselho Nacional de Educação".

Hoje, eu tenho todo o cuidado de estar presente no MEC para ver, quando eu fecho uma parceria, se realmente esta instituição está tanto reconhecida como totalmente cadastrada e autorizada dentro do MEC. Tenho o cuidado de olhar no E-MEC para saber se realmente ela tem habilitação EAD, no qual ela pode expedir esse certificado para nós, ou seja, nós funcionamos hoje, no município de Novo Gama, como Polo da FATEC, Polo da FETAC e Polo da UNISA.

Mais uma vez venho informar que acho inviável essa denúncia por parte do Sindigoiânia, porque hoje somos conveniados ao Sindigoiânia, inclusive nós trabalhamos unidos com eles e certificamos os alunos e os cursos são ministrados lá, e hoje o Presidente é o Senhor Romário Barbosa Policarpo.

Tenho em mãos uma declaração de convênio no qual nos habilita, bem como convênio das faculdades. E, dentro do que foi passado e aquilo que estão nos acusando, que ofertamos Cursos de Psicologia, de Biologia, nunca ofertamos esses cursos, porque sabemos que depende de uma estrutura para poder ofertar esses cursos.

Hoje dei entrada no MEC pedindo autorização para oferta de curso dentro do instituto e nenhum desses cursos que estão sendo colocados aqui. Estamos pedindo autorização para ofertar Curso de Direito e de Administração. Estamos organizando, e hoje estou participando de uma capacitação do MEC a fim de poder autorizar esses dois cursos que estamos pedindo, e tenho em mãos o pedido de entrada, com protocolo, tudo direitinho. Então, estamos em fase de aprovação, apenas do Curso de Administração e do Curso de Direito.

E as pós-graduações, como nós temos as faculdades e universidades para certificar para gente, então, trabalhamos em cima da Resolução de 30 de setembro de 1999, no qual o próprio Presidente do Conselho Nacional de Educação atribui os institutos de educação superior, trabalhando em parceria com faculdades credenciadas que autoriza a certificação dos cursos de pós-graduação, ou seja, sou uma coordenadora da faculdade no qual funciona hoje em nossa localidade. Em outros locais não, apenas no município de Novo Gama, nunca funcionamos em outro local e não temos instituição aberta em outro local. Agora que estamos puxando uma extensão para Sobradinho, porque fica no Distrito Federal, ainda não foi colocada nada lá dentro, agora que está iniciando.

O Deputado Relator da CPI perguntou à depoente **se o Instituto Hans Kelsen oferece cursos superiores – de graduação e pós-graduação, ao que foi respondido que trabalham somente com cursos de extensão:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Chegou aqui na CPI algumas denúncias com relação ao Instituto em algumas áreas. Posteriormente, quero falar também sobre a parceria com o Sindigoiânia, mas, antes disso, quero que falemos um pouco sobre o Instituto. Consta que o Instituto Hans Kelsen oferta alguns cursos superiores - de graduação e de pós-graduação. A senhora confirma, ou não?

A SRA. IARA CRISTINA FERREIRA:- Não, trabalhamos apenas com segunda graduação.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- E o que seria a segunda graduação?

A SRA. IARA CRISTINA FERREIRA:- Extensão de estudo.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Pós-graduação?

A SRA. IARA CRISTINA FERREIRA: Não, segunda graduação e extensão de estudo, que é destinado a pessoas portadoras de algum diploma de curso superior. Ela procura o instituto em busca de uma segunda graduação.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Nesse caso, ela entra como portadora de diploma para fazer uma segunda graduação?

A SRA. IARA CRISTINA FERREIRA:- Isso. Ela faz o aproveitamento de estudo. Por já ser portadora de um diploma, ela aproveita as disciplinas para fazer uma segunda graduação.

O Deputado Relator perguntou ao depoente **se o Instituto Hans Kelsen possui autorização do MEC para oferecer esses cursos**. Ao que foi respondido que **trabalham em parceria com a FATEC, FETAC e UNISA, essas, autorizadas pelo MEC e que emitem o diploma:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- O Instituto Hans Kelsen tem o credenciamento, a autorização do MEC para realizar esses cursos?

A SRA. IARA CRISTINA FERREIRA:- Entramos agora com o pedido, mas não para esses cursos, porque, nesse caso, trabalhamos em parceria com a FATEC. A FATEC e a UNISA são totalmente credenciadas e autorizadas pelo MEC. São elas que diplomam para a gente. No caso, certificam e diplomam.

O Deputado Relator perguntou **se essa parceria seria uma espécie de terceirização:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Vocês fazem uma espécie de terceirização, seria isso?

A SRA. IARA CRISTINA FERREIRA:- Isso, nós temos o espaço, no caso. Nós entramos com a estrutura e eles entram com parte total, de fiscalização, grade curricular. Então, toda a parte pedagógica é da instituição.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Da instituição, do Instituto?

A SRA. IARA CRISTINA FERREIRA:- Da instituição de ensino superior.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Quem responde pelo aluno é o instituto Hans Kelsen?

A SRA. IARA CRISTINA FERREIRA:- Não. Quem responde é a faculdade credenciada. Hoje, o Instituto Hans Kelsen não emite nenhum tipo de documento. Nós apenas ofertamos os cursos.

O SR. RELATOR:- Vocês captam os alunos?

A SRA. IARA CRISTINA FERREIRA:- Isso. Nós captamos os alunos. A grade curricular é toda deles. Temos professores totalmente qualificados. A maioria é de mestres e doutores, inclusive eu. Pós-graduado, especialista, nós só temos dois. Todo o restante é de mestre e doutores. São qualificados e registrados pela faculdade credenciada. Tudo é de responsabilidade da faculdade. No término do curso a faculdade é que emite o certificado.

A depoente mencionou que, **desde 1999, o MEC autorizou os institutos de educação superior a trabalharem em parceria com faculdades credenciadas:**

A SRA. IARA CRISTINA FERREIRA:- O MEC autorizou, desde 1999, na Resolução de 30 de setembro de 1999, os institutos de educação superior a trabalharem com parceria com faculdades credenciadas. Essa é uma autorização geral que vem do próprio MEC e assinada pelo Presidente do Conselho Nacional de Educação.

O SR. RELATOR:- O MEC reconhece como legal essa atividade?

A SRA. IARA CRISTINA FERREIRA:- Sim. Isso está na Internet e é exposto para qualquer pessoa ver. Se vocês colocarem na Internet a palavra resolução, vai sair tudo isso que estou falando, que os institutos têm autorização para trabalharem com faculdades credenciadas. Fora essa autorização, a Lei de Diretrizes e Bases, em seu art. 48, habilita as instituições não universitárias a trabalharem com parceria com faculdades credenciadas no MEC. Trabalhamos dentro da lei.

O Deputado Relator perguntou sobre os **cursos oferecidos pelo Instituto Hans Kelsen:**

O SR. RELATOR:- Quantos cursos o Instituto Hans Kelsen oferece?

A SRA. IARA CRISTINA FERREIRA:- O Instituto Hans Kelsen oferece como segunda graduação a Pedagogia, a Administração e o Curso de Educação Física - Licenciatura. Eles podem ser ofertados por nós por serem da área da educação e não necessitarem de laboratório. No caso, o Curso de Educação Física - Licenciatura é mais voltado para a área esportiva.

Temos parceria, o município do Novo Gama com a Prefeitura, no qual eles cedem o ginásio de esportes para que sejam oferecidas as modalidades de futebol, basquete, vôlei e handebol que é o que pede a grade curricular. Hoje, próximo à instituição, temos um calçadão bem estruturado, ofertado pela própria prefeitura, no qual o aluno faz a modalidade de corrida. E, temos o clube que também é nosso parceiro, onde ofertamos a modalidade de natação. A licenciatura só ofertamos, por estar dentro do nosso padrão e dentro da estrutura da instituição.

O Deputado Relator perguntou **quem assina o contrato**:

O SR. RELATOR:- Esse contrato é assinado com o Instituto Hans Kelsen ou com a instituição?

A SRA. IARA CRISTINA FERREIRA:- Com os dois. No contrato vem especificado tanto o nome do Instituto quanto o nome da faculdade que irá diplomar o aluno. Tem os dois logotipos.

O SR. RELATOR:- Então, o aluno já sabe quem reconhecerá o seu diploma?

A SRA. IARA CRISTINA FERREIRA:- Sim. Ele sabe.

A depoente explicou **como funciona essa parceria**:

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - É tudo à distância?

A SRA. IARA CRISTINA FERREIRA: - Isso. É tudo EAD. Eles vêm até nós. Eles fazem vistoria na nossa instituição de três em três meses. Inclusive, nós tivemos uma agora, recentemente. Eles estão dentro da instituição fazendo vistoria para confirmar se nós estamos trabalhando da forma que eles pedem, porque eles me mandam uma relação que informam "você têm que trabalhar da seguinte forma." Então, nós trabalhamos da forma que eles pedem. E disponibiliza-se também os computadores para o aluno que está estudando. É tudo on-line, tudo com eles. Então, o única motivo que faz com que o aluno venha aqui, quando está matriculado na UNISA, se o curso é EAD, é para fazer a prova, eles vêm uma vez por mês, quem manda a prova é a UNISA.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - O corpo docente é vinculado à faculdade que vai reconhecer ou ao instituto?

A SRA. IARA CRISTINA FERREIRA: - Aos dois, também. Assim que nós contratamos...

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - O contrato... Quem paga o corpo docente?

A SRA. IARA CRISTINA FERREIRA: - Hoje, quem paga o corpo docente somos nós do instituto. Nós é que recebemos, passamos a porcentagem mensal para a faculdade, e dentro do local, dentro do instituto, o valor que recebemos, que fica acordado com a faculdade, para nós estarmos arcando com o professor. Mas, no momento que eu faço a contratação do professor - como eu tenho habilitação, porque sou doutora em Educação -, então quando eu contrato um professor, eu imediatamente já passo o Currículo Lates do professor para a faculdade, para a universidade, para que eles tenham conhecimento de que o professor atuará. Porque, atrás do certificado de pós-graduação do aluno, vem o nome do professor que ministrou a aula para ele.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Ok. Quantas turmas já... Se não me engano, no início, a Senhora falou que o instituto é novo, não é?

A SRA. IARA CRISTINA FERREIRA: - É novo. Agora iniciou mais uma. Nosso curso de pós-graduação é quinzenal. As aulas são de quinze em quinze dias, no qual fecha seis meses. Aí o aluno adianta, por estudar quinzenalmente, então, necessariamente, ele não necessita ficar um ano na instituição, por ele ter duas aulas. Quando ofertamos uma vez só por mês, aí o aluno fica doze meses. Mas, então, no decorrer dos doze meses, o aluno tem condição de tirar duas pós-graduações.

A depoente abordou a **parceria com o SINDIGOIÂNIA:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Certo. Só mais umas perguntas com relação à parceria com o Sindigoiânia.

A Senhora falou que tem uma parceria. Vocês que vão reconhecer os diplomas do Sindigoiânia. É isso?

A SRA. IARA CRISTINA FERREIRA: - Sim. No caso, nós que ofertamos o curso para eles, "né". O Sindigoiânia nos procurou, até mesmo porque eles estavam ofertando cursos de capacitação e houve vários problemas, inclusive na Secretaria Estadual de Educação, pois não aceitaram o certificado deles. Parece-me que a Faculdade com a qual ele tinha convênio... Parece que ele foi passado para trás. Era até um instituto também aqui em Goiânia, cujo nome não me recordo muito. Mas parece que é IMEC, e o rapaz tinha sido até preso, e tudo. Eu não sei. Eu sei que eles tiveram um prejuízo muito grande. Então, quando eles me procuraram, que inclusive hoje quem faz parte lá do Instituto é o Gleivisson. O Senhor Gleivisson é até padre e tudo. Quanto ao Instituto Hans Kelsen, nós abraçamos esses alunos para ministrar novamente esse curso de pós-graduação para que nós certificássemos eles, porque foi, um prejuízo assim muito grande, tanto estrutural. Eles foram parar na mídia. E o Padre, deu dó mesmo quando ele chegou, quando nos comunicou toda a situação. Eu imediatamente entrei em contato com a Faculdade FATEC, passei toda a situação, perguntei se podíamos ministrar esse curso para eles até mesmo para ajudar, era curso de capacitação e alguns cursos de pós-graduação, para ajudar o SINDIGOIÂNIA, e a FATEC nos autorizou. Então, os nossos professores estão vindo para cá, sempre no terceiro final de semana do mês, aos sábados, para ministrar esse curso que terminará agora em Dezembro.

O Deputado Relator perguntou à depoente **o motivo de, normalmente, essas parcerias serem feitas com instituições de outros estados:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- (...)

Por que, Iara, que essas parcerias normalmente são buscadas com instituições de outros estados? No caso do Sindigoiânia, que você citou, até em outro País, uma instituição do Paraguai, que tinha a parceria. Só para que a gente entenda. Por que não fazer parcerias - como você está falando, o instituto faz parcerias e todas as instituições são de outros estados... Não tem instituições competentes no nosso Estado, próximas à cidade? Por que essas parcerias são sempre buscadas fora, em locais distantes para os alunos e para quem está fazendo os cursos?

A SRA. IARA CRISTINA FERREIRA:- Olha, no início eu até tentei. Eu vim aqui em Goiânia, passei por algumas instituições, inclusive a Alfredo Nasser, só que eu não tive êxito em relação a parcerias. Então, uma coisa ruim do instituto é que, muitas vezes, a gente recebe muitos "nãos", recebe muitas portas fechadas. Então, não são todas as faculdades que aceitam fazer parceria com o instituto, principalmente fora. Em Goiânia, tem algumas, também, muitas, em que a maioria são presenciais, não são EAD. Então, eu até tentei. Quando eu fiquei sabendo da situação desse rapaz do IMEC que tem o conhecimento dessa UniNacional - esse pessoal foi até preso e tudo, só que eu não sei quem são essas pessoas, a gente acompanha na mídia, não é?

Então, esse foi meu medo de estar procurando em Goiás, porque muitas pessoas foram enganadas, inclusive o próprio Sindigoiânia nos informou que tem muita gente que procura eles, em questão até mesmo da Educação Física e tudo, que pergunta se tem condições de estar resolvendo a situação deles... Muita gente foi enganada. Então, assim, eu tenho receio. Falo com toda sinceridade, eu tenho receio.

O Deputado Lívio Luciano perguntou à depoente **se o Instituto Hans Kelsen foi criado para atender ao SINDIGOIÂNIA,** ao que foi respondido negativamente:

O SR. DEPUTADO LÍVIO LUCIANO: - (...) Senhora Iara, esse instituto foi criado exatamente para fazer esse atendimento ao SINGOIÂNIA?

A SRA. IARA CRISTINA FERREIRA: - Não. Conheci o pessoal do SIDGOIÂNIA tem mais ou menos uns 5 meses.

O Deputado Lívio Luciano perguntou sobre a **finalidade principal do Instituto Hans Kelsen:**

O SR. DEPUTADO LÍVIO LUCIANO: Por que foi criado esse instituto?

Qual a finalidade principal?

A SRA. IARA CRISTINA FERREIRA: - A finalidade principal do Instituto hoje Hans Kelsen, é atender ao Município de Novo Gama e o Entorno, que é Novo Gama, Cidade Ocidental, Valparaíso e Luziânia, que é o que fica próximo alí da nossa redondeza.

Por que? Porque eu sou uma pessoa que eu sempre gostei de ajudar a comunidade. Inclusive já fui candidata a Vereadora, sempre prestei serviços comunitários em Novo Gama e amo ajudar o próximo. è meu sonho e foi construído de um sonho.

O Deputado Lívio Luciano perguntou à depoente **o valor médio da mensalidade:**

O SR. DEPUTADO LÍVIO LUCIANO: - Qual o valor médio da mensalidade? Varia de curso para curso?

A SRA. IARA CRISTINA FERREIRA: - Sempre a baixo custo, nós trabalhamos sempre com baixo custo. Hoje o curso de pós graduação nosso custa R$ 200,00.

O SR. DEPUTADO LÍVIO LUCIANO: - Desses R$ 200,00 o que vai para o Instituto? Vai alguma coisa para o Sindicato?

A SRA. IARA CRISTINA FERREIRA: - Não para o Sindicato, não. No caso, não está tendo repasse para o Sindicato, como eu informei para o Senhor, o Senhor Gleivisson, ele nos procurou para poder solucionar mesmo. Então, para que não deslocasse esses alunos até o município de Novo Gama, até mesmo porque é muito distante, então não há repasse hoje para o Sindicato. Não tem repasse. O que os alunos estão repassando é para nós, que passamos a porcentagem para a Faculdade, que trabalhamos sempre com 50% nosso para arcar com os professores e funcionários que trabalham lá dentro, Secretária, o pessoal da limpeza, então são vários os custos do Instituto. E 50% é para a Faculdade, que tem os gastos dela: Diploma, Chancela, papéis, tudo.

O Deputado Lívio Luciano perguntou à depoente **o número de alunos atendidos pelo Instituto:**

O SR. DEPUTADO LÍVIO LUCIANO: - Quantos alunos aproximadamente, Iara, o Instituto atende? Quantas pessoas estão cursando algum tipo de curso?

A SRA. IARA CRISTINA FERREIRA: - O Instituto Kelsen atende hoje duzentos alunos. Agora, o SindiGoiânia, até hoje nós tivemos contato com mais ou menos uns trinta. São trinta alunos.

O SR. DEPUTADO LÍVIO LUCIANO: - O restante é ali da região do entorno de Brasília?

A SRA. IARA CRISTINA FERREIRA: - Isso, todos da região de Brasília. Hoje temos duzentos alunos dentro de nossa Instituição.

O Presidente da CPI perguntou à depoente sobre **quem paga os professores, a forma de ministração dos cursos, e se a autorização que possuem é para cursos EAD:**

O SR. PRESIDENTE: - (...) Iara, vamos ser bem práticos para a gente finalizar e reafirmar, vocês não pagam os professores?

A SRA. IARA CRISTINA FERREIRA: - Sim, nós pagamos os professores, com a percentagem de 50%.

O SR. PRESIDENTE: - Quem controla a presença dos alunos?

A SRA. IARA CRISTINA FERREIRA: - Sou eu, que sou a Diretora. É o Instituto que controla tudo e repassa para a Faculdade.

O SR. PRESIDENTE: - Só para ficar claro, os cursos são presenciais ou são EAD.

A SRA. IARA CRISTINA FERREIRA: - São cursos semipresenciais. No caso, funciona sempre aos sábados ou duas vezes por semana a noite, na quinta e sexta-feira.

O SR. PRESIDENTE: - A autorização que a Senhora tem é para EAD ou não?

A SRA. IARA CRISTINA FERREIRA: - Sim, é para EAD. Porque nós não podemos ofertar um curso presencial se não temos o credenciamento do MEC. Agora que estamos pedindo para o MEC. Demos entrada no MEC pedindo o curso presencial, mas é para a área de Direito e Administração. Estamos em processo.

O Presidente da CPI perguntou à depoente **o motivo de, na parceria com o SINDIGOIÂNIA, estarem sendo oferecidos dezessete cursos e o Instituto ter autorizados somente três:**

O SR. PRESIDENTE: - Por exemplo, nessa parceria do Sindigoiânia, ele está ofertando dezessete cursos. A senhora tem autorização de três. Como seria isso? Vocês estão ofertando, usando o nome da instituição e a senhora não tem autorização. Como é que a senhora vai proceder em relação a isso?

A SRA. IARA CRISTINA FERREIRA: - No caso, eu não tenho conhecimento porque, se o Sindigoiânia realmente estiver fazendo isso, nós vamos comunicar o nosso Advogado. Ainda bem que o Senhor falou porque, pelo que eu estou vendo, parece que tem muita coisa que está acontecendo com o nome do nosso instituto sem o nosso conhecimento, pois o que nós estamos ofertando lá é a pós.

O SR. PRESIDENTE: - São quatorze cursos estabelecidos.

A SRA. IARA CRISTINA FERREIRA: - Não, não tenho conhecimento.

**5.2.20. MICHELE MEIRELLES HAMILTON – Diretora Administrativa do Instituto Paulo Freire – Reunião Ordinária realizada em 6/6/2018:**

O Presidente da CPI pediu que a depoente esclarecesse a **atuação do Instituto Paulo Freire:**

O SR. PRESIDENTE: - (...) Em virtude dessa denúncia, nós fizemos essa convocação a vocês para que vocês pudessem, de uma forma bem tranquila e transparente, estar esclarecendo como é a atuação do Instituto Paulo Freire. Com a palavra, a Senhora Michele Meirelles.

A SRA MICHELE MEIRELLES: - (...) Não gostaria que estivesse assim, neste momento. Mas, enfim. Vossa Senhoria me fez em uma passada nessa sua leitura, eu não conheço Uninacional, essas instituições aí. A única que eu conheço aí é a FAP, Patrocínio, com a qual eu tenho um convênio para curso EAD. Nós firmamos o convênio há trinta dias. Estamos aguardando só a portaria. O Instituto Paulo Freire trabalha com cursos profissionalizantes na área técnica e pós-graduação. Complementação pedagógica, a gente tem autorizada a faculdade própria com nome de FAFI, que tem autorização e está credenciada. Há dois anos aguarda-se publicação dessa portaria. Então, não nos aprofundamos nesta divulgação desses cursos, devido a essa problemática. Aguardamos essa publicação. E depois eu até gostaria de contar com o apoio de vocês, porque são dois anos aguardando uma publicação e a gente vê instituições aí que conseguem publicação muito rapidamente.

Eu estou no Instituto Paulo Freire há um ano e meio. (...) Eu sou proprietária de uma escola e sou dona de uma escola EAD, escola técnica. Então, quando eu vim para o Instituto Paulo Freire foi justamente para dar uma ampliada nos cursos técnicos e levar isso para as regiões do interior do Estado também, assim como eu estou interiorana. (...)

O Deputado Relator, Simeyzon Silveira, perguntou se a depoente **confirmava a denúncia de que o Instituto Paulo Freire estaria ofertando alguns cursos superiores, sequenciais e, principalmente, de pósgraduação:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Bem, Michele, conforme denúncia consta que o Instituto Paulo Freire oferta alguns cursos superiores, sequencial e, principalmente, pós-graduação. A senhora confirma esta denúncia ou ela é falsa?

A SRA MICHELE MEIRELLES: - Confirmo em parte. Os cursos de pósgraduação são devidamente cadastrados no sistema do MEC, os polos cadastrados e os cursos também cadastrados.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Então, o Instituto reconhece os cursos de pós-graduação? Os outros, sequencial, superiores, não?

A SRA MICHELE MEIRELLES: - O Curso de Complementação

Pedagógica sim, já está começando.

O Deputado Relator perguntou também **se o Instituto Paulo Freire possui autorização do MEC:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - O Instituto Paulo Freire possui credenciamento, autorização do MEC?

A SRA MICHELE MEIRELLES: - O Instituto Paulo Freire aguarda portaria de publicação de credenciamento há dois anos. Ela é autorizada e credenciada. A Sócia, Camila, tem essa Faculdade e eu tenho a minha, também, que aguardo agora o credenciamento.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Vocês estão aguardando as liberações, porém as turmas já estão em andamento?

A SRA MICHELE MEIRELLES: - Devido ao convênio que a gente tem com a Instituição EAD, porque a gente precisa resguardar o nosso aluno.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Tá, então essa diplomação futura vai acontecer por uma parceria com uma outra instituição? Qual é a instituição?

A SRA MICHELE MEIRELLES: - Sim, com a FAP - Faculdade de Piracanjuba, credenciada com EAD para o curso de Pedagogia.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Faculdade de Piracanjuba?

A SRA MICHELE MEIRELLES: - Isso.

O Deputado Relator perguntou também o tempo de parceria do Instituto Paulo Freire com a Faculdade de Piracanjuba:

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Há quanto tempo vocês têm parceria com a Faculdade Piracanjuba?

A SRA MICHELE MEIRELLES: - O convênio é novo. A gente estava aguardando sair a publicação, eu tenho esse convênio há 30 dias.

O Deputado Relator disse à depoente que **já ocorreu, na CPI, de uma instituição dizer que atua em parceria com outra e essa, quando chamada para depor, não reconhecer a parceria:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Nós já tivemos casos aqui de instituições que citaram uma outra, que seria parceira, e que a instituição que reconheceria. Posteriormente, chamamos a instituição, e ela disse que não reconheceria. Vocês têm tudo oficializado?

A SRA MICHELE MEIRELLES: - Sim, eu tenho os contratos.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Esses diplomas, então, dos concluintes... Vocês já tiveram outras turmas que concluíram os cursos que vocês oferecem?

A SRA MICHELE MEIRELLES: - Eu comprei o Instituto Paulo Freire há um ano e meio, quase dois anos. Então, o Professor Jaime, infelizmente falecido, dono de uma faculdade aqui em Senador Canedo foi quem me vendeu. Então, essa parte quem cuidava era ele. Ele que tinha essa parte de responsabilidade em relação aos cursos. Mas quando eu comecei, eu comecei com os cursos de pós-graduação, com educação técnica - que eu sou a proprietária do EAD - e com os convênios, mesmo, de pósgraduação e, agora, complementação, porque já é modalidade EAD.

O Deputado Relator perguntou à depoente **se, na sua gestão, já houve turmas formadas, ao que foi respondido negativamente. Perguntou, também, se as turmas anteriores que concluíram, tiveram algum problema de reconhecimento:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Na sua gestão, já houve turmas formadas?

A SRA MICHELE MEIRELLES: - Não.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- As primeiras são essas que estão...

A SRA MICHELE MEIRELLES: - Só as de pós-graduação e técnicos de EAD.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- A senhora tem conhecimento de turmas anteriores que concluíram, se tiveram algum problema de reconhecimento? O instituto tem alguma ação que responde, algum problema judicial?

A SRA MICHELE MEIRELLES: - Graças a Deus, não. Dizem que "quem casa com viúva assume os filhos", ainda bem que não tem nenhum menino por aí chorando.

(...)

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Todos os alunos que passaram pelo instituto, até a presente data, foram diplomados com diplomas reconhecidos?

A SRA. MICHELLE MEIRELES :- Eu acredito que sim.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Você acredita ou é possível que tenha tido algum problema anterior?

A SRA MICHELE MEIRELLES: - Não, não tem, porque nunca chegou a nós.

O Deputado Relator perguntou **a relação do Instituto Paulo Freire com a Faculdade de Piracanjuba, atual parceira da entidade, e quem responde pela parte administrativa, pelos funcionários e pelo corpo docente:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Tá. Qual é a relação do Instituto Paulo Freire com essas entidades, por exemplo, com a Faculdade Piracanjuba, que é a atual parceira? Os funcionários, o corpo docente, os contratos com os alunos, quem responde pela parte administrativa? Por exemplo, pelo corpo docente, quem responde é a Faculdade Piracanjuba ou é o Instituto Paulo Freire?

A SRA MICHELE MEIRELLES: - É o Instituto Paulo Freire. A gente envia os currículos para eles analisarem, também, se condiz. Mas é a gente que faz essa parte da logística mesmo. Encaminha, nós temos o coordenador do local, que dá o suporte para os alunos, que faz a frequência dos alunos. Depois, eles são encaminhados para fazer a avaliação final no (INAUDÍVEL).

O Vice-Presidente da CPI, Deputado Humberto Aidar, **perguntou à depoente quanto a Faculdade de Piracanjuba cobra por cada diploma expedido e registrado:**

O SR. DEPUTADO HUMBERTO AIDAR:- Deputado Simeyzon, só, dentro dessa questão da diplomação, a título de informação: hoje, nesse contrato, quanto é que a Faculdade Piracanjuba cobra por cada diploma expedido e registrado?

A SRA MICHELE MEIRELLES: - Bom, na realidade, nós começamos um trabalho que vai ser feito em cima de repasses. Eles vão repassar para a gente uma porcentagem em cima da mensalidade. Depende do curso, mas em cima da mensalidade a gente vai receber um valor. Geralmente é em torno de 30%.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO AIDAR:- Pois é, mas de qual o valor os 30%?

A SRA MICHELE MEIRELLES: - Tem a mensalidade que são 290 reais, 30% a gente recebe aí 90 reais livre no final.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO AIDAR:- Sim. E o diploma?

A SRA MICHELE MEIRELLES: - Mas o diploma só é no final do curso?

O SR. DEPUTADO HUMBERTO AIDAR:- Sim, no final do curso. mas isso não consta do contrato?

A SRA MICHELE MEIRELLES: - Não. O senhor fala uma taxa de diploma?

O SR. DEPUTADO HUMBERTO AIDAR:- Porque essa parceria na verdade desses cursos, outros já estiveram aqui, e usam esse mesmo expediente, de Faculdades até de fora do Estado de Goiás.

A SRA MICHELE MEIRELLES: - Não. Mas o meu caso ele é específico com uma Faculdade, onde a gente vai receber uma parte, uma comissão para fazer esse trabalho. É assim que vai funcionar. Nós não vamos comprar uma chancela.

Agora eu entendi, eu compreendi. No caso eu pagaria 2 mil 3 mil reais para ele certificar os meus alunos. Não. Não é dessa forma.

O nosso é mensalmente. O aluno paga, é emitido um boleto e é feito um repasse. É um contrato de cooperação mesmo.

A depoente reconheceu que **o Instituto Paulo Freire seria um polo da Faculdade de Piracanjuba:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Vocês seriam uma espécie de extensão da Faculdade?

A SRA MICHELE MEIRELLES: - Exatamente. Nós somos um polo da Faculdade de Piracanjuba.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Isso não é irregular?

A SRA MICHELE MEIRELLES: - Não. De forma nenhuma.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- A Faculdade de Piracanjuba pode ter polo.

A SRA MICHELE MEIRELLES: - Em qualquer lugar. Ela tem por lei hoje, a nova resolução do MEC e inclusive eu tenho um polo de AD da Claretiano dentro da minha escola em Luziânia.

O Deputado Relator perguntou à depoente **se os alunos contratam o Instituto Paulo Freire ou a Faculdade de Piracanjuba:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Certo.

Hoje Michele, os alunos fazem um contrato quando entram na instituição. Esse contrato é feito com o Instituto Paulo Freire ou com a Faculdade Piracanjuba?

A SRA MICHELE MEIRELLES: - Com o Instituto Paulo Freire.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Você é que responde por esse aluno?

A SRA MICHELE MEIRELLES: - Exatamente.

O Deputado Relator perguntou à depoente **por que as instituições não buscam parcerias dentro do próprio Estado:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Até o caso de vocês é um caso diferente realmente como você citou, porque a parceria de vocês pelo menos é com uma Faculdade de Goiás.

Nós temos tido muitos problemas e, talvez, você até possa me esclarecer o porquê disso, por que instituições às vezes usam parcerias com Faculdades de fora do Estado, até caso aqui fora do País? Por que essas instituições não buscam parcerias dentro do próprio Estado.

Vocês têm uma parceria dentro do próprio Estado. Mas a maioria do pessoal que nós temos escutado, as parcerias são em outros Estados e, normalmente, Estados distantes. Por que?

A SRA MICHELE MEIRELLES: - Eu acho, eu acho não, eu tenho certeza porque as Faculdades daqui elas não tem interesse em abraçar os institutos. E quem vem de fora, o Claretiano, eu já fui polo da UNIP durante 7 anos, hoje eu estou com a Claretiano, e eu não coloquei isso em pauta aqui, porque é uma empresa minha, não e do Instituto Paulo Freire.

E o único que abriu as portas, depois que conheceu o trabalho do Instituto, foi o Professor Milton, que é uma pessoa que eu conheço já há bastante tempo, que é uma pessoa muito competente, muito profissional e que deu oportunidade. Mas eu também acho que aqui no Estado de Goiás também não tem tanta instituição modalidade AD.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Você acha que é uma resistência das próprias instituições em fazer as parcerias.

A SRA MICHELE MEIRELLES: - Sim.

O Deputado Relator perguntou **o número de alunos matriculados no Instituto Paulo Freire e quais os municípios em que ele atua:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Ok.

Quantos alunos hoje estão matriculados no Instituto Paulo Freire?

A SRA MICHELE MEIRELLES: - Isso é bem relativo, porque cada modalidade de ensino tem um número. E vamos supor, não passa de 15, 16. É mais a área técnica e ela é mais resumida. São pessoas que tem interesse específico num curso.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Quais são os Municípios de atuação do Instituto Paulo Freire? É só Goiânia ou tem uma outra atuação?

A SRA MICHELE MEIRELLES: - Tem em outras cidades, principalmente as menorzinhas para onde a gente tenta levar esse conhecimento. Para o interior onde ninguém quer ir, às vezes a gente é convidado a ir.

(...)

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Você pode citar alguns municípios que vocês tenham atuação?

A SRA MICHELE MEIRELLES: - Nós temos nas cidades de Firminópolis e outras. Depois eu posso passar para o senhor? Estou um pouco nervosa e esqueço tudo.

**5.2.21. MURILO RODRIGUES CALDEIRA – Representante da Comisão de Defesa dos Direitos do Consumidor da OAB-GO - Reunião ordinária realizada em 6/6/2018:**

Em suas considerações iniciais, **o Presidente da Comissão de Direito do Consumidor da OAB, Dr MURILO RODRIGUES CALDEIRA, comentou sobre denúncia encaminhada àquela Comissão:**

O SR. MURILO RODRIGUES CALDEIRA: - (...)

Deputado, chegou ao conhecimento desta Comissão que esse assunto estava sendo objeto de investigação pela CPI, a questão dos cursos superiores, de algumas irregularidades. E, na OAB, a comissão tem diversas atribuições, dentre elas, o recebimento de reclamações, feitas de forma anônima ou não, sobre violações de direitos dos consumidores. E todas as comissões têm essas prerrogativas.

Então, no dia primeiro de agosto, chegou uma denúncia, esta foi protocolada e gerou um processo, que foi distribuído. Essa denúncia veio através de e-mail que listava diversas irregularidades que estavam sendo praticadas pelo Instituto Sudamericano de Educação e Cultura, Sindigoiânia e dois organizadores desse curso, um mestrado, que seria feito uma parte no Brasil e outra parte no Paraguai. E até tem o nome de uma outra universidade e tudo. Tenho aqui o relatório e depois vou disponibilizá-lo para a CPI.

Então, essa denúncia veio e chegou ao conhecimento da presidente, da Dra. Renata Abalem, que algumas vítimas estavam prestando depoimento na DECOM, que é a delegacia que investiga crimes contra as relações de consumo. E, então, ela me designou para que eu pudesse acompanhar a colega advogada que estava lá, em nome da OAB, e, ainda prestar algum apoio aos consumidores.

No momento, eu estive lá - isso foi no dia 7 de agosto do ano passado -, fui recebido, acompanhei o depoimento de um dos consumidores - eram dois se não me engano - e conversei também com a advogada, no que ela me falou a respeito dessas violações e tudo. Depois disso, saí da DECOM - e até havia alguns veículos de imprensa no local, querendo notícias e tudo, e uma das consumidoras prejudicadas deu entrevistas.

Eu não cheguei a dar entrevistas, mas fiquei o tempo todo com ela, acompanhando o caso. No momento em que estive na DECOM, parecia ter um ou dois representantes do Sindigoiânia lá. Não me recordo se eram exatamente do Sindigoiânia ou se eram do curso de mestrado.

Posteriormente, teve a reunião da comissão, reportei esse assunto lá, e isso foi objeto de discussões. Na comissão, a gente discute vários assuntos e, nesta reunião de setembro do ano passado, esse foi um deles.

Em outubro, como eu já havia participado da reunião, acompanhado os consumidores na delegacia, a Dra. Renata me distribuiu o processo para que eu fizesse o estudo e elaborasse um parecer e um relatório, em nome da comissão, com as ações que a OAB Goiás poderia adotar nesse caso. Eu fiz o parecer, apresentei-o na comissão, em novembro, o mesmo discutido, mas não foi aprovado, porque havia a presença da antiga advogada que cuidava do caso e que voltara. Então, para não gerar nenhuma mácula, esse processo ficou pendente de aprovação, pela comissão, das ações que a OAB poderia tomar no caso. Aí, eu fiz uma série de sugestões, de encaminhamentos do caso e, depois disso, o mesmo ainda não foi submetido à votação, mas, provavelmente, na próxima Sessão, do dia 11 de junho, isso deve ser colocado em pauta. Estivemos aqui com o Deputado Simeyzon para falar a respeito disso. Em virtude do reavivamento desta questão, será colocado em discussão novamente para votação. Dentre as ações que eu sugeri, no meu relatório, foi o ajuizamento de uma ação civil pública, nota de desagravo, nota de apoio em favor da advogada que estava no caso. Ela sofreu várias represálias. Chegou ao meu conhecimento que ela recebeu diversas representações. E, algumas diligências. Foi basicamente isso que aconteceu.

O Deputado Simeyzon Silveira perguntou ao depoente **se a OAB tem convicção de que os cursos oferecidos pelo SINDIGOIÂNIA são irregulares:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - (...)

Houve - como o senhor colocou, já havíamos conversado também com a Dra. Renata - uma ação de colaboração da OAB em relação a vários alunos que fizeram uma denúncia, vinculando o Sindigoiânia a cursos irregulares. O senhor pode falar, dentro do que foi averiguado, se a OAB tem ou não convicção de que esses cursos oferecidos pelo Sindigoiânia são irregulares?

O SR. MURILO RODRIGUES CALDEIRA:- Então, Deputado, eu fiz o estudo do caso e, na minha observação, no relatório que elaborei e que será submetido novamente a análise da comissão, sim. Apuramos que houve irregularidades na esfera consumerista que é a nossa área de atuação. Houve propaganda enganosa e práticas comerciais abusivas.

Essas foram as mais graves. E, também chegou ao nosso conhecimento que houve indiciamento desses responsáveis. Não sei quais foram indiciados. Mas chegou ao conhecimento da comissão que alguns deles foram indiciados por prática de crimes contra as relações de consumo, o que é muito grave. Por si só, isso já indica que há irregularidades. A OAB apurou práticas abusivas e propaganda enganosa. Isso ficou apurado no relatório que fizemos. Ele ainda não foi submetido ao Conselho Seccional, porque primeiro é feito o relatório que aprovado pela comissão é encaminhado ao Conselho Seccional. E, o Conselho Seccional tem o poder de decidir quais os encaminhamentos a serem feitos. A Comissão tem o poder de opinar. Averiguamos que houve irregularidade e que está coberto por direitos difusos, que tem uma coletividade que está sendo prejudicada. E, no caso, a manutenção desse curso poderá causar prejuízos, porque outras pessoas desinformadas podem ser enganadas. Tendo em visto isso, a gente analisa essa questão e sugere, através do relatório, para o Conselho, algumas iniciativas. E é o Conselho quem delibera e decide se a OAB vai agir naquele caso, se ela vai tomar alguma providência ou não. De imediato, o que a gente pôde fazer na Comissão foi relatar tudo isso em Ata. E os membros da Comissão fizeram um apoio verbal à advogada que sofreu perseguições por parte deles, dos envolvidos.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Que tipo de perseguição? O Senhor pode pontuar?

O SR. MURILO RODRIGUES CALDEIRA:- Olha, ela foi...

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Ameaças?

O SR. MURILO RODRIGUES CALDEIRA:- É, ela foi ameaçada. Ela sofreu várias representações. Entraram com várias queixas criminais contra ela, todas infundadas. Inclusive, se não me engano, três ou quatro já foram julgadas. E eles perderam. Então, esse tipo de ação tem caráter intimidatório, "né". Eles usam de instrumentos legais de forma abusiva para tentar intimidar o trabalho da colega que está atuando em defesa do consumidor. E, assim, fizeram uma série de ameaças a ela. Intimidações mesmo, representações, na OAB inclusive. É o que eu tenho conhecimento.

O Deputado Relator pediu que o depoente **explicasse a questão da propaganda enganosa:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Quando o senhor fala em propaganda enganosa, o que seria?

O SR. MURILO RODRIGUES CALDEIRA:- A propaganda enganosa seria todo o artifício utilizado para dar legitimidade para o curso. Eles utilizavam... Propaganda enganosa é aquela situação em que a pessoa promete uma coisa, mas ela não pode cumprir aquilo que é prometido.

Então, eles falaram que a pessoa poderia fazer a matrícula no curso. O que chegou ao conhecimento da OAB através da denúncia seria isso, que eles teriam possibilidade de ter esse título e tudo. Só que, da forma como esse curso estava sendo ministrado, o título que poderia ser fornecido - não sei nem se pode ser considerado como diploma -, mas esse título que foi fornecido não teria validade jurídica legal no Brasil. Então, por exemplo, esse curso era destinado a professores. Esses professores poderiam utilizar esse título para, por exemplo, solicitar uma licença, para obter alguma vantagem econômica, acréscimo no salário, alguma coisa assim? No meu entendimento, não. Porque ele não teria como ser validado no Brasil, "né". Então, isso é propaganda enganosa. Eles prometeram uma coisa que eles não poderiam cumprir.

O Deputado Relator perguntou ao depoente **sobre as parcerias de universidades do Paraguai com o SINDIGOIÂNIA:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Só a título de informação, nós tivemos o depoimento de um representante do Sindigoiânia. Tivemos, hoje, um depoimento de uma... Porque, depois... Se não me engano, as denúncias que vocês têm foram da primeira parceria que eles fizeram com a faculdade do Paraguai. Não é isso?

O SR. MURILO RODRIGUES CALDEIRA:- Foi. A... Deixe-me só consultar aqui o nome da faculdade. Unigran... Não.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Universidade Nacional do Paraguai.

O SR. MURILO RODRIGUES CALDEIRA:- É Universidade Central do Paraguai.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Central do Paraguai.

O SR. MURILO RODRIGUES CALDEIRA:- - Isso. Universidade Central do Paraguai. E essa universidade chegou a expedir um documento falando que não tinha nenhuma relação com eles. Eles expediram um documento. E, depois, eles envolveram uma outra instituição, que é essa Universidade Central do Paraguai, "né". Então, seriam duas instituições.

Eu nem sei se essa segunda instituição existe de fato. A primeira existe.

O Deputado Relator perguntou ao depoente **se a OAB entende ser provável que os cursos antigos sejam reconhecidos:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Só situando, para servir de base para as próximas perguntas, houve, segundo apurado aqui pela CPI, essa primeira tentativa de parceria com a Universidade no Paraguai, que a própria Universidade não reconheceu. Posteriormente, eles fizeram uma outra parceria, com uma outra instituição, de um outro Estado. Não me recordo qual Estado, mas também essa instituição não reconheceu a parceria. Hoje, eles estão com uma parceria com uma outra entidade, que depôs hoje, na CPI. Essa entidade, ela reconhece essa parceria que fizeram agora, há sete meses, fizeram essa parceria, porém, segundo o próprio depoimento do que nos foi passado aqui hoje, essa instituição só tem condições de reconhecer apenas três cursos e hoje o SINDIGOIÂNIA, segundo seu próprio depoimento, tem, se não me engano, entre 14 e 17 cursos dentro do Sindicato. Então, a Instituição declara que tem condições de reconhecer três cursos, porém, dentro do SINDIGOIÂNIA estão com, 14 ou 17 cursos. Então, só aí já temos um ambiente bem contraditório.

Quando o Senhor fala dessa questão de propaganda, o Senhor tinha conhecimento dessa mudança das entidades e se o Senhor entende que uma vez esses que já concluíram o curso, porque no meu entender não há como essa instituição que foi contratada agora reconhecer os cursos antigos. A OAB entende que é possível eles reconhecerem os cursos antigos ou a OAB dá essa causa como improvável? O Senhor tem conhecimento desse processo até aqui pelo que narrei ao Senhor?

O SR. MURILO RODRIGUES CALDEIRA:- Excelência, eu não tinha conhecimento dessa nova parceria que eles noticiaram aqui na CPI, fiquei sabendo agora pelo Senhor, mas eu entendo que não porque, se já houve a conclusão dessas primeiras turmas, não teria como validar isso. E outra coisa: a questão do diploma que foi confeccionado tem que seguir as regras do Ministério da Educação. Há uma série de regras que foram editadas pelo MEC e essas regras falam quais são os requisitos para validação dos diplomas.

Então, se essas instituições, se existia o convênio mas não foram inseridas essas normas, não teria como esse diploma ter validade, tem os requisitos. Inclusive, aqui no relatório eu coloco os requisitos necessários para que haja essa validade. Essa questão de ter havido este novo convênio, no meu entendimento, não valida aquelas turmas que já finalizaram porque elas fizeram um estudo por outra instituição, então não teria como validar, é um ato finalizado. No Direito, chamamos de Ato Jurídico Perfeito. Na verdade, é um termo jurídico, não neste caso porque não atendeu esses requisitos. É um fato que, para mim, não tem como validar, no meu entendimento. E esse novo convênio, com essa nova instituição, já é questionável por conta dessas irregularidades que Vossa Excelência apontou e também de nada adianta se ele não atende aos requisitos do Ministério da Educação para validação desses diplomas no Brasil. É a mesma coisa de se fazer o diploma, estuda fora, mas quando você volta para o Brasil não tem como contar aquilo como Título, é a mesma coisa de se falar, fiz o curso, mas não tenho como comprovar, não tem como exercer. Existem normas que precisam ser respeitadas.

Por exemplo, uma situação que acontece no Direito: a pessoa faz a faculdade, colou grau, é Bacharel em Direito. Uma coisa é a pessoa ser Bacharel em Direito, outra coisa é você passar no Exame da Ordem e exercer a Advocacia. O Bacharel em Direito tem as condições de ser advogado, mas para exercer a profissão, tem de ser submeter ao Exame da Ordem. É a mesma situação, a pessoa fez um curso, mas se aquele diploma que foi expedido não tiver os requisitos legais, a instituição não tiver os requisitos legais, ele não vai poder exercer e nem contar aquilo como um título que ele teria feito.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Eu faço essa pergunta justamente para ouvir a interpretação jurídica, porque nós escutamos os depoimentos e é importante para nós sabermos o olhar jurídico sobre aquilo que nos é repassado aqui. Segundo o Sindigoiânia, eles estão trabalhando para ainda reconhecerem esses cursos que eles deram. Dentro da visão jurídica, pelo que eu estou entendendo, já está configurado uma ação irregular, um prejuízo a esses estudantes e essa é a visão da OAB? Já existe um prejuízo configurado, já existe uma relação que não vai se realizar?

O SR. MURILO RODRIGUES CALDEIRA:- Sim, o entendimento, pelo estudo que foi feito, Excelência, o entendimento da comissão é que esse curso que foi oferecido não atende aos requisitos. Inclusive, só para ficar registrado aqui, no relatório que eu coloquei, eu até coloquei a regulamentação legal: seria o § 3º do art. 48 da Lei nº 9.394/96, e Resolução nº 03/2016, da Câmara Superior de Educação do Conselho Nacional de Educação. Então, para que o diploma tenha validade, ele tem que atender os requisitos desses artigos e dessa resolução que nós colocamos aqui no nosso parecer.

O Deputado Relator perguntou ao depoente **se ele tem informação se o pagamento era feito ao Sindicato ou à instituição:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- O senhor tem informação, dentro da apuração que a OAB fez, de qual era a relação comercial desses alunos com o Sindigoiânia? O senhor tem a informação se eles efetuavam o pagamento ao sindicato ou à instituição que o sindicato julgava ter a parceria? Vocês têm essa informação de quem recebia os recursos dos alunos?

O SR. MURILO RODRIGUES CALDEIRA:- Excelência, **a informação que nós temos, que chegou ao conhecimento da OAB, foi que existia uma vinculação entre o Sindigoiânia e esse instituto, que seria o Instituto Sulamericano de Educação e Cultura. Existia uma vinculação e uma parceira entre eles. Os associados do Sindigoiânia tinham um desconto na mensalidade do curso. As aulas aconteciam na sede do Sindigoiânia e alguns pagamentos eram feitos em nome de algumas pessoas que tinham vinculação com o Sindigoiânia. Isso consta na denúncia que foi feita e, também, os próprios depoentes afirmaram isso na delegacia, na DECON, nos depoimentos que eles prestaram, que tinham cartazes, inclusive... Então, existe, sim. Essa informação chegou ao conhecimento da OAB, sim, de que havia essa prática.**

**5.2.22. ANDRÉ ALVES MAGALHÃES – Presidente da Associação dos**

**Professores/Profissionais de Educação Física – Reunião Ordinária realizada em 6/6/2018:**

Em suas considerações iniciais, **o Presidente da Associação dos Professores e Profissionais de Educação física do Estado de Goiás, ANDRÉ**

**ALVES MAGALHÃES, contextualizou a situação da Educação Física em Goiás**:

O SR. ANDRÉ ALVES MAGALHÃES:- (...) Quero contextualizar um pouco, para os Deputados e para os presentes aqui que não conhecem, a situação da Educação Física em Goiás, por que está este caos de cursos e por que está este caos social entre os profissionais. Isso começou em 2014, quando em uma disputa judicial de um processo individual, ganho pelo CREFI de São Paulo, que questionava ao licenciado o direito de poder trabalhar fora da escola também. Até então todos trabalhavam, o licenciado podia trabalhar.

Chegando no TRF de Brasília, na última instância, o juiz entendeu que o mérito era do Conselho, que até então estava certo que queria o Título de Bacharel que ele não tinha, mas ele acabou, em nosso entendimento, se equivocando, assim como o MEC deu um parecer positivo, que o licenciado na matriz curricular pode trabalhar fora da escola e o juiz proibiu o licenciado de trabalhar fora da escola e essa decisão passou a valer a partir de novembro de 2014.

Então, beleza, vamos procurar as faculdades, as faculdades tradicionais só ofereciam cursos regulares e durante a semana para esses profissionais era impossível. Eu procurei, inclusive fui líder, levei uma turma de 100 alunos para o (INAUDÍVEL) comigo, eram das minhas turmas da PUC e procuramos todas as universidades de Goiânia aptas, autorizadas ou reconhecidas, nem uma quis pegar a turma no final de semana, somente duas se candidataram que foi a Universo e a Estácio, aos finais de semana, nos mesmos moldes oferecidos aí.

No entanto, os valores que (INAUDÍVEL) fechamos com a Estácio. Tivemos o mesmo problema do questionamento que o Conselho está fazendo hoje, ele não aceitava este curso pela Estácio num primeiro momento, até que então o MEC falou, não, está correto o curso, não tem nada de errado e pegamos o diploma, apresentamos e não teve nenhum problema.

O que eu quero trazer para todos os Deputados é este problema social causado para os profissionais de Educação Física de Goiás. Tivemos que entrar com um mandado de segurança, o primeiro, para que dessem um prazo de adequação para os profissionais, para que não perdessem seus empregos, causando um problema social enorme e com a Ação Civil Pública que já tinha sido findada com esse processo judicial de Brasília, porque deu a jurisprudência, entramos com pedido de modulação dos efeitos e por quase um ano, um ano e meio, o CREFI refutava em não aceitar esse acordo e, no final de 2017, foi protocolado o acordo pelo juiz, Doutor Euler, da 9ª Vara Federal, dando este prazo de adequação onde surgiram mais cursos de oferta para complementação em Bacharelado em Educação Física.

Nós, enquanto associação, não vimos nenhuma divulgação orientando esses profissionais, nenhum órgão que pudesse fazer isso aos profissionais de Educação Física, orientá-los quanto a faculdades e fechassem contratos com as faculdades, não com intermediários, institutos, como foi o caso do IMEC na mesma época que eu fiz.

No entanto, fizemos esse trabalho, mas alguns preferiram adotar alguns institutos. Instruímos a procurarem faculdades que fossem autorizadas ou reconhecidas e o contrato fosse feito com elas. Agora, alguns desses que fizeram essas faculdades citadas aqui e outras tentaram dar entrada em seus diplomas ou declaração de conclusão de curso para requerer inclusão de Bacharelado e o Conselho além de negar esse pedido, dizer que iria aguardar o MEC responder, ainda aplicou o processo ético disciplinar contra alguns profissionais alegando esses documentos falsos sem dar uma justificativa de onde tiraram essa base.

Aí, o que acontece, nós, enquanto Associação, pelo jurídico, entramos com mandado de segurança coletiva que saiu ontem na 4ª Vara Federal Cível de Goiás, questionando essa questão. Porque eles devem fazer como os senhores estão fazendo, que é atribuição deles... Identificou se tem algo errado, eles têm que encaminhar para os órgãos competentes, eles não podem abusar das atribuições pertinentes. Então, a gente quer, enquanto profissionais, solicitar aos senhores que nos ajudem, porque nós estamos vendo que eles citam, quando vão fazer o registro, que está havendo uma CPI contra essas faculdades e que eles não podem aceitar os documentos dessas faculdades.

Então, está utilizando o serviço dos senhores, que ainda não está concluído - os senhores ainda vão concluir - para fazer isso. Se os senhores quiserem, eu vou pedir ao doutor para encaminhar para o email de vocês esse mandado de segurança e toda a documentação. É isso que a gente tinha para falar para vocês.

O Deputado Simeyzon Silveira, Relator da CPI, perguntou ao depoente **se, como presidente da Associação, tem recebido denúncias relacionadas a cursos irregulares:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- (...) Como presidente da associação, tem chegado até à associação denúncias relacionadas a cursos irregulares, a entidades que tenham lesado essas pessoas? Você tem conhecimento dessas entidades?

O SR. ANDRÉ ALVES MAGALHÃES:- **Tenho sim. Chegou ao nosso conhecimento dois institutos: seria o Instituto Lato Sensu e o Instituto InSaúde, sendo que o Instituto Lato Sensu estava ligado à**

**Faculdade Mauá e o Instituto InSaúde estava ligado à Faculdade Goyazes.** Nessa questão da intermediação com essas universidades, essas faculdades.

(...)

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Quais eram os cursos que eles estavam oferecendo?

O SR. ANDRÉ ALVES MAGALHÃES: - Estavam oferecendo complementação e bacharel em Educação Física

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- E eles ainda não conseguiram a chancela desses diplomas.

O SR. ANDRÉ ALVES MAGALHÃES: - E alguns que estão concluindo, estão tendo o mesmo problema que a Faculdade de Piracanjuba, os alunos que pegaram o diploma, da Faculdade Piracanjuba, esses dois Institutos são por essas Faculdades que eu falei para os senhores. Eles não estão conseguindo também tirar as suas cédulas de registro profissional, ou inclusão de bacharelado.

O Relator perguntou, outrossim, **se existe alguma denúncia formal, ao que foi respondido negativamente no tocante às faculdades. Existe uma denúncia formal somente contra o IMEC:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- A Associação ela tem alguma denúncia formal? Vocês tem algum processo formal?

O SR. ANDRÉ ALVES MAGALHÃES: - Contra as faculdades não. Só contra o IMEC, que é um instituto.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Uma ação?

O SR. ANDRÉ ALVES MAGALHÃES: - O nosso representante jurídico ele representou algumas pessoas nesse processo contra o IMEC. Inclusive, com sentenças favoráveis, há ganhos de causa de indenização e parece que foram dois ou um caso que o diploma era válido, só um diploma, ou dois.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Esse representante jurídico, essas ações que ele teve êxito, que ele ganhou, foi ressarcimento monetário, o que foi?

O SR. ANDRÉ ALVES MAGALHÃES: - Foi ressarcimento monetário e fez também questionamento junto ao Conselho, porque tinham alguns diplomas que estavam reconhecidos em algumas Universidades em que o IMEC tinha parceria.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- As causas ganhas, os institutos devolveram o dinheiro?

O SR. ANDRÉ ALVES MAGALHÃES: - Eles ganharam, mas não localizaram bens para pagar. Ainda está em execução.

**5.2.23. GILMAR MATIAS – Diretor do Instituto Superior Cultural Brasileiro – Reunião Ordinária realizada em 13/6/2018:**

Em suas considerações iniciais, o professor GILMAR MATIAS fez um **relato da atuação do ISCB:**

O SR. GILMAR MATIAS: - Boa tarde, sou o professor Gilmar Matias, diretor do ISCB, Instituto Superior Cultural Brasileiro. Atuamos no Estado de Goiás desde 2007. O Instituto foi radicado, estabelecido aqui na cidade de Goiânia. Sou diretor desse instituto e, como disse, trabalhamos na oferta de mestrados e de doutorados, e de pós-graduações stricto sensu, em convênio com universidades de fora do Brasil, universidades do Mercosul, mais especificamente, universidades do Paraguai, a universidade Unigran, ou Universidade Grande Assunção, que fica em Grande Assunção, no Paraguai.

Nossos mestrados obedecem à legislação do Mercosul, legislação brasileira e legislação do Paraguai, no que diz respeito somente à educação. Nossos cursos são oferecidos estritamente - conforme esses documentos aqui - dentro do que determinam as legislações brasileira e paraguaia, de que os cursos sejam oferecidos, de que as aulas sejam, de fato, na sede da universidade ofertante, e não dentro do território nacional.

(...)

O Relator da CPI, Deputado Simeyzon Silveira, perguntou ao depoente **se o instituto possui os devidos credenciamentos no MEC para atuar na área de pós-graduação strictu sensu:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - O Instituto tem os devidos credenciamentos no MEC para atuar nessa área?

O SR. GILMAR MATIAS: - Não. Porque, a bem da verdade, o Instituto tem os devidos registros como empresa na área da educação, para atuar como mantenedora. Mas nós, deputado, temos convênios com algumas instituições que têm essa autorização. Como determina a lei brasileira, nós, enquanto instituto, não podemos ser os gestores acadêmicos do curso. Na verdade, somos os facilitadores e trabalhamos a logística. Quem é responsável pela parte acadêmica, quem fiscaliza, é a universidade ofertante. Nós trabalhamos toda a logística. Por exemplo, se me permite, como os alunos estudam fora, trabalhamos a partir do momento da captação do aluno, a montagem de todo o processo, a juntada de documentos para o aluno se matricular, a reserva de hotéis. Muitas vezes, nós os auxiliamos nisso quando eles fazem lá fora -, na orientação para a questão de trâmites migratórios, pois não se pode estudar lá fora sem passar pelos trâmites migratórios. Então, nós fazemos toda essa logística. No entanto, a parte acadêmica é de responsabilidade, de atribuição exclusiva da universidade.

O Relator perguntou ao depoente **sobre as universidades conveniadas com o ISCB:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Quais são as universidades que o instituto tem convênio, tem parceria?

O SR. GILMAR MATIAS: - É complicado oferecer, por muitas instituições, acaba que não poderíamos fazer um serviço bem feito. Oferecemos hoje pela Unigran. Esse é o contrato. Depois vou deixar com os senhores todos esses documentos. Esse é o contrato que temos como a Unigran, Universidad Gran Asunción, que fica em Assunção. Ela é plenamente autorizada pelo MEC do Paraguai, pelo CONES, Conselho Nacional de Educação, que faz o papel da nossa CAPES, aqui no Brasil. Ou seja, ela tem todas as legalidades, todas as autorizações para oferta desse curso. É um curso perfeitamente legal. E eu vou deixar com o Senhor... Eu deixo, inclusive, já. Já lhe entrego. Temos aqui as autorizações da Universidade, aqui o CONES... Todas as legalidades, todas as habilitações para que ela oferte os mestrados. Todas as informações, sites, telefones de coordenador. Eu deixo tudo à disposição para os Senhores. E esses outros documentos também deixarei aqui.

O Relator perguntou ao depoente **o motivo de se escolher uma Universidade no Paraguai, ao invés de uma instituição brasileira:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Por que a escolha de uma universidade no Paraguai, e não uma instituição brasileira?

O SR. GILMAR MATIAS: - Claro. Primeiro, para que eu pudesse ofertar um curso para uma instituição brasileira, digamos uma universidade... Hipoteticamente, São Paulo, por exemplo. Para eu trazer essa universidade para cá, eu teria que ter uma autorização para oferecer esse curso aqui. Eu teria que ter uma autorização específica da CAPES. É todo um processo. E eu não estaria, como um instituto que não é reconhecido pela CAPES, que não é reconhecido pelo MEC, eu não estaria habilitado a esse tipo de parceria. Essa parceria é regulamentada. A CAPES normatiza a esse respeito. Eu teria que passar todo um trâmite, buscar autorização. Parece-me que se leva até dois anos para que a CAPES autorize. Eu teria que ter todo um corpo docente de Doutores, tempo integral. Ou seja, todo um critério que eu não daria conta de satisfazer. Enquanto instituto, eu não teria condições de satisfazer essas exigências, essas regulamentações da CAPES. Eu trago de fora por esse motivo. Primeiro, como é uma instituição de fora do País, os alunos estudam fora do País, e obedecem à legislação de fora do País. Depois, questão de preço. Um Mestrado, aqui no Brasil, infelizmente, é um grupo pequeno de pessoas que conseguem, hoje, pagar um Mestrado, pagando mil e quinhentos, dois mil reais mensais, ou até mais, para fazer o Mestrado. Eu consigo trazer o Mestrado, para estudar fora do País, pagando uma mensalidade de média de seiscentos reais mensais. Então, ou seja, é um produto, digamos assim, que eu tenho mais facilidade de inserir no mercado. Por isso, sim, uma instituição de fora do País. Por isso trabalhamos com uma instituição de fora do País. Principalmente por questão de legalidade, porque eu estaria ilegal oferecendo, no Instituto, aqui, digamos, um Mestrado por qualquer Universidade brasileira. E questão de preço também. Então, eu não teria condições de satisfazer a essas exigências do mercado e também das leis.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Deixe eu só tentar entender. Se o Instituto tivesse uma parceria com uma instituição brasileira, ele estaria ilegal...

O SR. GILMAR MATIAS: - Ilegal.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Porém, com uma instituição no Paraguai, isso se torna legal. Por quê? Qual o mecanismo? Só para eu entender.

O SR. GILMAR MATIAS: - Porque o Mestrado não pode ser oferecido fora de sede. O Mestrado não pode ser oferecido fora de sede a não ser que passe por todos os trâmites legais. E o nosso curso também, ele não é oferecido fora de sede. Ele é oferecido na sede da Universidade. Então, esse é um dos maiores implicadores. Se eu trago um mestrado de uma Universidade de outro Estado para ofertar aqui, ele seria um curso fora de sede. Eu teria que passar por todos os trâmites. O Mestrado que eu ofereço pelo Paraguai, ele não é fora de sede, porque ele não é ditado aqui. Ele não é desenvolvido aqui. Ele é desenvolvido lá. As aulas são lá. Tenho aqui, inclusive, Deputado, as presenças dos alunos lá, documentos assinados, mostrando que as aulas são, realmente, desenvolvidas lá.

O depoente foi também questionado sobre o **tempo em que o Instituto atua:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Há quanto tempo o Instituto atua?

O SR. GILMAR MATIAS: - Desde 2007.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Desde 2007. Sempre as aulas são oferecidas no Paraguai?

O SR. GILMAR MATIAS: - Fora do Brasil.

Além disso, o Relator foi questionado também sobre a **parceria com o SINDIGOIÂNIA:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Certo. Essa parceria com o SINDIGOIÂNIA - porque as aulas aconteciam dentro do SINDIGOIÂNIA , essa parceria então não é regular?

O SR. GILMAR MATIAS: - Não. Nós não tínhamos aula aqui em Goiânia. Nem no SINDIGOIÂNIA. O que nós temos? O Mestrado é composto por aula presencial... Média de mil e trezentas, mil e duzentas horas, o curso, sendo que essas mil e duzentas horas são compostas por aulas presenciais, que são estritamente na sede da Universidade; média de duzentas e cinquenta horas para desenvolvimento de tese; mais cento e sessenta horas, parece-me, para produção de artigos científicos e mais cerca de 200 e poucas horas para atividades que ele pode participar de seminários, conferências, qualquer atividade correlata a Educação. Então, recomendamos ao aluno que ele faça, e isso ele pode fazer no Brasil porque é uma coisa dele, não são ....., ele pode participar do Pensar XXI, de uma conferência que a secretaria municipal, estadual ou uma universidade ofereça.

Nós oferecemos aqui, sempre fizemos isso, oferecemos simpósios de Educação, aberto ao público. Este simpósio de Educação, este aluno pode participar, não é obrigatório, tanto que os alunos nunca foram obrigados a participar desse simpósio.

O Relator comentou **não ser essa a informação prestada no SINDIGOIÂNIA:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Não é isso que é dito no SINDIGOIÂNIA, os alunos vão para uma aula do Mestrado, inclusive, com professores que estão lá dando aula para o Mestrado. Combinado no SINDIGOIÂNIA, os alunos vão, fazem aula lá dentro e o ajustado, o acordado, é que posteriormente, no período de férias, eles vão ao Paraguai concluir aquelas aulas, isso é o que é divulgado pelo SINDIGOIÂNIA, nas aulas eles precisam assinar frequência, consta como carga horária.

O SR. GILMAR MATIAS: - Se alguém, tenho certeza que não foi do Instituto, se alguém, isso ninguém tem, por exemplo, se alguém disse isso não foi do Instituto, jamais, e se alguém deu essa informação foi uma informação errada.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - O Instituto não reconhece então essas aulas no SINDIGOIÂNIA?

O SR. GILMAR MATIAS: - Não. Em lugar nenhum. Não temos aula, não são permitidas aulas. Por isso, inclusive, nossos alunos têm de estudar fora.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Então, o Instituto entende que essas aulas lá são irregulares?

O SR. GILMAR MATIAS: - Não, as atividades que temos ali, que o Instituto ofereceu, hoje, na prática, em tese, nós temos, de direito temos ainda, temos ainda um convênio com o SINDIGOIÂNIA, de fato, este convênio não existe mais porque o SINDIGOIÂNIA tem um convênio hoje com outro Instituto, os alunos que eram da universidade via ISCB conseguiram levar todos esses alunos para este outro instituto, que acharam que ofereceram uma melhor proposta para eles, não sei qual.

No entanto, as atividades que oferecemos e isso oferecemos apenas lá, oferecemos também lá na sede do Instituto, não são aulas e são perfeitamente legais, oferecemos um certificado livre de participação no seminário. Tivemos agora, por exemplo, o último foi discutindo o pensamento de Sigmund Balmain, sociedade líquida e educação líquida, aberto, qualquer um pode participar, inclusive, os alunos de mestrado, não só os nossos como outros também.

Esses alunos ou qualquer um que participe recebe um certificado depois, mas em nenhum momento, em nenhuma hipótese, existe qualquer documento, qualquer gravação, qualquer fala, pelo menos por parte do Instituto de que isso valha como aula, não vale como aula e não pode valer como aula.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - As aulas existem, isso é fato. Então, só para que a gente entenda, essas aulas não são de responsabilidade do Instituto? As aulas são de responsabilidade do SINDIGOIÂNIA?

O SR. GILMAR MATIAS: - Se houver aulas...

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Não, elas existem, eu estive em uma aula, eu participei. Elas existem, os alunos pagam por elas e em todo tempo é falado que fazem parte do curso de Mestrado. Os alunos vão para um curso de Mestrado, não vão lá para um simpósio, um seminário, eles vão para aula entendendo que estão numa aula de Mestrado, inclusive são cobrados por isso, eles pagam por isso.

(...)

O SR. GILMAR MATIAS DE SOUSA:- Eu volto a repetir, eu tenho ciência disso, não posso mentir, nem para me beneficiar e nem para me prejudicar. Tenho que dizer a verdade. A verdade é que não existem aulas. Em nenhum momento, isso não existe em nenhum documento, nenhuma fala, nenhuma gravação. Por que não fazemos isso? Inclusive, nós teríamos 3 ou 4 vezes mais alunos se nós facilitássemos, como eu sei que alguns facilitam por aí.

Inclusive, um dos porquês, um dos fatos, inclusive, de nós perdermos esses alunos é porque nós exigimos, de fato, as aulas presenciais em Assunção e pelo período necessário. Alguns alunos, é até decepcionante escutar de alguns alunos: "Eu quero só o diploma para eu ter uma melhor remuneração." É frustrante ouvir isso. Mas nós trabalhamos assim, estritamente de acordo com a lei.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Só para que fique bem claro, essas aulas que acontecem não são do Instituto?

O SR. GILMAR MATIAS DE SOUSA:- Eu volto a repetir, as atividades que nós tivemos lá, Deputado, se alguém chamou isso de aula, não foi o Instituto. Em nenhum momento.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Ok.

O SR. GILMAR MATIAS DE SOUSA:- Se o senhor esteve lá, o senhor há de convir comigo que, em nenhum momento, ninguém do ISCB entrou, jamais, em alguma turma chamando aquilo de aula.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Não, mas todo o material que eles deram era do Instituto, inclusive uma pasta como essa foi entregue em nome do Instituto. Mas eu não posso falar que alguém ali era do instituto.

(...)

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- O que nós estamos falando, só para ficar claro, Gilmar, nós não estamos aqui para acusar ninguém, muito pelo contrário. Nós estamos aqui para apurar fatos de uma avalanche de denúncias que têm chegado. Nós queremos tentar achar quem está lesando. Então, nós não estamos aqui falando que o instituto está fazendo, estamos apurando as informações. Informações que tenho conhecimento, já estive lá, participei, inclusive assinei uma lista de frequência lá, recebi uma ligação cobrando para que eu pagasse a aula. Esses pagamentos não eram feitos ao instituto? O instituto não recebia esses pagamentos?

O SR. GILMAR MATIAS DE SOUSA:- Bom, nós recebemos mensalidades. Algumas mensalidades eram pagas no Sindigoiânia. Volto a repetir, se alguém chamou isso de aula e disse que seria uma aula, fez fora da aquiescência e sem o conhecimento do instituto.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- O instituto não reconhece?

O SR. GILMAR MATIAS DE SOUSA:- Não, de forma alguma. E deu uma informação equivocada porque, inclusive, uma coisa que nós dizemos na sala de aula, no primeiro contato que eu tenho com o aluno eu costumo dizer: "Gravem, porque tudo que eu prometer aqui vocês podem me cobrar depois".

(...)

O Deputado Relator perguntou ao depoente sobre a **responsabilidade do Instituto com relação ao aluno:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- A responsabilidade do instituto, então, seria quando o aluno estivesse no Paraguai? Aí, o instituto teria essa responsabilidade por ele?

O SR. GILMAR MATIAS DE SOUSA:- Não, aqui também. Porque nós representamos a universidade e somos solidários a ela. É claro que, quando a gente tem um outro parceiro, por exemplo, eu tenho um contrato com o Sindigoiânia e ele é parceiro solidário. Pode ser que alguém dê alguma informação, e houve alguns momentos que eu presenciei algumas informações, que eu não sei precisar agora, que não eram exatamente as informações que deveriam ser passadas.

Até diante dos alunos, eu não desmenti aquela pessoa, porém, em particular, eu disse: "Olha, essa informação está equivocada. Não é assim, é assim. Por favor, volte na sala - para eu não ser antiético, de desmentir a pessoa na frente dos alunos -, e corrija isso". Já ocorreu. Porém, eu não tive ciência, em nenhum momento, dessa questão de aulas. Se alguém deu essa informação, deu uma informação equivocada.

O Presidente da CPI questionou o depoente **sobre a parceria com universidades do Paraguai:**

O SR. PRESIDENTE:- Deputado Simeyzon, na hora que a gente fala em Paraguai, eu estou com uma dúvida aqui, até para a gente poder passar para a outra etapa. O depoimento do senhor é importante para nós.

O senhor falou dessa parceria em relação ao Instituto do Paraguai, que seria referência, hoje, do Instituto Superior Cultural Brasileiro. O senhor falou da incompatibilidade com relação às instituições no Brasil, o Senhor buscou uma lá praticamente um terço ou um quarto com que o Senhor praticaria com uma daqui. Primeiro, a diferença está astronômica, já assusta, tudo que você vê que está bem mais barato, alguma coisa de errado deve estar. Mas tudo bem, como que um Instituto que quer oferecer mestrado, que quer ser uma referência ou um doutorado sem a autorização do MEC, porque você falou que não tem a autorização do MEC e quem disse isso aqui foi o Senhor. Já que o território fora do território nacional deverá ser reconhecido por uma Universidade brasileira, como isso vai funcionar? Bem prático, o Senhor não tem autorização do MEC, vai dar um diploma do território nacional que deverá ser reconhecido por uma Universidade Brasileira. Porque para ele funcionar tem que ter o reconhecimento. Como vai funcionar esse diploma, então?

O SR. GILMAR MATIAS DE SOUSA:- É simples, Deputado. Quanto ao preço não há nenhuma incongruência. Para o Senhor ter uma ideia: no Paraguai, na Argentina, por exemplo o curso de medicina, eu deixo aqui um folder, nós também trabalhamos como facilitadores para alunos que queiram cursar medicina no Paraguai e na Argentina. Por exemplo, na Argentina, que tem cinco Nobel, o País Argentina que tem cinco Nobel, o Brasil nenhum. Em Ciências, por exemplo. E o Brasil só o Batalhão de Suez que tem um de paz. Um curso de medicina na Argentina hoje a mensalidade gira em torno de oitocentos reais, um curso de excelência. No Brasil a educação é cara, inacessível uma boa educação a maior parte dos brasileiros. Então, nós conseguimos oferecer um curso na verdade com a mensalidade baixa porque a política de preço é das Universidades do Paraguai, da Argentina, no Uruguai é uma política diferente do Brasil, que oferece um preço mais acessível. A questão da validação, como eu disse para o Senhor, o IECCB não tem reconhecimento do MEC porque ele não precisa para essa oferta porque nós não titulamos ninguém, nós não diplomamos ninguém. Quem diploma é a Universidade ofertante. Em questão de reconhecimento, esse reconhecimento é regulamentado pelo Conselho Nacional de Educação e hoje toda Universidade pública ou privada que tenha também mestrado e doutorado na mesma área do conhecimento ele pode fazer o reconhecimento. Hoje é feito mediante via plataforma Carolina Bores, o aluno depois com todos os documentos, primeiro a Universidade ofertante tem que ser autorizada pelo MEC de lá, tem que ser autorizada pelo Conselho Nacional de Educação Cones do Stricto Sensu, tem que ter todas as autorizações, quando o aluno vem para o Brasil, ele dá entrada. Alguns Estados brasileiros, que esse é o futuro do Mercosul, é assim que prevê o Parlasul. Alguns estados do Brasil já reconhecem automaticamente. Há alguns municípios brasileiros que reconhecem automaticamente. E eu entendo que esse seja o caminho para se conseguir esse intercâmbio, assim como ocorreu por exemplo com o euro na Europa, em que os cursos da Universidade têm reconhecimento simultâneo em todos os Países membros do mercado comum europeu, e é o que deve ocorrer no Brasil também. Então, é uma Universidade de qualidade, essa Universidade que trabalhamos com ela, tanto a de medicina, que o Max, é hoje a Universidade que mais aprova no Revalida no Brasil, o aluno de medicina no Brasil cursa integralmente lá seis anos e depois ele deve fazer o Revalida no Brasil, é a Universidade que mais aprova no Revalida hoje, e a Unigram também é muito conceituada, muito respeitada. Eles não aceitam remendos, arranjos. Por exemplo, houve um grupo de alunos que queriam fazer essa mesma Universidade, e eu até perdi esses alunos porque disseram que se eu conseguisse diminuir o tempo, fazer um arranjo lá eles continuariam, do contrário sairiam. E eles saíram, porque eles não fazem arranjo. Nós trabalhamos assim como determina a legislação.

O Deputado Relator da CPI perguntou ao depoente **qual a instituição que responde pelos alunos:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Certo, só para que a gente entenda. Por exemplo, a Universidade no Paraguai, nós fizemos uma pesquisa, realmente é uma Instituição que atua ali e tem muita credibilidade. O aluno vai ser reconhecido pela Faculdade no Paraguai, através de um convênio com o Instituto que faz um outro convênio com o SindiGoiânia, que capta esses alunos. Quem responde por esses alunos? O aluno precisando resolver uma pendência, qual é a instituição que vai resolver esses problemas? Quem é responsável por esse aluno?

O SR. GILMAR MATIAS DE SOUSA:-Bom, isso ocorre muito. Vou dizer como acontecia muito na prática. O aluno, muitas vezes, entra em contato diretamente com o ISCB, ou muitas vezes via Sindigoiânia, pergunta alguma coisa e o Sindigoiania recorre a nós. Como é que nós vamos resolver isso? Por exemplo: o documento que eu deixei com o Senhor. Cada aluno recebe esse documento aqui, que é um documento de matrícula e esse documento é reconhecido e legalizado no MEC do Paraguai. Então, eles pediram ao Sindigoiânia. Houve, por exemplo, eu até reporto isso aqui, se me permitir.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Sim.

O SR. GILMAR MATIAS DE SOUSA:-Houve, em agosto do ano passado, uma denúncia na mídia, na televisão em que foi noticiada uma denúncia de um grupo de nove alunos. De um grupo com cerca de oitenta alunos, um grupo de nove alunos foi à TV dizer que chegaram lá e a universidade não existia, que o curso era à distância, um monte de inverdades. Inclusive, eu movo um processo contra cada um desses alunos, contra a advogada que foi até a mídia, inclusive, denunciar sem procurar os meios legais e tenho uma ação contra esse pessoal.

Nessa época, os alunos fizeram algumas exigências. Ficaram assustados, normal. Então, nós perdemos nove alunos. Os outros continuaram, fizeram uma moção de apoio ao instituto e também ao Sindigoiânia, dizendo que tudo que nós prometemos foi cumprido, a universidade realmente existe, eles assistiram aulas, excelentes professores. Eu posso, posteriormente, até trazer isso, eu deveria até ter trazido, mas eu me esqueci. Então, o que nós fizemos?

Fomos lá, e para atender às exigências dos alunos, por exemplo, trouxemos uma matrícula e legalizamos no MEC, no Ministério da Educação, todas essas matrículas, o número de legalização, o código de barras, o número de processo, onde esse aluno poderia consultar e pode consultar também. Então, acontece dessa forma. Muitas vezes ele pergunta ao Sindigoiânia, busca o Sindigoiânia e outras vezes vem direto ao instituto. Quem de fato é responsável mesmo, no Brasil, para fazer esse intercâmbio, essa ligação, essa ponte entre a universidade e o aluno é o ISCB. O Sindigoiânia ou outra instituição entra como instituição solidária.

O Deputado Livio Luciano perguntou ao depoente sobre a **forma de repasse de valores do ISCB ao Sindigoiânia:**

O SR. DEPUTADO LÍVIO LUCIANO: - Deputado Simeyzon Silveira, diante dessa informação que ele acaba de passar a Vossa Excelência, inclusive com cópias dos repasses feitos, perguntaria ao professor Gilmar em relação a algumas situações. Primeiro, se o senhor entregou também extratos ou comprovantes de depósito. O senhor alega ter feito depósitos ao Sindigoiânia, mas o senhor entregou essas provas cabalmente, através de extratos e comprovantes de depósito em contas estabelecidas por eles?

O SR. GILMAR MATIAS DE SOUSA: Aqui, na verdade, tenho a cópia dos recibos, com a assinatura dos responsáveis do Sindigoiânia em fazer esse recebimento.

O SR. DEPUTADO LÍVIO LUCIANO: - Então, o recebimento não era em depósito em conta bancária?

O SR. GILMAR MATIAS DE SOUSA: Houve alguns dessa forma. Esses, creio que não os tenho aqui, mas posso trazê-los.

O SR. DEPUTADO LÍVIO LUCIANO: - O que você tem aí são recibos de repasses?

O SR. GILMAR MATIAS DE SOUSA: Ao Sindigoiânia.

O SR. DEPUTADO LÍVIO LUCIANO: - Em cheque, em espécie, como?

O SR. GILMAR MATIAS DE SOUSA: Em espécie.

O SR. DEPUTADO LÍVIO LUCIANO: - E esses repasses eram feitos acumulados? Digo, acumulavam-se repasses durante certo período e depois vocês os passavam de uma vez?

O SR. GILMAR MATIAS DE SOUSA: Não, fazíamos isso mensalmente.

O Deputado Lívio Luciano perguntou ao depoente **a que ele atribuiria a desistência do Sindigoiânia de continuar a parceria com o ISCB:**

O SR. DEPUTADO LÍVIO LUCIANO: A que o senhor atribui - não vou nem dizer o rompimento do contrato, porque ele ainda está em vigor, muito embora não tenha mais eficácia - essa desistência do sindicato em continuar trabalhando com o instituto de vossa excelência?

O SR. GILMAR MATIAS DE SOUSA: Olha, a bem da verdade, tentarei ser muito franco, muito claro, mas existem alguns meandros aos quais não tive acesso. Para que eu possa precisar se foram os alunos que pressionaram o sindicato ou se foi o sindicato que pressionou os alunos porque achou um convênio mais interessante. Então, eu não sei precisar quem foi que pressionou quem, mas sei sim que os alunos resolveram, porque, ou o Sindigoiânia fechou um convênio com esse outro instituto, talvez tenha ofertado - não sei, isso é conjectura - alguns benefícios melhores, alguma coisa, não sei.

A partir desse momento, alguns alunos nos comunicaram que havia algumas mensalidades em atraso, devido ao fato ocorrido no mês de agosto. Há alunos que, desde julho, não pagavam mais as mensalidades. E, nem por isso os desligamos. Entendemos que houve um acidente de percurso, que tínhamos de ter tolerância com esses alunos. Resolvemos terminar o curso e mostrar a eles que havia seriedade da nossa parte. Depois disso é que passamos a cobrar. Esses alunos nos procuraram se dispondo a pagar, a cumprir com suas obrigações. Foram muito amigáveis. Pediram, inclusive, uma coisa que é difícil, um relatório de todas as atividades para que pudessem levar para esse outro Instituto. A partir de então, o contato com o Sindigoiânia não é tão aberto. Não tenho como obter muitas informações.

O Deputado Lívio Luciano perguntou também ao depoente **sobre a composição do valor da mensalidade do curso:**

O SR. DEPUTADO LÍVIO LUCIANO: - Outra coisa, a mensalidade é R$ 490,00?

O SR. GILMAR MATIAS DE SOUSA:- Sim.

O SR. DEPUTADO LÍVIO LUCIANO: - Como foi feita a composição desse preço? Como se chegou a esse valor, R$ 490,00? O que é do Instituto, o que é da Faculdade?

O SR. GILMAR MATIAS DE SOUSA:- Na verdade, pago por aluno ao Instituto um valor "x". Eu sou o responsável para pagar isso, independente do aluno estar adimplente ou inadimplente comigo. Eu sou o responsável diante da Universidade de fazer esse repasse. Então, em cima desse valor, jogo as despesas que tenho e o meu lucro, que é um lucro pequeno. Se eu fosse olhar só pelo lado do lucro eu teria desistido há muito tempo, porque não é grande coisa. Não tem como ter um lucro grande...

O SR. DEPUTADO LÍVIO LUCIANO: - Mas tirando por base esses R$ 490,00, o que seria lucro, o que seria custo, o que seria da faculdade? O senhor já antecipou que R$ 90,00 eram repassados para o Sindigoiânia? Faz para mim essa composição de preço, por gentileza.

O SR. GILMAR MATIAS DE SOUSA:- Eu vou fazer uma média, para ser exato eu teria de pegar a planilha novamente. Mas eu, o Instituto teria, em média, R$ 150,00, de lucro por mensalidade. Mas há outros gastos.

O SR. DEPUTADO LÍVIO LUCIANO: - Qual seria o lucro da

Universidade?

O SR. GILMAR MATIAS DE SOUSA:- A Universidade teria, em média, R$ 150,00.

O SR. DEPUTADO LÍVIO LUCIANO: - Seriam uns R$ 100,00 de custo?

O SR. GILMAR MATIAS DE SOUSA:- Sim. Uns R$ 100,00, por aluno, que girariam em torno dos encargos que eu teria, fora o repasse ao Sindigoiânia.

O Presidente da CPI perguntou ao depoente **se havia algum aluno que tenha pago e não tenha recebido o diploma:**

O SR. PRESIDENTE: - Algum aluno pagou e não teve o diploma reconhecido?

O SR. GILMAR MATIAS DE SOUSA:- Não, de forma alguma, até porque nós não formamos nenhuma turma, nós formaríamos esta primeira turma. O nosso convênio começou em junho de 2016, um pouco depois, acho que em agosto ou setembro começamos, mas não formamos nenhuma turma. Inclusive, tudo aquilo que pactuamos com o SINDIGOIÂNIA, nós cumprimos. Tudo.

O Relator da CPI perguntou ao depoente **quais os cursos ministrados em parceria com o SINDIGOIÂNIA:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Gilmar, dando sequência, eu estava dando uma breve olhada no contrato e aqui não fala especificamente quais os cursos do convênio, seria possível os Senhor nos pontuar quais são os cursos eram feitos em parceria com o SINDIGOIÂNIA?

O SR. GILMAR MATIAS DE SOUSA:- Somente o Mestrado em Ciências da Educação.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Só um curso? Os outros 17 não estavam neste convênio? Os outros cursos dados pelo SINDIGOIÂNIA não estavam neste convênio?

O SR. GILMAR MATIAS DE SOUSA:- Não, eu não tenho conhecimento. O único curso que oferecemos é o Mestrado em Ciências da Educação. Temos pelo nosso Convênio com a UNIGRAN, os cursos que ela tem habilitado, Direito, Gestão Ambiental, Psicologia, Gestão Hospitalar, no entanto, o único curso que abrimos foi o de Ciências da Educação em Convênio com o SINDIGOIÂNIA. Não há oferta de nenhum outro curso de espécie alguma com o SINDIGOIÂNIA.

O Relator da CPI perguntou ao depoente o **motivo de a UNIGRAN, Universidade do Paraguai, não reconhecer os alunos que estão nos cursos do SINDIGOIÂNIA:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Porque a UNIGRAN, Universidade do Paraguai, não reconhece, quando vamos falar na UNIGRAN, esses alunos que estão nos cursos do SINDIGOIÂNIA, tem um porquê de eles não quererem reconhecer esses alunos?

O SR. GILMAR MATIAS DE SOUSA:- Não, mas eles reconhecem. Tanto, se o Senhor me permite, aqui é um documento emitido, um documento de matrícula, da Universidade Grande Assunção, reconhecendo o aluno, dando a ele uma declaração que ele é matriculado de fato e um documento que eles registraram no próprio Ministério da Educação e Cultura.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Esses documentos são dessa turma em andamento?

O SR. GILMAR MATIAS DE SOUSA:- Desta turma. Inclusive, aqui tem lista de presença assinada pelos alunos, tem tudo.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Esses alunos são os que foram ao Paraguai? Essa é a lista de presença da Universidade?

O SR. GILMAR MATIAS DE SOUSA:- Da Universidade. Os originais ficam com eles e eu trago cópia para também fazer o acompanhamento.

O Deputado Relator perguntou ao depoente **se existem outras turmas que já tenham formado pelo Instituto:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Mas existem outras turmas que já formaram pelo instituto?

O SR. GILMAR MATIAS DE SOUSA:- Já formamos, pelo instituto, porém, não com o Sindigoiânia.

O Deputado Relator perguntou ao depoente sobre a **ação judicial oferecida pelos alunos:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Ok. Qual foi o problema... Tem uma demanda judicial entre alguns alunos, o Sindigoiânia, o instituto... Qual foi - inclusive, já com inquérito concluído, houve um acordo, se não me engano, judicial. Qual foi o teor desse processo, o porquê dele? O que deu errado nessa relação?

O SR. GILMAR MATIAS DE SOUSA:- Eu vou dizer dentro da minha visão. Por exemplo, a impressão que eu tive é que havia, dentro do Sindigoiânia, um grupo de pessoas com briga política, com chapa contrária, que fizeram parte do grupo de alunos, e viajaram com todos os outros alunos. Nós tínhamos um convênio com uma universidade, a Universidade Central. Nós preparamos os alunos aqui e eles têm as aulas lá. Preparamos os alunos. A Universidade Central teve um problema com o CONES (Conselho Nacional de Educação) e eu percebi que eles passaram, aquela universidade passou - porque o Ministério da Educação estabeleceu novas exigências, inclusive para atender uma demanda do Mercosul, uma necessidade do Brasil, exigência - a Universidade Central deixou de preencher esses pré-requisitos. Percebendo que viria problema, conversamos com os alunos, o professor Gleidson - eu já não estava aqui, eu estava no Paraguai - conversou com os alunos e explicou que, quando chegasse ali, nós os levaríamos a outra instituição devidamente habilitada para que eles não tivessem problema depois, no momento de reconhecer o diploma. E assim foi feito.

Nos reunimos com esses alunos e propomos a eles que, então, eles teriam aula, não na Universidade Central, e sim na UNIGRAN, e apresentamos o porquê. Todos os alunos concordaram em fazer a migração, inclusive esses alunos que foram para a TV fazer aquela denúncia. Eles assinam aqui a presença, receberam, inclusive, declaração de matrícula, legalizada pelo Ministério da Educação. Chegando ao Brasil, foram direto para a TV dizendo que a Universidade não existe, que o curso é a distância, um monte de coisas, falaram várias acusações, todas inverídicas. O que nós fizemos? Primeiro, uma advogada tentou uma chantagem comigo. Uma advogada sentou comigo e tentou me chantagear, disse o seguinte: "Ou você faz um acordo com esses alunos que foram lá..." - e queriam um acordo, que eu entendi como extorsão - "...ou eu consigo trazer todos os 80 alunos e vamos todos demandar contra o instituto". Eu não aceitei essa chantagem porque eu fiz com sinceridade, eu trabalho com honestidade. Tenho poucos alunos, mas porque eu trabalho com honestidade. Não admiti e fui direto ao delegado e disse que não aceitava, movo uma ação contra essa advogada, tivemos já uma audiência, temos uma ação contra essa advogada. Fizemos uma denúncia na OAB, primeiro porque ela não poderia jamais ter captado esses clientes, ela pertence ao Conselho de Defesa do Consumidor. E ela foi consultada ali, os alunos a procuraram para uma consulta, buscar direitos, ela buscou esses alunos como clientes, inclusive, houve uma reprimenda da OAB contra essa advogada. Enfim, temos uma ação contra eles. Os alunos, que são esses que hoje estão nesse Instituto fizeram voluntariamente esse documento, que eu tenho inclusive, esses documentos, contradizendo, e inclusive foram para a TV dizendo: "Negativo, o Instituto cumpriu conosco e também o SindiGoiânia cumpriu conosco". E assinaram o documento mostrando que tudo que foi pactuado, foi cumprido. Então, hoje, se o SindiGoiânia também alegar, que nós não cumprimos, os próprios alunos assinaram esse documento mostrando que o Instituto cumpriu com tudo que foi pactuado. A Universidade existe, foi legal, oferecemos orientação, inclusive Assessoria para imigração. Todos os nossos alunos passaram pelo processo imigração, que é uma coisa hoje, onde tem muitas pessoas que formam no exterior, no Paraguai até que isso não é possível, mas chegava aqui eles tinham dificuldade de reconhecer o diploma. Porque eles estudavam lá como turistas e não faziam o documento de imigração, o Instituto que fazia essa ponte, essa assessoria não orientava. Nós orientamos todos eles. Todos os alunos têm protocolo de documento de imigração, sua carteira de imigração, estão legais no País, legais na Universidade, legais perante o MEC, tudo perfeito. Ou seja, tudo aquilo e eu tenho condições de provar isso, que nós prometemos aos alunos, agora, houve algumas divergências entre nós e o SindiGoiânia? Houve, na condução. E eu poderia dizer que para mim não foi fácil, para mim enquanto Instituto atuar dentro de um Sindicato. Eu achei muito difícil trabalhar com as divergências de ideias da forma como eles fazem o jogo político ali. Eu achei uma situação muito difícil de permear aqueles meandros ali. Talvez, tenha sidos esse um dos porquês, dessa dificuldade de continuarmos assim. E eu também não cedi, porque se eu tivesse cedido, tivesse dito quando os alunos me procuraram, eu tenho essas conversas, não, facilita para nós a ida e nós continuamos com você, eu estaria com os alunos. Estaria fazendo uma ilegalidade, mas eu estaria com os alunos. Eu disse: não posso fazer. Disse para desencargo de consciência, eu vou conversar, para que eu tenha até uma prova, com um decano, Doutor Flávio Portílio, um homem muito sério, para ter um desencargo de consciência. Porque eles me pressionaram, para que vocês saibam o que eu estou dizendo, corresponde. Eles não vão admitir isso. Conversei com o Dr. Flávio, e a resposta do Dr. Flávio: essa conversa nem vou levar para o Reitor. Impossível, eles têm que cumprir carga horária. E eu reproduzi a conversa, como eu disse para vocês. É impossível isso, vocês têm que cumprir carga horária. Aí sim, a partir desse momento acharam outro Instituto e eu não sei mais.

**5.2.24. DR OVÍDIO NETO – Advogado da Associação dos**  **Professores/Profissionais de Educação Física de Goiás – Reunião Ordinária realizada em 13/6/2018:**

O Presidente da CPI perguntou ao depoente **o que ele poderia esclarecer sobre o assunto objeto de investigação:**

O SR. PRESIDENTE: - (...)

O Senhor está aqui hoje como convidado, sabemos que o Senhor atuou num regime bem forte em relação a essa estrutura. O que o Senhor poderia estar também esclarecendo à nossa CPI? (...)

O depoente abordou a questão das **irregularidades nos cursos de Educação Física:**

O SR. OVÍDIO NETO:- (...)

Hoje eu venho como convidado. Sou advogado da Associação dos Professores e Profissionais de Educação Física no Estado de Goiás, assim como de outras instituições. Só que, nesse momento particular, em que nós estamos acompanhando toda essa trajetória, e como surgiu especificamente na Educação Física um mercado propício para que pessoas, aproveitando a necessidade, criassem cursos sem a devida autorização ou sem o devido credenciamento ou sem um convênio regular, acabaram chegando nesse susto, nesse problema tão grande que foi a corrida por esses cursos denominados de "complementação" de graduação.

Pois bem, eu situo os Deputados que houve uma ação civil pública na Justiça Federal, de nº 13853-04.2011, em que o Ministério Público Federal conseguiu uma liminar, após essa legislação que diferenciou e seccionou a Educação Física em licenciatura e bacharelado, falando que, "enquanto em vigência essa liminar, poderia se atuar o licenciado no campo do bacharel". As faculdades aproveitaram isso e acreditaram, realmente, que essa decisão iria valer por muito tempo, tanto é que essa decisão só foi perder efeito após um julgamento e série de recursos repetitivos pelo STJ. Nesse julgamento em particular se falou, pode ter a mesma carga horária, pode ter as mesmas matérias, o nome é licenciatura e o outro é bacharel. São áreas diferentes.

Com isso, houve uma procura muito grande por esses cursos, e algumas instituições - e eu falo aqui como advogado de vários alunos que foram prejudicados -, eu falo primeiro de uma instituição consagrada, a Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Trouxe aqui uma decisão de março, da Turma Recursal aqui de Goiânia. Nós entramos com um processo de dano moral porque, mesmo depois que caiu essa liminar, no site da Universidade Católica estava lá que o "licenciado em Educação Física poderia atuar em clubes e academias", campo do bacharel. Nós entramos, essa profissional, inclusive, ganhou - Jéssica Vaz Nascimento - uma indenização de R$7 mil. Assim foram vários outros, eu trouxe esse somente como exemplo.

As universidades não se prepararam, as universidades tradicionais, para essa corrida que teve. E, aí, apareceram alguns institutos de origem duvidosa, como o Instituto Milênio. O Eduardo, outro depoente aqui nessa CPI, colaborador, meu cliente particular também, membro da associação, ele teve uma sentença contra esse instituto. Esse instituto, que não tinha nenhum tipo de convênio. Nós investigamos esse instituto, descobrimos que ele tinha uma espécie de convênio, somente com um diretor de uma instituição lá de Barra Bonita; esse diretor foi afastado por suspeitas de irregularidade e, aí, ninguém mais confirmou esse instituto. O instituto teve uma ação civil pública, de nº 5054773.32/2017, em que proibiu o oferecimento de cursos, qualquer tipo de cursos, e ainda reconhecendo o dano moral de todo mundo que estudou no Instituto Milênio e Cultura. E era um instituto atrativo para esse pessoal, já que era final de semana e a pessoa não precisava sair do seu horário de trabalho convencional, e poderia continuar trabalhando.

Pois bem. O que, talvez, eu vim aqui falar, como o Conselho de Educação Física ajudou ou prejudicou os profissionais nesse momento. Eu sou um fundador da associação, nós começamos com um grupo de Whatsapp de dez pessoas e que, depois, tomou uma proporção de quase 900 membros, de pessoas indignadas com o que estava acontecendo. O Conselho editou uma nota técnica em 2016, a Nota Técnica nº 01/2016, e na apresentação desta nota técnica, o advogado na época, doutor Samuel, orientou a todos os membros para que falassem: "Nós temos essa situação jurídica, o pessoal tem que ser demitido e eu quero que todo mundo, agora, vire estagiário. É uma sugestão particular que estou dando para vocês". Nós ficamos revoltados com isso, sendo que o próprio Ministério Público Federal, após algumas reuniões que nós tivemos, havia sugerido um acordo para que todo mundo continuasse trabalhando e podendo trabalhar.

Infelizmente, o Conselho é composto por várias pessoas. Um diretor sozinho não decide. E acabou que o Conselho optou por essa saída da nota técnica. Do pessoal ser estagiário. Nós entramos com alguns mandados de segurança, fizemos algumas manifestações, inclusive paramos na Justiça Federal por uma hora, no dia dessa audiência em particular. E acabou que costuramos esse acordo. O CREF se sensibilizou com a nossa causa nesse momento e deixou que o pessoal continuasse no mercado de trabalho e continuasse cursando. Com esse terror todo, esses Cursos se aproveitaram, saíram diversas Instituições e nós mesmos zelamos por isso. A Associação dos Professores de Educação Física indicou muitos cursos, inclusive, um em particular, que muita gente nos perguntou, sobre a Faculdade de Piracanjuba, o nosso Presidente foi até lá, pegou o Ato de Constituição, foi procurar qual a Instituição que assinava e acabou que essa Instituição está sendo investigada, nós a notificamos posteriormente para saber o que estava acontecendo, porque afinal de contas, emprestamos o nome para a Instituição indicar para os Associados irem lá, assim como outras. Então, pegamos essa documentação, e perguntamos porque o CREF não está aproveitando, utilizando diploma e tudo mais? Alguns membros, relataram que estavam em um momento político. Disseram: "Nós vamos ter uma eleição agora em setembro ". E que talvez estivessem usando o objeto dessa CPI com a finalidade que não fosse a mais legítima. Ou seja, para prejudicar que talvez não fosse eleitor, isso foi o que chegou a mim. Assombrado com essa situação, eu falei, nós temos que tomar alguma providência. Começamos com um mandado de segurança coletivo nº. 1002945-21/2018, em que a gente objetivava que o CREF se atentasse em quais são as suas competências originárias: o CREF auxilia na profissão de Educação Física. Orienta, fiscaliza e disciplina. E quem disciplina a Docência Universitária, a Lei de Diretrizes de Base é o MEC. Quem talvez, esteja sendo omisso nesse momento em que poderia estar colaborando conosco. Passando por isso, nós conseguimos uma liminar que tem validade em todo Estado de Goiás e Tocantins, para que o Conselho inscreva esses profissionais que estão pegando esses diplomas nessas Instituições e caso detecte alguma irregularidade encaminhe para as autoridades competentes. Porque assim a gente consegue ajudar o aluno que cursou, estudou, fez o trabalho de conclusão de curso e não está podendo trabalhar. Que é a única pessoa que é vítima nessa história e não tem culpa alguma.

Ontem, anteontem estivemos no Conselho com vários alunos dessas Instituições e conseguimos que o CREF após algumas conversas cumprisse essa decisão, o que nos deixou bastante satisfeitos, porque foi impagável ver o sorriso no rosto de cada um que estava passando por esse pesadelo há mais de dois anos e não estavam podendo trabalhar. Não estava podendo ser personal em academias, estava tendo todas as suas portas fechadas. E inclusive, um colega particular nosso, muito amigo, que é originário da Universidade Federal, licenciado, já estava no mestrado e teve que sair para fazer essa complementação e depois estava em dúvida se teria validade ou não. Iniciando, inclusive, um processo depressivo, por isso eu poupo o nome dele aqui. E é por isso, que nós estamos aqui para poder colaborar com as perguntas, com que o que nós tivermos. Se os Deputados quiserem fazer perguntas, temos todos esses arquivos em PDF, como se fosse um dossiê da própria Associação, porque talvez aqui a gente citando os números os Deputados, agora, no meio de uma reunião, não tenham tempo para ler toda essa papelada, mas nós podemos passar tudo isso por escrito. (...)

O Deputado Relator perguntou ao depoente **se existem outras instituições irregulares, além do Instituto Milênio:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- (...) Você citou uma delas, que é o Instituto Milênio. Existem outras? Quais são elas? Quais as irregularidades? (...)

O SR. OVÍDIO NETO:- (...) A primeira instituição, que foi o Instituto Milênio, é que ele era tão somente um instituto, ele não tinha nenhum tipo de credenciamento junto ao MEC, assim como seus convênios eram de origem duvidosa. Hoje eu posso afirmar isso com tranquilidade por ter atuado em mais de vinte processos contra o Instituto, nós temos ganhado em 1º e 2º grau e não estamos conseguindo executar porque eram apenas laranjas que estavam na empresa, mesmo desconsiderando personalidade jurídica.

O que a maioria das instituições fazem?

(...)

O SR. OVÍDIO NETO:- (...) As outras instituições utilizam algumas brechas legais da própria Lei de Diretrizes e Bases porque existem as instituições que credenciam, a instituição que assina o diploma, muitos diplomas às vezes vêm de fora do Estado, realmente.

A nossa preocupação maior nesses convênios, o que a gente chegou a analisar é que se a faculdade que está assinando, se ela realmente confirma essa informação e se essa faculdade tem autorização para assinar diplomas a nível nacional, porque existem algumas instituições que são regionalizadas.

A Faculdade de Piracanjuba, por estar mais próxima, a gente fez essa análise, notificamos ela e as informações que a gente recebeu e que confirmamos por telefone junto com essa faculdade de Alagoas era de que realmente havia esse convênio. As informações que nós apuramos. Mais do que isso eu não posso falar por desconhecimento mesmo.

Eu sei que muitos institutos, às vezes, eles não têm a possibilidade legal, têm a autorização no site do EMEC, mas eles procuram uma pessoa para assinar o seu diploma, outra instituição e aí é nessa parte desses convênios que existe uma extrema prostituição de mercado, onde disputam-se preços para quem vai assinar. Tanto é que muitas instituições aqui procuram uma instituição de fora pelo preço ser mais competitivo, ao invés de levar para uma universidade federal, que tem um pouco mais de requisitos, para uma universidade de Brasília. Então, as faculdades utilizam isso. Tudo bem, é uma inteligência de mercado, mas que traz dúvidas para os profissionais e os tornam sujeitos a esse tipo de constrangimento que estão passando. Nós conseguimos superar com mandado de segurança, mas foi um constrangimento que o pessoal passou até ter algum esclarecimento. E o MEC, mesmo sendo oficiado, não se manifestava nem para o Conselho, nem para a Justiça Federal. Então, ficava uma situação de dúvida: quem está falando a verdade aqui?

Eu acho que esse é o momento de verificar esses convênios que são ponto central, se esses convênios são legais ou não. Então, o que eu tenho de conhecimento que eu posso afirmar é da Faculdade de Piracanjuba porque a associação indicava alunos e posso falar pelo Instituto Milênio por ter atuado nesses processos. As demais, a gente só analisava a lei e olhava no site do EMEC, os demais alunos e, ainda assim, eu digo que algumas instituições como o pessoal da Mauá, alguns da FUG, salvo engano, estavam conosco agora na segunda-feira para cumprir a liminar do mandado. E eles falam: "não, mas isso aqui é só para o pessoal da Faculdade Piracanjuba?" Não, é para toda e qualquer instituição que esteja sendo prejudicada e que esteja correta, e todo mundo conseguiu sair de lá com a cédula. E mais do que isso eu não consigo colaborar.

O Deputado Relator perguntou ao depoente **o motivo de as instituições buscarem parcerias com outras cuja localização é sempre longe do local onde captam os alunos:**

O SR. RELATOR:- Acho que é bom até para que a própria sociedade esteja atenta a propostas muito mágicas, mirabolantes, cursos muito rápidos, muito baratos, e tem que tomar cuidado com isso. O senhor veio para colaborar e tem um trabalho nessa área, tem estudado um pouco a questão. Outra característica que nós temos encontrado, ia até te perguntar porque você citou uma questão do mercado, que se instalou nesse sentido, e vira uma guerra, às vezes, das instituições para buscar esses alunos, os preços para chancelar esses diplomas, e vira um mercado, literalmente.

Uma característica que creio interessante em várias instituições que nós estamos escutando, é que elas buscam parceria com instituições sempre muito longe do local que elas captam alunos, por exemplo, uma instituição de Goiânia vai buscar uma parceria na Bahia, no Ceará e no Paraguai. Então, você enxerga dentro dessa relação, por causa do preço, do valor? Por que é feito em uma instituição sempre longe e nunca uma instituição perto do instituto? Tem que ser em outro estado, em outro país. Qual é o porquê disso?

O SR OVÍDEO NETO: Nós acreditamos que seja por uma questão de mercado. Conversamos com alguns representantes de algumas instituições e ele nos relataram "Olha, um diploma na federal tem determinado valor e uma certa política em volta. Nessa outra instituição, você pode fazer a mesma coisa, o preço é bem menor e não precisa dessa política, eu converso diretamente".

O SR. RELATOR:- E o que seria essa política?

O SR OVÍDEO NETO: Eu não entendi, não compreendo o que eles quiseram dizer com isso, mas, de certo, um trabalho, porque eles têm uma espécie de reserva de mercado, na qual somente algumas pessoas podem atuar nesse segmento. Foi nesse sentido que ele me falaram. Então, eles precisavam ter aquela convivência para que o curso deles fosse bem visto e tivesse essa chancela das universidades mais próximas. Isso foi o que nós sentimos, mas eu não posso dizer com certeza, porque eu só tenho certeza de que saía muito mais econômico para eles ter uma instituição de fora do que ter uma instituição mais próxima. Tanto é que perguntamos: eu sou da Faculdade Alfredo Nasser e o meu diploma tem a assinatura da Faculdade Alfredo Nasser e a da universidade federal. Então, dizemos "Olha, é uma prática recorrente das instituições consolidadas utilizar quem está próximo". Agora, esses novos institutos estão mais distantes por fatores econômicos, para se posicionarem no mercado. Até onde isso é legal? Eu acredito que se o convênio for celebrado conforme a lei de diretrizes e bases, está valendo. Porém, se isso é moral, eu já não sei até que ponto, pois submete o profissional a mil e um tipos de constrangimentos por causa disso.

O Deputado Relator comentou a **desvantagem dessas instituições parceiras serem distantes** e perguntou ao depoente **qual o problema com a Faculdade de Piracanjuba:**

O SR. RELATOR:- E às vezes o instituto fura com essa pessoa - e sobre isso já ouvimos vários depoimentos - e esta não tem como ir lá, até a instituição. Você citou uma aqui, que fica lá em Alagoas, por exemplo. A pessoa não vai lá, não vai achar essa instituição. É muito difícil o contato. Então, eu não sei se você detectou esse indício, mas, normalmente, onde tem problema, tem esses dois fatores: a questão de serem institutos não regulamentados e das entidades se localizarem distantes. E aí, quando surge um problema, as pessoas não conseguem resolvê-lo, porque não têm condições de ir até lá. E isso vira uma celeuma imensa.

Dentro dessa questão que você citou com relação à Faculdade Piracanjuba, só para que eu entenda, os alunos que formaram nesta faculdade que você defende - você tem clientes que se formaram nessa faculdade - tiveram problemas com o quê? Foi na chancela do diploma, nessa relação da faculdade com a instituição que iria reconhecer o diploma.

O SR OVÍDEO NETO: A polêmica central da Faculdade Piracanjuba gira em torno do fato de aquele que chancelou a faculdade de Alagoas ter ou não a possibilidade de assinar o diploma da Faculdade Piracanjuba, além da dificuldade do conselho ao proibir o diploma dela, dizendo "A FAP não devia ter nenhuma turma formada, já que está somente autorizada, mas não reconhecida no site do e-MEC.

O SR. RELATOR:- Esses alunos tiveram diploma, receberam o diploma? O CREF é que não os reconheceu?

O SR OVÍDEO NETO: O CREF é que não os reconheceu, talvez por uma fundada suspeita, já que ela estava sendo investigada por esta CPI. E oficiaram o MEC por talvez duas oportunidades em cada processo administrativo deles lá, para solicitação de cédula. O problema que nós enxergamos é que houve esse problema com o CREF, mas que, pior do que isso, foi o MEC não ter respondido qualquer desses ofícios, o que deixou o profissional esperando ainda por mais de 90 dias, por quase cinco meses, sem que houvesse qualquer posicionamento, sem que aqueles portadores de diploma poderiam trabalhar ou não. Sensibilizada com isso, a Associação ingressou com um mandado de segurança coletivo.

O SR. RELATOR:- Mas a faculdade de Alagoas emitiu um diploma legal?

O SR OVÍDEO NETO: Ao nosso sentir, sim; e pela documentação apresentada pela FAP em conjunto. Porque quem não faz parte desse processo... E inclusive telefonamos, entramos em contato com essa universidade de Alagoas, para que pudéssemos ter algum tipo de informação dela. Essa, por estar mais próxima da nossa Associação - já que a nossa associação, muito embora tenhamos recordado a Faculdade Piracanjuba a princípio, vários outros foram atrás de outros institutos que estavam com o mesmo problema.

O Deputado Relator perguntou ao depoente sobre sobre seu **comentário de o CREF estar utilizando a CPI para constranger algumas instituições**:

O SR. RELATOR:- Você citou uma questão que o CREF estava utilizando a CPI para constranger algumas instituições. Você acha que o CREF, no momento eleitoral, poderia utilizar a instituição para fazer alguma retaliação ou para prejudicar outro grupo?

O SR. OVÍDIO NETO:- Meus clientes, os membros da Associação, em geral, relatam-me isso. Um associado nosso que está num mandado de segurança coletivo, quando foi registrar seu diploma tinha sido aberto um processo ético disciplinar. O nome dele é Gabriel. Não recordo o sobrenome. Mas ele está inserido no mandado de segurança coletivo.

Nós recordamos que o pessoal do IMEC que cursou, pagou, foram todos levados para a Polícia Federal. Eu cito, por exemplo, o Davi, a Thaíssa, a Raiane, a Caroline Ratunde. Esses quatros eu me recordo, pois eu os acompanhei na Polícia Federal. Tinha sido falado que eles estavam, dolosamente, utilizando um diploma, sendo que não havia tido ainda nenhum tipo de conversa, se o instituto era regular ou não. Ao invés de ouvir o profissional, já o processam. Na maioria das vezes, esse profissional está desempregado. E, se abre um processo ético contra ele, ele terá despesa com um advogado, vai parar na Polícia Federal, causando-lhe um constrangimento que, no nosso entender, o Conselho não deveria fazer.

Tenho certeza de que essa não é a posição geral de todos os Conselheiros. Já conversamos com muitos, nesse período. Alguns membros da Associação serão candidatos na eleição que acontecerá dia 6 de setembro. Acho que isso trouxe um pouco mais de maturidade para essa categoria. Nesse momento de crise, de dicotomia, licenciatura e bacharelado, muitos acabaram sendo vítimas de estelionatários. Foram vítimas de um Conselho que não teve empatia necessária para ajudá-los no momento. E, agora, estão se unindo. Por isso, nossa Associação cresceu muito. Eles enxergaram necessidade de brigar coletivamente e não mais pensar: meu diploma deu errado, mas eu consegui no CREF uma carteirinha. De vez em quando tinha uma conversa dessa até de provisionados. Em nosso entender isso só prejudica. Ou tem de se resolver para todos ou não se resolve para ninguém.

**5.2.25. DR RAFAEL LARA – Diretor-Geral da Escola Superior da Advocacia**

Em suas considerações iniciais, **o DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DA ADVOCACIA - ESA, DR RAFAEL LARA fez uma abordagem sobre os cursos ali ministrados:**

O SR. RAFAEL LARA:- (...)

A Ordem dos Advogados do Brasil, a maior instituição civil deste País, tem, estatutariamente, um braço educacional que é chamado de Escola Superior da Advocacia. A Escola Superior da Advocacia não é dotada de personalidade jurídica. A personalidade jurídica da Escola Superior da Advocacia é a Ordem dos Advogados do Brasil. Então, estamos aqui, em nome da OAB-Goiás, pelo seu braço educacional, que se confunde com a própria Ordem dos Advogados do Brasil.

Esse braço educacional da Escola Superior da Advocacia fornece cursos dos mais diversos: eventos, palestras, voltados para os seus associados, para os seus inscritos, que são os advogados, sempre subsidiados em razão das anuidades que são pagas, algumas vezes gratuitos, outras vezes, oneroso. De forma que esses cursos são apresentados e realizados na própria sede da Instituição, publicamente, desde a sua criação. A Ordem dos Advogados do Brasil, o braço educacional dela, Escola Superior de Advocacia tem, hoje, 31 anos de idade.

Com relação, especificamente, as ofertas, eu anotei aqui, ofertas de cursos em locais não autorizados, não entendi se seriam cursos de graduação ou pós-graduação, anotei também unidades irregulares, acho que não é o caso da escola, **e o ponto número 5, Deputado Talles Barreto, seria oferta de pós por IES não credenciadas, ai eu imaginei que esses três temas que seriam os temas que nós temos.**

A Escola Superior de Advocacia, como eu disse, oferece cursos, ela não tem próprias especializações, pós-graduações, seja lato sensu ou stricto sensu. **O que nós temos são cursos de extensão, cursos próprios, em que ela própria certifica. Paralelo a isso, o que a Escola da Advocacia tem são alguns convênios com instituições de ensino para oferecer algumas pós-graduações, aí são diversos os tipos de convênio que a Escola Superior de Advocacia faz, voltados ao oferecimento especificamente aos cursos de pós-graduação lato sensu, que seria o curso de especialização. Esses convênios, não só a Escola Superior de Advocacia de Goiás, mas ela é repetida por absolutamente todas as escolas superiores da advocacia das 27 seccionais do Brasil e pela Escola Nacional da Advocacia, e ai cito o exemplo do convênio que abrange a ESA Goiás também, que é o convênio de pós-graduação EAD da UNISC**, **que é uma universidade do Rio Grande do Sul, que oferece pós-graduação EAD por meio de um convênio com o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, pelo seu braço educacional que é a Escola Nacional da Advocacia, em um sistema que nós fazemos parte, e esse convênio chega até nós, e nós temos especializações que chamamos carinhosamente de nossa pelo carinho e atenção que a gente dá, mas é uma pós-graduação da UNISC, nesse caso.**

Dessa mesma forma, regionalmente, temos outros convênios diversos que, há vários anos, são feitos e realizados em formatos muito semelhantes, e fico à disposição para esclarecer com relação a qualquer questão que essa comissão julgue necessária.

O Deputado Relator da CPI, SIMEYZON SILVEIRA, perguntou ao

depoente **sobre a parceria com a DALMASS SERVIÇOS EDUCACIONAIS:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - **Rafael, sobre essa relação da ESA com a DALMASS, a DALMASS é uma instituição que atua em parceria com a ESA? É isso, né? Quem responde pelos alunos, nesse caso, é a OAB, é a ESA, a Escola da OAB, ou é a DALMASS, que tem o instituto que oferece os cursos? Quem é o responsável por esses alunos?**

O SR. RAFAEL LARA: - **Veja, especificamente na pós-graduação da DALMASS, temos o MBA em direito imobiliário,e o MBA em gestão de escritório de advocacia. Esses são cursos que não são oferecidos pela ESA ou pela DALMASS. Esses cursos são oferecidos pela Faculdade Cambury, que é quem detém a organização e toda a coordenação pedagógica, o relacionamento pedagógico com todos os alunos.** **E nesse convênio, a Escola Superior da Advocacia não tem uma estrutura de pessoal. Para que vocês tenham uma noção: para mais de 50 subseções, mais de 75 subcomissões da OAB, oferecendo cursos e eventos para todos esses braços da OAB, nós contamos com apenas cinco pessoas trabalhando.**

**Então, a Escola Superior da Advocacia recebeu a visita da Faculdade Cambury, com a oferta desses dois cursos de pósgraduação. E a DALMASS é o parceiro que faz uma gestão administrativa desse curso, é quem organiza, junto à própria Ordem, com uma pessoa acompanhando as aulas, porque a estrutura física, Deputado Simeyzon Silveira, fica na Escola Superior da Advocacia, é lá que as aulas acontecem, certo?**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - A estrutura é lá?

O SR. RAFAEL LARA: - A estrutura física do local de aulas fica dentro da Escola Superior da Advocacia, por uma questão que foi um acordo nosso. Quando a ESA fez esse convênio, ela buscou essa maior comodidade com os advogados: que as aulas fossem lecionadas no ESA - que é a casa dos advogados, como costumamos dizer -, em vez de serem na Faculdade Cambury, como foi proposto inicialmente.

**O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Então, só para que eu entenda: a escola é quem promove, a DALMASS é a gestora, e a Cambury entra com o corpo docente. Essa é a estruturação?**

O SR. RAFAEL LARA: - **Não. A Cambury é quem promove, a**

**DALMASS faz a gestão administrativa, a Escola Superior da Advocacia faz um link entre esses promoventes da pós-graduação e os nossos inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, tentam levar para os advogados as pós-graduações com um preço mais barato e dentro da estrutura física da Escola Superior da Advocacia.**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Existe uma relação financeira entre a Instituição, a Cambury e a DALMASS?

(...)

**Qual é a relação financeira e quem responde por esse aluno? É a faculdade, é a OAB, é a DALMASS? Quem é o responsável por esse aluno? Se der um problema na formação desse aluno, a quem ele recorre? Seria a OAB a responsável por ele, a DALMASS ou a Cambury?**

O SR. RAFAEL LARA: - **Compreendi. Nesse convênio, a Escola Superior da Advocacia não tem qualquer relação jurídica com os alunos. A gente não faz as matrículas, não recebe as mensalidades, não temos responsabilidades financeira nesses convênios. Os alunos normalmente - e digo isso porque vejo a pós-graduação em seu funcionamento -, quando precisam de alguma coisa, procuram a DALMASS. Eu não sei se a DALMASS responde por isso diretamente, ou se fazem isso a mando da Cambury, como isso funciona exatamente, essa relação da DALMASS e da Cambury.**

**Mas a Escola Superior da Advocacia não tem qualquer relação jurídica ou financeira direta com qualquer aluno da pós-graduação desse convênio da DALMASS.**

O Presidente da CPI, DEPUTADO TALLES BARRETO fez

**questionamentos sobre a pós-graduação à distância:**

O SR. PRESIDENTE: - Doutor Lara, dentro do que o senhor está falando, de certa forma, sinto-me um pouco incomodado, porque é sabido que a ESA e a OAB, através da ESA, evidentemente, vêm anunciando alguns cursos de pós-graduação, inclusive à distância. O senhor colocou em seu site essas instituições. Anunciou aqui, a Lato Sensu, por sinal uma das denunciadas, que não tem registro para funcionamento. Qual o critério feito pela OAB, de avaliação dessas instituições, com as quais ela faz parceria?

O SR. RAFAEL LARA: - **Deputado, a pós-graduação à distância, que foi mencionada, é completamente diferente desse convênio que eu acabei de explicar ao Deputado Simeyzon com a DALMASS. Como eu disse, a Escola Superior da Advocacia faz convênios para aproximar o curso de pós-graduação ao público alvo deles que são os advogados. E o que acontece com essa pós-graduação à distância que o Deputado disse? Nós a anunciamos há um mês, com a FUMEC, outra instituição de ensino. Uma pós-graduação devidamente licenciada, registrada e reconhecida com a certificação de seus cursos pelo MEC. A OAB faz essa intermediação do advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Estado de Goiás com a FUMEC. A FUMEC tem convênio não só com a ESA Goiás, mas com a ESA Minas Gerais e mais duas outras escolas do país, que não me lembro quais. A matrícula e inscrição dos advogados que se inscrevem nessa pós-graduação à distância são feitas diretamente com a FUMEC.**

Em relação ao questionamento do critério de seleção, o cuidado que a Escola Superior da Advocacia tem - e faz isso com bastante critério - é, em primeiro lugar, certificar que as pós-graduações oferecidas aos advogados são devidamente reconhecidas pelo MEC. Nenhum advogado faria uma pós-graduação sem um diploma com todas as reservas legais do MEC. Caso isso ocorresse, eu ficaria surpreso e bastante assustado, pois, provavelmente, teria sido enganado.

**Em relação à pós-graduação da Cambury, o cuidado que a OAB teve foi o de verificar se a Cambury estava devidamente certificada para fazer a análise.**

**Outro convênio que nós temos é o da FUMEC. Certificamos que ele funciona há bastante tempo, com milhares de alunos pelo Brasil. Resolvemos trazê-lo, pois essa pós-graduação proporcionaria aos advogados do Estado de Goiás a possibilidade de Ensino à Distância, principalmente para as cidades do interior, que nem os cursos presenciais têm interesse de chegar. Temos subseções no interior do Estado, delegacias, cidades do interior do Estado que têm cinco, oito, dez advogados que precisam se especializar e não podem se locomover para isso.**

O Deputado Presidente perguntou ao depoente **sobre o Instituto Lato Sensu e se existe alguma remuneração para a ESA:**

O SR. PRESIDENTE: - O senhor citou a Lato Sensu, anteriormente, e ela está sendo denunciada aqui pelo SEMESG. Qual a parceria que vocês estão tendo com a lato sensu?

O SR. RAFAEL LARA: - Lato Sensu é qualquer curso de pós-graduação. Então, são todos os nossos convênios. Qual o senhor se refere, Deputado?

O SR. PRESIDENTE: - (...) Dentro das atividades da Escola Superior da Advocacia, a parceria de vocês com essas instituições são, especificamente, de tentar buscar um desconto para o advogado, de tentar fornecer um curso de qualidade, sem nenhum tipo de remuneração? Ou há algum tipo de remuneração para a ESA?

O SR. RAFAEL LARA: - **Deputado, a função principal da Escola Superior da Advocacia é proporcionar aos advogados cursos voltados a eles e trazer para os institutos interessados qualquer forma que eles possam agregar.**

**Em relação às questões financeiras da Ordem dos Advogados do**

**Brasil, nos termos do entendimento já consolidados pelo Supremo Tribunal Federal, a OAB não sofre fiscalização interna. E eu não tenho autorização, até por não ser diretor financeiro daquela casa, de responder qualquer pergunta relacionada a aspectos financeiros da OAB.**

O Deputado Presidente perguntou também sobre **o local em que**

**os cursos de pós-graduação são ministrados:**

O SR. PRESIDENTE: - Agora, todos esses cursos, nessa relação que o Senhor está nos colocando, **o local estabelecido para a aplicação desses cursos de pós-graduação é um local só ou há vários locais onde essa parceria acontece.**

O SR. RAFAEL LARA: - (...)\_ **A única ponderação que eu faço é que, nesses dois convênios que foram citados aqui, da Dalmass e da FUMEC, a OAB não tem qualquer relação com os alunos. Eu não tenho contrato com os alunos. Eu não tenho acesso. Eu posso lhes indicar quem é que tem esses contratos para que possam solicitar diretamente a eles.**

(...)

O SR. RAFAEL LARA: - **Todas, até este momento, todas as pósgraduações realizadas com intermediação da Escola Superior da Advocacia, com a participação para a aproximação do aluno à instituição de ensino, ou aconteceram na própria instituição de ensino, ou aconteceram no prédio da Escola Superior da Advocacia, que fica na rua 101, aqui do Setor Oeste, na capital**.

O Deputado Relator perguntou ao depoente **se existe sempre**

**uma instituição fazendo intermediação entre a OAB e a faculdade:**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Só fazer uma pergunta. Todos esses cursos que são facilitados pela ESA necessariamente têm uma instituição sempre fazendo a intermediação entre a OAB e a faculdade? Por que essas atividades não podem ser feitas diretamente com as universidades? Tem que ter sempre um intermediário?

O SR. RAFAEL LARA: - **Não tem sempre um intermediário, não, Deputado Simeyzon. Como eu disse, nos dois convênios de que a gente esteve falando aqui hoje, nós temos um convênio aí que é das Escolas Superiores de Advocacia junto à FUMEC. Então, não existe nenhuma instituição intermediando. Especificamente com a empresa Dalmass, a Escola Superior da Advocacia, em algumas oportunidades, já falou com a Faculdade Cambury sobre cursos, etc. Nós chegamos à conclusão, a Escola Superior da Advocacia, como eu havia dito anteriormente, que, até pela falta de pessoas e impossibilidade de material humano, de conseguir arrumar as coisas, é que, nesse caso específico, surgiu essa empresa. No caso da Dalmass, é a única empresa em que existe uma intermediação entre a instituição e a Escola Superior da Advocacia. Nós temos também uma outra pós-graduação, que é tratada diretamente com a Escola Superior da Advocacia, em um convênio específico, devidamente chancelado pela Procuradoria da União, que é com a Universidade Federal de Goiás, em que a Universidade Federal de Goiás oferece pós-graduações específicas para advogados. Qualquer outro aluno não pode participar. Assim como ela já fez pós-graduações específicas para, por exemplo, o pessoal do Movimento Sem Terra, em outras cidades, específicas para quilombolas, é uma pós-graduação específica para advogados, que é toda gerida pela Universidade Federal de Goiás e que acontece, simplesmente, em local físico da Escola Superior da Advocacia, porque, como eu disse anteriormente, é mais fácil o acesso aos advogados inscritos na OAB Goiás.**

O depoente enfatizou que **os cursos que a OAB fomenta são**

**realizados em Goiânia, que a OAB analisa sempre o corpo docente da instituição e que não são instituição de ensino. Apenas dispõe de facilitações para que o advogado posse se especializar**:

O SR. RAFAEL LARA:- Eu só gostaria de deixar registrado, Deputados, que, diferente do que eu pude ver das averiguações e denúncias, todos os cursos em que a Escola Superior de Advocacia fomenta, que se aproximem dos advogados inscritos na Ordem, em primeiro lugar, absolutamente todos eles acontecem em Goiânia. Nós não temos nenhum curso no interior ou registrado no interior, numa cidade que não seja Goiânia, porque a gente não tem, justamente, essa expertise ou o convênio da EAD com a pósgraduação da FUMEC, que foi para possibilitar que o interior recebesse o benefício da advocacia da sua especialização.

Não há oferta de qualquer curso em prazos e valores especiais na OAB, eles são todos dentro do razoável, do mercado, do que o mercado normalmente trabalha, até pelo que eu vejo da relação dos alunos diretamente com essas instituições. E o corpo docente das pós-graduações da Escola Superior, que acontecem fisicamente na Escola Superior de Advocacia ou que a Escola Superior de Advocacia analisa, porque ela analisa, sim, o corpo docente. Antes de a gente aceitar fazer qualquer tipo de colaboração com uma instituição de ensino, a gente pede para saber quem são os professores justamente para saber se há qualidade naquele corpo docente.

(...)

E eu queria deixar registrado por último que nós não somos uma instituição de ensino, nós não conhecemos a fundo, conhecemos o básico da regulamentação. O que nós temos são, como eu disse, facilitações para que o advogado possa se especializar.

E, se por ventura, houver qualquer tipo de irregularidade em qualquer aspecto das especializações em que as escolas com prioridade a advocacia participam ou tem o seu nome envolvido, podem ter certeza que no dia seguinte seria corrigido ou cancelado qualquer que seja esse problema.

(...)

Foi perguntado ao depoente **a razão de não aparecer o nome da Faculdade Cambury na divulgação dos cursos:**

O SR. PRESIDENTE: - Há uma pergunta feita para o Doutor Rafael, porque na divulgação dos cursos de pós graduação não aparece o nome da Cambury?

O SR. RAFAEL LARA: - Tem a divulgação aí? Eu não conheço. Posso ver?

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Eu acho que tenho uma colorida aqui.

O SR. RAFAEL LARA: - **Professor, eu desconheço porque não tem. Acredito que deveria ter, não tenho a menor dúvida disso. Desconheço por que não tem. Não vou dizer que eu conhecia. Não sei se é um material de divulgação, de publicidade do nosso site.**

**Desconheço porque não tem o nome aí da Cambury, mas certamente vamos indagar para os responsáveis e juntar à correção disso imediatamente para vocês.**

**5.3. Dos pontos importantes dos depoimentos tomados em reuniões ordinárias da presente Comissão Parlamentar de Inquérito:**

**5.3.1. DARWIN DE SOUZA PACHECO JÚNIOR – Diretor da Dalmass Serviços Educacionais – depoimento tomado em 15/5/2019:**

O Deputado Talles Barreto perguntou ao depoente se a Dalmass é

credenciada como instituição de educação superior no Ministério da Educação:

O SR.RELATOR:- (...) Então eu queria Senhor Darwin que o Senhor pudesse responder: o Instituto Dalmas é credenciado como Instituição de Educação Superior junto ao Ministério da Educação? (...)

O SR. DARWIN DE SOUSA PACHECO JUNIOR:- (...)

Primeiro, eu queria pedir que fosse feita uma correção na nomenclatura. Nós não somos instituto, nosso CNPJ não tem a palavra instituto e nós nunca usamos essa palavra nem no nosso site e nem em nenhum tipo de divulgação. Nós não somos instituto. Nós somos uma empresa de serviços educacionais. Durante todo o processo da CPI, eu acho que teve esse equívoco em relação à nossa empresa. A nossa empresa chama Dalmass Serviços Educacionais. Nós somos especialistas.

(...)

O SR. DARWIN DE SOUSA PACHECO JUNIOR:- Dalmass Serviços Educacionais. Nós somos especialistas em gestão logística e nós fazemos isso para conselhos, entidades e algumas universidades. **Nós não somos credenciados no MEC, nós não somos entidade de ensino superior. Então, a primeira pergunta é não.**

Perguntou também **se a Dalmass e seus diretores têm conhecimento e**

**cumprem a legislação educacional para a oferta de curso de pós-graduação**:

O SR. PRESIDENTE:- (...) O Dalmass e seus diretores têm conhecimento e cumprem a legislação educacional para a oferta de curso de pósgraduação?

O SR. DARWIN DE SOUSA PACHECO JUNIOR:- Como que nós operamos? Acredito que a resposta seja sim, mas eu vou esclarecer. Nós temos uma cooperação técnica com a faculdade Cambury já há muitos anos. E fomos convidados pela ESA, Escola Superior de Advocacia, para que alguns cursos de Direito, de interesse da classe dos advogados, fossem ministrados dentro da Casa do Advogado. Então, a ESA cedeu o espaço. Simplesmente, era o interesse de trazer o advogado para dentro da Escola Superior de Advocacia.

**A OAB, que é a responsável pela gestão pedagógica desses cursos, e ela cumpre rigorosamente, uma faculdade que está há 28 anos no mercado, que tem uma diretoria extremamente séria, ela cumpre rigorosamente toda a parte da exigência do Ministério da Educação, tanto que dessa cooperação técnica, que já foram abertas várias turmas, não tem nenhum reclame aqui. Não tem nada, todos os alunos foram certificados pela Cambury porque ela faz a gestão pedagógica disso.** (...)

O Deputado Talles Barreto perguntou também qual o **papel da Dalmass**

**nessa cooperação técnica:**

O SR. PRESIDENTE:- O que a Dalmass faz?

O SR. DARWIN DE SOUSA PACHECO JUNIOR:- **Gestão logística.** Por exemplo, nós nos encarregamos pelo desenvolvimento do marketing, emissão de passagem aérea, coffee break, deslocamento de professor. Particularmente para esses cursos especiais, todos os professores são de fora, são de São Paulo, Rio de Janeiro, então, a gente busca no aeroporto, leva, toda a parte que envolve a operação logística, nós fazemos. E a gente não faz isso só para a Cambury. Por exemplo, vamos supor, se amanhã ou depois tiver um evento aqui na escola da Assembleia e for um evento grande, a Assembleia pode contratar a gente para fazer essa operação logística para vocês também. Ontem a gente estava realizando...

Perguntou também **quem contrata e escolhe os professores:**

O SR. PRESIDENTE:- **Mas, por exemplo, dentro dessa linha, quem contrata os professores?**

O SR. DARWIN DE SOUSA PACHECO JUNIOR:- **A Cambury.**

O SR. PRESIDENTE:- Quem escolhe os Professores?

O SR. DARWIN DE SOUSA PACHECO JUNIOR:- A Cambury.

O SR. PRESIDENTE:- Vocês não têm nenhuma atuação na escolha de nenhum educador, nenhum professor.

O SR. :- Não, está tudo sobre a gestão dele, inclusive tudo isso está no portal do MEC, no EMEC. Se pegar cada curso e colocar o EMEC, vai ver os professores, coordenadores, todos ligados diretamente à Cambury.

Perguntou ainda qual o contrato que tinham com a OAB:

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO: - Qual era o contrato que vocês tinham com a OAB? O que vocês assinam com a OAB, por exemplo, com a ESA?

O SR. :- Nós tínhamos um contrato de parceria.

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO: - Você tem uma cópia, por favor?

O SR. :- Eu não tenho aqui agora, neste momento, mas minha advogada pode anexar.

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO: - Eu gostaria que colocasse esta observação para nós podermos ter esse contrato de parceria, porque nele deve estar especificando também a atuação de vocês. Há quanto tempo vocês estão fazendo esse trabalho com a ESA especial?

O SR. :- Com a OAB, há três anos.

O Presidente da CPI, Deputado Coronel Adailton perguntou ao depoente

**se a Dalmass faz a captação de possíveis alunos**:

O SR. DEPUTADO CORONEL ADAILTON: Deputado Talles Barreto, quero complementar um questionamento que foi feito com relação a empresa de prestação de serviços educacionais, dentro de toda essa participação de captação; ela também faz a captação de possíveis alunos?

O SR. :- A gente faz a parte comercial, divulgação.

O SR. DEPUTADO CORONEL ADAILTON:- Divulgação, não é captação?

O SR. :- Divulgação.

O Deputado Talles Barreto perguntou onde era feita a matrícula:

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO: - Por exemplo, quando um advogado vai fazer a sua matrícula, essa matrícula era feita com a Dalmass, com a ESA ou com a Cambury?

O SR. :- Com a Cambury.

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO: - Vocês não tinham nenhum tipo de participação com relação...

O SR. :- O aluno contratava a nossa empresa. O caput do contrato é com a Cambury, e ele contratava a gente para fazer a gestão logística.

O Deputado Talles Barreto perguntou ao depoente sobre a **cláusula**

**existente no contrato formalizado entre a Faculdade Cambury e a Dalmass Serviços Educacionais, em que essa se obriga a contratar o corpo docente para ministrar as aulas**:

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO: - Olha só, é isso o que a gente está começando. Para o senhor entender, Senhor Presidente, sem querer criar qualquer tipo de constrangimento, mas, na realidade, várias empresas criaram - como falei no início - uma forma de captação, e aí começam os pontos de interrogação. Na realidade, essas empresas, várias das que ouvimos aqui, aquelas iniciais, buscam, montam, publicam - nos sites, nos jornais -, montam estrutura para ter as aulas, e só pegam uma chancela. Isso é fato, isso nós vimos acontecer várias vezes. Aqui, estou com um contrato de instrumento particular de contrato entre Centro Tecnológico Cambury e Dalmass Servicos Educacionais, certo? E, nesse contrato que está aqui, está, na sua cláusula VI, referente ao contratante, ou seja, vocês "Obriga-se" -na letra D - "contratar o corpo docente para ministrar as aulas, atendendo disposição da resolução do CNE, número 1, de 8 de julho de 2007". Está aqui, no seu contrato, no contrato que você fez com ele, consta ser você a responsável por contratar, e você falou que não pode contratar, que você não contratou. O que você pode me dizer sobre isso? Se quiser dar uma olhada, está no seu contrato aqui. E está falando que a responsabilidade de contratar o corpo docente...

O SR DARWIN DE SOUSA PACHECO JUNIOR: - É, mas todos os professores estão registrados no portal do MEC, pela Cambury.

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO: - Você não faz nem um "meio de campo" nisso?

O SR DARWIN DE SOUSA PACHECO JUNIOR: - A gente indica, né, quando é bom. Isso aí é normal.

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO: - É isso o que estou perguntando: mas você não faz o contrato?

O SR DARWIN DE SOUSA PACHECO JUNIOR: - Não.

O Presidente da CPI perguntou ao depoente sobre a **obrigação**

**contratual de a Dalmass elaborar o projeto pedagógico do curso:**

O SR. PRESIDENTE: - Temos que acrescentar aí, nobre Deputado Talles Barreto, dentro desse mesmo questionamento, ainda dentro do contrato, segundo consta aqui - o senhor disse que não tem ele em mãos, mas talvez se recorde -, que também a sua empresa é responsável pela elaboração do projeto pedagógico do curso.

O SR DARWIN DE SOUSA PACHECO JUNIOR: - É, mas esse projeto pedagógico é elaborado pela Cambury. Eu nem lembrava que isso estava em contrato.

O SR. PRESIDENTE: - Então, o contrato não deve estar sendo cumprido.

O SR DARWIN DE SOUSA PACHECO JUNIOR: - É, não estava...

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO: - Como é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE: - A elaboração do projeto pedagógico, bem como a contratação do corpo docente são de responsabilidade da Dalmass Servicos Educacionais. Isso está previsto no contrato. Aí ele está voltando tudo para a Faculdade Cambury.

O SR DARWIN DE SOUSA PACHECO JUNIOR: - Não, é porque.. O que acontece é o seguinte - eu estou sendo sincero, nem me lembrava dessa parte do contrato -, a parceria que a gente tem com a Cambury é uma parceria tão de mão dupla com a Cambury e com a diretoria que tudo isso é feito de forma muito transparente, tudo passa por eles, a gente não bate o martelo em nada.

O Deputado Talles Barreto perguntou outrossim **se a Dalmass repassa**

**algum valor à ESA e seus diretores, e como seria feita a distribuição dos valores:**

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO: - O Dalmass repassava algum valor à ESA e seus diretores?

O SR DARWIN DE SOUSA PACHECO JUNIOR: - Não, para os diretores não.

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO: - Nessa parceria, quem ganhava quanto? A Dalmass ganha tanto, a ESA ganha tanto, a Cambury ganha tanto: como é essa atuação em relação aos recursos que são pagos?

O SR DARWIN DE SOUSA PACHECO JUNIOR: - Tinha uma divisão de percentual de lucro. Eu não tenho ao certo o valor, mas tinha. O senhor quer o valor exato?

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO: - Eu queria o valor estabelecido. Não tem uma percentagem?

O SR. PRESIDENTE: - Ao que nos parece aqui - complementando o Deputado Talles Barreto -, visualizando todo esse processe do comissão de inquérito, é que a participação das empresas, institutos, independente da nomenclatura, é como lobistas - captadores, lobistas. Então, esta CPI foi aberta exatamente por isso, e, se isso não ficar esclarecido aqui, a gente não estará sendo proativo, o nosso objetivo não será alcançado. E, voltando e reforçando as palavras do nobre relator, nosso intuito não é constrangê-lo, em hora alguma, nem difamar sua empresa, nada disso. Nós precisamos é de esclarecer os fatos. Até mesmo para o seu bem, porque ao relatório, assim que confeccionado, lhe será dada a publicidade, encaminhado ao MEC e ao Ministério Público.

A SRA. ADRIANA GARCIA ROSA:- Essa questão de divisão...O prédio da ESA não funciona sem custo, então ele tem necessidade. O que acontece é: A Cambury faz todo o trabalho, tanto é que os diários de classe são realizados pela Cambury, as avaliações na confecção do curso são pela Cambury. A ESA oferece o lugar, ela precisa manter o lugar. Ele tem energia, tem custo de estacionamento...Tem toda uma infraestrutura que ele tem de manter. E a Dalmass permite que isso aconteça, porque a Cambury não teria condições de fazer essa quantidade de cursos. Aí que eu falei que vou juntar, tanto a defesa do MP, que já reconheceu que essa forma de atuação é possível...Essa CPI já aconteceu ano passado, então em agosto já foi dada uma decisão. Eu vou apresentar a decisão do MP, a nossa defesa, mostrando todo o conteúdo, e agora o senhor pediu essa divisão de valores. Eu vou juntar através de ofício.

O Deputado Talles Barreto comentou **o fato de que a Faculdade Cambury, nessa parceria com a Dalmass, só emitiu o certificado.**

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO: - (...) Agora em nossos levantamentos e dentro do que já temos em mãos a Cambury que o senhor cita tantas vezes, só emitiu o certificado, do que a gente tem em mãos, apenas isso. Então, estes são os questionamentos.

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO: - Dentro desta linha até a cláusula quinta do contrato da Dalmass com a Cambury, dá muitos poderes a vocês e aí temos o questionamento em relação a isso, não é? À Faculdade são conferidos os seguintes poderes: Fixar normas para o curso nos termos do regimento da Faculdade de acordo com a resolução, aquela que falei; estabelecer normas a respeito da qualificação dos professores que irão ministrar as aulas do curso; decidir sobre a validade e a manutenção do curso, caso irregulares administrativas e acadêmicas sejam constatadas no seu decorrer; fornecer ao contratante o certificado de conclusão dos alunos aprovados desde que apresentados todos os documentos necessários; averiguar se o projeto pedagógico do curso está adequado às exigências da lei aprovada, se for o caso.

Estes são alguns questionamentos e poderes que são dados, aí se confunde aqui, Doutora Rejane, um pouco com o que a ESA tem de fazer, o que a Dalmass tem de fazer e o que a Cambury tem de fazer.

A Dra Adriana Garcia Rosa alegou que, **em abril de 2008 houve**

**alteração da Resolução e que a Resolução de 2007 permitia uma maior liberdade.**  **Alegou também que, depois de abril de 2018 já alteraram essa questão.**

DRA. ADRIANA GARCIA ROSA: - A resolução de, o que acontece, em abril de 2008 houve alteração da Resolução. A de 2007 permitia uma maior liberdade, então, depois de abril de 2018 já alteramos essa questão, se está com um contrato anterior.

O SR. DARWIN DE SOUSA PACHECO JUNIOR: - Nós tivemos uma mudança na Legislação agora em 2018.

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO: - De 2017 a dezembro de 2019...

DRA. ADRIANA GARCIA ROSA: - Em 2017 foi assinado, mas o curso é um período, então o aluno só assina uma vez. Portanto, foi antes da Resolução de abril de 2018.

O Deputado Talles Barreto perguntou novamente sobre o **modelo de**

**contratação dos professores, e o depoente reconheceu a existência de um erro contratual e se dispôs a corrigi-lo:**

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO: - (...) Qual é esse modelo de contratação? Vocês não fazem a contratação dos professores? Eu queria que você afirmasse isso.

O SR. DARWIN SOUSA PACHECO JÚNIOR:- Não. A gente não faz a contratação de professores. A gente sugere...

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO:- Quem é o responsável pela presença?

O SR. DARWIN SOUSA PACHECO JÚNIOR:- O diário de classe é responsabilidade do professor contratado pela Cambury. Ele assina. O nome dele está no MEC.

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO:- A carga horária?

O SR. DARWIN SOUSA PACHECO JÚNIOR:- A carga horária; o diário está em nome da Cambury; o professor que está ali dando aula está no e-MEC. Ele é contratado pela Cambury. Isso pode ser verificado no portal do MEC. Podemos passar os links para vocês verificarem. Concordo com o senhor que existe um erro contratual e a gente se dispõe a corrigí-lo.

Foi perguntado sobre **quem ministrou os cursos:**

A SRA. REGIANI DIAS MEIRA MARCONDES:- A resolução anterior, aquela de 2018, ela também falava que o certificado tem de ser emitido pela instituição devidamente credenciada, no caso a Cambury e que, efetivamente, ministrou o curso. E o que a gente tem visto no contrato é que quem ministrou o curso, pelo menos a priori, o que a gente vê no contrato que quem ministrou foi a Dalmass.

A SRA. ADRIANA GARCIA ROSA:- Quem ministra o curso é a Cambury. A Dalmass faz a execução do serviço.

A SRA. REGIANI DIAS MEIRA MARCONDES:- Mas assim, porque no contrato não está assim. Entre as atribuições da Cambury é ministrar o curso, quem faz o projeto pedagógico. A Cambury somente fiscaliza, pelo que a gente vê no contrato. E fornece o diploma.

A SRA. ADRIANA GARCIA ROSA:- No portal do MEC é ela que apresenta toda documentação, especificando como vai ser o curso. Ela é quem gera o curso. Os professores são dela. Então é ela que promove o curso. A Dalmass só faz somente a logística de execução.

A SRA. REGIANI DIAS MEIRA MARCONDES:- Sobre a nota técnica que o Coronel Adailton mencionou era um caso semelhante de outro Estado que chegou ao conhecimento do MEC. Nesse caso, eles falam de uma terceirização que, pelo menos a priori, o que a gente vê no contrato é o que está acontecendo. Nesse caso, eles até suspenderam a matrícula de novos alunos. Não estou falando que é, mas pelo que a gente vê de uma análise do contrato.

A SRA. ADRIANA GARCIA ROSA:- Há muitas que trabalham dessa forma. Por exemplo, a Faculdade Mauá também, e las fazem todo o controle e só faz a logística para facilitar essa parte de gestão, porque, muitas vezes, a faculdade não tem essa estrutura para fazer essa gestão.

A conselheira do Conselho Estadual de Educação perguntou **se o forte**

**da Dalmass é a gestão ou é exclusividade:**

A SRA. GLAUCIA MARIA TEODORO REIS:- Eu quero inicialmente agradecer o convite e parabenizar a criação desta CPI, que é muito importante para o Estado de Goiás. Quero cumprimentar todos os Deputados presentes e agradecer novamente a ida da Comissão de Educação até o conselho, porque, para nós, é extremamente positivo o estreitamento dos laços dessa importante comissão, que já demonstra um excelente trabalho nessa legislatura, com o Conselho.

Só para explicar, eu sou Glaucia Teodoro e sou presidente da Comissão de Educação Superior do Conselho. A nossa competência é restrita... Inclusive, essa nossa competência foi definida até a Constituição de 1988. Então, nossa competência é em relação às universidades ou instituições de ensino superior municipais, a exemplo da UNIRV, da UNIFIMES, de Mineiros e Rio Verde, e também da universidade estadual. Então, somos nós que autorizamos o funcionamento dessas instituições de ensino, além da estadual. Mas isso não impede que nós também façamos um acompanhamento, junto aqui com a comissão, das demais instituições, tendo em vista a nossa responsabilidade em ser um Conselho de Educação do Estado de Goiás. Mesmo que nós não tenhamos influência direta, eu vejo a importância, mesmo, dessa CPI para que nós também façamos o acompanhamento tendo em vista a nossa preocupação enquanto Conselho do Ensino Superior do Estado.

Especificamente desse caso, eu gostaria só de perguntar... Porque, desde o início, inclusive, havia até a confusão - no Direito a gente utiliza essa palavra - da questão de ser ou não um instituto de ensino superior. Para que fosse, tinha que ter autorização, no caso, do MEC. Porque nós, do conselho, também autorizamos todo o ensino profissional de Goiás, o ensino médio e o ensino fundamentar em geral. Então, todos esses estão sob a nossa responsabilidade. Aí, tendo em vista, e foi esclarecido que é uma empresa de gestão. Se é uma empresa de gestão, mesmo que seja na prestação de serviços para a educação, na educação... Então, está, inclusive, pelo regulamento, pela normatização, pelas leis brasileiras, pela LDB, a impossibilidade de ministrar cursos. Ou seja, o papel que a empresa tem seria apenas de: desde servir o coffee break, mas não intervir, absolutamente, nem em projeto pedagógico da instituição, nem em contratação de professores. Nada na gestão dos cursos. O que está previsto, eu penso, no contrato - que eu ainda não conheço -, é somente a gestão dos serviços. E esses serviços, necessariamente, não estão vinculados com a educação.

Aí, a pergunta que eu queria fazer ao professor... Porque ele falou assim: "O nosso forte é a gestão". Mas existe, então, uma outra abertura de ação? Porque se "é o nosso forte"... Ou é exclusividade?

O SR. DARWIN DE SOUSA PACHECO JUNIOR**:-**A preocupação com o

MEC é com questão pedagógica. Essa a gente não faz. Então, nós fazemos financeiro, marketing, desenvolvimento...

**5.3.2. GABRIEL VECCI – Diretor da Faculdade Cambury – depoimento tomado em 15/5/2019:**

O Deputado Talles Barreto perguntou **se a Faculdade Cambury**

**mantinha ou mantém algum convênio com a OAB ou com a ESA para a realização**

**de curso de pós-graduação:**

O SR. RELATOR:- (...)

A vinda de vocês é em virtude de uma denúncia que chegou da ESA, lá tinha um curso feito pela Dalmass, utilizando a chancela de vocês. Então, o que eu queria esclarecer em relação dessa parceria especial com o instituto, instituto não, vou corrigir, na realidade não é instituto....

O SR.: - É uma empresa.

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO: - É uma empresa, tenho que corrigir aqui, a empresa Dalmass em relação com a Cambury. A Faculdade Cambury mantinha ou mantém algum convênio com a OAB ou com a ESA para a realização de curso de pós-graduação?

O SR.: - (...)

Voltando à pergunta, em relação à OAB, especificamente, não tivemos nenhum tipo de relação, contrato ou negociação, parceria, nada.

(...)

Perguntou também **se a Faculdade Cambury mantinha ou mantém**

**algum convênio com a Dalmass:**

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO: - A Cambury mantinha ou mantém algum convênio com o Instituto Dalmáss?

O SR.: - Com o Dalmáss, sim.

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO: - E vocês mantinham com eles quais parcerias?

O SR.: - O objetivo era para poder realizar curso de pós-graduação.

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO: - Certo. Mas, pós-graduação desses cursos de pós-graduação atingia a ESA, atingia especificamente outras parcerias com isso, o que seria?

O SR.: - Nós fazemos assim, é uma parceira comercial, no qual havia uma dificuldade para poder captar aluno, e aí a gente recorre alguns parceiros comerciais para poder ajudar a captação desses alunos na pósgraduação. Então, todos os nossos parceiros que nós temos, entramos com todo o trabalho e projeto pedagógico e credenciamento no MEC, esse projeto pedagógico envolve coordenação, professores, toda a documentação necessária, o projeto mesmo do curso referente àquela tal pós-graduação e damos entrada no MEC, e aí quando o MEC libera a autorização a gente inicia essa parceria e eles entram para poder captar alunos no mercado, e a parte de logística, com os professores, as salas de aula. Então, geralmente podem acontecer cursos que não sejam dentro da Cambury, que não sejam dentro da Dalmass, podem ocorrer cursos aqui dentro.

Sobre a **contratação de professores**, o depoente respondeu ser

controle da Faculdade Cambury:

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO: - Os professores com quem vocês fazem essa parceria, em especial com a Dalmass.

O SR GABRIEL ALMEIDA VECCI: É controle nosso.

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO: - São contratados e escolhidos por vocês?

O SR GABRIEL ALMEIDA VECCI: Sim.

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO: - Na parceria com a Dalmass, todos os encargos trabalhistas com os professores, todos os acertos são feitos coma faculdade Cambury?

O SR GABRIEL ALMEIDA VECCI: É, geralmente são prestadores de serviços, porque são serviços esporádicos. Muitos professores vêm de São Paulo, vêm de fora.

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO: - É por aula, né?

O SR GABRIEL ALMEIDA VECCI: É, por aula. Então, é feito contrato com esses professores, emitida uma nota fiscal, enfim, toda a questão legal é feita.

O Deputado Talles Barreto perguntou sobre a **responsabilidade pela**

**fiscalização da documentação que é entregue:**

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO: - Em relação à matrícula e ao recebimento dos alunos? Por exemplo, quando você vai fazer uma pósgraduação, tem de apresentar a documentação da graduação, de tudo dele. Quem faz a fiscalização disso é a Dalmass ou a Cambury?

O SR GABRIEL ALMEIDA VECCI: Tá, voltando a repetir: toda a parte do projeto acadêmico é de responsabilidade da Cambury.

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO: - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE: - A responsabilidade e a execução? É essa a pergunta.

O SR GABRIEL ALMEIDA VECCI: Sim.

O SR. PRESIDENTE: - Se é responsabilidade, tudo bem. Mas ela executa, ela realiza esse trabalho? Porque o que nos chega aqui é que apenas a Cambury entra com a emissão dos certificados.

O SR GABRIEL ALMEIDA VECCI: Eu não entendi. "Executa" o quê?

O SR. PRESIDENTE: - É responsabilidade contratual da faculdade Cambury o projeto pedagógico, a realização dos cursos. Eu quero saber se isso ela realiza. Porque ser de responsabilidade dela é uma coisa, mas ela executar é outra coisa.

O SR GABRIEL ALMEIDA VECCI: A parte documental é de nossa responsabilidade. A parte pedagógica e documental do projeto...

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO: - A pedagógica também é de vocês?

O SR GABRIEL ALMEIDA VECCI: Também, também.

O Deputado Talles Barreto abordou também a questão de pagamentos:

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO: - E quando o aluno faz o pagamento - porque vocês têm um captador, seria mais ou menos isso, que, no caso, é a Dalmass - ele o faz para a Cambury ou paga para a Dalmass? Por exemplo: você fez a parceria, e aí a Dalmass foi e buscou os alunos lá através da ESA. Certo? Na hora de o aluno pagar, ele paga especificamente...

O SR GABRIEL ALMEIDA VECCI: Esse controle de mensalidade é da Cambury.

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO: - Da Cambury? É com vocês?

O SR GABRIEL ALMEIDA VECCI: Isso.

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO: - Aí vocês repassam a parte que vai para a ESA, referente à estrutura dela, e a parte...

O SR GABRIEL ALMEIDA VECCI: A estrutura não, porque a gente não se envolve com a questão da estrutura. Mas é feito à Dalmass.

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO: - Embute no da Dalmass?

O SR GABRIEL ALMEIDA VECCI: Isso. É o que a gente chama de parceria comercial: eles captam o aluno, nós recebemos por parte dos alunos e devolvemos - eu não sei quantos por cento aqui.

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO: - Então, fica claro: vocês já fizeram, ou não fizeram? Porque o que foi questionado, e a denúncia que chegou, é em relação à ESA. Vocês já fizeram ou não fizeram algum tipo de repasse à ESA ou à OAB, por exemplo?

O SR GABRIEL ALMEIDA VECCI: Não.

O Deputado Talles Barreto perguntou ainda **se a Faculdade Cambury**

**oferece, direta ou indiretamente, a certificação de cursos de pós-graduação para outras entidades:**

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO: - A Cambury oferece, através de representantes, vendedores, diretamente ou indiretamente, a certificação de cursos de pós-graduação para outras entidades? Vamos esquecer aqui - só para que eu possa tirar essa dúvida - a Dalmass. Vocês têm outros parceiros?

O SR GABRIEL ALMEIDA VECCI: Temos.

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO: - A captação disso é feita de que forma? São os captadores que procuram vocês ou vocês que vão atrás, buscando ideias que possam ser interessantes no momento para o mercado?

O SR GABRIEL ALMEIDA VECCI: As duas coisas: muitos indicam, outros parceiros. Muitos nos procuram - pelo site, pelo telefone - e a gente senta e negocia. A parte pedagógica é nossa, nós mantemos uma qualidade de ensino, não assumimos qualquer projeto, há uma qualidade a zelar da faculdade. E, sim, com todos os parceiros nós realizamos, sim. Registramos os diplomas no MEC. Existe uma lei que nos permite fazer isso, eu até anotei aqui. É a Lei nº 9.394/96. E seguimos os padrões do MEC. Então, tudo o que a gente faz, toda a parceria que a gente realiza, todos os projetos pedagógicos são registrados em um site, no EMEC, de acordo com essa resolução, se eu não me engano, de 2018.

**5.3.3. LINDOMAR RESENDE – Representante do Sindigoiânia – depoimento tomado em 15/5/2019:**

O Deputado Talles Barreto perguntou ao depoente **quem ministra**

**o curso de mestrado que o Sindigoiânia tem parceria:**

O SR. RELATOR: - (...)

O Curso de Mestrado que o Sindigoiânia tem parceria é ministrado por quem? Houve uma dúvida grande em relação a isso. Quem ministra ele? Pode responder, depois vou fazendo as outras.

O SR. LINDOMAR RESENDE RODRIGUES: - O Sindigoiânia como é uma entidade classista - representa os servidores da Prefeitura de Goiânia.

E nós temos uma demanda hoje, os servidores, os professores da rede municipal de educação... Existe uma necessidade muito grande de fazer mestrado. Hoje, praticamente todos têm lato sensu, porém, falta mestrado, doutorado, que isso, inclusive, contribui para que haja um incremento na folha salarial desses professores. Cientes disso, e procurados por esses professores, que são nossos filiados, nós procuramos uma instituição que pudesse fazer, fornecer esse serviço, vamos dizer assim, para ministrar o mestrado e o doutorado. Hoje, já estamos na fase de doutorado, viu, Deputado. Nós estamos... E buscando essa parceria, num primeiro momento, nós buscamos uma parceria que não deu certo. Esse mestrado era feito numa universidade em Assunção. E, como falei no início...

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO:- Assunção no Paraguai, não é?

O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES:- Isso, Assunção, Paraguai. Como o Sindigoiânia não tem fins educacionais, nós temos que fazer um convênio com o instituto que tenha esse fim. Ou seja, o Sindigoiânia não ministra, o Sindigoiânia não oferece mestrado. Nós fazemos um convênio com o instituto. É uma burocracia grande, isso em função de baixar o custo e viabilizar, tornar viável ao bolso do servidor municipal, aos professores da rede municipal. Então, fizemos um convênio com o instituto, que por sua vez fez um convênio com uma universidade do Paraguai - inicialmente a Universidade Central, depois a Unigran -, mas infelizmente esse instituto não cumpriu algumas cláusulas, deixando, inclusive, alunos sem aula, e nós rompemos o convênio com esse instituto, que era o ISCB.

O depoente comentou sobre as **providências tomadas em**

**relação às denúncias sobre o curso de mestrado:**

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO:- Aqui ferveu de denúncias, até por isso que o Sindigoiânia... Até o próprio Ex-Deputado Simeyzon, por sinal, que fazia parte desta CPI, questionou isso porque ele teve uma aula experimental.

O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES:- Aí, o Sindigoiânia, em função dessas denúncias... De imediato encerramos o convênio e passamos a buscar uma outra instituição, um outro instituto que, por sua vez, tenha universidades certificadoras, que são responsáveis pelo mestrado.

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO:- Mas nessa mudança de fazer isso... Vamos aproveitar esse raciocínio do senhor, para gente também tentar entender. Como já tinha feito do Paraguai, mas tinha um curso em andamento... O senhor mesmo falou na semana passada que o senhor não tinha ainda, não houve qualquer tipo de diplomação ainda. Havia o curso, perfeito? Hoje o senhor já falou, praticamente no começo, que já teve a primeira turma que fechou no final de 2018. Perfeitamente?

O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES:- Sim, perfeito.

Falou também sobre a **parceria com o ISCB:**

O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES:- Não... Houve uma interrupção, sim, no final do ano de 2017, em função do descumprimento por parte do ISCB do contrato que tinha com os alunos. É bom que se diga: quem tem contrato de prestação de serviço é o Instituto. O Sindigoiânia tem um contrato com o Instituto, que por sua vez faz um contrato com a universidade, e essa universidade é que é responsável. Ou seja, o Sindigoiânia intermedeia isso...

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO:- Ele faz a logística para isso.

O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES:- Além de oferecer a logística, não é? É um outro ponto que o Sindigoiânia, em função até de a gente ter cinco salas de aula, porque nós...

O Deputado Talles Barreto perguntou sobre a **chancela do**

**diploma:**

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO:- Tá, mas dentro dessa linha... Teve a primeira turma de 2018: quem chancelou esse diploma?

O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES:- Agora... Quem chancelou foi a Universidade Católica de Brasília. Quem certificou foi a "ITS

FLORIDA", americana. É um processo complicado, mas em função de...

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO:- É complicado mesmo,

Lindomar... Já falamos do Paraguai, Assunção, estamos falando de uma universidade americana, agora estamos falando de uma universidade de Universidade de Brasília.

O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES: - Desculpa, Deputados, nós estamos aqui para esclarecer. Nós temos interesse em esclarecer e que não paire nenhuma dúvida sobre a nossa intenção.

O Presidente da CPI, Deputado Coronel Adailton, perguntou

**quem ministrou as aulas**:

O SR. PRESIDENTE: - Eu quero acrescentar um questionamento dentro dessa própria pergunta do Deputado Talles, a necessidade de sabermos quem certificou o Senhor já está esclarecendo, quem chancelou, agora quem concedeu, quem realmente realizou as aulas, os ensinamentos?

O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES: - O Instituto é o responsável no Brasil pelas aulas. Os professores são ligados à Universidade It´s Flórida, nos Estados Unidos, mas inclusive todo o mestrado é ofertado, até porque nossos alunos não têm o domínio de outra língua, principalmente do inglês, então tudo é feito em português, apenas a certificação é feita pela Universidade It´s Flórida.

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO: - Essa universidade tem autorização do MEC para fazer essa certificação?

O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES: - Sim. Ela é uma universidade americana, tem a autorização lá.

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO: - Mas, o MEC deve exigir alguma autorização aqui, né?

O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES: - Desculpa, aí é que entra a universidade que reconhece. É um processo de reconhecimento, o reconhecimento é feito por uma universidade brasileira, aí é que é feito o reconhecimento do MEC e do Conselho Federal para funcionar.

O depoente explicou o **motivo da complexidade da parceria**:

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO: - Talvez seja então uma parceria entre a universidade daqui com a de lá. Deve ter.

O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES: - Sim, existe uma parceria, existe esse convênio, o MEC exige para que o processo seja concluído. Só um parênteses, Deputado, todo esse malabarismo que a gente se submete é em função do valor final que esse mestrado representa no bolso dos nossos sindicalizados, servidores, professores e professoras de Goiânia. O mestrado hoje, vocês sabem, em Goiânia nas instituições particulares varia de 80 a 120 mil, o nosso mestrado custa ao aluno R$ 18.600,00 todo o curso. Ele recebe o certificado, o diploma reconhecido e isso vai ser aceito em toda rede municipal que é exigente, no Estado, na rede privada, por R$ 18.600,00.

O Deputado Talles Barreto perguntou **se o Sindigoiânia**

**ganhava com a ministração do curso de mestrado:**

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO: - Agora, eu só quero fazer de novo uma pergunta que eu fiz no passado. O Sindigoiânia, ganha o que com relação a isso? Qual a participação do Sindigoiânia com relação a isso?

O SR.LINDOMAR REZENDE RODRIGUES: - O Sindigoiânia tem primeiro o interesse social, em buscar esse mestrado para ter a pesquisa, a realização, a questão financeira do professor que vai ter em torno de 40% com o mestrado e 50% no doutorado no contracheque. Então, esse é o primeiro objetivo. E é claro, nós ganhamos com isso, nós ganhamos novas filiações, mantemos as filiações e o Instituto anterior, no contrato visava uma taxa para cobrir essas despesas. Nós fornecemos toda a infraestrutura, como funcionários, telefone, as salas são todas climatizadas, enfim, toda a estrutura e isso não fica barato. Só que o Instituto também não honrou esse compromisso, nós inclusive, impetramos na justiça para receber isso também. Aquilo que ele deixou de honrar como os alunos, ele também não passou essa parte.

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO: - O Sindigoiânia não recebia valor nenhum do aluno, vocês tinham convênio de um repasse?

O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES: - Um repasse que por sua vez não foi feito. Eu tenho inclusive aqui um documento que o Sindigoiânia entrou até para reparar esses prejuízos, porque não é justo que os outros sindicalizados paguem por um serviço que é destinado apenas uma parcela, oitenta alunos em média.

O depoente falou **sobre mais um instituto que compõe essa**

**parceria:**

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO: - O Senhor falou Universidade Católica de Brasília, perfeito? Além da Universidade Católica, quais outras parcerias no Brasil vocês estão fazendo, desenvolvendo essa dissertação? Quais são essas faculdades?

O SR.LINDOMAR REZENDE RODRIGUES: - Na verdade, o Instituto Hans Kelsen, hoje que é o nosso parceiro é que tem essas parcerias. Então, eles têm parceria com a Universidade Católica de Brasília, mas existe inclusive, algumas Universidades Federais que também reconhecem que são parceiras e que reconhecem esses diplomas aqui no Brasil.

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO: - Quem criou esse Instituto Hans Kelsen? O que ele faz? Qual a participação dele? Qual a atuação dele?

O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES: - A atuação do Instituto é um intermediário entre uma instituição que não tem fins educativos, como o Sindigoiânia com uma Universidade. Porque o Sindigoiânia não pode fazer.

O Deputado Talles Barreto perguntou sobre a **responsabilidade**

**pela presença dos alunos e contratação dos professores:**

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO: - Quem por exemplo, fica responsável pela presença desses alunos?

O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES: - A coordenação todos os dias de aula, uma vez por mês, a estrutura do Hans Kelsen vem para Goiânia e a universidade é que faz todo esse processo.

O SR. RELATOR: - Quem que contrata os professores?

O SR. LINDOMAR RESENDE RODRIGUES: - O instituto. Ela é responsável pela parceria com a universidade de comum acordo com a universidade ITS Flórida, ela contrata esses professores e esses professores, dentro do critério que o MEC exige, aquela cota de mestres e doutores, é que ministram essas aulas. O Sindigoiânia não tem nenhuma participação e nem indicação nenhuma de professores.

Perguntou sobre a **atuação do ISCB:**

O SR. RELATOR: - E a participação do ISCB?

O SR. LINDOMAR RESENDE RODRIGUES: - O ISCB foi o nosso primeiro parceiro.

O SR. RELATOR: - Com esse vocês romperam, então?

O SR. LINDOMAR RESENDE RODRIGUES: - Com esse, nós rompemos. Rompemos o contrato com ele e estamos, inclusive, com uma ação na Justiça contra ele porque ele não ludibriou, vamos dizer assim, só os alunos, mas também o Sindigoiânia, porque acabou com aquelas denúncias, imprensa. Foi realmente uma coisa muito complicada. Hoje, assim, eu não sei se eu vou ter outro momento, mas hoje, inclusive, a Justiça determinou em primeira instância e o Tribunal determinou a retirada do Sindigoiânia do polo passivo dessa ação.

O depoente explicou a **questão dos depósitos feitos na conta de**

**um dos coordenadores do curso:**

O SR. RELATOR: - Nós fizemos uma pergunta para o senhor e eu vou repeti-la novamente: Presidente, anteriormente, alguns alunos chegaram aqui com depósitos feitos na conta do Sindigoiânia. Houve mais depósito? Não houve depósito? Porque o senhor falou, anteriormente, que até poderia ter, mas houve alguma situação em relação a isso? Vocês receberam algum recurso, algum dinheiro de alunos nas suas parcelas?

O SR. LINDOMAR RESENDE RODRIGUES: - Na verdade, não houve depósito na conta do Sindigoiânia.

O SR. RELATOR: - Na conta de um membro.

O SR. LINDOMAR RESENDE RODRIGUES: - Na conta de um dos coordenadores.

O SR. RELATOR: - É, de um dos coordenadores, perdão.

O SR. LINDOMAR RESENDE RODRIGUES: - Isso foi em função talvez até de uma ingenuidade daquele momento. O aluno ligava: "Olha, eu ão posso ir aí, que é uma dificuldade também para encontrar alguém do instituto. Eu não posso". Isso no começo. Depois foi feito o boleto e resolveu essa questão. Isso foi nas primeiras parcelas. Houve realmente isso, infelizmente houve. Não tinha má-fé, o dinheiro todo era repassado, eu tenho inclusive uma declaração aqui do Senhor Gilmar Matias declarando toda a isenção, a irresponsabilidade do Sindigoiânia, minha e do outro coordenador.

O Presidente da CPI perguntou sobre o **aproveitamento de**

**créditos no ISCB, e a forma como foi feito:**

O SR. PRESIDENTE: - (...)

E também ficou muito claro que os créditos anteriores, ainda com a parceria do seu primeiro parceiro, o ISCB, foram aproveitados. Mas, foram aproveitados de que forma, já que essa universidade é americana, não fazia parte do processo nesse ano anterior? Como que foram convalidados esses créditos, se era uma universidade diferente? E ela convalidou de que forma? O MEC, através da Universidade de Brasília, aprovou isso?

O SR. LINDOMAR RESENDE RODRIGUES: - (...)

Em relação à segunda pergunta, Deputado, a UNIGRAN foi a última parceira e ela atesta esses créditos que os alunos fizeram lá, nós trouxemos uma declaração, porque a universidade apesar de ter rompido o convênio, a universidade é obrigada a fornecer declarações na qual ela atesta que os créditos até aquele momento foram aproveitados e pagos na instituição.

O SR. PRESIDENTE:- Então, independente do instituto que estava trabalhando essa universidade junto ao Sindigoiânia com essa parceria, independente do instituto, a universidade que estava fornecendo o curso certificou?

O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES:- Nós temos todos os alunos, e se for necessário nós temos essas declarações de todos os alunos, inclusive com a autorização deles para fornecer para a CPI.

O depoente explicou a **mudança frequente de instituições para**

**ministrar o curso de mestrado:**

O SR. RELATOR: - Já passou instituição demais, o senhor não acha? O senhor como professor parece que o acordo não estava chegando ou escolheram errado, porque o senhor não dá motivo para tanta mudança igual teve?

O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES:-Na verdade, nós temos que dar mão à palmatória, na ânsia de buscar esse benefício, tanto da qualificação, quanto da certificação dos nossos sindicalizados, fechamos a primeira parceria errada, e essa parceria com o instituto ISCB que era o responsável por essas universidades paraguaias. Na primeira vez eu acompanhei os alunos em julho de 2017 a Assunção, nós fomos num ônibus, exatamente porque nós temos que zelar por isso. Nós chegamos em Assunção...

O SR. RELATOR: - O barato ficou caro.

O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES:- O barato ficou caro. Nós chegamos em Assunção, e para a nossa surpresa, ele rompeu o contrato que tinha com a universidade central do Paraguai e já tinha feito um convênio com a UNIGRAN. Realmente nós fizemos uma escolha errada, claro, não fizemos de má-fé, até então tinha um histórico grande com o ISCB em Goiânia, com pós-graduação e com stricto sensu, com mestrado e doutorado, essa parceria no Paraguai, e ele indicava todos os caminhos, fizemos um contrato bem-feito com ele, tanto é verdade, que entramos na Justiça e, provavelmente, vamos lograr êxito, porque foi feito um contrato bem-feito, bem fundamentado.

Agora, concordo com os senhores, Deputado, infelizmente, fizemos hoje. Agora, hoje, na parceria que temos com o Instituto Hans Kelsen - e, por sua vez, ele tem com essas outras universidades - estamos respaldados, e já temos a prova disso, dos primeiros diplomas, dessa primeira turma, que já estão com os alunos.

O depoente explicou a **participação da UCB e da Its Flórida na**

**parceria:**

A DRA. REGIANE DIAS MEIRA MARCONDES: Então, a participação da UCB e dessa ITS Flórida: a ITS Flórida só certifica?

O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES: Só certifica.

A DRA. REGIANE DIAS MEIRA MARCONDES: E a UCB? O que ela faz?

O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES: Não; a UCB é o convênio que o ISCB tinha anteriormente. Nós já não temos contrato com o ISCB, consequentemente, não temos qualquer relação. Nossos alunos não têm qualquer relação com a UCB.

O depoente falou novamente sobre a participação da Its Flórida:

A DRA. REGIANE DIAS MEIRA MARCONDES: Então, quem ministra as aulas agora é o Hans Kelsen?

O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES: É a ITS Flórida. Hans

Kelsen é o instituto responsável, ele é o intermediário entre os alunos e a ITS Flórida. Ele é o intermediário. Então, de comum acordo, ele contrata professores, enfim, faz todo esse processo.

A DRA. REGIANE DIAS MEIRA MARCONDES: Mas, assim, só recapitulando: as aulas são ministradas onde então?

O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES: Todo o processo é feito no Sindigoiânia. O contrato com o Hans Kelsen, como era feito com o instituto, com o anterior, o ISCB, é um contrato que cedia todo o espaço, inclusive, as defesas de dissertação e de tese são feitas lá no espaço do Sindigoiânia.

A DRA. REGIANE DIAS MEIRA MARCONDES: Certo. Então, hoje, com o Paraguai, não tem mais nada?

O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES: Nenhuma relação.

A DRA. REGIANE DIAS MEIRA MARCONDES: E o senhor trouxe a cópia do contrato com o Hans Kelsen, ou não?

O SR. LINDOMAR REZENDE RODRIGUES: Não, mas estou prometendo trazer junto com os outros documentos que foram solicitados. Eu não sabia quais eram os documentos que seriam requisitados, mas nós vamos apresentá-los.

**5.3.3. DR RAFAEL LARA – Diretor da Escola Superior da Advocacia – OABGO – depoimento tomado em 15/5/2019:**

O Deputado Talles Barreto abordou a **falta de credenciamento da Dalmass para oferecer curso de pós-graduação:**

O SR. RELATOR:- (...) Há aproximadamente um ano o senhor esteve aqui e apresentou alguns esclarecimentos em relação ao teor das denúncias relativas aos cursos de pós, ofertados pela ESA e pela OAB em convênio com algumas instituições. A questão, em síntese, consistia no seguinte: a ESA anunciava publicamente os cursos de pós, como se fosse ofertado diretamente por ela, sem deixar claro qual era a instituição de ensino responsável pelo curso. No caso do convênio com a Dalmass ficou claro que essa instituição não possui credenciamento para ofertar curso de pós e outra instituição. A Faculdade Cambury foi chamada para emitir os certificados. Os representantes dessas instituições estiveram nessas CPIs e confirmaram essa versão. Então, na realidade, até mesmo o filho do Vecci, Ex-Deputado, presidente até do nosso partido, esteve aqui e fio uma questão que nós tentamos entender. Eu queria que o senhor pudesse explicar qual é a relação, qual que é a atuação realmente e se o senhor reconhece que havia, na divulgação, algum equívoco?

(...)

O SR. RAFAEL LARA:- (...) Com relação a isso, Deputado, esclareço o seguinte: a ESA nunca divulgou um curso como se fosse seu. Isso não aconteceu. Da última vez em que nós viemos aqui especificamente nessa pós-graduação da Cambury, administrada pela Dalmass, a gente não sabia e percebeu que existia algum material que, de fato, não constava o nome da Cambury. E a gente, de fato, percebeu que existia esse erro na

divulgação dessa pós-graduação que foi feita. Quando nós tivemos aqui, imediatamente, o primeiro ato que nós tivemos quando nós retornamos foi determinar que nenhum tipo de divulgação fosse ser permitida, nenhum tipo de menção à pós-graduação fosse permitida sem indicar - com muita clareza - que aquela pósgraduação era uma pós-graduação ofertada pela Cambury. Está certo? Então, isso aconteceu, houve, no início da pósgraduação, bem no início um erro de divulgação nesse sentido, imediatamente corrigido posteriormente. Hoje, estamos em outra gestão, na Ordem dos Advogados do Brasil, aquela gestão, quando eu vim aqui, ela se esgotou em 2018, mas a nossa gestão atual foi reeleita para a gestão 2019/21 e eu fui convidado pelo Presidente Lúcio Flávio para continuar à frente. E eu digo hoje que nenhuma publicidade, desde quando eu vim aqui até agora, tem qualquer tipo de equívoco lá com relação às pós-graduações. Ratificando, inclusive, Deputado, que todas as pós-graduações em que a ESA cedeu o espaço, em que a ESA colaborou na divulgação junto à advocacia, absolutamente todas as pós-graduações elas são devidamente regulares, devidamente reconhecidas pelo

MEC...Isso, inclusive, e a gente lamenta muito as pessoas fazerem isso até sem conhecimento de causa, fora daqui isso inclusive foi um assunto muito explorado nas eleições da OAB, na campanha da OAB. E o que nós fizemos à época foi justamente pegar diretamente do site do MEC a autorização e a legalidade, a estrita legalidade de todas as especializações que aconteciam fisicamente na Escola Superior de Advocacia, colocamos no nosso mural, divulgamos os alunos e, inclusive, essas pós-graduações que foram apontadas aqui no relatório da CPI, elas inclusive já se encerraram e os alunos já receberam os seus diplomas e certificados, diferentemente dos fatos relatados aqui por outros servidores, psicólogos, que foram enganados...E que a gente lamenta muito e entende temos de combater fortemente isso em todas as searas.

O Deputado Talles Barreto perguntou ao depoente **se ele**  **reconhecia terem sido feitas algumas divulgações dos cursos sem o nome da Faculdade Cambury, e se isso tinha sido corrigido:**

O SR. RELATOR:- Porém o senhor reconhece houve algumas divulgações sem o nome da Cambury? No começo teria...O senhor reconhece isso?

O SR. RAFAEL LARA:- Salvo engano, houve uma apostila sem o nome da Cambury e uma arte, um template de arte sem o nome da Cambury: dois atos isolados.

O SR. RELATOR:- É porque eu tenho aqui, até...

O SR. RAFAEL LARA MARTINS:- É, exatamente. Salvo engano, houve isso mesmo, eu não me lembro agora, tem muito tempo. Apesar de eu ter vindo aqui há um ano, estamos falando de pós-graduações de dois, três anos atrás, então, salvo engano, tinha uma apostila e tinha uma arte de divulgação, dessas que as pessoas postam nas redes sociais que não tinha o nome.

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO:- Foi corrigido isso?

O SR. RAFAEL LARA MARTINS:- Imediatamente.

O Presidente da CPI perguntou ao depoente **se a ESA tem cursos**

**de pós-graduação próprios:**

O SR. PRESIDENTE:- Um exemplo, de pós-graduação? Ela terceiriza?

O SR. RAFAEL LARA MARTINS:- Deputado, a ESA não tem pósgraduações próprias, a ESA...

O SR. PRESIDENTE:- Mas não tem no site?

O SR. RAFAEL LARA MARTINS:- Não, nós temos divulgação de pósgraduações, entendeu? A ESA faz divulgação. A Escola Superior de Advocacia faz convênios para facilitar o acesso para a Advocacia, mas ela não tem, ela não anuncia pós-graduações próprias, nunca teve, digo de passagem, nunca foi feito um anúncio sequer que chegasse a entender que a ESA teria uma pós-graduação própria.

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO:- Doutor Rafael, eu discordo um pouco do senhor, porque estou vendo no site aqui e está "ESA, eventos de pós-graduação", bem claro, no que acessa está lá, o que dá a entender, parece que o curso quem está oferecendo é a ESA. Na hora que se abre o site o que se entende é isso, Eventos de Pós-Graduação, com o sinal de martelinho no meio da mesa.

O SR. PRESIDENTE:- Geralmente, quando se faz uma menção, ou você produz aquele produto ou comercializa ele de alguma forma.

Foi abordada a **parceria entre a Dalmass Serviços Educacionais**

**e a Faculdade Cambury:**

A SRA. REGIANE DIAS MEIRA MARCONDES:- Doutor Rafael, para esclarecermos uma dúvida, creio que essa pergunta vai esclarecer toda questão. A OAB fez uma parceria, um contrato com a Dalmass Serviços Educacionais para ministrar o curso de pós-graduação, se não me

engano em Direito Imobiliário, só que a Dalmass para administrar este curso fez uma parceria com a Faculdade Cambury, o que observamos no contrato é que a Faculdade Cambury ficou mais com a responsabilidade da entrega do certificado, e a Dalmass Educacional é que ministrava o curso, contratava professores, projeto pedagógico, frequência, inclusive, se não me engano, a arrecadação, o pagamento era feito na Dalmass e tudo.

Só que, ocorre que o MEC permite essa parceria, porém a Faculdade credenciada, que no caso seria a Cambury, ela que deveria ministrar o curso, o que no caso, pelas cláusulas do contrato a gente vê que foi a Dalmass que fez tudo isso. Inclusive o Diretor da Dalmass esteve aqui e no final ele acabou reconhecendo. Ele falou assim: "Nós podemos consertar esse erro".

Então, eu queria ver se a OAB tinha conhecimento disso, dessa irregularidade.

O SR. RELATOR: - Até contratação de professores.

(...)

O SR. RAFAEL LARA MARTINS: - Doutora Regiane, eu, sinceramente, vou explicar como que acontecia essa relação da Dalmass com a Escola Superior de Advocacia. Eu não sei, e de fato não sei, como era a relação da Dalmass com a Cambury. O que eu sei e que foi apresentado à gente é que a Dalmass era responsável administrativa pela Pós-graduação...

O SR. RELATOR: - Pela logística. Pela logística.

O SR. RAFAEL LARA MARTINS: - Vou falar da maneira que me foi colocado. Que ela era responsável administrativa da Pós-graduação e a Cambury era responsável pedagógica da Pós-graduação. Só que essa Pós-graduação precisava de um local que fosse de fácil acesso à advocacia. A Cambury fica longe dos Advogados. Os Advogados estão próximos ali ao Fórum e a Escola Superior de Advocacia foi procurada, porque nós temos salas de aula dos cursos que a ESA oferece para a Advocacia, que não são cursos de Pós-graduação, são cursos de extensão, curta duração, média duração e assim por diante, ali ao lado do Tribunal de Justiça, aqui no setor oeste, bem aqui pertinho da Assembleia.

Então, a ideia é que isso fosse ser feito lá.

Quando nos procurou, nos procurou para que a gente ofertasse a sala de aula e que a gente ajudasse na divulgação do curso junto a advocacia, enviasse um e-mail para a advocacia, colocasse nas redes sociais e assim por diante. E o que nos foi dito era que a parte administrativa e financeira do curso é com a Dalmass, a parte pedagógica do curso é com a Cambury. Se de fato acontecia de a Dalmass ser responsável pela parte pedagógica, posso afirmar que isso não chegou à Escola Superior de Advocacia. Não é que não chegou à época não, ainda hoje não chegou a mim se a Dalmass fazia. Inclusive eu estive com o Vecci numa super época conversando sobre pós-graduações, outras possibilidades de cursos, etc. E eu sempre entendi que a Cambury, na única vez que estive com ele, que a Cambury era a responsável pedagógica.

Agora, esse trato direto com os professores, se a Dalmass contratava os professores, ou deixava de contratar, ou se a Dalmass cuidava só dessa relação com os professores para definir o dia da aula, quem que vinha, esse tipo de coisa, eu de fato não sei dizer. Não era a Escola Superior de Advocacia que fazia. Isso eu posso afirmar.

Só para acrescentar, o Deputado Charles Bento falou aqui que ou você monta, ou você comercializa de alguma forma. A Escola Superior de Advocacia, Deputado Charles Bento, com relação a esse convênio da Pós do MBA de Direito Imobiliário, ela nem montou e nem comercializou. Nós não tínhamos comercialização dessa Pós. Só para esclarecer a Escola Superior.

E esclareço a vocês também que esses convênios que foram feitos com a Dalmass, porque o nosso convênio de cessão de espaço é com a Dalmass, por isso eu falo de gestão administrativa, nós não temos um contrato assinado, um convênio, algo assinado com a Cambury, deixo isso muito claro para vocês.

Mas, desde quando esta Casa, esta CPI - independente de eu concordar ou não, independente da minha interpretação legislativa e das normas serem essas ou não - desde então, nós não tivemos nenhum novo contrato e nenhum novo convênio. É importante salientar que a gente está discutindo uma portaria do MEC que é recente, que não é uma portaria antiga. Os contratos que existem com a DALMASS são contratos pretéritos a essa portaria, Deputados. Certo? E naquele momento surge uma portaria diferente do MEC, estabelecendo novas regras; a CPI nos convida para conversar a respeito - nós temos inclusive um documento que é um destrato com a DALMASS, dizendo o seguinte: se existe qualquer dúvida a respeito da legalidade, qualquer dúvida, a Escola Superior de Advocacia não tem porque participar, a Ordem dos Advogados do Brasil não porque participar". E nós temos um documento destratando continuidades de qualquer tipo de pós. Por quê? Para não ter qualquer tipo de dúvida. E nenhuma nova pós-graduação foi feita com esse convênio junto à DALMASS depois que nós viemos aqui. Apesar de eu entender e ter certeza que, do ponto de vista junto ao MEC, com exceção talvez do problema de divulgação pontual que a gente apontou aqui, existiria qualquer ilegalidade. A OAB não está aqui para chancelar, para mascarar, para ocultar. Pelo contrário, queremos ser parceiros em qualquer tipo de investigação de ilegalidade.

O Deputado Talles Barreto confirmou a **existência de divulgação**

**dos cursos em nome da ESA:**

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO: - Doutor Rafael, eu estou vendo aqui, se você acessar o site

"www.oabgo.org.br/esa/eventos/posgraduaçao", lá ainda está assim, a ESA continua a divulgar publicidade como se oferecesse pós-graduação com o lema "A pós-graduação à distância da OAB", conforme acesso nesse site. Está dando a entender que a pós-graduação é da OAB. A gente está aqui de uma forma mais consultiva, porque vão chegando as denúncias aqui. Dá a entender que quem está dando o curso é a OAB, muito claro.

O SR. RAFAEL LARA MARTINS:- Eu estou entrando aqui no site, Deputado, porque eu não faço, eu não cuido do site. Eu estou entrando aqui para a gente ver, e estou entrando justamente no link. Aqui, tem três links abertos no site: um é uma especialização em direito eleitoral com ênfase na prática e fala "ESA ATAME"; outra, que é um primeiro link - acho que é o que o Deputado está falando - que está escrito "Pósgraduação à distância ESA OAB-GO". É esse, não é, que você está falando?

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO: - Isso.

O SR. RAFAEL LARA MARTINS:- E aí quando você entra nele é que, lá dentro, estaria o nome da FUMEC. Entendi, Deputado. Eu acho que o que tem que ser feito aqui é retirar esse nome "ESA OAB-GO" daqui, não é? Tem pós-graduações à distância, pós-graduações presenciais, e deixar ostensivamente qual é a instituição. Como eu disse...

O SR. PRESIDENTE: - Você pode colocar a palavra "convênio", não é?

O SR. RAFAEL LARA MARTINS:- Por exemplo, esse negócio... Não é nem convênio. Isso é desconhecimento, de repente, de quem está fazendo o site ou está fazendo isso aqui. Para vocês terem ideia, essa pós-graduação online, o nosso papel aqui é simplesmente divulgar para o advogado que ele tem um desconto nela, que ele existe. A gente nem tem, digamos, professores ligados a ESA Goiás. Essa universidade tem um convênio, para vocês entenderem, com a ESA de Minas Gerais. Aí, a ESA de Minas Gerais pediu para a gente divulgar e fizeram o link dessa forma. Mas isso é algo que realmente eu reconheço que, na hora que entra, está escrito "Pós-graduação a distância ESA OAB-GO"; acho que tem que tirar esse "ESA OAB-GO". Você está com a razão.

Desta forma, verificou-se na própria sessão que, mesmo o depoente ter afirmado que os erros de publicidade dos cursos ofertados já haviam sido todos corrigidos, ainda persistia no próprio site da OAB-GO e ESA o anúncio equivocado de

“pós-graduação à distância da OAB”, sendo que, novamente, o depoente se comprometeu a corrigi-lo.

1. **DOS DOCUMENTOS JUNTADOS E REQUISITADOS:**

Para realização dos trabalhos da CPI, a análise documental foi de suma importância. Além dos documentos aportados à presente comissão parlamentar de inquérito, integram seu acervo aqueles arregimentados na CPI da legislatura anterior.

* 1. **Documentos juntados e requisitados na legislatura anterior:** 
     1. **Sindicato das Entidades Mantenedoras do Estado de Goiás:** 
        + **Dossiês** com denúncia de **oferta de cursos de nível superior oferecidos irregularmente** no Estado de Goiás.
     2. **Processo nº 5293788.24.2017.8.09.0051,** relativo a pedido de antecipação de tutela em desfavor do Instituto Superior Cultural Brasileiro e do Sindigoiânia.
     3. **Ordem dos Advogados do Brasil** 
        + **Relatórios de Diligência in loco,** realizada em faculdades, referente à autorização e reconhecimento de cursos de Direito.
     4. **Conselho Regional de Educação Física:**
        + **Ofício nº 047/2018** – Presidente do CREF – encaminha ofícios dos quais se depreende a existência de fortes indícios de que:
          1. instituições de ensino privadas, sem qualquer

vínculo com o Ministério da Educação, estão oferecendo cursos superiores de Educação Física em Goiás;

* + - * 1. instituições de ensino superior, a exemplo da Faculdade de Piracanjuba, estão oferecendo e concluindo cursos de complementação de Bacharel em Educação, paralelamente ao curso regular de 4 anos, sem que, para isto, possua autorização para abertura das turmas do curso de Educação

Física nos finais de semana;

* + - * 1. a Faculdade de Piracanjuba conseguiu

autorização apenas para

abertura das turmas do curso de Educação Física, em período regular de 4 anos em 2016, ou seja, nunca formou turma e nem formaria porque o ato autorizativo de reconhecimento do curso ainda encontra-se em análise.

* + - * **Ofício nº 1000/2017 – Presidente do CREF14** – endereçado ao Procurador de Justiça de Goiás – CAO Consumidor – encaminha documentação, captada nos sites e rede social da empresa INSAÚDE e INSTITUTO LATOSENSU, divulgando cursos de graduação (complementação em bacharelado e licenciatura respectivamente) e pós-graduação, oferecidos por essas instituições, que não são IES, não possuindo, portanto, qualquer vínculo com o Ministério da Educação e Cultura, consoante consulta na página do MEC.

Menciona que o funcionamento de IES depende de ato autorizativo de credenciamento e os cursos oferecidos dependem de autorização e reconhecimento do MEC, conforme art. 46 da Lei nº 9.394/1996, regulamentado pelo Decreto nº 5.773/2006, concluindo-se, dessa forma, ser vedado o funcionamento de uma IES ou a oferta de um curso superior sem os devidos atos autorizativos do Ministério da Educação, por se tratar de irregularidade administrativa, passível de responsabilidade cível e penal.

Nesse viés, ao tratar da oferta de cursos de graduação na modalidade presencial, a Nota Técnica nº 386/2013/CGLNRS/DOR/SERES/MED informa que o credenciamento de uma instituição de educação superior, para oferta de graduação na modalidade presencial, possibilita a sua atuação apenas nos limites do município onde possui autorização para tanto, acrescentado que, nos termos do Parecer CNE/CES nº 475/2005, “é tese pacífica, tanto no MEC como em todas as instâncias judiciais”.

Já a oferta pela própria IES de cursos em unidade localizada em município diverso da abrangência geográfica definida no ato de credenciamento da IES está condicionada ao prévio credenciamento do campus fora da sede, nos termos do art. 24 do Decreto nº 5.773/2006.

Situação do Instituto Lato Sensu e INSAÚDE, sem prejuízo de outras instituições que não possuem ato autorizativo do MEC para funcionarem ou oferecerem cursos superiores, entendem que os cursos ofertados por essas duas instituições nada mais são do que cursos livres, sendo permitida apenas a emissão de certificados de participação que, por sua vez, não possui valor de título de curso superior para os fins do art. 48 da Lei nº 9.394/1996, haja vista que estas entidades não são credenciadas no MEC como instituições de ensino superior.

* **Redes sociais –** propaganda do curso de complementação

em bacharel para graduados em licenciatura e que o vice-presidente do CREF estaria presente, garantindo a validade do curso;

* **Instagram –** divulgação de bacharel em educação física para

portadores de diploma em educação física licenciatura;

* **e-mail – gmail – anônimo**, denunciando ter havido palestra do CREF na Unidesc em Luziânia, e o vice-presidente do CREF , no fim da palestra, usou de sua posição para divulgar sua empresa (Insaude e CBS), e ofertou cursos das empresas dele;

* **Divulgação do Grupo Insaude** – divulgação de turma de

graduação em bacharelado para licenciados;

* **Relatório de visita e situação irregular** –

* **Ofício nº 021/2018/PRESIDÊNCIA-CREFI14 GO-TO** – do Presidente do CREF14 endereçado ao Delegado de Polícia da DECON – encaminha documentação com publicidade atentatória aos direitos do consumidor, e documentação que comprova que a empresa INSAUDE, sem qualquer vínculo com o MEC, está oferecendo e abrindo turmas do curso superior de Educação Física no grau de bacharel (complementação), sem qualquer ato autorizativo do Ministério da Educação, conforme se verifica do comprovante de inscrição no curso de complementação pedagógica em bacharelado em Educação Física, emitido pela empresa INSAUDE, em nome de Kátia Vanessa machado Carrijo.

Além disso, conforme postagens nas redes sociais por prepostos da empresa INSAUDE, suspeita-se que a IES, Faculdade União de Goyases – FUG, está emitindo certidões de conclusão do curso oferecido pela empresa INSAUDE, o que é vedado pela legislação aplicada à espécie.

Acompanham o ofício:

1. comprovante de inscrição curso de complementação

pedagógica em bacharelado em educação física;

1. diploma de licenciatura em Educação Física;
2. conversa no whatsapp sobre o curso
3. divulgação no whatsapp – grupo insaude -, de graduação de

educação física em bacharel em 1 ano e 3 meses;

1. divulgação da colação de grau e entrega de diplomas, na FUG,

para os alunos que fizeram complementação em Educação Física Bacharel, estando presentes os Diretores do Insaude;

1. divulgação de bacharelado em educação física, com aulas uma

vez por mês na FUG;

1. cópia de ata de reunião do CREF14. No dia 23 de fevereiro de

2017

* + **Ofício nº 023/2018/PRESIDÊNCIA/CREFI14GO-TO** – do

Presidente do CREF14 à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do MEC – leva ao conhecimento da Secretaria terem chegado ao Conselho de Fiscalização profissional relatos de que a FUG está oferecendo cursos de complementação ao grau de bacharel em Educação, paralelamente ao curso dregular de 8 semestres, sendo que o curso é ministrado uma vez por mês e tem duração de 12 meses. Solicita informações sobre a legalidade dos cursos de complementação ao grau de Bacharel em Educação Física, oferecidos pela FUG e Faculdade de Piracanjuba. Apresenta questionamentos.

* + **Documento do e-mec – Faculdade de Piracanjuba** –

autorização - curso de bacharelado em educação física, modalidade presencial, com carga horária mínima de 3320 horas

* + **Ofício CREF14 à Faculdade de Piracanjuba**, pedindo

informações sobre grade curricular, frequência acadêmica, histórico acadêmico, turma e termo de aprovação do trabalho de conclusão de curso, local em que foram desempenhadas as atividades acadêmicas. Termos e relatório de estágio curricular obrigatório; data de colação de grau de:

1. Murilo Pereira Belo;
2. Debora Rezende Mota;
3. Aliny Kristina de Oliveira Marchiori;

A resposta da Faculdade de Piracanjuba se limitou a confirmar a conclusão do curso de Educação Física – Bacharelado. Quantos às informações adicionais, manifestaram-se que a documentação apresentada pelos alunos, expedida pela faculdade já contemplava todas as suas demandas;

* Certidão de conclusão de curso, expedida pela Faculdade Goyazes, relatando que o diploma seguirá os trâmites normais, e histórico escolar, de alguns alunos;

Lista de formandos para conselho, emitida pela FUG;

* **Divulgação no site do Instituto Paulo Freire**, de curso superior

de educação física, com aulas 1 vez por semana, semipresencial;

* **Ofício nº 0012/2017/CREF14/GO-TO/GJ** – do Conselho Regional de Educação Física ao Deputado Karlos Cabral, via do qual encaminha cópia de escritura pública, contendo a degravação de 2 áudios que tratam da tentativa ilegal de diplomar ex-alunos do Instituto Millenium de Educação e Cultura – IMEC, instituição de ensino não credenciada ao MEC, por meio da FAC UNICAMPS, não restando dúvidas de que esse instituto tenta lesar direitos do consumidor, caso comprovada sua participação, estar-se-á diante de uma irregularidade administrativa passível de responsabilidade civil e penal, consoante art. 11 do Decreto nº 5.773/2006;

* **DENÚNCIA AO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA 14ª REGIONAL, FEITA PELO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, JOSÉ DOS REIS JÚNIOR**

- quando ocupava a função de coordenador do curso de educação física da Fac UNICAMPS, foi informado pelo Vice-Presidente do CREF14, Bruno Matos, da existência de alguns áudios envolvendo o nome da instituição, acusando que estaria legalizando diplomas do curso de complementação em bacharelado em Educação Física, para portadores de curso de licenciatura, ministrados pelo INMEC, que estaria atuando em Goiânia e que a UNICAMPS cobrava por esses serviços.

Relata, ainda, que procurou a Direção da UNICAMPS, relatando o fato, sendo que a Diretora, Patrícia Mendonça, afirmou que não sabia de nada e que tudo não passava de boatos que, todavia, não cessaram. Procurou, então, o mantenedor, professor João, que relatou que não iria discutir o assunto com ele e que “para todos os efeitos, a UNICAMPS tinha ministrado realmente curso lá”. Percebendo essa e outras irregularidades, dentre elas, a existência de 2 CNPJ para uma mesma instituição, o maqueamento de conceitos no MEC, a aprovação de 2 cursos em 2 razões sociais diferentes, funcionando no mesmo prédio, procurou a direção e pediu o desligamento,tendo sido acompanhado por mais 3 professores;

Como mobilizador do CREF14, passou a participar ativamente das reuniões e descobriu uma série de indícios de irregularidades atribuídas ao VicePresidente, Bruno Matos, que lhe renderam o afastamento de instituição. Ao mesmo tempo, alertou sobre as denúncias contra a UNICAMPS, o que até então, não era de conhecimento da Diretoria. O Presidente, pois, ao tomar conhecimento das denúncias, relatou que já havia um caso registradono Conselho em que um aluno havia apresentado um diploma da UNICAMPS, com registro já emitido.

Convidaram o professor Vitor Hugo Ferreira da Silva e a professora Liliane Gonçalves Lopes, que haviam solicitado o registro com base em um histórico fornecido pela UNICAMPS. Ambos relataram que, realmente, nunca haviam assistido aula na UNICAMPS e que pagaram ao INMEC uma taxa de 500,00 para emissão do diploma com a chancela da instituição.

Relata que detectaram fraude no verso diploma, pelo número das portarias dele constantes, pois a UNICAMPS, até então, não havia formado nenhuma turma, vez que o curso foi autorizado em 2014 (portaria nº 603 de 29 de outubro de 2014). Todavia, no diploma constava a Portaria nº 40, de 12 de dezembro de 2007, publicada no DOU nº 249, de 19 de dezembro de 2013. Além disso, o curso só começou a funcionar na instituição em 2015, e o denunciante era o coordenador do curso, à época. Ademais, o curso só foi reconhecido em dezembro de 2016, com nota 4, e no diploma, o reconhecimento estava com a data de 19 de dezembro de 2013. Por fim, existe o carimbo de duas instituições no verso do diploma, da UNICAMPS e da UniT – Universidade Tiradentes, que também chancela o diploma.

Solicita o encaminhamento da denúncia ao plenário do CREF, à

Delegacia de Defesa do Consumidor, ao Conselho Estadual de Educação e ao Ministério da Educação para apurar as irregularidades. Por fim, que até o final da apuração, fossem barrados os pedidos de registro de profissionais que apresentassem diploma oriundo da FacUNICAMPS.

Junta cópia do diploma outorgado pela Fac UNICAMPS

* **Ofício nº 066/2018/PRESIDÊNCIA/CREF14/GO-TO –**

endereçado ao Deputado Talles Barreto, via do qual encaminha documentos relativos à suspeita de irregularidades do curso INSAUDE – fortes indícios de que instituições privadas de ensino, sem qualquer vínculo com o Ministério da Educação, estejam oferecendo cursos superiores de Educação Física no Estado de Goiás;

* **Documentos – divulgação do curso nas redes sociais**;

* **Defesa do Conselho Regional de Educação Física – 14ª**  **Região**, contra a denúncia apresentada por Milton Justus, Diretor da Faculdade de Piracanjuba.

Alega que, em nenhum momento, o Conselho Regional de Educação Física tentou dificultar a expedição de registros profissionais dos egressos da Faculdade de Piracanjuba, em face de suposta irregularidade identificada. Apenas foi cautelosa na não efetivação dos registros profissionais. Assim, diante da constatação de suposta fraude, o CREF14 GO/TO oficiou o MEC, a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, solicitando informações sobre a legalidade do curso oferecido pela instituição, não tendo obtido resposta, até então.

Assim, preferiu, por prudência, aguardar manifestação do órgão ministerial competente, para, então, deferir ou não os registros profissionais.

Aduz que, embora a Faculdade alegue que o curso de bacharelado em Educação Física seja autorizado e reconhecido por portariais ministeriais, a instituição possui apenas autorização para funcionar, na modalidade presencial, com duração de 4 anos, e se encontra em processo de reconhecimento, o que não autoriza diplomar os egressos.

Afirma que, na Faculdade de Piracanjuba, a primeira turma do curso de Educação Física bacharelado ainda não concluiu o tempo mínimo para sua conclusão, haja vista que, pelo pouco decurso de tempo entre a data de autorização do curso até a data em que foi feita a defesa, não transcorreu tempo suficiente para a integralização da grade curricular da primeira turma. Que a primeira turma é de 2016;

* **Ofício nº 070/2018/PRESIDÊNCIA/CREF14/GO-TO** – via do qual o Presidente do Conselho Regional de Educação Física 14ª Região, solicitando ao Presidente da CPI das Universidades cópia da denúncia apresentada por

Milton Justus – Diretor da Faculdade de Piracanjuba, em desfavor do Conselho, durante audiência da CPI;

* **Ofício nº 072/2018/PRESIDÊNCIA/CREF14 GO-TO** – do

Conselho Regional de Educação Física 14ª Região, endereçado ao Deputado

Talles Barreto, Presidente da CPI das Universidades, em resposta ao Ofício nº 072/2018/PRESIDÊNCIA-CREF14 GO-TO, encaminhando cópia de 11 denúncias de diplomas falsos, apresentadas pelo CREF 14 GO TO, nos últimos 6 meses.

Informa que 5 deles são de instituições de ensino no Estado de Goiás, a saber, UNIP, Universidade Salgado Oliveira, Faculdade União Goyases e Centro Universitário Claretiano; os outros 6, de outros Estados da Federação, isto é, Faculdade de Educação Física Barra Bonita, Faculdades Integradas Fernandópolis, Universidade São Marcos e Centro Universitário UNIEURO.

* **Notícia crime,** feita pelo Conselho Regional de Educação Física da 14ª Região, endereçado ao Superintendente da Polícia Federal no Estado de Goiás, em desfavor de Fábio Pereira.

Noticia que, em 11 de outubro de 2016, Fábio Pereira quis se inscrever no cadastro de registro profissional, e fundamentou seu pedido na apresentação de documentos exigidos para esse mister, entre eles, diploma e histórico escolar emitidos pela Universidade São Marcos.

Informa que o Conselho verificou, na instituição de ensino que emitiu o diploma, a fim de atestar a veracidade e autenticidade das informações e documentos. Que oficiaram a Universidade São Marcos para averiguar as informações e receberam, como resposta, documento, assinado pelo Reitor da Universidade, informando que o diploma apresentado não foi emitido pela universidade, e as assinaturas dele constantes não conferem.

O Conselho notificou o formando para apresentar defesa, que, contudo, não foi oferecida.

Que o formando incorreu em conduta prevista no art. 304 do Código Penal, ou seja, uso de documento falso.

* **Notícia crime em desfavor de Rômulo Eduardo Azevedo Bayma Gonçalves** – também por uso de documento falso.
* **Notícia crime em desfavor de Thiago Reginaldo Ataídes de Morais**, também por uso de documento falso;
* **Notícia crime em desfavor de Dário Nascimento Sena**, por uso de documento falso.
* **Notícia Crime em desfavor de Izaías Soares Ferreira,** por uso de documento falso.
* **Notícia Crime em desfavor de Suzana Sabrina Socorro dos Santos,** por uso de documento falso.
* **Notícia Crime em desfavor de Fabiano Porto Medeiros,** por uso de documento falso.
* **Notícia Crime em desfavor de Laura Luísa Hemming,** por uso de documento falso.
* **Notícia Crime em desfavor de Renato Silva de Assis,** por uso de documento falso.
* **Notícia Crime em desfavor de Abnner Daniel Silva**  **Rodrigues,** por uso de documento falso.
* **Notícia Crime em desfavor de Allysson da Mota Pinheiro,** por uso de documento falso.

**6.1.5. Instituto Visão:**

* **Ofício 005/2018,** da RC Marketing e Propaganda Ltda, com nome fantasia Instituto Visão, endereçado ao Deputado Talles Barreto, via do qual seu preposto esclarece que essa empresa atua no mercado goiano há vários anos, divulgando cursos sequenciais em várias áreas para inúmeras instituições de ensino superior credenciadas no MEC.

Informa que o Instituto Visão está autorizado pelas IES por meio de contratos de cooperações técnicas, o que o habilita a promover a divulgação de vários cursos relacionados nos convênios firmados, em conformidade com a Lei nº 9.394/1996, art. 44 e 45, Parecer nº CES 968/98, Decreto nº 9.507/2017, art. 19 e Resolução nº 01/2017, art. 1º, §§ 1º e 2º.

Informa que o Instituto não trabalha com divulgação dos cursos de graduação e a emissão de certificados dos cursos sequenciais para estudantes de nível superior que divulgam é de responsabilidade da IES.

* **Carta de citação e intimação para audiência com cumprimento de decisão liminar –** a reclamada é a empresa Mc Marketing e Propaganda

Ltda.

* **Informações sobre a Faculdade de Tecnologia e Educação Superior FATEG** – extraída do cadastro nacional de cursos de especialização – educação presencial.
* **Cópia de termo de convênio de cooperação técnica, científica, cultural e educacional, celebrado entre a Faculdade de Tecnologia e Educação de Goiás – FATEG e RC Marketing e Propaganda Ltda**. O Objeto do convênio é a cooperação técnica, científica, cultural e educacional visando ao desenvolvimento e execução de programas e projetos de cooperação técnica e o intercâmbio em assuntos educacionais, culturais, científicos, tecnológicos, extensão, especialização e de pesquisa e o estabelecimento de mecanismos para sua realização.

* **Termo de Convênio de Cooperação Técnica, científica, cultural e educacional,** celebrado entre a FATEG e Robson Lúcio Noronha, cujo objeto é a cooperação técnica, científica, cultural e educacional, visando ao desenvolvimento e coordenação de programas e projetos de cooperação técnica e o intercâmbio de assuntos educacionais, culturais, científicos, tecnológicos, capacitação, extensão e de pesquisa e o estabelecimento de mecanismo para sua realização. Contém, ainda, a carga horária, local e duração do curso.

* **Termo de agenciamento de serviços educacionais Robson Lúcio Noronha –** formalizado entre o Instituto Superior de Educação e Cultura Vanguard e Robson Lúcio Noronha, denominado Agenciador Educacional, tendo como objeto a prestação de serviços na área educacional, consistentes na prospecção de mercado, agenciamento, formação e coordenação administrativa/financeira de turmas de alunos, para integrar cursos organizados e promovidos pela Faculdade FIG

* **Contrato de parceria educacional, firmado entre a RC Marketing e Propaganda Ltda e e Fundação Educacional de Goiás – Faculdade Lions,** que tem por objeto a parceria para a realização e fornecimento de cursos superiores sequenciais e de pós-graduação e cursos de extensão em diversas áreas a estudantes interessados, que poderão ser realizados, tanto no município sede da Faculdade Lions, como nos demais municípios do Estado de Goiás.

* **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017** – que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

* **Lei nº 9.394/1996** – que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional
* **Parecer CES 968/98, do Ministério da Educação**, tendo como interessada a Câmara de Educação Superior

* **Projeto de Resolução de cursos sequenciais de educação superior**.

**6..1.6. Faculdade de Piracanjuba:**

* **ATOS REGULATÓRIOS DA FACULDADE DE PIRACANJUBA;** a)

**Portaria nº 752, de 20 de julho de 2016 –** credencia a faculdade

1. **Recredenciamento –** homologa o parecer nº 334, da Câmara de

Educação Superior do Conselho Nacional de /Educação;

1. **Portaria nº 34, de 1 de março de 2016 –** autoriza os cursos superiores de educação, ministrados pelas IES, inclusive a Faculdade de Piracanjuba.
2. documentos do **e-MEC;**
3. **Resolução nº 12, de 13 de dezembro de 2007**, que estabelece que os diplomas dos cursos de graduação e sequenciais de formação específica, expedidos por instituições não- universitárias, serão registrados por universidades credenciadas, independentemente de autorização prévia do Conselho Nacional de Educação
4. **Diário Oficial da União de 23 de abril de 2018** – credencia, em caráter provisório, para oferta de cursos superiores na modalidade à distância, entre outras, a Faculdade de Piracanjuba.

 **dos aproveitamentos dos cursos exclusivos de educação física licenciatura –** Limite de 75% por Resolução do Conselho Superior:

1. **Portaria CONSUP/FAP nº 004, de 2 de março de 2016** – aprova a normativa para extraordinário aproveitamento de créditos, para efeitos de complementação de estudos, de alunos egressos do curso de licenciatura em Educação Física para obtenção de diploma no curso de Educação Física – modalidade bacharelado.
2. **Resolução 03/2017/CEPE** – aproveitamento de disciplinas
3. **Resolução nº 5, de 11 de julho de 1979**, que estabelece normas sobre aproveitamento de estudos;
4. **Parecer homologado CNE/CES 690/2000** – sobre aproveitamento de estudos
5. **Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016,** que possibilita às instituições de ensino superior que possuam pelo menos um curso de graduação reconhecido, introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais regularmente autorizados, a oferta de disciplinas na modalidade à distância;
6. **Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004**, do Ministério da Educação, que faculta às instituições de ensino superior introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem modalidade semipresencial, com base no art. 81, da Lei nº 9.394/1996;
7. **Quadro Demonstrativo do Curso de Complementação de Estudos** – Licenciatura em Educação Física para bacharelado em Educação Física da Faculdade de Piracanjuba.

**6.1.7. Associação dos Professores e Profissionais de Educação Física do Estado de Goiás:**

* pedido de habilitação da Associação dos Professores e

Profissionais de Educação Física do Estado de Goiás, nos trabalhos da CPI.

**6.1.8. Faculdade Padrão:**

* contrato social  autorizações de cursos
* portarias de credenciamentos:

1. **Portaria nº 1.459,de 23 de dezembro de 1998**, autoriza o funcionamento do curso de Administração em Administração Hoteleira, a ser ministrado pela Faculdade Padrão de Ciências Humanas;
2. **Portaria nº 1.771, de 19 de junho de 2002** – autoriza o funcionamento do curso de Fisoterapeia, bacharelado, a ser ministrado pela instituição de ensino superior denominada Faculdade padrão;

C) **Portaria nº 639, de 21 de outubro de 2016**, renova o reconhecimento do curso de Fisioterapia da Faculdade Padrão;

1. **Portaria nº 269, de 3 de abril de 2017** – renova o reconhecimento

dos cursos de Administração e Ciências Contábeis da Faculdade Padrão;

1. **Portaria nº 199, de 8 de fevereiro de 2001** – autoriza o funcionamento do curso de Ciências Contábeis, bacharelado, a ser ministrado pela Faculdade Padrão de Ciências Humanas.
2. **Portaria nº 4.034, de 22 de dezembro de 2003** – autoriza o

funcionamento do curso de Direito, bacharelado, a ser ministrado pela Faculdade

Padrão;

1. **Portaria nº 1.583, de 19 de julho de 2001** – autoriza o

funcionamento do curso de Ciências Biológicas , bacharelado, a ser ministrado pela Faculdade padrão;

1. **Portaria nº 3.768, de 12 de dezembro de 2003** – autoriza o

funcionamento do curso de Enfermagem, a ser ministrado pela Faculdade

Padrão;

1. **Portaria nº 821, de 30 de dezembro de 2014** – renova o

reconhecimento dos cursos de Biomedicina e de Enfermagem da Faculdade

Padrão;

1. **Portaria nº 1.026, de 20 de julho de 2000** – autoriza o

funcionamento do curso de Pedagogia, licenciatura plena, com as habilitações Administração Escolar, Supervisão Escolar e Orientação Educacional, a ser ministrado pela

Faculdade Padrão;

1. **Portaria nº 794, de 14 de dezembro de 2016** - renova o

reconhecimento do curso de Pedagogia da Faculdade Padrão;

1. **Portaria nº 2.918, de 17 de outubro de 2002** -
2. **Portaria nº 254, de 22 de março de 2007** – autoriza o

funcionamento do curso de Letras, a ser ministrado pelo Instituto Superior de

Educação Padrão;

1. **Portaria nº 27, de 11 de fevereiro de 2016** – reconhece o curso de Letras- Português e Inglês do Instituto Superior de Educação Padrão.

**6.1.9.Sindigoiânia:**

* documento endereçado ao Presidente da CPI, informando ser uma instituição sindical de 1º grau, não sendo instituição de ensino. Apenas possui parceria com o Instituto Superior Cultural Brasileiro – ISCB, com o objetivo de ofertar Mestrado e Doutorado pela Universidad Gran Assuncion – UNIGRAN, Paraguai, estando resguardado pelo Tratado do Mercosul e pelo Tratado Íbero Americano, e, ainda, devidamente registrada no MED de La Republica del Paraguay.

Informa que os alunos mestrandos se encontram em fase de escrita e orientação da dissertação, depois de cumpridas as aulas obrigatórias em Assunção, Paraguai. Para tanto, foi firmado convênio com o IPK – Instituto de Pós-graduação Hans Kelsen de Brasília, juntamente com as faculdades parceiras no Brasil, registradas no MEC e autorizadas a ofertar Mestrado e Doutorado, a fim de colaborar com a escrita, pesquisa e desenvolvimento da dissertação, dando ao aluno mais condições de desenvolvimento em pesquisa, recebendo orientações finais para defesa de seus trabalhos, conforme exigência da Resolução nº 03, de 22 de junho de 2016, para fins de reconhecimento por universidade brasileira.

* **Decreto nº 5.518, de 23 de agosto de 2005,** que promulga o

Acordo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de

Atividades Acadêmicas nos Estados-partes do Mercosul;

* **Resolução nº 3, de 22 de junho de 2016 –** dispõe sobre normas referentes à revalidação de diplomas de cursos de graduação e ao reconhecimento de diplomas de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior;
* **Súmula do Parecer CNE/CES 309/20151 – Ministério da Educação –** assunto – reexame do Parecer CNE/CES nº 56/2015, que trata de normas referentes à revalidação de diplomas de cursos de graduação e ao reconhecimento de diplomas de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior.
* **Projeto da UNIGRAN de Mestrado**
* **Convênio de Cooperação Técnica, Cultural e Científica,** firmado entre o ISCB – Instituto Superior Cultural Brasileiro e a Universidade Central Del Paraguay, cujo objeto é a cooperação técnica, científica, cultural e financeira entre os partícipes, visando ao desenvolvimento e execução de programas e projetos de cooperação técnica e o intercâmbio em assuntos educacionais, culturais, científicos, tecnológicos e de pesquisa e o estabelecimento de mecanismos para sua realização, de acordo com as leis brasileiras, paraguaias e a legislação do MERCOSUL, na oferta dos cursos de mestrado e doutorado, oferecidos pela Universidad Central del Paraguay, situada na cidade de Assunção, Paraguai.
* **nota de esclarecimento do ISCB**
* **-** o representante legal do ISCB esclarece que os convênios mantidos por esse instituto e as Universidades do Paraguai, entre elas, a Universidade Central do Paraguai, não tem participação alguma do Sindigoiânia, que mantém convênio apenas com o ISCB.
* - esclarece, também, que o processo de repasse financeiro dos alunos dos cursos de mestrado é de responsabilidade do ISCB. Os alunos efetuavam o pagamento via boleto bancário ou carnês emitidos pelo ISCB, com crédito na conta do instituto.
* - Isenta de qualquer responsabilidade os professores Gleyvison Nunes dos Santos e Lindomar Resende Rodrigues, em relação ao contrato estabelecido com as Universidades existentes no Paraguai, bem como do recebimento de qualquer quantia.
* **convênios, resoluções e declarações Universidade Gran**

**Asuncion – Unigran**

1. convênio internacional entre a Universidade Gran Asuncion, Unigran, e o ISCB;
2. declaração do reitor da Universidade Gran Asuncion – UNIGRAN;
3. Resolução CONES nº 470/2017.

**6.1.10. Instituto Hans Kelsen:**

* Declaração de que o Instituto de pós-graduação Hans Kelsen – IPGK possui parceria com o Sindigoiânia, desde 13 de setembro de 2017, podendo ministrar cursos de capacitação e aprimoramento, pós-graduação e mestrado.

**6.1.11. Faculdade de Teologia e Ciência – FATEC:**

* Declaração de que o Instituto de Pós-graduação Hans Kelsen possui parceria de marketplace com a Fatec, para ministrar, dentre outros produtos, cursos de capacitação e aperfeiçoamento profissional de 40 horas.

**6.1.12. Escola Superior da Advocacia – OAB-GO:**

* Ofício nº 32/2018 – ESA/GO, via do qual encaminha cópia dos contratos que viabilizam a realização das pós-graduações na ESA:

1. **cópia do contrato entre a OAB/ESA-GO e a Universidade Federal de Goiás – UFG,** para a realização da especialização em Direito do

Trabalho e

Direito Processual do Trabalho;

1. **cópia do contrato entre a OAB/ESA-GO e a Universidade Federal de Goiás – UFG**, para a realização da especialização em Direito

Processual

Civil;

1. **cópia do contrato entre a OAB/ESA-GO e a Universidade Federal de Goiás – UFG**, para a realização da especialização em Direito do Consumidor; d) **cópia do contrato entre a OAB/ESA-GO e a DALMASS**, para a realização da especialização MBA em Direito Imobiliário, Negócios e Operações; e) **cópia do contrato entre a DALMASS e a Faculdade Cambury**, para a realização da especialização MBA em Direito Imobiliário, Negócios e

Operações;

f) **cópia do contrato entre a OAB/ESA-GO e a DALMASS**, para a

realização da especialização MBA em Direito Imobiliário, Negócios e Operações

– Turma 2;

* + - * 1. **cópia do contrato entre a DALMASS e a Faculdade Cambury**, para a realização da especialização MBA em Direito Imobiliário, Negócios e

Operações – Turma 2;

* + - * 1. **cópia do contrato entre a OAB/ESA-GO e a**

**DALMASS**, para a

realização da especialização MBA em Planejamento e Gestão de Escritórios de

Advocacia;

* + - * 1. **cópia do contrato entre a DALMASS e a Faculdade Cambury,** para a realização da especialização MBA em

Planejamento e Gestão de Escritórios de Advocacia;

* + - * 1. **cópia do contrato entre a OAB/ESA-GO e a**

**Universidade FUMEC** para a realização de cursos de especialização na modalidade à distância (EAD) – encontra-se sem assinaturas porque o contrato original está em Minas Gerais e não foi remetido a tempo para juntada ao processo).

**6.1.13. Conselho Regional de Serviço Social:**

 **Ofício Cress Goiás 19ª Região nº 181/2018 -** encaminhado pela Conselheira Presidente do Conselho Regional de Serviço Social Goiás 19ª Região, via do qual informa que o Conselho está acompanhando as discussões da CPI, objetivando traçar estratégias conjuntas com as entidades representativas da categoria de assistentes sociais.

**6.1.14. Conselho Estadual de Educação:**

* + - * + **Ofício nº 292/2018 CEE/GO –** encaminha o parecer CEE/CLN nº 1627/2018, assinado pelo relator Marcelo Ferreira de Oliveira, de 11 de maio de 2018, referente ao processo 201800044001300, que trata de possível irregularidade de atuação do Grupo Evolução em Cidade Ocidental e/ou outros municípios no Estado de Goiás.
        + **Parecer CEE/CLN nº 1627/2018 –**
        + **Resolução CEE/CEB nº 906, de 12 de dezembro de 2014**, que dispõe sobre o recredenciamento e a renovação da autorização do ensino fundamental do 1º ao 5º ano, da Escola Santa Izabel – Cidade Ocidental/GO e dá outras providências.
        + **Ofício nº 311/2018 CEE/GO –** via do qual encaminha

ao

Presidente da CPI o parecer CEE/CLN nº 1552/2018, assinado pela conselheira relatora Maria Ester Galvão de Carvalho, de 3 de maio de 2018, referente ao processo nº 201800044000540, que trata de possível irregularidade de atuação da Faculdade de Piracanjuba de Quirinópolis.

* + - * + **Parecer CEE/CLN nº 1552/2018 –**
        + **Ofício nº 10/2018-SUP –** do Procon Goiás, encaminhado ao Presidente da CPI, via do qual afirma, em síntese, que a instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito coaduna com a Política Nacional de Relações de Consumo, buscando garantir ao consumidor informação clara e precisa, transparência nas relações de consumo, equiparando as partes ao proteger aquela que, de fato, é vulnerável. Sem olvidar que uma iniciativa dessa envergadura coibiria significativamente a má prestação de serviços por parte das instituições de ensino superior principalmente aquelas que funcionam de forma irregular, sem o devido credenciamento ou recredenciamento do Ministério da Educação, órgão competente para tal.

Esclarece também que a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior é a unidade do Ministério da Educação responsável pela regulação e supervisão de instituições de educação superior, públicas e privadas, pertencentes ao Sistema Federal de Educação Superior; e cursos superiores de graduação do tipo bacharelado, licenciatura e tecnológico e de pós-graduação lato sensu, todos na modalidade presencial ou a distância, conforme disposto no art. 1º, IV, da Portaria nº 1.342, de novembro de 2012 (Regimento Interno do SERES). Logo, tem identificado o ente responsável pela respectiva fiscalização, ressaltando que a Seres fiscaliza aquelas instituições que estão devidamente credenciadas no MEC, quanto às demais, a fiscalização é feita mediante denúncias registrada perante a Secretaria.

Além disso, vigora no Estado de Goiás a Lei Complementar nº 26, de 28 de dezembro de 1998, que estabelece as diretrizes e bases do sistema educativo do Estado de Goiás, e o art. 76 dispõe ser de competência do Conselho Estadual de Educação autorizar, avaliar, fiscalizar e reconhecer cursos, programas e instituições que integram o sistema estadual de educação, na forma da lei, ou seja, cabe ao Conselho fiscalizar tão somente as instituições públicas de ensino superior. Desta feita, o PROCON-GOIÁS atua sempre quando registradas denúncias ou reclamações desta natureza por parte dos consumidores.

* + - * + O PROCON – GOIÁS, no âmbito de suas atribuições tem recebido reclamações e denúncias dando o devido tratamento, seja por meio da lavratura de auto de infração ou instauração de processo administrativo com fito de apurar possíveis práticas infrativas às normas consumeristas. No entanto, cumpre esclarecer que as demandas recebidas no órgão tratam de reclamações individuais, e os resultados e apurações são concernentes às partes envolvida – reclamante/reclamada.

**6.1.15. PROCON-GO:**

 Termos de Reclamação protocolados no PROCON-GO.

**6.1.16. Faculdade União de Goyazes:**

* + - * + **estudo feito por alunos da Faculdade União de Goyazes,** curso de bacharel em Educação Física, - “Metodologia de Treinamento no Futebol de Campo: um estudo com treinadores das categorias de base do estado de Goiás;
        + **Portaria nº 609, de 22 de junho de 2007**, do

Ministério da Educação, via da qual credencia a Faculdade União de Goyazes a ser instalada em Trindade – GO

* + - * + **Portaria nº 1.126, de 20 de setembro de 2017 –** recredencia a Faculdade União de Goyazes.
        + **Portaria nº 693, de 2 de agosto de 2007,** autoriza o funcionamento do curso de Educação Física, bacharelado, com 200 vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, em turmas de, no máximo, 50 alunos, a ser ministrado pela Faculdade União de Goyazes.
        + **Portaria nº 588, de 22 de outubro de 2014,** que reconhece o curso de Educação Física da Faculdade União de Goyazes
        + **Contrato de parceria comercial, firmado entre o Centro de Estudos Octávio Dias de Oliveira, mantenedor da Faculdade União de Goyazes, e a empresa Insaúde Ensino e Organização de Eventos Ltda,** que tem por objeto a união de esforços para que a empresa Insaúde busque novos alunos para a Faculdade União de Goyazes, mediante pagamento de comissão, bem como na ajuda de fidelização dos mesmos.
        + **Históricos acadêmicos da Universidade Federal de Goiás**
        + **Cópia de processo de aproveitamento de**

**disciplina, da Faculdade União de Goyazes**

* + - * + **Termo de Compromisso de Estágio, com a ACQUAFIT**

**Academia de Ginástica Ltda e aluno da Faculdade União de Goyazes**, com aas atividades desenvolvidas e relatório conclusivo

* + - * + **Convênio celebrado entre a Atame Educacional e a Atame Pós-graduação Ltda,** para a certificação de cursos de pósgraduação lato sensu e cursos de extensão.
        + **Portaria nº 1.336, de 21 de novembro de 2016,** do Ministério da Educação, que credencia a Faculdade Atame, a ser instalada em Brasília.
        + **Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018,** que

estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pósgraduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o art. 39, § 3º, da Lei nº 9.394/1996. E dá outras providências.

**6.1.17. Atame Pós-graduação:**

* + - * **Alteração contratual** de Atame Pós-graduação Ltda;
      * **Consolidação do Contrato Social** da Atame Pós-

graduação

Ltda;

**6.1.18. Instituto Lato Sensu:**

* + - * + **Alteração e Consolidação do Contrato Social** do Instituto Lato Sensu empreendimentos
        + **Convênio de Parceria para a prestação de serviços educacionais que entre si celebram a APEC Sociedade Potiguar de Educação e Cultura Ltda e o Instituto Lato Sensu Empreendimentos Educacionais Ltda**, cujo objeto é estabelecer as condições necessárias para a constituição de uma parceria para fins de prestação de serviços educacionais, por meio da qual o parceiro atuará como Polo de Apoio Presencial para cursos ministrados à distância pela IES
        + **Convênio de Parceria para a prestação de serviços educacionais que entre si celebram a FACS Serviços Educacionais Ltda e o Instituto Lato Sensu Empreendimentos Educacionais Ltda**, cujo objeto estabelecer as condições necessárias para a constituição de uma parceria para fins de prestação de serviços educacionais por meio da qual o parceiro atuará como polo de apoio presencial para cursos ministrados à distância pela IES
        + **Convênio de Parceria para a prestação de serviços educacionais que entre si celebram a Faculdades Metropolitanas Unidas Ltda e o Instituto Lato Sensu Empreendimentos Educacionais Ltda**, cujo objeto é estabelecer as condições necessárias para a constituição de uma parceria para fins de prestação de serviços educacionais por meio da qual o parceiro atuará como polo de apoio presencial para cursos ministrados à distância pela IES.
        + **Informações sobre o EAD das Universidades da Laureate**  **Brasil.**

**6.16. Instituto Hans Kelsen:**

* + - * + **Declaração da FATEC** de que possui parceria de

marketplace com o Instituto de Pós-graduação Hans Kelsen;

* + - * + **Contrato de prestação de serviços para implantação e gestão do Programa de Bolsas de Estudos Educa mais Brasil,** formalizado entre a Educar projetos Educacionais Ltda e o Instituto de Pós-graduação Hans Kelsen;
        + **Resolução nº 12, de 13 de dezembro de 2007.**

**6.1.19. Instituto Superior Cultural Brasileiro:**

* + - * + **Declaração da FATEC** de que possui parceria de

marketplace com o Instituto de Pós-graduação Hans Kelsen;

* + - * + **Contrato de prestação de serviços para implantação e gestão do Programa de Bolsas de Estudos Educa mais Brasil,** formalizado entre a Educar projetos Educacionais Ltda e o Instituto de Pós-graduação Hans Kelsen;
        + **Resolução nº 12, de 13 de dezembro de 2007.**

**6.2. Documentos juntados e requisitados na presente Comissão Parlamentar de Inquérito:**

**6.2.1. Singoiânia:**

* Constância dos alunos – consiste em uma Declaração, emitida pela Universidad Gran Asunción, de que os seguintes alunos estavam matriculados como regulares em Maestria em ciências de la Educacion, tendo participado das aulas, de caráter presencial, de 4 a 15 de julho de 2017:
* Angelita Maria Pereira Machado;
* Flávia Aurelia Silva Freitas;
* Hudson Duarte Martins;
* Lindelma Aparecida Prado Fernandes;
* Nadia rodrigues Valente;
* Paula Soares dos Santos;
* Documentos fornecidos pelo I.S.C.B (prova documental de que os alunos estiveram no Paraguai e estudaram) – consiste em um cronograma do curso de mestrado em Ciências da Educação, fornecido pela Universidad Central Del Paraguay; planilha de qualificações, planilha de assistência;
* Distrato e contratos com o I.S.C.B;
* Declaração do Ministério da Educação e Cultura do Paraguai dos alunos acreditados junto ao MEC e de reconhecimento do curso de Maestria del Programa de Postgrado em Ciencias de la Educacion de la Universidade Gran Asuncion;
* Contrato formalizado entre a Rede Kelsen e Its Flórida,
* Contrato entre alunos e a Its Florida;
* Alunos diplomados pela Universidade;
* Decisão retirando o Sindigoiânia do polo ativo;
* Notas de repúdio dos alunos;

**6.2.2. Faculdade do Norte Goiano:**

* + - * **Portaria nº 65, de 13 de janeiro de 2009** – credencia a Faculdade do

Norte Goiano pelo prazo de 3 anos;

* + - * **Portaria nº 1.059, de 5 de setembro de 2017 –** recredencia a

Faculdade do Norte Goiano por 4 anos;

* + - * **Portaria nº 15, de 15 de janeiro de 2009 –** indefere o pedido de funcionamento do curso de Farmácia, bacharelado, pleiteado pela Faculdade do Norte Goiano;
      * **Portaria nº 18, de 15 de janeiro de 2009 –** autoriza o funcionamento do curso de Administração, bacharelado, com 200 vagas, a ser ministrado pela Faculdade do Norte Goiano;
      * **Portaria nº 346, de 3 de junho de 2014 –** reconhece o curso de Administração, ministrado pela Faculdade do Norte Goiano;
      * **Portaria nº 268, de 3 de abril de 2017 –** renova o reconhecimento do curso de Administração, ministrado pela Faculdade do Norte Goiano;
      * **Portaria nº 463, de 2 de julho de 2018 -**  autoriza o curso de Ciências Contábeis, Fisioterapia e de Estética e Cosmética, a serem ministrados pela Faculdade do Norte Goiano;
      * **Portaria nº 329, de 11 de maio de 2018 –** autoriza o curso de Direito a ser ministrado pela Faculdade do Norte Goiano;
      * **Portaria nº 226, de 29 de março de 2018 –** autoriza o curso de Educação Física, a ser ministrado pela Faculdade do Norte Goiano;
      * **Portaria nº 29, de 15 de janeiro de 2009 –** autoriza o funcionamento do curso de Enfermagem, a ser ministrado pela Faculdade do Norte Goiano;
      * **Portaria nº 664, de 12 de dezembro de 2013 –** reconhece o curso de

Enfermagem, ministrado pela Faculdade do Norte Goiano;

* + - * **Portaria nº 57, de 3 de fevereiro de 2017 –** renova o reconhecimento do curso de Enfermagem, ministrado pela Faculdade do Norte Goiano;
      * **Portaria nº 1.096, de 24 de outubro de 2017 –** autoriza o curso de

Engenharia Civil, a ser ministrado pela Faculdade do Norte Goiano;

* + - * **Portaria nº 685, de 7 de julho de 2017 –** autoriza o curso de Engenharia de Produção, a ser ministrado pela Faculdade do Norte Goiano;
      * **Portaria nº 548, de 15 de setembro de 2014 –** autoriza o curso de Farmácia, a ser ministrado pela Faculdade do Norte Goiano;
      * **Portaria nº 546, de 14 de agosto de 2018 –** reconhece o curso de

Farmácia, ministrado pela Faculdade do Norte Goiano;

* + - * **Portaria nº 903, de 24 de dezembro de 2018 –** autoriza o curso de

Medicina Veterinária, a ser ministrado pela Faculdade do Norte Goiano;

* + - * **Portaria nº 213, de 23 de junho de 2016 –** autoriza o curso de Pedagogia, a ser ministrado pela Faculdade do Norte Goiano;

Contudo a Instituição não se manifestou sobre as denúncias de oferta irregular do cursos de Graduação em Psicologia e Agronomia, que teriam iniciados sem as devidas Portarias de Autorização expedidas pelo MEC.

**6.2.3. Dalmass Serviços Educacionais:**

* + Link do cadastro e-mec do curso MBA em Planejamento e Gestão

de Escritórios de Advocacia;

* + Projeto do curso;
  + Conteúdo programático;
  + Aditivo ao instrumento particular de contrato de parceria educacional para a realização do curso de pós-graduação lato sensu em MBA Direito Imobiliário, Negócios e Operações, firmado

entre o Centro Tecnológico Cambury Ltda e a Dalmass Serviços Educacionais Ltda – ME – Dalmass cursos;

* + Aditivo ao instrumento particular de contrato de parceria educacional para a realização do curso de pós-graduação lato sensu em MBA Planejamento e Gestão de Escritórios de Advocacia, firmado entre o Centro Tecnológico Cambury Ltda e a

Dalmass Serviços Educacionais Ltda – ME – Dalmass cursos;

* + Cópia de 2 páginas, do 12ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, do Ministério Público do Estado de Goiás de que consta que a empresa Dalmass Administração e Serviços Ltda-ME informou que o oferecimento de cursos e pós-graduação se faz mediante cooperação firmada com a Faculdade Cambury, sendo que fica a cargo do IES a responsabilização pela realização dos cursos, promovendo a contratação e definição do perfil do corpo docente, realizando toda a organização didático-pedagógica, estabelecendo a grade de disciplinas, além a carga horária, sob as balizas legais do MEC. Consta, ainda, que a empresa informou que a certificação do curso se pós-graduação fica a cargo da Cambury, que possui autorização do MEC. Esclareceu que os alunos são cientificados do acordo de cooperação entre as empresas e que a certificação da titulação é emitida pela Cambury. Em consulta ao site da Dalmass, verificou-se que o consumidor é informado adequadamente sobre a responsável pela realização do curso;
  + Diário de classe/presença do curso de MBA em Planejamento e

Gestão de Escritórios de Advocacia;

* + Link do cadastro e-mec do curso MBA em Direito Imobiliário,

Negócios e Operações;

* + Projeto do curso;
  + Conteúdo programático;
  + Diário de classe/presença do curso de MBA em Direito Imobiliário, Negócios & Operações

**7. LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA**

Os trabalhos da presente Comissão Parlamentar de Inquérito voltaramse, no âmbito do fato determinado a ser investigado, para as seguintes questões:

* 1. Oferta de cursos de graduação em locais e por instituições não autorizadas;
  2. Criação de unidades – polos – irregulares, por instituições de ensino superior credenciadas;
  3. Venda de diplomas;
  4. Oferta de cursos de pós-graduação por instituições não credenciadas.

Essas condutas podem ter, como pano de fundo:

* 1. A celebração de convênios entre faculdades e institutos que não possuem autorização do MEC, que tem por objeto a captação de alunos para os cursos por aquelas oferecidos. Ocorre que esses institutos realizam a publicidade dos cursos utilizando-se do nome das faculdades e, muitas vezes, eles próprios realizam os cursos. O que ocorre, nesses casos, é uma verdadeira terceirização do ensino superior;
  2. Propaganda enganosa, materializada na divulgação do nome das faculdades, no sítio eletrônico dos institutos;
  3. Cessão de prédios públicos para a ministração dos cursos.

No tocante à legislação que disciplina a questão ora investigada por esta CPI, o art. 209, da Constituição Federal, dispõe que o ensino é livre à iniciativa privada, devendo ser respeitadas as normas gerais da educação nacional, sendo necessária, ainda, a autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público. Senão, vejamos:

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

* 1. - cumprimento das normas gerais da educação nacional;
  2. - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Em obediência a esse preceito constitucional, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, prevê, no art. 9º, IX, a incumbência da União de autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino:

Art. 9º A União incumbir-se-á de:

(...)

IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

Importante tomar conhecimento, neste contexto, dos cursos abrangidos pela educação superior, que se encontram elencados no art. 44, do mesmo diploma legal,:

Art. 44. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas:

* 1. - **cursos sequenciais por campo de saber**, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente
  2. - **de graduação**, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;
  3. - **de pós-graduação**, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;
  4. - **de extensão**, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino. (destacou-se)

Para regulamentar a Lei nº 9.394/1996, especificamente no que toca à **educação superior,** foi editado o Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001, hoje, não mais em vigor, vez que revogado pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Esse, por sua vez, também foi revogado pelo Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.

O art. 2º, do Decreto nº 9.235/2017, **inclui, no sistema federal de ensino, as instituições de ensino superior criadas e mantidas pela iniciativa privada**, ao qual, segundo o § 1º, a ele se sujeitam. Assim:

Art. 2~~º~~ Para os fins do disposto neste Decreto, **o sistema federal de ensino compreende**:

I - as instituições federais de ensino superior - IFES; II - **as**

**IES criadas e mantidas pela iniciativa privada**; e

III - os órgãos federais de educação superior.

§ 1~~º~~ **As IES criadas e mantidas por pessoas jurídicas de direito privado sujeitam-se ao sistema federal de ensino**.

(...) (destacou-se)

Portanto, do que já foi exposto, se as IES, criadas e mantidas pela iniciativa privada, se inserem no sistema federal de ensino, cabe à União regulálas, supervisioná-las e avaliá-las, além de autorizar o oferecimento de cursos. Por sua vez, a União delega a competência para esses atos ao Ministério da Educação, por meio dos arts. 3º e 10 do já mencionado Decreto. À guisa de corroborar o exposto:

Art. 3~~º~~ **As competências para as funções de regulação, supervisão e avaliação no sistema federal de ensino serão exercidas pelo Ministério da Educação,** pelo Conselho Nacional de Educação - CNE, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep e pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - Conaes, conforme estabelecido neste Decreto.

Art. 10. **O funcionamento de IES e a oferta de curso superior dependem de ato autorizativo do Ministério da Educação, nos termos deste Decreto**.

Os tipos de atos autorizativos das IES, estão consignados no art. 10, § 1º, do Decreto nº 9.235/2017, quais sejam, os atos administrativos de credenciamento e recredenciamento, bem como aqueles de autorização, reconhecimento ou renovação de reconhecimento:

§ 1~~º~~ São **tipos de atos autorizativos**:

1. - os atos administrativos de **credenciamento e recredenciamento de IES**; e
2. - os atos administrativos de **autorização, reconhecimento ou renovação de reconhecimento de cursos superiores.**

Esses atos autorizativos, além de fixarem os limites da atuação dos agentes públicos e privados, no âmbito da educação superior, possuem prazo de validade, devendo ser renovados periodicamente, lembrando que somente a oferta de cursos de graduação em faculdades é que depende de autorização prévia do Ministério da Educação. Senão, vejamos os §§ 2º e 3º, do já referido dispositivo:

§ 2~~º~~ Os atos autorizativos fixam os limites da atuação dos agentes públicos e privados no âmbito da educação superior.

§ 3~~º~~ Os prazos de validade dos atos autorizativos constarão dos atos e serão contados da data de publicação.

§ 4~~º~~ Os atos autorizativos serão renovados periodicamente, conforme o [art. 46 da Lei n~~º~~ 9.394, de 1996,](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm#art46) e o processo poderá ser simplificado de acordo com os resultados da avaliação, conforme regulamento a ser editado pelo Ministério da Educação.

Art. 39. A oferta de cursos de graduação em faculdades, nos termos deste Decreto, depende de autorização prévia do Ministério da Educação.

Infere-se, pois, dos dispositivos supra, a imprescindibilidade do credenciamento e recredenciamento de uma instituição de ensino superior, para seu regular funcionamento, bem como, a autorização e posterior reconhecimento dos cursos de graduação.

Para os **cursos de pós-graduação lato sensu**, exige-se somente

o credenciamento da instituição de ensino superior para oferta de cursos de graduação na mesma modalidade, condicionada ao regular funcionamento de, pelo menos, um curso de graduação ou de pós-graduação stricto sensu. Com efeito, dispensa-se a autorização do Ministério da Educação, bastando que a instituição informe a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação os cursos criados por atos próprios:

Art. 29. As IES credenciadas para oferta de cursos de graduação podem oferecer cursos de pós-graduação lato sensu na modalidade em que são credenciadas, nos termos da legislação específica.

§ 1~~º~~ As instituições que ofertam exclusivamente cursos ou programas de pós-graduação stricto sensu reconhecidos pelo Ministério da Educação podem oferecer cursos de pós-graduação lato sensu nas modalidades presencial e a distância, nos termos da legislação específica.

§ 2~~º~~ A oferta de pós-graduação lato sensu está condicionada ao funcionamento regular de, pelo menos, um curso de graduação ou de pós-graduação stricto sensu, nos termos da Seção XII deste Capítulo.

§ 3~~º~~ Os cursos de pós-graduação lato sensu, nos termos deste Decreto, independem de autorização do Ministério da Educação para funcionamento e a instituição deverá informar à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação os cursos criados por atos próprios, no prazo de sessenta dias, contado da data do ato de criação do curso.

Ainda no que se refere aos cursos de pós-graduação, a Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, prevê a possibilidade de serem oferecidos presencialmente ou à distância, havendo se observar as normas e demais condições aplicáveis à oferta, à avaliação e à regulação de cada modalidade, bem como o Plano de Desenvolvimento Institucional:

Art. 1º Cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização são programas de nível superior, de educação continuada, com os objetivos de complementar a formação acadêmica, atualizar, incorporar competências técnicas e desenvolver novos perfis profissionais, com vistas ao aprimoramento da atuação no mundo do trabalho e ao atendimento de demandas por profissionais tecnicamente mais qualificados para o setor público, as empresas e as organizações do terceiro setor, tendo em vista o desenvolvimento do país.

§ 1º Os cursos de especialização são abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação, que atendam às exigências das instituições ofertantes.

§ 2º **Os cursos de especialização poderão ser oferecidos presencialmente ou a distância, observadas a legislação, as normas e as demais condições aplicáveis à oferta, à avaliação e à regulação de cada modalidade, bem como o Plano de Desenvolvimento**

**Institucional (PDI)**. (destacou-se)

Além disso, o art. 2º, da mesma Resolução, especifica **as instituições que poderão oferecer cursos de especialização, isto é:**

Art. 2º Os cursos de especialização poderão ser oferecidos por:

* 1. - **Instituições de Educação Superior (IES) devidamente credenciadas para a oferta de curso(s) de graduação nas modalidades presencial ou a distância reconhecido(s);**
  2. - **Instituição de qualquer natureza que ofereça curso de pósgraduação stricto sensu,** avaliado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), (\*) Resolução CNE/CES 1/2018. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2018, Seção 1, p. 43. (\*\*) Alterada pela Resolução CNE/CES nº 4, de 11 de dezembro de 2018. 2 autorizado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), na grande área de conhecimento do curso stricto sensu recomendado e reconhecido, durante o período de validade dos respectivos atos autorizativos;
  3. - Escola de Governo (EG) criada e mantida por instituição pública, na forma do art. 39, § 2º da Constituição Federal de 1988, do art. 4º do Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, credenciada pelo CNE, por meio de instrução processual do MEC e avaliação do Instituto Nacional de Pesquisa Anísio Teixeira (Inep), observado o disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no art. 30 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e no Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, no que se refere à oferta de educação a distância, com atuação voltada precipuamente para a formação continuada de servidores públicos;
  4. - Instituições que desenvolvam pesquisa científica ou tecnológica, de reconhecida qualidade, mediante credenciamento exclusivo pelo CNE por meio de instrução processual do MEC para oferta de cursos de especialização na(s) grande(s) área(s) de conhecimento das pesquisas que desenvolve;
  5. - Instituições relacionadas ao mundo do trabalho de reconhecida qualidade, mediante credenciamento exclusivo concedido pelo CNE por meio de instrução processual do MEC para oferta de cursos de especialização na(s) área(s) de sua atuação profissional e nos termos desta Resolução.

§ 1º Os cursos de especialização somente poderão ser oferecidos na modalidade a distância por instituições credenciadas para esse fim, conforme o disposto no § 1º do art. 80 da Lei nº 9.394, de 1996, e o Decreto nº 9.057, de 2017.

§ 2º Fica permitido convênio ou termo de parceria congênere entre instituições credenciadas para a oferta conjunta de curso(s) de especialização no âmbito do sistema federal e dos demais sistemas de ensino.

Ademais, a **oferta institucional de cursos de especialização** fica sujeita, no seu conjunto, à regulação, à avaliação e à supervisão dos órgãos competentes:

Art. 5º A oferta institucional de cursos de especialização fica sujeita, no seu conjunto, à regulação, à avaliação e à supervisão dos órgãos competentes.

Regra não menos importante é aquela prevista no art. 8º, isto é, **os certificados de conclusão de curso de especialização deverão ser registrados pelas instituições devidamente credenciadas e que efetivamente ministraram o curso**:

Art. 8º (...)

§ 1º Os certificados de conclusão de curso de especialização devem ser obrigatoriamente registrados pelas instituições devidamente credenciadas e que efetivamente ministraram o curso.

Ainda dentro do contexto dos cursos de pós-graduação, importante mencionar excertos do Parecer CNE/CES nº 278/2017, do Conselho Nacional de Educação, que analisa recurso interposto pela Associação de Ensino Superior São Judas Tadeu, contra a Portaria nº 49, de 23 de janeiro de 2015, que lhe aplicou medida cautelar de suspensão de ingresso de novos alunos em cursos de pós-graduação, ofertado pela Faculdade São Judas Tadeu, em parceria com a Academia Brasileira de Arte e Ciência Oriental e com o Instituto de Sohaku In Centro de Estudos e Pesquisa da Cultura.A denúncia foi protocolada em 4/7/2013.

Essa medida foi tomada tendo em vista denúncia, protocolada no MEC, encaminhada pelo Presidente do Sindicato dos Profissionais de Acupuntura e Terapias Afins do Rio de Janeiro, de que a Faculdade São Judas Tadeu, IES devidamente credenciada para oferta de cursos superiores, estaria chancelando cursos de pós-graduação, ofertados pela Academia Brasileira de Arte e Ciência e pelo Instituto de Sohaku In Centro de Estudos e Pesquisa da Cultura.

A Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, por meio de nota técnica, concluiu, em síntese, no sentido de que os cursos ofertados pelo convênio então analisado não estariam de acordo com o disposto na Resolução CES/CNE nº 01/2007, especialmente no tocante à elaboração do projeto pedagógico, a contratação de professores e à gestão dos mesmos. Concluiu, também, que o convênio analisado configuraria a oferta de curso com responsabilidades igualmente compartilhadas pela Faculdade São Judas Tadeu e CECIS-ABACO, esta, não credenciada no sistema federal de ensino.

Além disso, concluiu que a medida cautelar foi aplicada de forma proporcional à irregularidade praticada e adequada a resguardar os interesses da coletividade, representada por eventuais novos alunos, que poderiam ingressar na IES em cursos que, ao que tudo indicou, não atenderiam aos requisitos da legislação educacional.

Já o Relator do Conselho Nacional de Educação transcreveu, em seu voto, trecho da Nota Técnica nº 388/2013/CBLNRS/DPR/SERES/MEC, da SERES, nos seguintes termos:

“15. Quanto à hipótese de contratos, convênios ou parcerias, é importante informar que **quaisquer atos autorizativos expedidos em favor de determinada Instituição de Educação Superior – IES após processos avaliativos específicos, são personalíssimos**, portanto, **restritos à IES para qual foram emanados, vedada a terceirização de atividades acadêmicas da IES a entidades não credenciadas**. **Assim eventual terceirização de atividades acadêmicas de uma instituição, incluindo-se as relacionadas à oferta de curso de pós-graduação lato sensu e de transferência de prerrogativas institucionais, configura irregularidade administrativa, sem prejuízo dos efeitos da legislação civil e penal, nos termos do art. 11 de parágrafos do Decreto 5.773/2006**.

1. **Portanto, a celebração de contrato, convênio ou parceria entre instituição credenciada e entidade não credenciada para a oferta de curso superior, a fim de que entidade não credenciada oferte diretamente curso de pós-graduação lato sensu – fazendo “uso” dos atos autorizativos da instituição credenciada e/ou para que os certificados do curso sejam depois “validados” pela instituição credenciada – fará do curso ofertado um “curso livre”, não podendo a Instituição emitir diplomas de curso superior ou de certificado de conclusão de pós-graduação lato sensu, mas apenas certificado de participação, que, por sua vez, não possui valor de título de curso superior para fim do disposto no art. 48, da Lei nº 9.394/96.**
2. **É necessário esclarecer que a legislação educacional vigente prevê a possibilidade de oferta de cursos por meio de parceria de Instituição de Educação Superior – IES credenciadas com entidades consideradas como não-IES unicamente na modalidade de Educação a Distância – EAD**. Contudo, em **tais casos, somente as atividades de natureza operacional e logística, com a utilização de infraestrutura, podem ser objeto de convênios, permanecendo as atividades de natureza acadêmica de responsabilidade estrita da instituição regularmente credenciada para a oferta dessa modalidade, tendo em vista, conforme mencionado anteriormente, ser o ato regulatório personalíssimo, não podendo ser objeto de delegação a entidades não credenciadas”.**

Consignou-se ainda, no voto do Conselheiro Relator, verificar-se que, de fato, não se admite a terceirização da responsabilidade e da competência acadêmica, inicialmente atribuídas a IES pelo MEC, de maneira que, no caso de oferta de cursos de pós-graduação lato sensu, mediante a celebração de convênio, **deve a instituição credenciada ser diretamente responsável pelo curso (projeto pedagógico, corpo docente, metodologia etc), não podendo se limitar a “chancelar” ou “validar” os certificados emitidos por terceiros nem delegar essa atribuição a outra entidade (escritórios, cursinhos, organizações diversas), sob pena de punição da instituição a partir de procedimento de supervisão, instaurado com vistas à apuração da irregularidade.** **Entretanto, nada impede que uma instituição não credenciada junto ao MEC, em parceria com uma IES devidamente credenciada, ceda sua infraestrutura e realize atividades de NATUREZA OPERACIONAL E LOGÍSTICA para a realização de um curso superior.**

Importante também abordar a legislação de regência do **ensino à**

**distância – EAD** -, previsto no art. 80, da Lei nº 9.394/1996, abaixo transcrito que, por sua vez, é regulamentado pelo Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017:

**Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996:**

Art. 80. **O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada**.

§ 1º **A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por INSTITUIÇÕES ESPECIFICAMENTE CREDENCIADAS PELA UNIÃO**.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

(...)

**Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017:**

Art. 1~~º~~ Para os fins deste Decreto, **considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos**.

Art. 4~~º~~ As **atividades presenciais, como tutorias, avaliações, estágios, práticas profissionais e de laboratório e defesa de trabalhos**, previstas nos projetos pedagógicos ou de desenvolvimento da instituição de ensino e do curso, **serão realizadas na sede da instituição de ensino, nos polos de educação a distância ou em ambiente profissiona**l, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Vê-se, portanto, a **imprescindibilidade da existência de polos de educação à distância**, definidos, no art. 5º, do referido Decreto, como a unidade descentralizada da instituição de educação superior, no País ou no exterior, que tem o objetivo de realização as atividades presenciais relativas aos cursos ofertados na modalidade à distância:

Art. 5~~º~~ **O polo de educação a distância é a unidade descentralizada da instituição de educação superior, no País ou no exterior, para o desenvolvimento de atividades presenciais relativas aos cursos ofertados na modalidade a distância**.

§ 1º Os polos de educação a distância manterão infraestrutura física, tecnológica e de pessoal adequada aos projetos pedagógicos dos cursos ou de desenvolvimento da instituição de ensino.

Importante lembrar que **é vedada a oferta de cursos superiores presenciais em instalações de polo de educação à distância**, bem como, contrario sensu, a oferta de cursos de educação à distância em locais que não estejam previstos na legislação:

§ 2~~º~~ **São vedadas a oferta de cursos superiores presenciais em instalações de polo de educação a distância e a oferta de cursos de educação a distância em locais que não estejam previstos na**

**legislação**. (destacou-se)

Já a **Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016,** do Ministério da Educação,cuida dos **cursos semi-presenciais:**

Art. 1º As instituições de ensino superior que possuam pelo menos um curso de graduação reconhecido poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais regularmente autorizados, a oferta de disciplinas na modalidade a distância.

§ 1º As disciplinas referidas no caput poderão ser ofertadas, integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso.

§ 2º As avaliações das disciplinas ofertadas na modalidade referida no caput serão presenciais.

§ 3º A introdução opcional de disciplinas previstas no caput não desobriga a instituição de ensino superior do cumprimento do disposto no art. 47 da Lei nº 9.394, de 1996, em cada curso de graduação reconhecido.

Passa-se, agora, a se tecer comentários sobre a **revalidação de diplomas expedidos por universidades estrangeiras**, também objeto de investigação por esta CPI. Nesse sentido, o art. 48, §§ 2º e 3º, da Lei nº 9.394/1996, dita que **serão revalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área, ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação**. **Já os diplomas de mestrado e doutorado só poderão ser reconhecidos por universidades que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados, na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior:**

Art. 48. Os diplomas de cursos superiores reconhecidos, quando registrados, terão validade nacional como prova da formação recebida por seu titular.

§ 1º Os diplomas expedidos pelas universidades serão por elas próprias registrados, e aqueles conferidos por instituições não-universitárias serão registrados em universidades indicadas pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 2º **Os diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação**.

§ 3º **Os diplomas de Mestrado e de Doutorado expedidos por universidades estrangeiras só poderão ser reconhecidos por universidades que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados, na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superio**r.

No que toca aos cursos de **pós-graduação strictu sensu**, a Resolução nº 3, de 22 de junho de 2016, dispõe sobre normas referentes ao reconhecimento dos diplomas expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior. O art. 1º, dessa Resolução, **prevê que esses diplomas poderão ser declarados equivalentes aos concedidos no Brasil e hábeis para os fins previstos em lei, mediante processo de reconhecimento por instituição de educação superior brasileira**:

Art. 1º **Os diplomas de cursos de graduação e de pósgraduação stricto sensu (mestrado e doutorado), expedidos por instituições estrangeiras de educação superior e pesquisa**, legalmente constituídas para esse fim em seus países de origem, **poderão ser declarados equivalentes aos concedidos no Brasil e hábeis para os fins previstos em lei, mediante processo de revalidação ou reconhecimento, respectivamente, por instituição de educação superior brasileira**, nos termos da presente Resolução. (destacou-se)

Também em vigor a **Resolução nº 3, de 1º de fevereiro de 2011**, que dispõe sobre o reconhecimento de títulos de pós-graduação stricto sensu, mestrado e doutorado, obtidos nos Estados Partes do MERCOSUL e, no art. 4º, preceitua que a admissão do título de pós-graduação strictu sensu não é automática, e deve ser solicitada a uma universidade, reconhecida pelo sistema de ensino oficial, que conceda título equivalente, especificando as atividades de docência e pesquisa a serem exercidas, sua duração e instituição receptora:

Art. 4º A admissão do título de pós-graduação stricto sensu, mestrado e doutorado, não é automática e deve ser solicitada a uma universidade, reconhecida pelo sistema de ensino oficial, e que conceda título equivalente, especificando as atividades de docência e pesquisa a serem exercidas, sua duração e instituição receptora.

Sobreleva mencionar o **Parecer CNE/CES nº 309/2015,** de que consta que a Resolução CNE/CES nº 1, de 3 de abril de 2001, normatiza o funcionamento de cursos de pós-graduação stricto sensu e versa sobre o reconhecimento de títulos de Mestrado e Doutorado obtidos em Instituições estrangeiras. No Brasil, os programas de mestrado e doutorado são sujeitos às exigências de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento, os quais são concedidos por prazo determinado, dependendo de parecer favorável da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE), fundamentada na avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e homologação do Ministro de Estado de Educação.

O art. 4º instrui sobre os títulos de pós-graduação stricto sensu,

obtidos em Instituições de Educação Superior (IES) estrangeiras, os quais, para ter validade nacional, devem ser reconhecidos e registrados por universidades brasileiras que possuam cursos de pós-graduação avaliados e reconhecidos na mesma área de conhecimento ou em área afim e em nível equivalente ou superior. Esgotadas as possibilidades de acolhimento do pedido de reconhecimento pelas universidades, cabe recurso à Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Por fim, o CNE/CES expediu, também, o Parecer CNE/CES nº 118/2010, que deu origem à **Resolução CNE/CES nº 3, de 1º de fevereiro de 2011**, que trata do **reconhecimento de títulos de pós-graduação stricto sensu, mestrado e doutorado, obtidos nos Estados-Partes do MERCOSUL**. Em suma, a Resolução CNE/CES nº 3/2011 indica que a admissão de títulos e graus acadêmicos de que trata o Decreto nº 5.518, de 23 de agosto de 2005, que promulga o Acordo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Estados-Partes do MERCOSUL, é de caráter temporário e não implica a sua validação ou reconhecimento nem legitima o exercício permanente de atividades acadêmicas para o qual se exige o reconhecimento do título. Indica ainda que **a admissão de títulos de pósgraduação não é automática e deve seguir a legislação vigente, já indicada.**

A **venda de diplomas falsos** é definida como crime no art. 296/297, no caso de diploma de universidade pública, e no art. 299, se universidade particular:

Art. 297 - Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro:

Pena - reclusão, de dois a seis anos, e multa.

§ 1º - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendose do cargo, aumenta-se a pena de sexta parte.

§ 2º - Para os efeitos penais, equiparam-se a documento público o emanado de entidade paraestatal, o título ao portador ou transmissível por endosso, as ações de sociedade comercial, os livros mercantis e o testamento particular.

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

No caso de a pessoa adquirir um diploma e utilizá-lo para

comprovar grau de escolaridade, a conduta está definida como crime no art. 304 do Código Penal:

Art. 304 - Fazer uso de qualquer dos papéis falsificados ou alterados, a que se referem os arts. 297 a 302:

Pena - a cominada à falsificação ou à alteração.

Conforme constatado durante os trabalhos da CPI, tanto a Polícia Civil do Estado de Goiás quanto a Polícia Federal têm atuado na investigação para a elucidação da existência destes crimes.

1. **DAS CONCLUSÕES**

**8.1. ATAME**

O Diretor da Atame Pós-Graduação Ltda apresentou a **Portaria nº 1.336, de 21 de novembro de 2016**, que credencia a Faculdade Atame, mantida pela Atame Educacional Ltda.

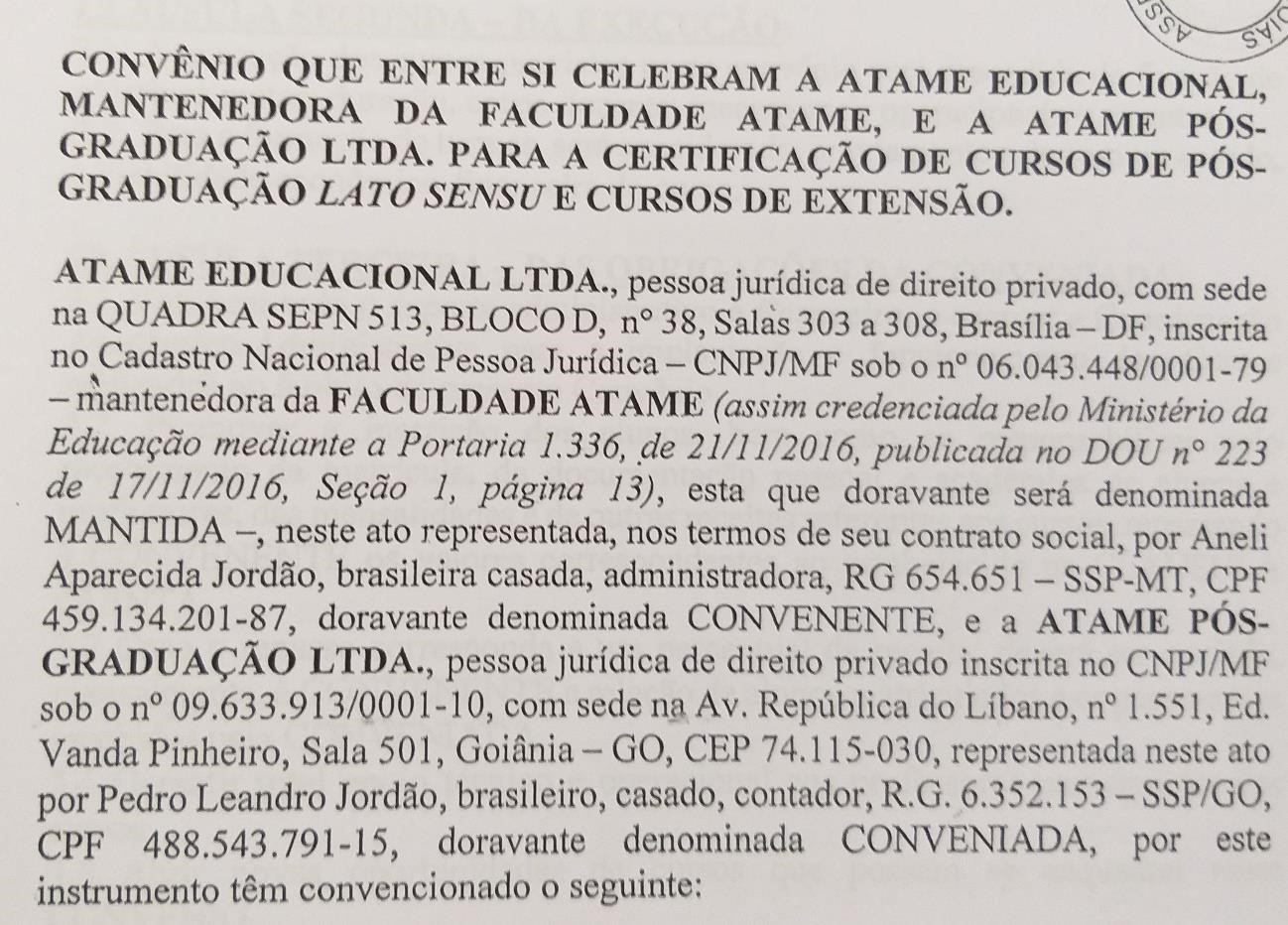
Em seu depoimento, prestado perante a CPI, relatou que com a publicação da Portaria nº 1.336, a ATAME passou a ser mantenedora e que, antes, as certificações eram feitas pela Universidade Cândido Mendes, em convênio com a ATAME:

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Conforme nos foi apresentado, à CPI, consta que a ATAME oferta vários cursos de pós-graduação em Goiás. A ATAME possui credenciamento, a autorização do MEC para ofertar esses cursos no Estado?

O SR. PEDRO LEANDRO JORDÃO:- Sim.

Inclusive, trouxemos a portaria onde a ATAME passou a ser mantenedora. Antes desta portaria as certificações eram feitas pela Universidade Cândido Mendes em convênio com a ATAME. A Portaria é a 1.336, de 21 de novembro de 2016. Antes desta data todas as nossas pós são certificadas pela Universidade Cândido Mendes do Rio de Janeiro onde temos os convênios.

O diretor da escola também juntou a cópia do termo de convênio celebrado entre a Atame Educacional Ltda, mantenedora da Faculdade Atame, e a Atame Pós-Graduação Ltda, de onde se extrai seu objeto, ou seja, a certificação de cursos de pós-graduação lato sensu e cursos de extensão:



Não obstante, a princípio, o objeto desse convênio denote a existência de uma terceirização da ministração dos cursos de pós-graduação, verificou-se, em consulta ao site <emec.mec.gov.br>, que a Faculdade Atame, mantida pela Atame Educacional Ltda, possui credenciamento provisório para ensino à distância, via Portaria nº 370, publicada no Diário Oficial de 23/4/2018. Além disso, consta, no site, o endereço da Atame Pós-Graduação Ltda, em Goiânia, como um dos endereços de oferta da especialização.

Nesse contexto, o art. 2º, I, da Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018, preceitua que os cursos de especialização poderão ser oferecidos por instituições de ensino superior devidamente credenciadas para a oferta de curso.

É o que ocorre, portanto, com a Atame Pós-Graduação Ltda. Senão, vejamos:

Art. 2º Os cursos de especialização poderão ser oferecidos por: I -

**Instituições de Educação Superior (IES) devidamente credenciadas para a oferta de curso(s) de graduação nas modalidades presencial ou a distância reconhecido(s);**

Art. 8º (...)

§ 1º Os certificados de conclusão de curso de especialização devem ser obrigatoriamente registrados pelas instituições devidamente credenciadas e que efetivamente ministraram o curso.

**Ante o exposto, verifica-se que a Atame Pós-Graduação Ltda, em convênio com a Atame Educacional Ltda, atua de acordo com os preceitos da Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018 e da Nota Técnica nº 388/2013, do Conselho Nacional de Educação.**

**8.2. INSTITUTO LATO SENSU**

O Instituto Lato Sensu, consoante afirmou seu diretor, em depoimento, encontra-se credenciado pelo MEC como polo à distância do Instituto Laureate:

O SR. LEONILDO MARQUES:- Então, Deputado, nós oferecemos cursos de capacitação, qualificação profissional, formação continuada, e, como eu disse, **nós também somos polo credenciado pelo MEC do grupo Laureate, que possui essas universidades que eu citei para o senhor, e nós fazemos então o apoio técnico operacional como polo a distância.** Ou seja, nós temos que ter uma infraestrutura para recepcionar os alunos, atendê-los, fazer atividades acadêmicas estratégicas para captar esses alunos, sob a orientação dessas instituições.

(...)

O diretor afirmou, outrossim, que a parceria técnico-operacional,

por eles realizada, tem a ver com infraestrutura, atendimento, mas não com a execução de nenhum projeto acadêmico. Por isso, não contratam professores para os cursos que ministram:

O SR. PRESIDENTE: - Mas a contratação dos professores, local de aulas, como é que essa parceria funciona?

O SR. LEONILDO MARQUES:- **Então, a parceria técnicooperacional, ela tem a ver com infraestrutura, com atendimento, mas não com a execução de nenhum projeto acadêmico de cursos anteriores.**

O SR. PRESIDENTE: - Os professores dessa parceria, são contratados pela Lato Senso ou pela chancela dos cursos que vocês fazem parceria.

O SR. LEONILDO MARQUES:-Nós não contratamos professores. Somente para os cursos de capacitação que nós ministramos.

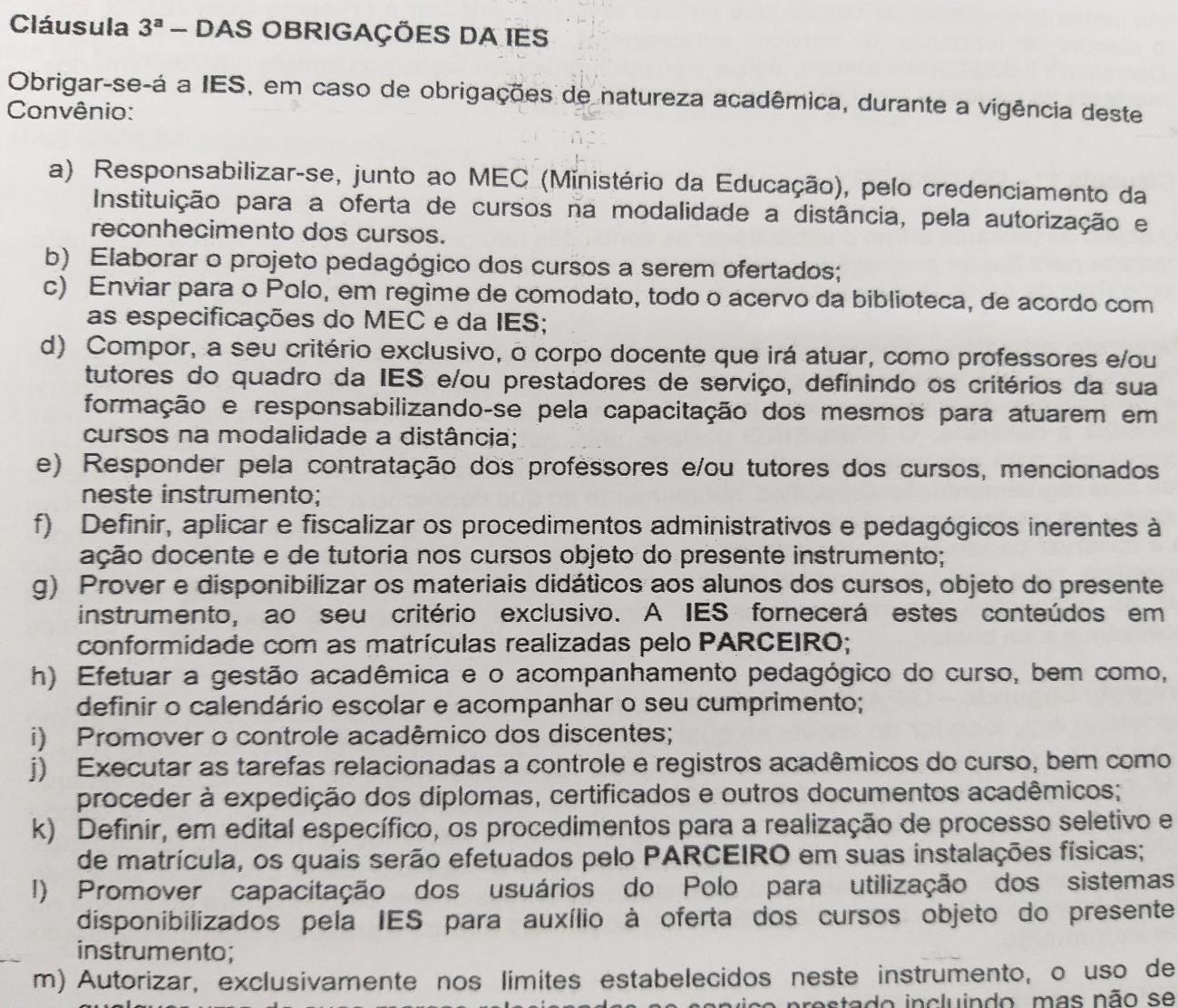
(...)

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Quais são as faculdades ou universidades que têm parceria com o Instituto Lato Sensu?

O SR. LEONILDO MARQUES:- **UNIFACS, que é a Universidade de Salvador; a UAM - Universidade de Anhembi Morumbi; FMU - Faculdade Metropolitana de São Paulo,e a UNP, que é a**

**Universidade Potiguar. A nossa parceria é com o Grupo Laureat**, que hoje possui mais de dez universidades aqui no Brasil, mais de um milhão de alunos de pós graduações, graduações, cursos tecnológicos.

**De fato, no termo de convênio celebrado entre o Instituto Lato Sensu Empreendimentos Educacionais e as Universidades que integram o Instituto Laureate,** já mencionadas**,** e que tem por objeto a parceria para prestação de serviços educacionais, o Instituto Lato Sensu atua como polo de apoio presencial para cursos ministrados à distância. Constam também do termo, como obrigações da IES: a elaboração de projeto pedagógico, responder pela contratação de professores e/ou tutores dos cursos e efetuar a gestão acadêmica. Senão, vejamos:



Além disso, importante mencionar que, no sítio eletrônico do Instituto Laureate, o Instituto Lato Sensu consta como polo de apoio presencial.

No contexto **de ensino à distância**, como já abordado, o art. 4º, do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, prevê que as atividades presenciais, como tutorias, avaliações, estágios, práticas profissionais e de laboratório e defesa de trabalhos serão realizadas na sede da instituição de ensino, nos polos de educação a distância ou em ambiente profissional.

Contudo, o Instituto não explica como são ofertados os **Cursos Sequenciais** que são anunciados tanto em material publicitário quanto nos seu próprio site.

**8.3. Instituto Hans Kelsen**

A diretora do Instituto Hans Kelsen, em seu depoimento, disse que o instituto não é universitário e depende de faculdades credenciadas pelo MEC para poder diplomar e certificar seus alunos:

A SRA. IARA CRISTINA FERREIRA: - (...)

Venho informar à nobre CPI que eu acho que está tendo um pequeno equívoco em questão de denúncias, porque a Instituição Hans Kelsen, hoje, só está com sete meses no mercado de trabalho. Nós, em momento algum, tivemos tempo de formar nenhum aluno, apenas pós-graduação. **Hoje nós somos uma instituição, um instituto não universitário, que depende de faculdades credenciadas pelo MEC para poder diplomar nossos alunos. Diplomar e certificar.**

(...)

Informou, além disso, trabalhar em parceria com a FATEC, FETAC e UNISA, que diplomam para o Instituto Hans Kelsen:

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- O Instituto Hans Kelsen tem o credenciamento, a autorização do MEC para realizar esses cursos?

A SRA. IARA CRISTINA FERREIRA:- Entramos agora com o pedido, mas não para esses cursos, porque, **nesse caso, trabalhamos em parceria com a FATEC. A FATEC e a UNISA são totalmente credenciadas e autorizadas pelo MEC. São elas que diplomam para a gente.** No caso, certificam e diplomam.

Em outro trecho de seu depoimento, reitera que **o convênio com as faculdades é para certificarem para o instituto:**

A SRA. IARA CRISTINA FERREIRA: - (...)

**E as pós-graduações, como nós temos as faculdades e universidades para certificar para gente, então**, **trabalhamos em cima da Resolução de 30 de setembro de 1999, no qual o próprio Presidente do Conselho Nacional de Educação atribui os institutos de educação superior, trabalhando em parceria com faculdades credenciadas que autoriza a certificação dos cursos de pós-graduação, ou seja, sou uma coordenadora da faculdade no qual funciona hoje em nossa localidade.** Em outros locais não, apenas no município de Novo Gama, nunca funcionamos em outro local e não temos instituição aberta em outro local. Agora que estamos puxando uma extensão para Sobradinho, porque fica no Distrito Federal, ainda não foi colocada nada lá dentro, agora que está iniciando.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- O Instituto Hans Kelsen tem o credenciamento, a autorização do MEC para realizar esses cursos?

A SRA. IARA CRISTINA FERREIRA:- Entramos agora com o pedido, mas não para esses cursos, porque, nesse caso, trabalhamos em parceria com a FATEC. A FATEC e a UNISA são totalmente credenciadas e autorizadas pelo MEC. São elas que diplomam para a gente. No caso, certificam e diplomam.

Importante registrar que a FATEC emitiu declaração, constante dos autos, de que possui parceria de marketplace com o Instituto de Pós-Graduação

Hans Kelsen. Marketplace, segundo o site wikipedia, é

(...) uma plataforma, mediada por uma empresa, em que vários fornecedores se inscrevem e vendem seus produtos. Essa plataforma funciona de forma que o usuário entre em determinado site e compre em mais de uma loja, pagando todos os itens juntos. Essa plataforma pode ser vista como várias vitrines de um shopping center. O cliente entra no site e começa a procurar o produto que gostaria de comprar, durante a procura aparece para o cliente várias empresas que vendem o mesmo produto e itens semelhantes, instigando o cliente a adentrar em muitas lojas sem sair do mesmo site, dessa maneira, o usuário acaba comprando mais de um item, sendo de empresas diferentes ou não. Geralmente são focados em nichos e segmentos de mercado específicos, porém os modelos comerciais podem variar bastante: comissionamento sobre vendas, pay-per-click ou até um valor fixo por anúncio ou mensalidade.

Constata-se, pois, a inaplicabilidade desse conceito, quando se trata, especificamente, de parceria para ministração de qualquer curso que seja.

Além disso, a Diretora do Instituto Hans Kelsen informa ter o cuidado de olhar no e-mec para saber se realmente a instituição tem habilitação EAD, **via do qual pode expedir o certificado para o Instituto.** Senão, vejamos:

A SRA. IARA CRISTINA FERREIRA: - (...)

**Hoje, eu tenho todo o cuidado de estar presente no MEC para ver, quando eu fecho uma parceria, se realmente esta instituição está tanto reconhecida como totalmente cadastrada e autorizada dentro do MEC. Tenho o cuidado de olhar no EMEC para saber se realmente ela tem habilitação EAD, no qual ela pode expedir esse certificado para nós, ou seja, nós funcionamos hoje, no município de Novo Gama, como Polo da FATEC, Polo da FETAC e Polo da UNISA.**

Outra informação importante para o deslinde da questão é que **a contratação dos professores é feita pela Universidade e pelo Instituto e que, quando contrata um professor, passa o curriculum lates para a faculdade, para que tenham conhecimento de que o professor atuará:**

(...)

A SRA. IARA CRISTINA FERREIRA: - **Hoje, quem paga o corpo docente somos nós do instituto. Nós é que recebemos, passamos a porcentagem mensal para a faculdade, e dentro do local, dentro do instituto, o valor que recebemos, que fica acordado com a faculdade, para nós estarmos arcando com o professor.** Mas, no momento que eu faço a contratação do professor - como eu tenho habilitação, porque sou doutora em Educação -, então **quando eu contrato um professor, eu imediatamente já passo o Currículo Lates do professor para a faculdade, para a universidade, para que eles tenham conhecimento de que o professor atuará.** Porque, atrás do certificado de pós-graduação do aluno, vem o nome do professor que ministrou a aula para ele.

Verifica-se, pois, que a atuação do Instituto Hans Kelsen – parceria com faculdades visando apenas à certificação do curso, contratação de professores por instituição não autorizada - não atende aos preceitos insculpidos no art. 2º, I, da Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018, isto é, que os cursos de especialização poderão ser oferecidos por instituições de ensino superior devidamente credenciadas para a oferta de curso. **No caso, o Instituto Hans Kelsen não se encontra credenciado no MEC para oferta de cursos.**

Além disso, o § 1º, do art. 8º, da mesma Resolução, prevê que os **certificados de conclusão de curso de especialização devem ser registrados pelas instituições devidamente credenciadas e que efetivamente ministraram o curso**. Não é o caso em análise, pois , pelo depoimento da diretora do Instituto, a instituição credenciada não é a que, efetivamente, ministra o curso. A propósito:

Art. 2º Os cursos de especialização poderão ser oferecidos por: I -

**Instituições de Educação Superior (IES) devidamente credenciadas para a oferta de curso(s) de graduação nas modalidades presencial ou a distância reconhecido(s);**

(...)

Art. 8º (...)

§ 1º **Os certificados de conclusão de curso de especialização devem ser obrigatoriamente registrados pelas instituições devidamente credenciadas e que efetivamente ministraram o curso.**

Ora, atentando-se para a Nota Técnica nº 388/2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão do Ensino Superior, do Ministério da Educação, verificase que, quaisquer atos autorizativos expedidos em favor de determinada Instituição de Educação Superior – IES após processos avaliativos específicos, são personalíssimos, portanto, restritos à IES para qual foram emanados, sendo vedada a terceirização de atividades acadêmicas da IES a entidades não credenciadas.

Além disso, esclarece-se na referida Nota Técnica que a legislação educacional vigente prevê a possibilidade de oferta de cursos por meio de parceria de Instituição de Educação Superior – IES credenciadas com entidades consideradas como não-IES unicamente na modalidade de Educação a Distância – EAD. Contudo, em tais casos, somente as atividades de natureza operacional e logística, com a utilização de infraestrutura, podem ser objeto de convênios, permanecendo as atividades de natureza acadêmica de responsabilidade estrita da instituição regularmente credenciada para a oferta dessa modalidade, tendo em vista, conforme mencionado anteriormente, ser o ato regulatório personalíssimo, não podendo ser objeto de delegação a entidades não credenciadas”.

Não é o que se observa, no caso do Instituto Hans Kelsen, em que a própria Diretora relata que a Faculdade credenciada apenas certifica o curso.

**Portanto, verifica-se que a atuação do Instituto Hans Kelsen não atende ao teor do art. 2º, I e o art. 8º, § 1º, da Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018 e da Nota Técnica nº 388/2013, do Conselho Nacional de Educação, pois denota a terceirização da ministração dos cursos, que só pode ser feita por instituição que tenha autorização do MEC para esse mister.**

**8.4.** **Instituto Superior Cultural Brasileiro**

O Diretor do ISCB afirmou, em depoimento, que a parte acadêmica dos cursos de mestrado e doutorado é de responsabilidade da universidade:

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - O Instituto tem os devidos credenciamentos no MEC para atuar nessa área?

O SR. GILMAR MATIAS: - Não. **Porque, a bem da verdade, o Instituto tem os devidos registros como empresa na área da educação**, para atuar como mantenedora. Mas nós, deputado, temos convênios com algumas instituições que têm essa autorização. Como determina a lei brasileira, nós, enquanto instituto, não podemos ser os gestores acadêmicos do curso. Na verdade, somos os facilitadores e trabalhamos a logística. Quem é responsável pela parte acadêmica, quem fiscaliza, é a universidade ofertante. Nós trabalhamos toda a logística. Por exemplo, se me permite, como os alunos estudam fora, trabalhamos a partir do momento da captação do aluno, a montagem de todo o processo, a juntada de documentos para o aluno se matricular, a reserva de hotéis. Muitas vezes, nós os auxiliamos nisso quando eles fazem lá fora -, na orientação para a questão de trâmites migratórios, pois não se pode estudar lá fora sem passar pelos trâmites migratórios. Então, nós fazemos toda essa logística. **No entanto, a parte acadêmica é de responsabilidade, de atribuição exclusiva da universidade.**

Todavia, analisando-se os documentos aportados aos autos, bem

como o depoimento do Diretor do ISCB, **verifica-se ilegalidade na realização de aulas do mestrado nas dependências do Sindigoiânia**, que não é uma instituição de ensino superior. É o que foi constatado em uma aula lá ministrada:

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Não é isso que é dito no SINDIGOIÂNIA, os alunos vão para uma aula do Mestrado, inclusive, com professores que estão lá dando aula para o Mestrado. Combinado no SINDIGOIÂNIA, os alunos vão, fazem aula lá dentro e o ajustado, o acordado, é que posteriormente, no período de férias, eles vão ao Paraguai concluir aquelas aulas, isso é o que é divulgado pelo SINDIGOIÂNIA, nas aulas eles precisam assinar frequência, consta como carga horária.

(..)

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - As aulas existem, isso é fato. Então, só para que a gente entenda, essas aulas não são de responsabilidade do Instituto? As aulas são de responsabilidade do SINDIGOIÂNIA?

O SR. GILMAR MATIAS: - Se houver aulas...

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - **Não, elas existem, eu estive em uma aula, eu participei. Elas existem, os alunos pagam por elas e em todo tempo é falado que fazem parte do curso de Mestrado. Os alunos vão para um curso de Mestrado, não vão lá para um simpósio, um seminário, eles vão para aula entendendo que estão numa aula de Mestrado, inclusive são cobrados por isso, eles pagam por isso.**

(...)

Há de se ressaltar que o convênio de cooperação técnica, cultural e científica, celebrado entre o Instituto Superior Cultura Brasileiro, como representante legal da Universidad Central Del Paraguay e do Instituto Sul Americano, e o SindiGoiânia, não especifica as obrigações das partes. Ao contrário, o objeto do convênio, constante da cláusula primeira, mostra-se bastante genérico. Senão vejamos:

**01. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Constitui-se objeto do presente Convênio a cooperação técnica, científica, cultural e financeira entre os partícipes visando o desenvolvimento e execução de programas e projetos de cooperação técnica e o intercâmbio em assuntos educacionais, culturais, científicos, tecnológicos e de pesquisa e o estabelecimento de mecanismos para sua realização, de acordo com as leis brasileiras, Paraguaias e a Legislação do MERCOSUL na oferta dos cursos de mestrado e doutorado oferecidos pela Universidad Central del Paraguay situada na cidade de Assunção, Paraguai, com registro RUC 80045217-8, criada por Lei promulgada pelo Congresso nacional Nº 3153 de 29 de dezembro de 2006.

Além disso, a Declaração de matrícula no curso de Mestrado em Ciências da Educação, emitida pela Universidad Gran Assunción, anexada aos autos, não é hábil a demonstrar que as aulas foram, efetivamente, ministradas pela Universidade. Tal se explica porque, pelo caráter presencial do curso, com duração de 2 anos e carga horária de 1.340 horas, como mencionado na Declaração, inviabilizaria o deslocamento do aluno, residente no Brasil, para Assunção, no Paraguai, com a frequência que referida carga horária exigiria.

Da mesma forma, as folhas de frequência e o plano de qualificação do curso não se mostram hábeis a demonstrar sua ministração presencial, no Paraguai.

De todas as informações colhidas não se logrou êxito em demonstrar que as aulas de Mestrado foram ministradas exclusivamente pela Universidade paraguaia. **Existem, portanto, indícios de irregularidade na celebração do convênio entre o ISCB**

**8.5.** **Faculdade de Piracanjuba**

O Diretor da Faculdade de Piracanjuba apresentou os atos regulatórios, isto é, a Portaria de Recredenciamento, de 20 de julho de 2016, bem como a autorização para o curso de bacharelado em educação física (Portaria nº 34, de 1 de março de 2016).

Em depoimento, afirmou não ter parceria com outra instituição para chancela de diplomas ou certificados:

(...)

**E na verdade, os senhores da Faculdade de Piracanjuba, tem algum tipo de parceiro desse estilo?**

O SR. DIRETOR DA FACULDADE PIRACANJUBA (FAP), MILTON JUSTUS:- **Não. O curso em questão, de Educação Física, é tratado diretamente...**

Sobre a **questão do reconhecimento do diploma**, alega estar

cumprindo os ditames legais:

O SR. PRESIDENTE: - Ele está autorizado e vai ser reconhecido?

O SR. DIRETOR DA FACULDADE PIRACANJUBA (FAP), MILTON JUSTUS:- **(...) pergunta-se assim, o CREF afirma aos nossos alunos da seguinte forma, quando vencem essa etapa, eles falam: "Não, não vamos promover o registro profissional porque a faculdade não poderia emitir o diploma sem ter a primeira turma formada". Esta é a grande questão. Poderia ou não? Neste caso, poderia, sim, porque nós demonstramos como foi feito até aqui, se a atividade foi na sede ou fora da sede, já está vencido isto. Quando nós damos entrada, esse é o procedimento - o Deputado chamou atenção muito bem -, nós somos autorizados a trabalhar. Quando atingimos 50% de aplicação do curso, nós devemos promover o pedido de reconhecimento para que o MEC venha e olhe se tudo aquilo que prometemos está de acordo: estágio supervisionado, trabalho de conclusão de curso, estrutura, etc**.

Fundamenta a **ministração dos cursos no interior** na Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016 e, além disso, afirma que essa sugere que o EAD utilize tecnologia da informação, como plataformas virtuais, etc:

**Precisamos também informar a esta Comissão, Presidente, que todas as faculdades, todas as universidades, independentemente de terem credenciamento no ensino à distância, credenciadas estão, no limite do que a legislação prevê. Diz a Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016, que também trouxe para que faça prova neste processo, para resumir que todas as faculdades, isso também já é antigo, desde 2004, todas as faculdades que tenham um curso reconhecido, no caso da FAP temos vários, ela pode ofertar 20% de toda a matriz curricular, de toda carga horária do curso, à distância. E aqui também a Portaria vai mais além, ela não fala só do EAD, ela diz que o EAD pode como sugestão ser usada tecnologia da informação, como plataformas virtuais, etc., e também cita encontros semipresenciais, atividades de tutoria, etc.**

Ocorre que essa previsão legal não exclui outros requisitos a serem atendidos para a ministração do ensino à distância. Nesse sentido, a Nota Técnica nº 386/2013, do Conselho Nacional de Educação, dispõe que o credenciamento de uma instituição de educação superior para a oferta de graduação, na modalidade presencial, possibilita sua atuação apenas nos limites de sua sede, essa, para os efeitos das normas educacionais, refere-se aos limites do município:

É importante informar que **o credenciamento de uma instituição de educação superior, para a oferta de graduação na modalidade presencial, possibilita a sua atuação apenas nos limites da sua sede, conforme estabelecida no ato autorizativo respectivo.**

21. O Conselho Nacional de Educação estabelece que para os efeitos das normas educacionais e relativamente as instituições de ensino superior, **o conceito de sede refere-se sempre aos limites do município.** Nos termos do Parecer CNE/CES n° 475/2005: “É tese pacífica, tanto no MEC como neste Conselho Nacional de Educação, e ainda em todas as instâncias judiciais, que o conceito de "sede" para as instituições de ensino superior refere-se aos Iimites do município".

De outra ponta, relevante anotar que a oferta de cursos, pela própria instituição de ensino superior, em município diverso do ato de credenciamento, está condicionada ao credenciamento de campus fora de sede, desde que o Município esteja localizado no mesmo Estado. É o que preceitua o art. 31, do Decreto nº 9.235/2017. Não se verifica, no site e-mec.mec.gov.br, o credenciamento de campus fora da sede.

**Portanto, não tendo o Diretor da Faculdade de Piracanjuba demonstrado o atendimento à Portaria nº 1.134/2016, e nem ao Decreto nº 9.235/2017, constata-se a irregularidade de sua atuação ao ofertar cursos de graduação fora da sede para a qual foi credenciada e sem cumprir os requisitos de carga horária.**

**8.6. Faculdade de Itapuranga**

Em seu depoimento à CPI, o representante legal da FAI negou que sua instituição teria aberto pólos em outros municípios, diferentes da sede em que teria sido credenciada:

O SR. ROBSON ISAC FONSECA:- **A gente não tem polo da Faculdade Itapuranga dos cursos de graduação.** O MEC me proíbe veementemente de ofertar cursos de graduação em outros municípios. Isso eu não faço e não farei jamais, porque, primeiro, eu não sou, desculpe o termo, idiota, de ofertar sendo que, no MEC, uma das coisas que descredenciam uma instituição é a oferta de cursos de graduação em qualquer outro município. Na verdade, até fora do polo, posso ofertar lá em Itapuranga em um outro prédio. Se eu fizer isso, também estou agindo de forma ilegal. É só naquele prédio que o MEC fez a vistoria.O que a gente oferta em outros municípios, o que a gente oferta em outros municípios é somente pós-graduação.

E mais a frente, voltou a reafirmar esta condição:

Agora, é bom que se diga também que, a partir deste ano, está saindo um novo marco regulatório para educação presencial. **Então, aquilo que as instituições fazem - eu não faço - que é abrir, como a própria CPI categorizou, Campus Avançado**, elas vão poder fazer. Provavelmente, no segundo semestre de 2018 ou no primeiro de 2019, a Faculdade de Itapuranga, dependendo da nota, poderá abrir um Campus Avançado. É bem provável que isso irá acontecer. Por quê? Porque o MEC já verificou que a educação à distância está engolindo as instituições presenciais. Ora, se eu tenho competência para funcionar o Curso de Administração, de Ciências Contábeis, de Pedagogia em Itapuranga, teria competência também de ofertá-los, em outras cidades, desde que tenham qualidade. Então, o que está acontecendo hoje, de forma ilegal, é bem provável que, até 2019, seja legalizado. Mas, respondendo, categoricamente, a pergunta do nobre Deputado, não fazemos parceria com ninguém.

Contudo, as denúncias apresentadas à CPI e juntadas ao processo, constam fotos de unidades educacionais com a publicidade de serem “pólos da FAI” em outros municípios como Uruaçu, Rubiatava e Itaberai, conforme ele mesmo admite, mas que faz a ressalva de que seriam pólos de apoio presencial da Universidade Cruzeiro do Sul e do Instituto Genoma, do qual também é sócio proprietário, onde funcionariam apenas cursos profissionalizantes e preparatórios:

Um preparatório diferente, em que haveria discussões em grupo, aulas interativas e nós não conseguimos na época o número de alunos para permanecermos. Então, mantivemos ali alguns outros cursos profissionalizantes, como atendente de farmácia, quando vimos que o aluguel estava maior do que a receita, nós fechamos e resolvemos abrir com **o CNPJ do Instituto Genoma, cursos técnicos, inclusive já protocolamos no Conselho esses Cursos Técnicos, juntamente com os cursos profissionalizantes. Hoje, também ofertamos cursos preparatórios para a Polícia Militar, e nesses polos que eu mencionei de Rubiataba, Uruaçu e Itaberaí funciona também um polo de Apoio Presencial da Universidade Cruzeiro do Sul**. Nenhum desses programas, até porque nenhum desses polos, hoje, a gente não conseguiu alunos, pois se tivéssemos conseguido alunos, a gente teria aberto, funciona nenhum programa da Faculdade Itapuranga.

O representante da FAI, ainda defende seu entendimento de que a instituição poderia abrir e ofertar cursos de pós-graduação e sequenciais fora de sua sede:

O SR. ROBSON ISAC FONSECA:- Eu reconheço. Na verdade, eu volto a dizer, esses cursos de graduação, a faculdade não pode ofertar fora do seu município, **mas outros programas, como cursos sequenciais e pós-graduação, a gente pode ofertar.** Só que os cursos sequenciais, a gente começou a divulgar, mas hoje a gente só oferta no Município de Itapuranga.

Há ali em Uruaçu, houve, na verdade, em Uruaçu, um encontro. Os alunos de Itapuranga fizeram um encontro em função de um professor para um trabalho de estágio, mas não foi, em momento algum... Os nossos cursos de graduação, volto a dizer que a gente não pode ofertar fora da circunscrição do Município de Itapuranga.

O SR. ROBSON ISAC FONSECA:- Perfeito. Bom, eu volto a dizer que a Faculdade Itapuranga pode ofertar três tipos, três modalidades de educação. Faculdade Itapuranga graduação, pós-graduação e cursos sequenciais. **Nos cursos de pós-graduação e sequenciais, o MEC é mais flexível. Eu posso ofertar também fora da circunscrição do Município de Itapuranga**, inclusive, eu faço essa interpretação, não tem lá dizendo de forma efetiva, de forma concisa.

O entendimento do depoente é totalmente contrário ao disposto na Portaria nº 4.363, de 29 de dezembro de 2004, do MEC, que dispõe sobre a autorização e reconhecimento de cursos sequenciais da educação superior, e deixa bem claro em seu art. 1º:

Art. 1º Os cursos superiores de formação específica e os cursos superiores de complementação de estudos com destinação coletiva ou individual serão ofertados por instituições de educação superior credenciadas que possuam curso de graduação na área de conhecimento reconhecido pelo MEC.

(...)

§ 4º **Os cursos seqüenciais deverão ser ofertados na sede da instituição, nos campi ou nas unidades legalmente autorizadas**, obedecido o que dispõe a legislação vigente sobre a oferta de cursos fora de sede.

E a Resolução nº 1, de 22 de maio de 2017 Conselho Nacional de Educação (CNE) do MEC, estabeleceu que estes cursos deverão ser extintos, não poderão mais ser ofertados, a partir do ano de 2019. Contudo, novas denúncias chegaram à CPI de que a FAI continua ofertando o Curso Sequencial em Gestão da Segurança Pública, como um curso preparatório para os concursos realizados pela Secretaria da Segurança Pública do Estado de Goiás.

**Isto posto, verifica-se que há indícios que apontam que a FAI não tem observado à legislação educacional, uma vez que cria “pólos” em outros municípios e ainda oferta de forma ilegal o Curso Superior Sequencial em Gestão da Segurança Pública, e continua a oferta-lo neste ano de 2019, mesmo este tendo já sido expressamente proibido por Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) do MEC.**

**8.7. Escola Superior da Advocacia – OAB-GO e Dalmass Serviços Educacionais:**

O Diretor-Geral da Escola Superior da Advocacia afirmou, em depoimento que, na parceria da ESA com a Dalmass Serviços Educacionais, os cursos são oferecidos pela Faculdade Cambury, que detém a organização e coordenação pedagógica, e que a Dalmass realiza a gestão administrativa dos cursos. Senão, vejamos:.

O SR. RAFAEL LARA: - **Veja, especificamente na pós-graduação da DALMASS, temos o MBA em direito imobiliário,e o MBA em gestão de escritório de advocacia. Esses são cursos que não são oferecidos pela ESA ou pela DALMASS. Esses cursos são oferecidos pela Faculdade Cambury, que é quem detém a organização e toda a coordenação pedagógica, o relacionamento pedagógico com todos os alunos.** **E nesse convênio, a Escola Superior da Advocacia não tem uma estrutura de pessoal. Para que vocês tenham uma noção: para mais de 50 subseções, mais de 75 subcomissões da OAB, oferecendo cursos e eventos para todos esses braços da OAB, nós contamos com apenas cinco pessoas trabalhando.**

**Então, a Escola Superior da Advocacia recebeu a visita da Faculdade Cambury, com a oferta desses dois cursos de pósgraduação. E a DALMASS é o parceiro que faz uma gestão administrativa desse curso, é quem organiza, junto à própria Ordem, com uma pessoa acompanhando as aulas, porque a estrutura física, Deputado Simeyzon Silveira, fica na Escola Superior da Advocacia, é lá que as aulas acontecem, certo?**

Em depoimento prestado, o Diretor da Dalmass Serviços Educacionais afirmou que realizam somente a gestão logística e que a Faculdade Cambury é quem contrata os professores:

O SR. PRESIDENTE:- O que a Dalmass faz?

O SR. DARWIN DE SOUSA PACHECO JUNIOR:- **Gestão logística.** Por exemplo, nós nos encarregamos pelo desenvolvimento do marketing, emissão de passagem aérea, coffee break, deslocamento de professor. Particularmente para esses cursos especiais, todos os professores são de fora, são de São Paulo, Rio de Janeiro, então, a gente busca no aeroporto, leva, toda a parte que envolve a operação logística, nós fazemos. E a gente não faz isso só para a Cambury. Por exemplo, vamos supor, se amanhã ou depois tiver um evento aqui na escola da Assembleia e for um evento grande, a Assembleia pode contratar a gente para fazer essa operação logística para vocês também. Ontem a gente estava realizando...

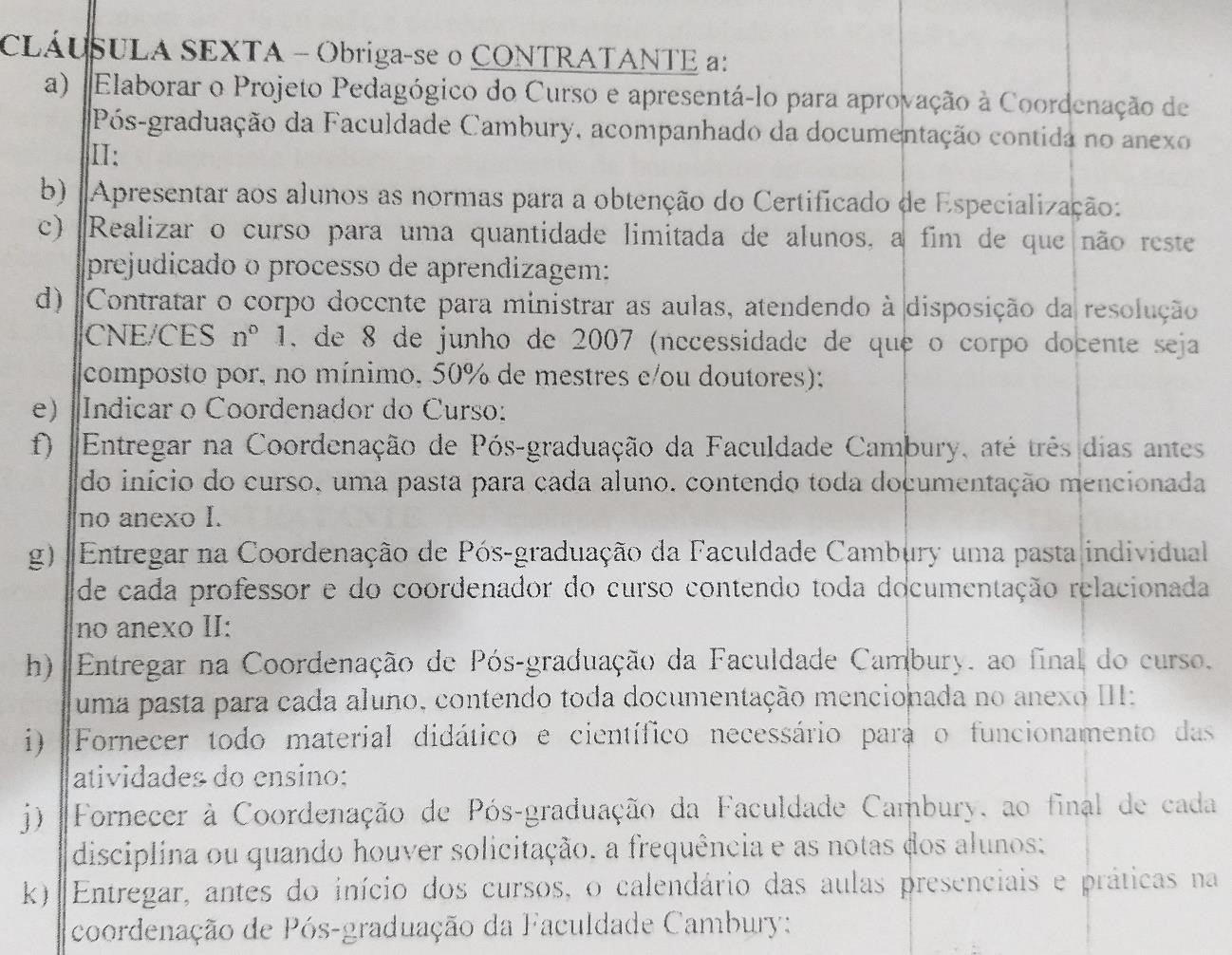
O SR. PRESIDENTE:- **Mas, por exemplo, dentro dessa linha, quem contrata os professores?**

O SR. DARWIN DE SOUSA PACHECO JUNIOR:- **A Cambury.**

Contudo, o contrato de parceria educacional, celebrado entre a Dalmass Serviços Educacionais e a Faculdade Cambury, prevê de maneira diversa, vez que atribui à primeira a obrigação de elaborar o projeto pedagógico do curso, bem como de contratar o corpo docente. Como já mencionado, esses atos são privativos da instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC (art.

2º, I, da Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018, do Ministério da Educação e Nota

Técnica 388/2013). Senão, vejamos os itens a e d, da cláusula sexta,



No depoimento prestado pelo Diretor da Dalmass Serviços Educacionais,

alegou-se que, em abril de 2008, houve alteração da Resolução e que a Resolução de 2007 permitia uma maior liberdade. Alegou também que, depois de abril de 2018 já alteraram essa questão.

DRA. ADRIANA GARCIA ROSA: - A resolução de, o que acontece, em abril de 2008 houve alteração da Resolução. A de 2007 permitia uma maior liberdade, então, depois de abril de 2018 já alteramos essa questão, se está com um contrato anterior.

Contudo, não obstante a Resolução nº 1, de 8 de junho de 2007, que estabelecia normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização, não fosse específica, como o faz a Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018, **já estabelecia que os cursos de pós-graduação lato sensu seriam oferecidos por instituições de educação superior devidamente credenciadas.** A propósito:

Art. 1° Os cursos de pós-graduação lato sensu **oferecidos por instituições de educação superior devidamente credenciadas** independem de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento, e devem atender ao disposto nesta Resolução.

(destacou-se)

Além disso, a Nota Técnica nº 388 do MEC data de 21 de junho de 2013 e já preceitua que instituição credenciada deve ser diretamente responsável pelo curso (projeto pedagógico, corpo docente, metodologia etc), não podendo se limitar a “chancelar” ou “validar” os certificados emitidos por terceiros nem delegar essa atribuição a outra entidade (escritórios, cursinhos, organizações diversas), sob pena de punição da instituição a partir de procedimento de supervisão, instaurado com vistas à apuração da irregularidade. Entretanto, nada impede que uma instituição não credenciada junto ao MEC, em parceria com uma IES devidamente credenciada, ceda sua infraestrutura e realize atividades de NATUREZA OPERACIONAL E LOGÍSTICA para a realização de um curso superior.

**Portanto, verifica-se que o convênio celebrado entre a Dalmass Educacional e a Faculdade Cambury não atende ao teor do art. 2º, I e o art.**

**8º, § 1º, da Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018 e da Nota Técnica nº 388/2013, do Conselho Nacional de Educação, pois denota a terceirização da ministração dos cursos, que só pode ser feita por instituição que tenha autorização do MEC para esse mister.**

**8.8. Insaúde**

O Diretor da escola Insaúde afirmou, em depoimento, não ter autorização para cursos de graduação e que não os oferece. Afirma ter autorização somente para os cursos de pós-graduação, tendo em vista a parceria que possui com a Faculdade Araguaia e com a Faculdade União de Goyazes:

O SR. AURICÉLIO ALVES DE SOUSA:- **O Insaude não tem autorização para cursos de graduação, tanto é que não temos cursos de graduação. Temos autorização frente a nossa parceria com instituição regulamentada para os cursos de pós-graduação e com base na Resolução nº 1, de 08 de junho de 2007.**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Esses cursos são ministrados na sede do Insaude. Quanto às aulas que são ministradas, os professores são contratados pelo Insaude ou são contratados pela instituição parceira?

O SR. AURICÉLIO ALVES DE SOUSA:- **A instituição parceira tem os professores e temos também professores convidados, mas todos esses professores estão dentro das normativas, de quantos professores são convidados e assim por diante.**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - **Mas eles têm um vínculo com o Insaude? No caso, qual é a instituição com quem o Insaude tem parceria?**

O SR. AURICÉLIO ALVES DE SOUSA:- **Faculdade Araguaia, FARA.**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - **Faculdade**

**União Goyases, também tem parceria?**

O SR. AURICÉLIO ALVES DE SOUSA:- **Temos outro tipo de parceria, com a FUG.**

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA: - Os cursos de pósgraduação do Insaúde são diplomados ou são certificados pelo Insaúde? O SR. AURICÉLIO ALVES DE SOUSA:- **O Insaúde nesse caso faz um processo de gerenciamento do trabalho. Esse gerenciamento nós só fazemos os trabalhos ali com as aulas, mas todas as documentações são expedidas pela Faculdade Araguaia, diplomas e tudo pela Faculdade Araguaia**. Matrícula, todos os processos. O SR. RELATOR: - Todos pela Faculdade Araguaia. O SR. AURICÉLIO ALVES DE SOUSA:- Isso.

Todavia, não juntou aos autos o contrato com as referidas faculdades, sugerindo, pois, indícios de irregularidades na ministração desses cursos.

Além disso, foram anexados aos autos anúncios, publicados no

Instagram de “bruno.cbs.insaude” e “grupoinsaude”, de curso de bacharel em Educação Física para portadores de diploma em Educação Física Licenciatura.

Não se mencionou, nesses anúncios, que o curso seria ministrado pela Faculdade Araguaia ou pela Faculdade União Goyazes.

 Nesse mesmo sentido, o Presidente do Conselho Regional de Educação Física abordou **irregularidades na divulgação dos cursos:**

O SR. JOVINO OLIVEIRA: - Só para contribuir aqui com essa linha de raciocínio que está sendo desenhada, uma das publicações que o Conselho pesquisou, no sentido de entender o contexto, é intitulada aqui do Petrick Facul Insaúde. Então, quer dizer, o próprio nome da induz a faculdade. Então, Petrick Facul Insaúde. Aí, a postagem diz o seguinte: "Se você tem interesse em uma de nossas escolas, pós-graduações e bacharel em educação física, fale com nosso consultor." E vem o link. A pessoa que pega e olha entende que é um curso de bacharel da Insaúde. Então, aqui eu tenho que concordar que precisa realmente haver uma corresponsabilidade, da Insaúde, em esclarecer e orientar corretamente aquele que está comprando o serviço e o produto. Certo? Outra situação foi colocada pelo próprio Auricélio, quando ele fala em cursos de 800 horas, por exemplo. 15 encontros. Digamos assim, se for uma carga horária puxada, esses 15 encontros vão somar ali o quê? 150 horas presenciais ali. As demais horas com estágio, horas complementares. Estágio a gente sabe que precisa ser reconhecido. Tem que ter o termo de estágio. Onde estão acontecendo esses estágios? Porque uma carga de 150 presencial, para completar, que seja a mínima de 800, é uma diferença muito grande para se complementar sem ser presencial. Ou seja, aí o curso ainda vai ser considerado presencial? Ou semipresencial? Então, por isso que há toda essa dúvida e que o conselho fez a consulta ao MEC e à própria FUG, para esclarecer a respeito dessa situação, desse curso de final de semana. E, repito, é de responsabilidade também, sim, da Insaúde dar esclarecimento sobre isso.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO AIDAR: - Professor, vocês entraram em contato com a FUG há quanto tempo?

O SR. JOVINO OLIVEIRA: - Foi no final do mês de janeiro, via ofício.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO AIDAR: - E não obteve resposta? O SR. JOVINO OLIVEIRA: - E não fomos respondidos até a presente data.

Com efeito, acessando-se o sítio eletrônico do

insaude:< [https://www.insaude.net/>,](https://www.insaude.net/) verifica-se que a escola não esclarece aos alunos quem, efetivamente, ministra os cursos. A propósito:

**Pós-Graduação**

Oferecemos as melhores opções de cursos para quem procura novos desafios e ascensão profissional. São Cursos focados na demanda, cada vez mais exigente do mercado de trabalho atual onde a graduação não é mais suficiente para quem quer ser destaque na profissão.

Aproveite, veja abaixo o curso de sua preferência, faça sua inscrição aqui no site, venha adquirir conhecimento e desenvolver seu potencial.

\*A taxa de matrícula da o direito de reserva a vaga até a data de início da turma, após o pagamento da mesma não realizamos devolução em caso de desistência por parte do aluno/aluna salvo em casos que a data de início do curso seja alterada.

**Conclui-se, portanto, pela existência de irregularidades na divulgação dos cursos pelo Insaúde, que pode configurar propaganda enganosa.**

**8.9. Instituto Visão**

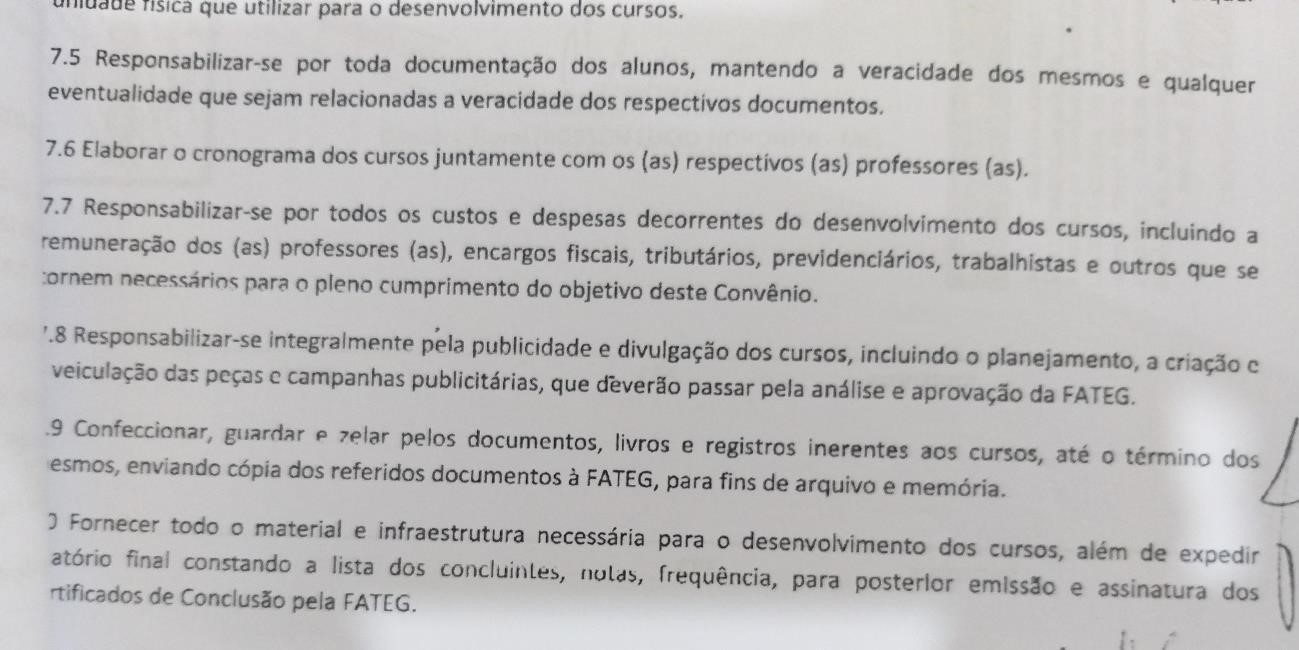
O Diretor do Instituto Visão afirmou, em depoimento, que realiza

apenas a divulgação e captação dos alunos e repassa às faculdades:

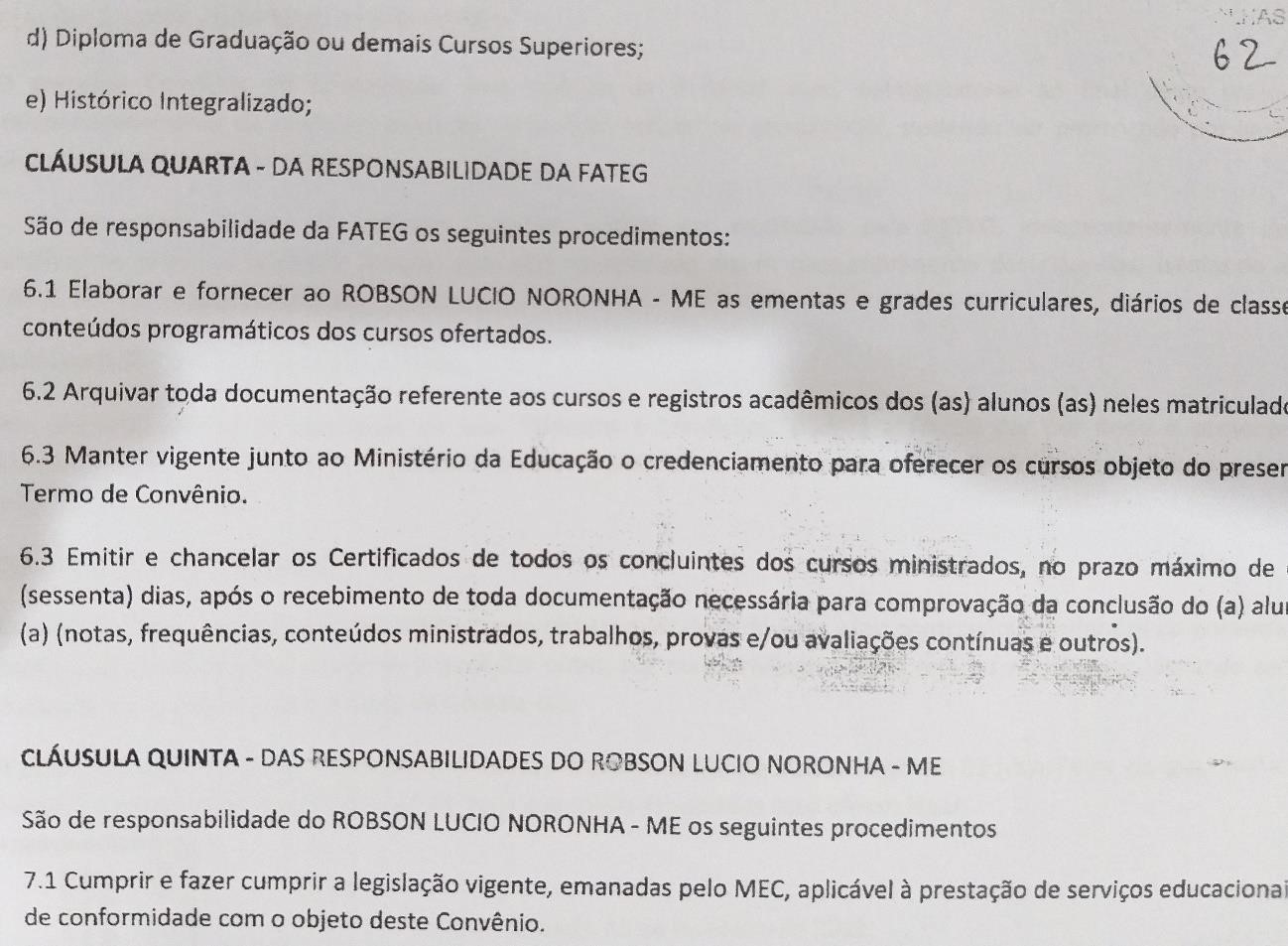
SR. RELATOR:- O Instituto Visão faz esse intercâmbio?

O SR. ROBSON LÚCIO NORONHA: Fazemos a divulgação e captação dos alunos, das pessoas interessadas nos cursos. Depois repassamos isso a eles.

Todavia, o termo de convênio de cooperação técnica, científica, cultural e educacional, celebrado entre o Instituto e a Faculdade de Tecnologia e Educação de Goiás prevê de forma diversa. Nesse sentido, consoante cláusula quinta, item 7.2 do contrato, cabe ao senhor Robson Lúcio Noronha, que não possui autorização do MEC para oferecer cursos, viabilizar, coordenar, executar e gerenciar os cursos propostos, inteiramente por suas expensas. Ademais, cabe a ele responsabilizar-se por todos os custos e despesas decorrentes do desenvolvimento dos cursos, incluindo a remuneração dos professores (item 7.7 da cláusula quinta. Assim:

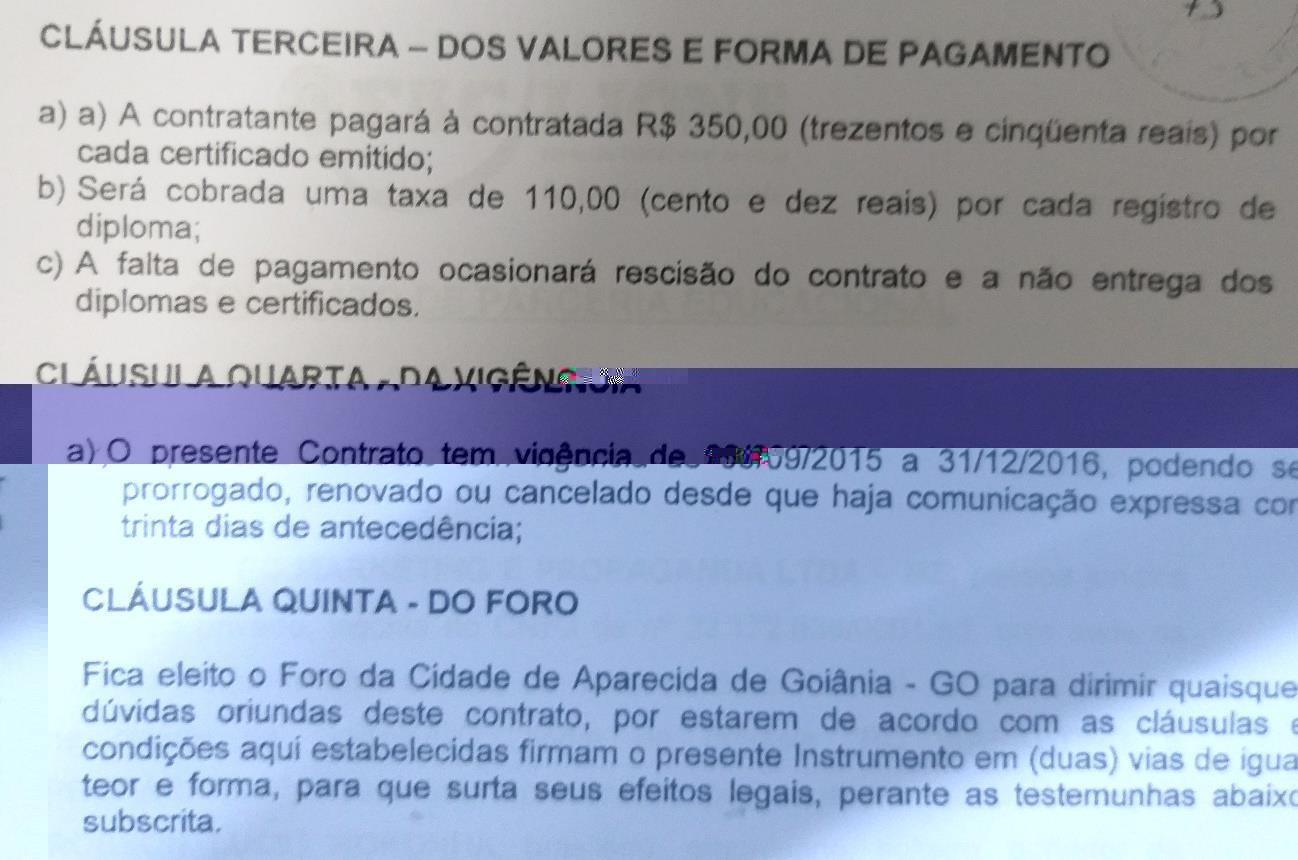


No tocante à FATEG, cumpre, segundo o termo de convênio, manter vigente, no Ministério da Educação, o credenciamento para oferecer os cursos (cláusula quarta, item 6.3). Cumpre, ainda, emitir e chancelar os certificados de todos os concluintes dos cursos ministrados (cláusula quarta, item 6.3)

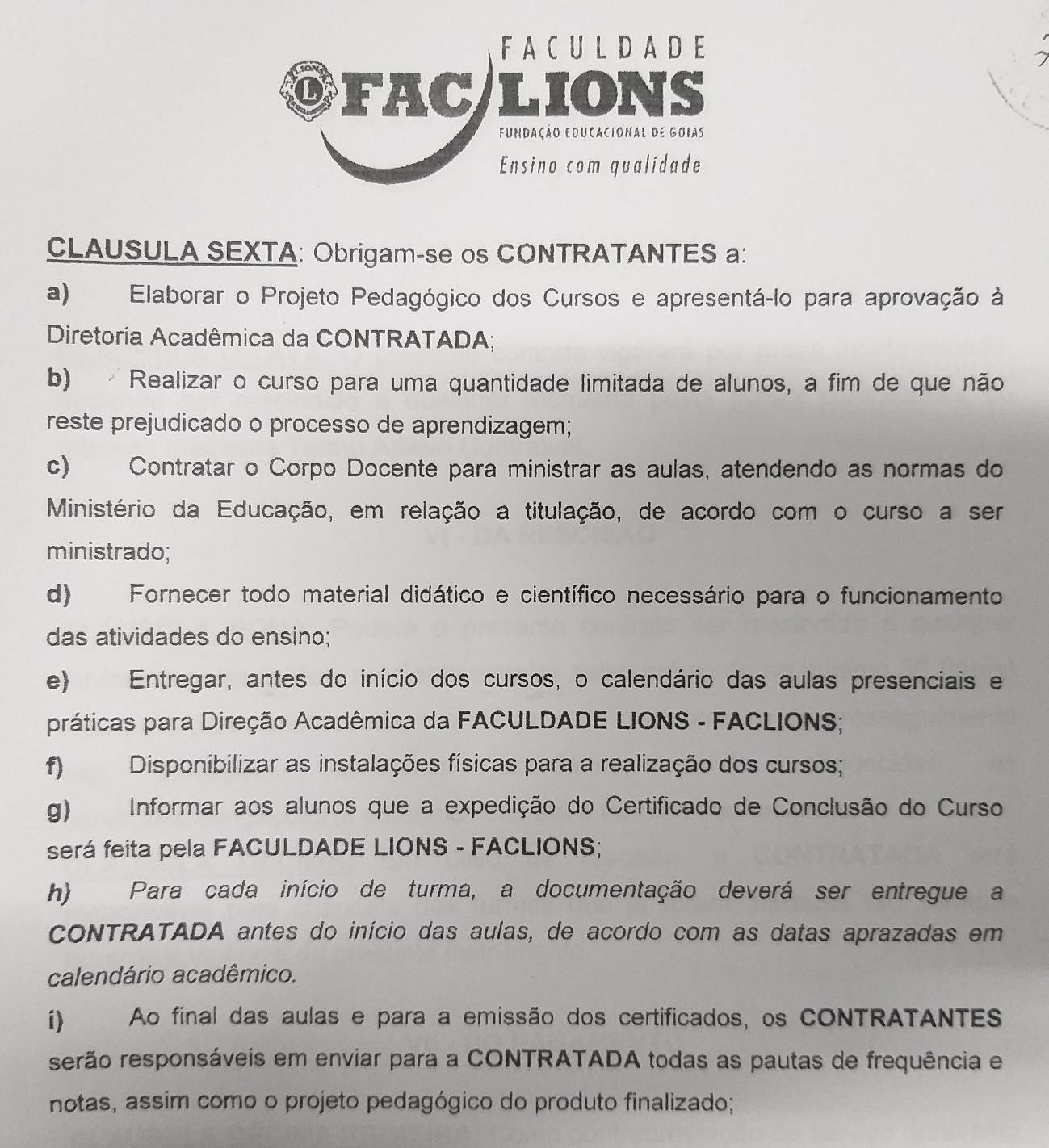


No contrato com a FacLions, cabe à RC Marketing e Propaganda, representada por Robson Lúcio Noronha, elaborar o projeto pedagógico dos cursos e apresentá-lo para aprovação, além de realizar o curso e contratar o corpo docente e informar os alunos que a expedição do certificado de conclusão do curso será feita pela Faculdade Lions (cláusula sexta, itens a, b e c).

Já no contrato firmado entre a RC Marketing e a Associação Aparecidense de Educação, cabe à contratante pagar à contratada R$ 350,00 por cada certificado emitido.



**Observa-se, em todos as parcerias formalizadas, que a obrigação de realizar os atos previstos por parte do senhor Robson Lucio Noronha, caracteriza, como em outros casos já mencionados, a terceirização do oferecimento de cursos, que é de competência da IES autorizada.**



**8.10. Faculdade do Norte Goiano**

O Diretor da Faculdade do Norte Goiano encaminhou documentos relativos à autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de seus cursos oferecidos:

Contudo, da lista de Portarias emitidas pelo Ministério da Educação encaminhada**, não se faz menção aos atos autorizativos dos cursos que foram objeto de denúncia de oferta irregular pela falta deste ato, qual sejam, os curso de graduação em psicologia e agronomia.**

**8.11. Emissão de diplomas falsos:**

A emissão de diplomas falsos tem sido objeto de notícia-crime, ofertada pelo Conselho Regional de Educação Física da 14ª Região, endereçada ao Superintendente da Polícia Federal no Estado de Goiás, em desfavor de Fábio Pereira.

 **Notícia crime,** feita pelo Conselho Regional de Educação Física da 14ª Região, endereçado ao Superintendente da Polícia Federal no Estado de Goiás, em desfavor de 11 pessoas.

Além disso, o Conselho Regional de Psicologia informou a protocolização de 6 processos, no Ministério Público Federal e na Superintendência da Polícia Federal em Goiás, relativos a possíveis irregularidades na expedição de diplomas de graduação em Psicologia.

O Conselho Regional de Odontologia de Goiás informou a CPI o número de diplomas e declarações falsas, respectivamente, 2 e 1.

Também o Conselho Regional de Química informou que, nos últimos 5 anos, foram identificados dois casos de diplomas não autênticos.

Já o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás informou que, entre 2015 até 8 de maio de 2018, foram apresentados 48 diplomas para obtenção de registro profissional, que não tiveram suas veracidades reconhecidas por instituições de ensino, localizadas no Estado de Goiás.

**9. ENCAMINHAMENTOS**

Os depoimentos colhidos e os documentos obtidos pela Comissão de Inquérito Parlamentar evidenciam que o setor de educação superior no Estado de Goiás encontra-se contaminado por uma série de irregularidades e ilegalidades que afrontam a segurança jurídica e os direitos de várias partes envolvidas, como professores, instituições de ensino e, principalmente, alunos.

Há que se discernir nos diversos casos detectados os que são cometidos de forma intencional, com potencialidade de gerar prejuízo a terceiros, de situações que configuram meras irregularidades, geralmente realizados por desconhecimento da complexa normatização educacional, e que são de fácil correção.

Nos que casos que se encaixam na primeira hipótese, a partir da apuração dos fatos, entendemos que há provas de descumprimento dos dispositivos dispostos na Constituição Federal (art. 209, incisos I e II), na Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases (arts. 9º, inc. IX; 44, inc.I, 46 e 47, § 2º), na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor (art. 67) e no Código Penal (arts. 171 e 299), além de disposições específicas que regulamentam a educação superior, sobretudo no que dispõe sobre a oferta de cursos de pósgraduação, cursos sequenciais e possibilidade de abertura de pólos educacionais fora do endereço da sede credenciada.

Já quanto as irregularidades que podem ser retificadas, faz-se necessário uma ação de orientação por parte dos poderes públicos para que as regras estabelecidas para o setor educacional sejam conhecidas e cumpridas por todos.

Diante do quadro exposto, é necessária uma ação efetiva dos poderes públicos instituídos, em especial do Ministério da Educação (MEC), a quem compete a regulação e fiscalização do sistema federal de ensino superior, para que se tenham um sistema de ensino confiável e de qualidade.

Percebe-se que, sobretudo no interior do Estado, o ensino superior não é devidamente fiscalizado e se tornou um campo fértil por aventureiros que, sem nenhum compromisso com a qualidade, apenas vendem certificados e diplomas com facilidade, ou iludem os alunos quando sequer entregam os diplomas prometidos e que tenham validade.

Constatou-se que em algumas situações, os alunos foram frustrados em seus sonhos, na expectativa de obtenção de um diploma de ensino superior sem sair de suas pequenas cidades e com o pagamento de mensalidades que caberiam no seu restrito orçamento. Foram vítimas de diversos delitos (publicidade enganosa, falsidade ideológica e estelionato), pois os responsáveis pelas instituições irregulares ofereciam cursos falsos, sem qualquer exigência de qualidade.

Em outros casos, institutos e instituições de ensino superior, com o intuito de tirar proveito econômico da possibilidade de ofertar Cursos Sequenciais, considerados como cursos superiores, que são aceitos principalmente para os concursos das carreiras de segurança pública, criam estes Cursos por todo o Estado de Goiás, com qualidade bastante duvidosa e desrespeitando a legislação pertinente. Nestes casos há que se admitir que muitos alunos buscam adquirir certificados de forma mais fácil, cientes de que não estão frequentando um Curso que lhes dará uma boa qualificação.

Ressalta-se que no curso dos trabalhos desta CPI, este relator, quando ainda na função de Presidente da CPI, encaminhou o Ofício no dia 28 de maio de 2018 ao então Secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás, no sentido de que não mais aceitassem os Certificados de Cursos Superiores (Sequenciais) nos concursos públicos realizados por esta pasta. Este Ofício gerou o processo SEI 201800016012824. Ao final, foi emitido parecer que opinou pelo seguinte: a) tendo em vista que os cursos superiores sequenciais devem ser extintos em 2019, não justificaria realizar neste momento a mudança da legislação para proibir que estes certificados sejam admitidos nos concursos públicos; b) que compete ao MEC o controle de legalidade dos cursos ofertados no sistema federal de ensino.

Mas mesmo neste ano de 2019, estando proibidos estes Cursos Sequencias, a CPI continuou a receber denúncias que os mesmos continuam sendo ofertados.

Há ainda o fato de que muitos estudantes adentram no mercado de trabalho sem a devida certificação pelos órgãos e associações de classe, como é o caso de alunos egressos dos cursos de educação física ministrados de forma irregular que não conseguem o registro no Conselho Regional de Educação Física, exercendo a profissão de forma ilegal e acarretando prejuízos a toda sociedade.

Desta forma, as condutas merecem ser punidas tanto pelos órgãos públicos responsáveis pela organização da educação superior, quanto pelo próprio Judiciário, com a devida responsabilização cível e criminal dos infratores.

Desta forma, todas as informações contidas neste Relatório Final poderão subsidiar as autoridades responsáveis no âmbito de suas atribuições, seja pela complementação de elementos probatórios ora acrescidos, seja pela ampliação das entidades investigadas.

Neste sentido, apresentamos os seguintes encaminhamentos e recomendações:

**9.1 Providências desta CPI:**

1. Reiterar, com novo ofício, à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás no sentido de atentar este órgão para o fato de que os Cursos Sequenciais já estão proibidos de serem ministrados a partir deste ano de 2019 e que não devem ser mais aceitos nos futuros concursos públicos de preenchimento de vagas para as carreiras da segurança pública;
2. Oficiar a Faculdade União de Goyazes (FUG), a Faculdade Cambury, a Faculdade de Tecnologia e Educação de Goiás (FATEG) e as Faculdades Integradas de Goiás (FIG) para que deixem de firmar convênios com outros institutos a fim de ofertar cursos superiores sequenciais, graduação e pósgraduação, que caracterizam a “terceirização” de cursos;

* 1. **Ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás,** para publicação deste Relatório, na forma do Regimento Interno desta Casa, bem como para encaminhamento de cópia ao Ministério da Educação, Secretaria

Estadual de Educação do Estado de Goiás, Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, Ministério Público Federal e Ministério Público do Estado de Goiás;

* 1. **Ao Ministério Público Federal e Ministério Público do Estado de Goiás**, para que adotem todas as medidas judiciais e extrajudiciais a fim de

apurar os fatos denunciados no presente relatório, em especial:

1. que as Instituições de Ensino Superior, Faculdade de Piracanjuba (FAP) e Faculdade de Itapuranga (FAI) credenciadas no sistema federal de ensino, abstenham-se de ofertar cursos fora dos locais de credenciamento, e, em especial: que a FAP cesse a oferta de qualquer curso de complementação de educação física; e que a FAI cesse de ofertar qualquer curso superior sequencial; bem como, que ambas cancelem todo tipo de publicidade relativa a cursos superiores realizados de forma irregular;
2. que os Institutos Hans Kelsen, Paulo Freire, Insaúde e Visão suspendam imediatamente atividades relacionadas à oferta de cursos de ensino superior, compreendendo graduações, sequenciais e pós-graduações, bem como paralisem a divulgação de qualquer anúncio publicitário oferecendo estas modalidades de cursos;
3. que se promova o aprofundamento das investigações acerca das possíveis condutas ilegais praticadas pelo Instituto ISCB e Sindigoiânia quanto à oferta irregular de cursos de mestrado,
4. que aprofunde a investigação de possível crime de propaganda enganosa por parte da Escola Superior da Advocacia (ESA) da OAB/GO, ao realizar publicidade, por repetidas vezes, de cursos de pós-graduação como sendo ofertados diretamente, bem como a ilegalidade do contrato firmado entre esta Instituição e o Instituto Dalmass para oferta de Cursos de Pós-Graduação, sendo que nenhuma delas é credenciada para a oferta de cursos superiores;
5. que as presentes informações sirvam de subsídio para a averiguação de denúncias e processos já existentes nestas instituições;
6. que avalie a possibilidade de estender a investigação em face de outras instituições de ensino superior do Estado de Goiás,

**9.4. Ao Ministério da Educação**, para que, por intermédio da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), a partir das informações contidas neste relatório, verifique a existência de indícios para a instauração de processo administrativo de supervisão em face:

1. Faculdade de Piracanjuba (FAP) e Faculdade de Itapuranga (FAI), pela criação indevida de unidades pólos fora da sede credenciada e oferta irregular de cursos de graduação e/ou superiores (sequenciais),
2. aprofunde investigação sobre o início de oferta dos cursos de graduação em psicologia e agronomia pela Faculdade do Norte de Goiás (FNG) sem os devidos atos de autorização

1. **CONCLUSÕES**

Os fatos narrados no inquérito parlamentar demonstram que as irregularidades praticadas no setor de educação superior se espalham não só por todo o território goiano, mas também por todo o território nacional como já foi demonstrado anteriormente de forma consistente pelo inquérito parlamentar muito bem conduzido pela Assembleia Legislativa de Pernambuco, concluído em maio de 2016.

Fazemos, inclusive, coro às conclusões do trabalho realizado pelo parlamento pernambucano no sentido de que o enfrentamento do problema demanda o compromisso das autoridades competentes, por meio de uma articulação entre os Poderes, em todas esferas de governo, a fim de promover medidas que modifiquem o atual panorama do ensino superior nacional, fazendo necessário uma atuação também do Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal), para que avalie a possibilidade de realizar uma audiência pública acerca da atuação irregular de instituições de ensino superior em âmbito nacional, com ênfase nos ilícitos constatados neste inquérito: terceirização do ensino superior e diplomação irregular, com a consequente instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para a investigação das referidas práticas; bem como que o Ministério da Educação intensifique sua atuação de supervisão e regulação, com a criação de uma campanha nacional pela legalidade no ensino superior, com esclarecimentos a toda a população para que saibam identificar os casos de oferta ilegal de ensino superior.

Ressalta-se que esta CPI encontrou dificuldades para ter acesso a informações junto ao MEC, mesmo tendo se deslocado até este Ministério, em Brasília, no dia 01 de agosto de 2018. Para que as ações de prevenção e repressão destas ilegalidades, espera-se deste órgão uma atuação de supervisão e fiscalização mais consistente e rígida do sistema federal de ensino superior.

1. **ADENDO**

O presente relatório já encontrava-se finalizado e pronto para ser encaminhado para sua aprovação quando no dia 03 de setembro de 2019, a Polícia Civil do Estado de Goiás deflagrou a Operação Darcy Ribeiro, com o objetivo de investigar um dos principais assuntos tratados nesta CPI: a oferta indevida de Cursos Sequenciais por entidades privadas e instituições de ensino superior.

Trata-se da mesma denúncia apresentada à CPI que, de forma

paralela, também foi sendo investigada pelo 1º DP da Polícia Civil de Goiânia, sendo que em sua manifestação pública, o Delegado responsável pela investigação, Glaydson de Carvalho, fez menção ao trabalho investigativo que também foi realizado por esta CPI, uma vez que muitas das denúncias que foram apresentadas foram motivadas pelas ações conduzidas pela CPI.

Desta forma, percebe-se que tanto a investigação da polícia judiciária goiana quanto desta CPI caminham no mesmo sentido: há, sem dúvidas, ilegalidades cometidas por entidades e instituição de ensino superior privadas no setor de educação superior do Estado de Goiás, que precisam ser urgentemente corrigidas e seus responsáveis devidamente punidos.

**Este é o relatório**, que submeto aos nobres Pares, membros desta Comissão.

**SALA DE COMISSÃO**, em de de 2019.

**Deputado Talles Barreto**

Relator da CPI

1. HC 71.261, rel. min. Sepúlveda Pertence, julgamento em 11-5-1994, Plenário, DJ de 24- 61994. [↑](#footnote-ref-1)